



JORNADA CIENTÍFICA
SESSÕES DE DEFESAS DOS TCCS

DIREITO

Ano I. Volume I - 2º semestre de 2019
9 a 13 de dezembro de 2019

Jornada Científica
Sessões de Defesas dos TCCs

ANAIS – 2º Semestre de 2019

Ano I, nº I – Volume I

ISSN: disponível a partir do segundo número

Edição: Breno Eustáquio da Silva

**Jornada Científica - Sessões de Defesas dos TCCs é uma
publicação semestral da Rede de Ensino Doctum**

Rede de Ensino Doctum – Instituto Ensinar Brasil



Expediente:

Presidente

Cláudio Cezar Azevedo de Almeida Leitão

Presidente Executivo

Pedro Cláudio Coutinho Leitão

Vice-presidente Executivo

José Lúcio Monteiro

Diretoria de Ensino

Janaína Dardengo

Coordenadora de Pesquisa

Iana Soares de Oliveira Penna

Autor Corporativo

Rede de Ensino Doctum - Instituto Ensinar Brasil

Edição

Breno Eustáquio da Silva

APRESENTAÇÃO

A Rede de Ensino Doctum, ciente da sua missão de transformar vidas pela educação, reconhece, mais uma vez, a importância da pesquisa científica na formação de seus alunos ao promover a Jornada Científica. Essa é mais uma ação de ensino voltada à pesquisa que, junto ao Ateliê Científico, visa divulgar para a comunidade acadêmica os resultados dos diversos trabalhos realizados pelos alunos e professores.

Nesta edição, estão presentes os resumos dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) apresentados pelos cursos de Direito de toda a rede. Com isso, desejamos a todos uma excelente leitura na expectativa de que essa publicação possa servir como instrumento de desenvolvimento de outros trabalhos sempre voltados aos pilares da universidade que são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

SUMÁRIO

Unidade Carangola	91
DO FEMINICÍDIO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	92
Adrielle Rodrigues de Faria Veiga, Rejane Soares Hote, Luciano Viana Nassar, Ricardo Aparecido Araújo	
A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 6º DA LEI ESTADUAL Nº 19.445/2011 DE MINAS GERAIS, QUE TRATA DE TRANSPORTE CLANDESTINO DE PASSAGEIROS.....	93
Alan Jones Rodrigues, Rodrigo Mendes Cardoso, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido Araújo	
GUARDA COMPARTILHADA: MEIO EFICAZ DE INIBIR A PRÁTICA DA ALIENAÇÃO PARENTAL.....	94
Alexandre de Souza Gouvêa, Luciano Viana Nassar, Christiane Miranda Butthers de Almeida, Rafael Santana Faria	
A MORTE DIGNA À LUZ DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE.....	95
Ana Fernanda dos Reis Pacheco, Marluza Fernandes Roriz, Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido Araújo	
A INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 225, PARÁGRAFO 1º, INCISO VII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NA PRÁTICA DE TESTES EM ANIMAIS.....	96
Anne Elize de Almeida Garcia, Rodrigo Mendes Cardoso,	

Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido Araújo

CRIME DE ESTUPRO: VISÃO SOCIAL À PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO INDUZIMENTO AO CRIME..... 97

Ariana Toledo de Aguiar, Rafael Santana Faria, Christiane Miranda Butthers de Almeida, Luciano Viana Nassar

POR UM MAIOR RIGOR NA EXECUÇÃO DA PENA DO CRIME DE LATROCÍNIO..... 98

Arthur Lopes Amorim, Vinícius Bigonha Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

VIOLAÇÃO DA INFÂNCIA PELO TRABALHO: UMA PRÁTICA PERSISTENTE NO BRASIL..... 99

Cinthya Loze Grossi, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote

O FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA E O FUTURO DOS SINDICATOS..... 100

Cleydiane Pereira Andrade dos Santos, Ricardo Aparecido Araújo, Rejane Soares Hote, Rodrigo Mendes Cardoso

O IMPACTO DAS LEIS TRABALHISTAS NO MEIO RURAL PELAS REFORMAS..... 101

Denise da Rocha Silva, Felipe Tannus Cheim, Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria

DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 165-A DO

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO FRENTE AO DIREITO À NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO..... 102

Éder Pereira Azevedo, Rejane Soares Hote, Luciano Viana Nassar, Ricardo Aparecido Araújo

ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DO VALE DO CARANGOLA..... 103

Eduardo Coimbra, Ricardo Aparecido Araújo, Rejane Soares Hote, Rodrigo Mendes Cardoso

O INFANTICÍDIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICO-PENAIIS..... 104

Élida Cristina Assis Santana, Felipe Tannus Cheim, Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria

SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE DO SISTEMA CARCERÁRIO E O CARÁTER RESSOCIALIZADOR DA SANÇÃO PENAL..... 105

Gabriela Mascarenhas Caldeira, Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

TRÁFICO DE ÓRGÃOS: UMA AFRONTA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... 106

Gabriella Barbosa de Oliveira Campos, Luciano Viana Nassar, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido Araújo

ESCRAVOS SEM CORRENTES: O VIÉS DO TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO POR TRÁS DAS GRANDES MARCAS

NA INDÚSTRIA TÊXTIL.....	107
Giulia Inácio de Oliveira, Ricardo Aparecido Araújo, Luciano Viana Nassar, Rejane Soares Hote	
MÚTUO BANCÁRIO: ANÁLISE DE OFÍCIO PELO MAGISTRADO E SUAS IMPLICAÇÕES LEGAIS.....	108
Hygor Ferreira, Felipe Cheim Tannus, Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria	
LEI MARIA DA PENHA: VALORIZAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA NA PRODUÇÃO DE PROVAS.....	109
Isabel dos Reis Pinto, Marluza Fernandes Roriz, Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido Araújo	
A POSSIBILIDADE DE ATRIBUIR AO ESTADO A RESPONSABILIDADE PELA OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE NOÇÕES DE DIREITO NO ENSINO BÁSICO.....	110
Italo Gomes Vieira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote	
AÇÃO POLICIAL E A LEGÍTIMA DEFESA DE TERCEIROS: A EXCLUDENTE DE ILICITUDE NO TRABALHO DO AGENTE DO ESTADO.....	111
Iuris Lino de Araújo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote	
A SIGILOSIDADE E A INQUISITORIEDADE DO INQUÉRITO POLICIAL APÓS A LEI 13.245/2016.....	112

Iury José Machado Vaz Belúzio, Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

O ABANDONO AFETIVO INVERSO E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL..... 113

Ivana Cecília Lacerda Loreti, Rejane Soares Hote, Luciana Viana Nassar, Ricardo Aparecido de Araújo

PERMISSÃO DO ABORTO NOS CASOS DE MICROCEFALIA..... 114

Jonathas Venicio Caetano, Rafael Santana Faria, Christiane Miranda Butthers de Almeida, Luciano Viana Nassar

RESPONSABILIDADE PENAL DOS PSICOPATAS..... 115

Júlia Teixeira de Souza, Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO..... 116

Karla Donádio do Amaral, Marluza Fernandes Roriz, Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido Araújo

ASSÉDIO SEXUAL CONTRA A MULHER EM CARGOS PÚBLICOS E A HIPOSSUFICIÊNCIA DA VÍTIMA EM FACE DO EMPREGADOR..... 117

Krislâneý das Graças de Oliveira de Jesus, Luciano Viana Nassar, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido Araújo

CRISE NA REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL E POLÍTICA DO BRASIL: DA POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO RECALL..... 118

Larissa Valadão Soares Nunes, Rejane Soares Hote, Luciano Viana Nassar, Ricardo Aparecido de Araújo

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: AFRONTA AO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... 119

Laryssa Azevedo Barcelos, Luciano Viana Nassar, Marluza Fernandes Roriz, Ricardo Aparecido de Araújo

A INEFICÁCIA DO DESARMAMENTO NO BRASIL EM CONTRAPARTIDA AOS MODELOS ADOTADOS EM OUTROS PAÍSES..... 120

Leonan Lacerda Borges, Felipe Tannus Cheim, Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria

A INCONSTITUCIONALIDADE NA APREENSÃO DE VEÍCULOS POR INADIMPLÊNCIA NO IPVA..... 121

Leonardo Batista de Souza Elias, Luciano Viana Nassar, Marluza Fernandes Roriz, Ricardo Aparecido de Araújo

A INEFICÁCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CUMPRIMENTO DA PENA..... 122

Lorrayne Soares Oliveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote

DO ABORTO NÃO CRIMINOSO À LUZ DO ORDENAMENTO

JURÍDICO BRASILEIRO..... 123

Lucas Mendes Assunção Mendonça, Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

A EMBRIAGUEZ DO MOTORISTA SEGURADO E A OBRIGAÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO..... 124

Ludimila Miranda Ferreira, Ricardo Aparecido de Araújo, Luciano Viana Nassar, Rejane Soares Hote

O CONTEXTO FÁTICO DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NA ATUALIDADE BRASILEIRA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES..... 125

Marcela Aparecida Silva Evaristo, Marluza Fernandes Roriz, Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido de Araújo

INEX-CONTRATAÇÃO DIRETA DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA OU ADVOGADO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO..... 126

Marco Antônio da Silva, Felipe Tannus Cheim, Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria

A POLÍTICA ANTIDROGAS BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NAS PROPOSTAS DE LEGALIZAÇÃO E DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS..... 127

Marcos Alexandre Monteiro de Souza, Felipe Tannus Cheim, Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE VERSUS RESERVA DO POSSÍVEL.. 128

Marcus Vinícius Barraqui Anizio, Bruno Gonzaga da Silveira
Cardozo, Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote

**O DIREITO À IGUALDADE RACIAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO
CIDADÃ DE 1988.....** 129

Mariana da Silva Souza, Rodrigo Mendes Cardoso, Rejane
Soares Hote, Ricardo Aparecido de Araújo

**PACOTE ANTICRIME MEDIDAS RELACIONADAS À LEGÍTIMA
DEFESA.....** 130

Matheus Leandro Oliveira Nunes, Rodrigo Mendes Cardoso,
Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido de Araújo

**ESTUPRO DE VULNERÁVEL NO SEIO FAMILIAR E
DEPOIMENTO SEM DANO.....** 131

Meyriellen Ventura Ferreira Gomes, Luciano Viana Nassar,
Marluza Fernandes Roriz, Ricardo Aparecido de Araújo

**RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NO
ÂMBITO DOS CRIMES AMBIENTAIS.....** 132

Olivia Hosken Magalhães Prevate, Marluza Fernandes Roriz,
Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido de Araújo

**ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DOS INSTRUMENTOS DE
COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL.....** 133

Paulo Gomes Oliveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo,
Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote

**SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM À
REAIS CONDIÇÕES PERMISSIVAS OU NÃO PARA A
RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO.....** 134

Pricila Rocha de Sousa Machado, Rafael Santana Faria,
Christiane Miranda Buthers de Almeida, Luciano Viana Nassar

**GUARDA COMPARTILHADA DO ANIMAL DE ESTIMAÇÃO E A
TUTELA JURISDICIONAL.....** 135

Rafael Rodrigues Fernandes, Ricardo Aparecido de Araújo,
Luciano Viana Nassar, Rejane Soares Hote

**O DIREITO AO ABORTO NA VISÃO FEMINISTA
CONTEMPORÂNEA.....** 136

Roger Rezende Mencialha, Rafael Santana Faria, Christiane
Miranda Buthers de Almeida, Luciano Viana Nassar

**O DIREITO DAS MULHERES COM CÂNCER DE MAMA NO
BRASIL.....** 137

Rute dos Santos Rocha, Rejane Soares Hote, Bruno Gonzaga
da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz

**REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA HOMÓLOGA *POST*
MORTEM: DIREITO SUCESSÓRIO DO FILHO CONCEBIDO.....** 138

Sebastião da Silva Evaristo, Rodrigo Mendes Cardoso, Rejane
Soares Hote, Ricardo Aparecido de Araújo

**DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL E DOUTRINÁRIA
ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DA QUALIFICADORA DO
FEMINICÍDIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....** 139

Sirlâne Prucoli Pedrosa, Marluza Fernandes Roriz, Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido de Araújo

A LEI 13.441/17 - A INFILTRAÇÃO POLICIAL VIRTUAL COMO TÉCNICA ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO NO AMBIENTE CIBERNÉTICO..... 140

Thiago Cherigath Cruz, Rodrigo Mendes Cardoso, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido de Araújo

ABANDONO AFETIVO: COMPENSAÇÃO PELO DANO MORAL..... 141

Walcianny Aparecida Torres Moreira, Rejane Soares Hote, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI..... 142

Wenderson Correia Moraes, Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

ANÁLISE DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E SUA APLICAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES DAS FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO.. 143

Higor Oliveira Sousa, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Luciano Viana Nassar, Rafael Santana Faria

Unidade Caratinga..... 144

A FLEXIBILIZAÇÃO DO REQUISITO DE MISERABILIDADE NO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA..... 145

Eduardo Henrique Freitas Gomes; Orientador: Frederico Fernandes Dutra; Banca avaliadora: Pedro e Ivan Barbosa

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NOS CASOS DE MICROCEFALIA..... 146

Maria Helena de Castro Rodrigues, Rodolfo de Assis Ferreira, Juliano Sepe Lima Costa, Salatiel Ferreira Lúcio

A INVIABILIDADE DA PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO..... 147

Jéssica Vieira Pacheco, Salatiel Ferreira Lúcio, Júlia de Paula e Cláudio Boy

A NECESSIDADE DE EQUIPARAÇÃO DA LICENÇA PATERNIDADE À LICENÇA MATERNIDADE..... 148

Ana Luiza Andrade Chaves Vasconcelos; Rodolfo de Assis Ferreira, Ivan Barbosa, Cláudio Boy

A REFORMA TRABALHISTA E A EQUIPARAÇÃO SALARIAL: INCONSTITUCIONALIDADE FRENTE AO DIREITO A IGUALDADE..... 149

Miguel Lucas de Souza Homem, Frederico Fernandes Dutra, Ivan Barbosa e Márcio Xavier

O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO NOS CONCURSOS DE SOLDADO DA PMMG E A VEDAÇÃO DO INGRESSO DE PESSOAS DEMITIDAS OU EXONERADAS, LIMITES E

LEGALIDADE..... 150

Abraão Lemos Da Silva Junior, Ivan Sales

A SAÚDE SUPLEMENTAR E O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: AS CLÁUSULAS ABUSIVAS NOS CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE..... 151

Adriana Lacerda Soares, Rafael Soares Firmino, Cláudio Boy Guimarães, Salatiel Ferreira Lúcio

A MULHER COMO SUJEITO ATIVO DO CRIME DE ESTUPRO E A (IM)POSSIBILIDADE DO ABORTO SENTIMENTAL..... 152

Anna Andrade, Júlia De Paula, Alessandra e Juliana Ervilha

DÍVIDA ALIMENTAR PRETÉRITA E A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR..... 153

Anna Flavia Boy Bacelar, Luis Eduardo, Julia De Paula, Juliano Sepe.

OS ANIMAIS COMO SUJEITOS DE DIREITO NAS AÇÕES DE DIVÓRCIO..... 154

Ariene Fernandes Pinheiro Braga, Alessandra Dias Baião Gomes, Júlia de Paula Vieira e Juliana Ervilha Teixeira Pereira

AS CONDIÇÕES DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO: Uma análise sob a ótica da Lei nº 7210/84 e pela Portaria Conjunta nº 834/2019..... 155

Beatriz de Fátima Damiano da Silva, Anderson Fábio Nogueira Alves, Luiz Eduardo e Julia de Paula

O VALOR PROBATÓRIO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL COMO PRINCIPAL MEIO DE PROVA DA MATERIALIDADE DO CRIME..... 156

Caio da Silva Salgado, Ivan Lopes Sales, Oscar Moreira, Rodolfo de Assis Ferreira

AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ADOLESCENTE SUBMETIDO À EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO..... 157

Camila Maria de Oliveira, Humberto Luiz; Juliano Sepe e Salatiel

A REPARAÇÃO CIVIL DOS PAIS POR DANOS PROVOCADOS PELOS FILHOS CAPAZES, ECONOMICAMENTE DEPENDENTES..... 158

Claudia Vaz da Silva, Juliano Sepe Lima Costa, Alessandra Dias Baião, Júlia de Paula Vieira, Juliana Ervilha Teixeira Pereira

O TRABALHO ARTÍSTICO INFANTIL E A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA CONVENÇÃO 138 DA OIT..... 159

Daniel Baião Nunes, Ivan Barbosa, Frederico, Márcio Xavier.

O DIREITO DO NASCITURO À PENSÃO POR MORTE..... 160

Daniel Vieira De Oliveira; Marcio Xavier Coelho; Juliana Ervilha T. Pereira; Neuber Teixeira dos Reis Júnior.

**DA PRESCRITIBILIDADE DAS AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO
ERÁRIO DECORRENTE DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA...** 161

Daniela Cristina Santos Leite, Pedro Henrique Xavier Tiola,
Frederico Fernandes e Ivan Barbosa.

**A FALTA DE REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO AO
TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO
SUPERIOR. O direito à educação como norma de caráter
programático.....** 162

Davi Vieira De Oliveira; Marcio Xavier Coelho; Juliana Ervilha
T. Pereira; Neuber Teixeira dos Reis Junior.

**VALIDADE DA BLOCKCHAIN SOB A ÓTICA DO DIREITO
BRASILEIRO.....** 163

Wesley Santos Fernandes, Luiz Eduardo Gomes, Juliano Sepe
e Julia de Paula

**A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL SOBRE A DESTINAÇÃO
DOS REJEITOS DA MINERAÇÃO.....** 164

Eduardo Teixeira Laia, Kleider Robert Rocha Cruz, Luiz
Eduardo Moura Gomes e Prof. Pedro Henrique Xavier Tiola

**A SUBJETIVIDADE DO ADEQUADO TRATAMENTO
TRIBUTARIO DAS COOPERATIVAS.....** 165

Edvaldo Medeiros Vieira, Rodolfo Assis, Neuber, Carol

ABANDONO AFETIVO E O DANO MORAL.....	166
Maria Lorena Costa Ferreira, Claudio Boy Guimarães, Julia de Paula, Salatiel Ferreira	
HERANÇA DIGITAL: OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DA PROPRIEDADE DIGITAL ARMAZENADA VIRTUALMENTE.....	167
Nicholas Viggiano, Cláudio Boy, Salatiel e Ivan Barbosa	
EUTANÁSIA NO BRASIL: UMA RELAÇÃO ENTRE O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO À MORTE DIGNA.....	168
Yago Vieira Dias De Souza, Luiz Eduardo Moura Gomes, Anderson e Júlia	
A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 790-B DA LEI 13.467/2017.....	169
Fernanda da Silva Costa; Kleider Robert Rocha Cruz; Pedro, Luiz Eduardo	
A APLICABILIDADE DA LEI Nº 11.340/2006 NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS COM VÍTIMA DO SEXO MASCULINO.....	170
Gabriel Maurício Barcellos Cicarini Hott, Almir Lugon, Luiz Eduardo, Ivan Sales	
A POSSIBILIDADE DA EXTENSÃO DO ADICIONAL DE 25% ÀS APOSENTADORIAS POR IDADE, TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E ESPECIAL.....	171

Iara de Oliveira Torres, Frederico Fernandes Dutra, Rafael Soares Firmino e Márcio Xavier

A TRANSFUÇÃO DE SANGUE E OS PACIENTES TESTEMUNHAS DE JEOVÁ..... 172

Jamaica de Souza Medeiros, Rodolfo de Assis Ferreira, Humberto Luiz Salustiano Costa Junior, Oscar Alexandre Moreira

A INCONSTITUCIONALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO NA ATIVIDADE-FIM PERMITIDA PELA REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/17..... 173

Jerson Lucas do Nascimento Júnior; Ivan Barbosa Martins; Rodolfo Assis Ferreira e Cláudio Boy.

A CONFIGURAÇÃO DO ABUSO DE PODER RELIGIOSO NO DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO..... 174

João Marcos Pires Franco Santana, Humberto, Rafael, Rodolfo.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO E A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA POR DÉBITOS DE IPTU..... 175

Maria Aparecida Coelho, Marcio Xavier Coelho

(IN)CONSTITUCIONALIDADE DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA.. 176

Késia Garcia de Andrade, Júlia de Paula Vieira, Salatiel Ferreira Lúcio e Cláudio Boy Guimarães

**MATERNIDADE NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE ACERCA DO
HABEAS CORPUS 143.641/STF.....** 177

Larissa Gomes da Silva, Ivan Lopes Sales, Cláudio Boy
Guimarães, Oscar Alexandra Teixeira Moreira.

**DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS EM VIRTUDE DE
BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO POR DECISÃO
JUDICIAL POSTERIORMENTE REVERTIDA.....** 178

Larissa Sturzeneker de Oliveira, Rodolfo Assis, Ivan Barbosa,
Júlia de Paula Vieira

**ITCMD – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE CAUSA MORTIS
E DOAÇÕES E SUA PROGRESSIVIDADE À LUZ DO ARTIGO
145, §1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....** 179

Luciano Coelho De Lima, Salatiel Fereira Lúcio, Cláudio Boy E
Oscar Moreira

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO MATERIAL..... 180

Maria Gabriela Machado Seles, Kleider Robert da Cruz, Luiz
Eduardo/ Pedro

**LEI DO DEPOIMENTO ESPECIAL (13.431/17): COMBATE A
REVITIMIZAÇÃO EM SOBREPOSIÇÃO AOS PRINCÍPIOS
CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA
DEFESA.....** 181

Mariana Rúbio de Oliveira, Ivan Lopes Sales, Alessandra Dias
Baião Gomes e Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior

SUICÍDIO DE DETENTOS NO INTERIOR DOS

ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS: A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS OMISSIVOS.....	182
Meirielly Marques Santos Azevedo; Anderson Fábio Nogueira Alves; Humberto e Américo.	
A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 13.286/16 A LUZ DO ARTIGO 37 § 6º CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	183
Millene Apolinario Machado; Kleider Robert; Rodolfo Assis Ferreira e Humberto Luiz	
(IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES AMBIENTAIS.....	184
Miquéias Alcantara de Godoy, Juliana Ervilha, Alessandra Baião, Luiz Eduardo	
A REFORMA TRABALHISTA E O CONTRATO INTERMITENTE: UMA ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	185
Diego Henrique Ferreira da Rocha, Ivan Barbosa Martins	
A INCONSTITUCIONALIDADE DO ABORTO EM CASOS DE MICROCEFALIA.....	186
Natália Fernanda Rodrigues Assis, Juliana Ervilha Teixeira Pereira, Rafael Firmino Soares, Humberto Luiz Salustiano Costa Junior	
A VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE SEM ANUÊNCIA DE FILHOS RECONHECIDOS A POSTERIORE.....	187
Natália De Souza Costa, Rodolfo Ferreira Assis, Alessandra Baiao, Rodolfo Assis, Neuber Teixeira	

TRABALHO DA MULHER GESTANTE: apontamentos sobre a proteção à maternidade no ordenamento juslaboral brasileiro.....	188
Nathália Ferreira de Oliveira Santos, Neuber Teixeira dos Reis Júnior, Juliana Ervilha e Márcio Xavier	
NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE LAJE A LUZ DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E DA LEI 13.465/17.....	189
Jonhtan de Freitas Alves, Cláudio Boy Guimarães, Ivan Barbosa, Salatiel Ferreira	
O DIREITO À PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE MENORES DE 14 ANOS QUE TRABALHAM.....	190
Nelson Pizzatto Zortea, Rodolfo de Assis Ferreira, Ivan Barbosa Martins, Julia de Paula Vieira	
O DANO MORAL NO ÂMBITO DO ABANDONO AFETIVO INVERSO.....	191
Isabela Cristina Fernandes, Kleider Robert Rocha Cruz, Pedro e Frederico	
O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES TIPIFICADOS PELA LEI Nº 11.343/06.....	192
Fabio Vieira Firmo, Almir Lugon, Ivan Sales, Dário Júnior	
O REFLEXO DA REINCIDÊNCIA NA PROGRESSÃO DE REGIME EM CRIMES HEDIONDOS OU EQUIPARADOS.....	193
Matheus Cunha Fernandes, Dário José Soares Júnior, Cláudio Boy Guimarães e Júlia de Paula Vieira	

O USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL E A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	194
Jennifer Vieira Almeida, Juliana Ervilha, Alessandra Baião, Américo Galvão	
PENSÃO POR MORTE AO NASCITURO.....	195
Karine Terezinha Coelho; Rodolfo Assis Ferreira; Ivan Barbosa, Julia de Paula Vieira.	
“PLEA BARGAIN”	196
Diego Leonardo P. Barcelos, Ivan Sales, Alessandra Baião e Humberto Luiz	
POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE.....	197
Débora Mayame de Oliveira; Frederico Fernandes Dutra; Júlia de Paula e Oscar Alexandre Teixeira Moreira.	
CRIMES VIRTUAIS: ASPECTOS CONTROVERSOS A RESPEITO DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 154-A DA LEI 12.737/12.....	198
Raphaela Xavier Ligeiro Ferreira, Júlia de Paula Vieira, Pedro Henrique Xavier Tiola e Salatiel Ferreira Lucio.	
A RELATIVIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS AOS ASCENDENTES.....	199
Nayara de Araújo, Rafael Soares Firmino; Rodolfo Assis Ferreira, Oscar Alexandre Teixeira Moreira.	
EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL: ANÁLISE CIVIL	

**CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR A PARTIR DO
RE Nº888.815/RS.....** 200

Aparecida do Carmo da Silva, Alessandra Baião, Júlia de Paula Vieira, Juliana Ervilha

**O DIREITO DO NASCITURO AO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR
MORTE NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....** 201

Leiliane Valente da Silva, Kleider Robert Rocha Cruz, Pedro Henrique Xavier Tiola, Frederico Fernandes Dutra.

**RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR
DANO AMBIENTAL.....** 202

Géssica Barbosa Ramos, Juliana Ervilha Teixeira Pereira, Márcio Xavier Coelho e Neuber Teixeira Reis Júnior.

**CRIME DE COMPARTILHAMENTO ILEGAL DE TV A CABO SEM
CONTRATO COM A DISTRIBUIDORA DO
SINAL.....** 203

Inácio Vieira Filho, Júlia de Paula Vieira

**A LEI MARIA DA PENHA COMO PROTEÇÃO DE
TRANSGÊNEROS EM RELAÇÕES HOMOAFETIVAS.....** 204

Andressa Teixeira Bois; Júlia de Paula Vieira; Claudio Boy e Salatiel

**NASCITURO E O DIREITO AO RECEBIMENTO DE PENSÃO POR
MORTE.....** 205

Breno Rodrigues Batista; Neuber; Marcio; Juliana Ervilha

**HOMICÍDIO NO TRÂNSITO COM AUTOR EMBRIAGADO:
ARTIGO 302 CTB.....** 206

Caique Nascimento Silva Oliveira, Luís Eduardo Gomes,
Anderson Fábio Nogueira Alves, Julia de Paula

**A POSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO NO CRIME ESTUPRO
DE VULNERÁVEL.....** 207

Caroline Ferreira Sobrinho, Ivan Lopes Sales, Almir Fraga
Lugon e Luiz Eduardo Moura Gomes

**O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS:
CAUSA-PILOTO OU PROCEDIMENTO MODELO?** 208

Rosana Cristhine de Oliveira Barbosa, Cláudio Boy Guimarães,
Julia de Paula; Salatiel Ferreira

**A IICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS MEDIANTE VIOLAÇÃO DE
DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS: UMA ANÁLISE DO HC 89981 –
MG.....** 209

Álvaro Celso Mendes, Kleider Robert Rocha Cruz, Júlia de
Paula Vieira e Claudio Boy Guimarães

**O ESTADO LAICO E O ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL
NAS ESCOLAS DE REDE PÚBLICA NO BRASIL.....** 210

Isabela Emiliano da Silva, Humberto Luiz Salustiano Costa
Júnior, Anderson Fábio Nogueira Alves

ABORTO: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA E SUA

NECESSÁRIA DESCRIMINALIZAÇÃO..... 211

Regiane Vieira Lourenço. Almir Fraga Lugon. Dário Júnior.
Ivan Sales

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DA
HOMOFOBIA E DA TRANSFOBIA POR MEIO DO
JULGAMENTO DA ADO Nº 26..... 212**

Fernanda Rodrigues Gomes de Sousa, Júlia de Paula Vieira,
Kleider Robert Rocha Cruz / Rodolfo Assis Ferreira

**A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DESISTÊNCIA NO
PROCESSO DE ADOÇÃO..... 213**

Isabelle Lima Rodrigues, Alessandra Baião, Juliano Sepe,
Anderson.

**PLEA BERGAIN E SUA APLICABILIDADE NO DIREITO
BRASILEIRO..... 214**

Letícia Salgado Sathler, Julia de Paula Vieira, Salatiel Ferreira
Lucio Ferreira e Cláudio Boy Guimarães

**IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO ANTES DO TRANSITO EM
JULGADO DE SENTENÇA CONDENATORIA..... 215**

Yves Alves dos Santos, Humberto Luiz, Oscar Moreira, Salatiel
Ferreira

**(IN)CONSTITUCIONALIDADE DA TRIBUTAÇÃO DOS ATOS
COOPERATIVOS ATÍPICOS..... 216**

Kimberlly Nathaly Fialho Faria, Salatiel Lucio Ferreira, Julia de
Paula Vieira, Claudio Boy Guimarães

CYBERBULLYING E A NECESSIDADE DE SUA REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA..... 217

Kátia De Oliveira Costa, Luiz Eduardo Moura Gomes, Ivan Sales e Almir Lugon

DIREITO AO ESQUECIMENTO: LIMITE DA LIBERDADE DE IMPRENSA À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... 218

Lucas Júnior Ferreira Franco, Cláudio Boy Guimarães, Carol, Ivan Barbosa Martins.

ADOÇÃO À “BRASILEIRA” ATO DE AMOR OU DE ILEGALIDADE..... 219

Nathália Medeiros Machado, Alessandra Dias Baião, Rafael Soares Firmino, Cláudio Boy Guimarães

A UNIÃO POLIAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDA..... 220

Pamela Soares de Araújo, Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior, Rodolfo de Assis Ferreira e Kleider Robert Rocha Cruz

O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE X O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL..... 221

Josiene Maria Do Nascimento, Cláudio Boy Guimarães, Rafael Soares Firmino E Salatiel

DO INSTITUTO DA INTERDIÇÃO SOB A ÓTICA DA LEI 13.146/2015 E NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 222

Maria Emília Fernandes Da Silva, Alessandra Baião, Juliana Ervilha, Júlia.

NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE LAJE À LUZ DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E DA LEI 13.465/17..... 223

Aline Fernanda Dornelas, Kleider Robert Rocha Cruz, Humberto Luiz Salustiano Costa Junior, Rodolfo de Assis Ferreira

A TARIFAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO E SUA INCONSTITUCIONALIDADE..... 224

Roberson das Graças Costa Frutuoso, Frederico Fernandes Dutra, Marcio Xavier, Rafael Soares Firmino.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO LEGISLADOR POSITIVO..... 225

Caroline Sathler Lino Soares, Frederico Fernandes Dutra

LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA..... 226

Paulo Henrique Rodrigues Paulino; Salatiel Ferreira Lúcio; Ivan Barbosa e Américo Galvão Neto.

RESPONSABILIDADE CIVIL PELA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA NO PROCESSO DE ADOÇÃO..... 227

Andreísa Carvalho da Silva; Rafael Soares Firmino; Claudio Boy Guimarães e Salatiel Ferreira Lúcio.

A INTERNAÇÃO DE MAIOR CAPAZ.....	228
Sara Marques Ferreira, orientadora, Juliana Ervilha, integrantes da banca Luiz, Salatiel.	
“PLEA BARGAINING” E O PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	229
Cínthya Aniceto Peixoto, Ivan Lopes Sales, Almir Fraga Lugon e Luiz Eduardo Moura Gomes	
RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PRÁTICA DO CYBERBULLYING.....	230
Thamara Alvina da Silva, Cláudio Boy Guimarães, Julia de Paula Vieira, Salatiel Ferreira Lúcio	
ANÁLISE DO DOLO EVENTUAL NA TRAGÉDIA DE BRUMADINHO.....	231
Gustavo Henrique Silva Martins, Dário Soares Júnior, Almir Lugon e Ivan Sales.	
A RECUSA DA TRANSFUÇÃO SANGUÍNEA PELOS RESPONSÁVEIS DE MENORES TOTALMENTE INCAPAZES NO CASO DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ.	232
Ronaldo do Carmo Frutuoso; Claudio Boy Guimarães; Salatiel/ Rafael Firmino.	
APLICABILIDADE DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO DE FAMÍLIA.....	233
Késsia Lauane Vieira da Silva; Alessandra Dias baião; Juliano	

Sepe, Neuber teixeira dos Reis Junior.

A CONDUTA DO SNIPER SOB A ÓPTICA DA EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE..... 234

Pamela Stéphanie Soares, Luiz Eduardo Moura Gomes, Cláudio Boy Guimarães, e Carolina Sena.

CONCESSÃO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE COFINS AS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DE LEI ORDINÁRIA.....

Heryson Anselmo Silva; Rodolfo de Assis Ferreira

235

A (IN) APLICABILIDADE DA LEI 11.343/2006 AOS MILITARES APÓS O ADVENTO DA LEI 13.491/2017..... 236

William Douglas Chaves de Miranda, Luiz Eduardo Moura Gomes, Anderson Fábio Nogueira Alves e Neuber Teixeira dos Reis Júnior

O SALÁRIO MATERNIDADE E O AUMENTO DO PERÍODO DE CONCESSÃO PARA MÃES DE BEBÊS PREMATUROS..... 237

Esterlaine Silva Aguiar, Julia de Paula Vieira, Dario José Soares Júnior, Claudio Boy Guimarães

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA *POST MORTEM* EM FACE DO DIREITO SUCESSÓRIO..... 238

Sthéfany Tavares Freire, Rafael Soares Firmino, Humberto Luiz Salustiano Costa Junior, Rodolfo de Assis Ferreira

ANÁLISE DA ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE E O PAPEL DO SENADO FEDERAL..... 239

Pedro Paulo Rebelo Fialho, Juliana Ervilha Teixeira Pereira, Alessandra Baião, Júlia de Paula

O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA NA CONTEMPORANEIDADE E A PRESERVAÇÃO DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL..... 240

Osvaldo Martins Júnior, Dário José Soares Júnior, Oscar Alexandre Teixeira Moreira Rodolfo de Assis Ferreira

A POSSIBILIDADE DO ABORTO ATÉ O TERCEIRO MÊS DE GESTAÇÃO..... 241

José Rogério Inácio Júnior, Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior, Oscar Alexandre Teixeira Moreira e Salatiel

DEPOIMENTO SEM DANO CRIMES ENQUADRADOS NA LEI N.º 13.431 DE 4 DE ABRIL DE 2017..... 242

Ana Carolina de Paula Braga, Dário Junior; Ivan Sales e Almir

CRIMES VIRTUAIS – UMA ANÁLISE DA LEI 12.737/2012..... 243

Miriam Fortunato Martins, Luiz Eduardo Moura Gomes, Cláudio Boy Guimarães e Carolina Sena

OS DISCURSOS DE ÓDIO E A ANÁLISE DA PONDERAÇÃO ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... 244

Nefthales Batista Costa, Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior, Juliana Ervilha Teixeira Pereira e Rafael Soares Firmino.

LEGITIMIDADE PASSIVA SUCESSÓRIA DO HERDEIRO CONCEBIDO POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL POST MORTEM..... 245

Yasnaia Tanandra de Souza Barbosa, Alessandra Dias Baião Gomes; Rafael Soares firmino, Claudio Boy Guimarães

INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NÓS CRIMES MILITARES..... 246

Sara Ribeiro de Souza Menezes, Almir Fraga Lugon, Ivan Sales e Rafael Soares Firmino.

A IMPOSSIBILIDADE DA CARACTERIZAÇÃO DO DOLO EVENTUAL NOS CRIMES DE TRÂNSITO POR EMBRIAGUEZ APÓS A LEI Nº 13.546/2017..... 247

Dionatã Guilherme Alves Pinheiro, Almir Fraga Lugon

EUTANÁSIA: A VIDA OU A MORTE DIGNA..... 248

Rodrigo Guadalupe da Silva, Cláudio Boy Guimarães. Alessandra Dias Baião; Rafael Soares Firmino.

A TARIFAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA INCONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 223-G..... 249

Anesiara Fernanda da Silva, Frederico Fernandes Dutra, Pedro

Henrique Xavier Tiola e Ivan Barbosa Martins

A (IN) VIABILIDADE DE CASSAÇÃO E SUSPENSÃO DA CNH E DA PPD PELA APLICAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO DE NATUREZA GRAVE..... 250

Marcus Vinícius da Silva, Luiz Eduardo, Julia de Paula e Juliano Sepe.

A POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA UNIÃO POLIAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO..... 251

Skarlety da Silveira Tolledo, Alessandra Baião, Ivan Barbosa e Rodolfo de Assis Ferreira

O ABORTO EM CASO DE FETO PORTADOR DE MICROCEFALIA..... 252

Alice Ferreira de Souza Carvalho, Ivan Sales, Alessandra Baião, Humberto Luiz Salustino Costa Jr.

O RECONHECIMENTO DA “ADOÇÃO À BRASILEIRA FACE AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE..... 253

Luana Luzia de Oliveira, Juliana Ervilha Teixeira Pereira, Humberto Luiz Salustiano Costa Junior e Rafael Soares Firmino

A MORTE DIGNA EM FACE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... 254

Láís Regina da Silva, Juliana Ervilha, Luiz Eduardo e Salatiel

FALSAS MEMÓRIAS E A VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....

Weslaine Florentino da Silva Correa, Anderson Fábio Nogueira Alves, Humberto Salustiano Costa Júnior, Júlia de Paula Vieira. 255

A TEORIA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO NA DOCTRINA BRASILEIRA: UMA PERCEPÇÃO EQUIVOCADA..... 256

Keisiane Dias Da Silva, Dário José Soares Júnior, Rodolfo de Assis Ferreira e Oscar Alexandre Teixeira Moreira.

EUTANÁSIA: A VIDA OU A MORTE DIGNA..... 257

Rodrigo Guadalupe da Silva, Cláudio Boy Guimarães. Alessandra Dias Baião; Rafael Soares Firmino.

DO USO INDEVIDO DO PAGAMENTO DO BICHO COMO DIREITO DE IMAGEM DO JOGADOR DE FUTEBOL COMO FORMA DE FRAUDAR ENCARGOS TRABALHISTAS..... 258

Rodrigo Coelho Costa, Márcio Xavier, Frederico Fernandes Dutra e Rafael Soares Firmino

SURDEZ UNILATERAL: É OU NÃO CONSIDERADA DEFICIÊNCIA PARA FINS DE CONCURSO PÚBLICO? 259

Matheus Moura Miranda de Paula Franco, Salatiel Ferreira Lúcio, Rafael Soares Firmino e Cláudio Boy Guimarães.

260

AS RELAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS DIGITAIS E O DIREITO SUCESSÓRIO.....

Lucas Gomes Monteiro, Rafael Soares Firmino, Cláudio Boy
Guimarães e Salatiel Ferreira Lúcio.

**TRANSFUÇÃO DE SANGUE EM CASOS “TESTEMUNHAS DE
JEOVÁ” 261**

Izau Christofer de Oliveira Souza, Humberto Luiz, Cláudio Boy,
Salatiel

**INOVAÇÕES DAS TESES DE DEFESA NA TRÉPLICA NO
TRIBUNAL DO JÚRI: DIREITO A PLENITUDE DE DEFESA..... 262**

Tomaz Casemiro de Souza Neto, Dário José Soares Júnior,
Oscar Alexandre, Almir Lugon

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO
DELEGADO DE POLÍCIA..... 263**

Wellington Comini Bezerra de Oliveira, Almir Lugon, Luiz
Eduardo Moura Gomes, Ivan Lopes Sales

**PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA E O DUPLO GRAU
DE JURISDIÇÃO..... 264**

Vanderlei Lopes Pereira, Dario José Soares Junior, Almir Fraga
Lugon, Ivan Sales

**APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO:
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS REQUISITOS EXIGIDOS
DIANTE DOS TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS..... 265**

Vitória de Oliveira Noronha, Rodolfo Assis, Humberto, Kleider

Unidade João Monlevade

266

A DUPLA PATERNIDADE NO REGISTRO CIVIL E SEUS EFEITOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO..... 267

Geralda Maria de Castro Oliveira, Walter Veloso Dutra, Marcos Bernardes Rosa, Rainer Bomfim

OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA A SEREM PAGOS PELO AUTOR HIPOSSUFICIENTE Á LUZ DA REFORMA TRABALHISTA (LEI 13.467/2017)..... 268

Lucas Junior Martins, Francisco Henrique Otoni Barros, Alexandro Pastorini e Larissa de Oliveira S. Araújo

SÍNDROME DE BURNOUT COMO CONSEQUÊNCIA DO ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL..... 269

Amanda Cristina Souza, Ariete Pontes de Oliveira, Ítalo Moreira Reis, Jose Rui Bretas.

A AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL SEGUNDO A LEI 13.718/18: uma expressão do Direito Penal Simbólico..... 270

Thamires Caldeira Gandra, Maria Luíza Machado de Barros, Ícaro Trindade Carvalho, Marcos Bernardes Rosa.

A DESJUDICIALIZAÇÃO E O PAPEL DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS: Uma análise da usucapião extrajudicial..... 271

Thaylane do Espírito Santo, Elivânia Felícia Braz, Vitor André

Merlo Rocha, Tenório Moreira da Silva.

DA ANÁLISE DO DIREITO PENAL DO INIMIGO E SUA (IN)APLICABILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO..... 272

Silas Almeida do Carmo, Marcos Bernardes Rosa, Maria Luiza M. de Barros, Zilda Onofri.

DIREITO DIGITAL: A NEUTRALIDADE DA REDE E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE..... 273

Cleber de Souza Ferreira Junior, Hugo Lázaro Marques Martins, Tenório Moreira, Caio Nunes

O ABUSO DO PODER ECONÔMICO FRENTE AO PROCESSO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: uma reflexão sobre a atuação dos grupos religiosos..... 274

Guilherme Perdigão Frade Moraes, Hugo Lázaro Marques Martins, Marcos Bernardes Rosa, Caio Nunes

A UTILIZAÇÃO DO ARTIGO 139, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO MÉTODO PARA GARANTIR O RESULTADO PRÁTICO EQUIVALENTE DO PROCESSO..... 275

Wesley de Freitas Domingues, Fabiano Thales de Paula Lima, Tenório Moreira da Silva, João Paulo Reis

OS CRIMES CONTRA A HONRA COMETIDOS NO AMBIENTE DIGITAL: SUA DIMENSÃO E INACESSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO. 276

Márcio Vinícius Rodrigues, Hugo Lázaro Martins, Filipy Bicalho

e Caio Nunes

A GARANTIA DO SIGILO E PROTEÇÃO DAS TESTEMUNHAS EM CONFRONTO COM O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA..... 277

Arthur César dos Santos Francisco, Amaral Roque Bueno, Maria Luiza Machado de Barros e João Paulo Reis de Deus

ANÁLISE JURÍDICA DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA: POSSIBILIDADES E REPERCUSSÕES NO DIREITO DAS FAMÍLIAS..... 278

Ruberlânia Gonçalves Coelho Amorim Castro, Walter Veloso Dutra, Marcos Bernardes Rosa, Rainer Bomfim

A EFETIVIDADE DO DIREITO PENAL PARA A TUTELA DA DIGNIDADE SEXUAL DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DO ARTIGO 215-A..... 279

Jussandro Junio Moreira, Maria Luíza Machado de Barros, Francisco Henrique Barros, Ícaro Trindade Carvalho

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE: UMA ANÁLISE DOS CRIMES FISCAIS À LUZ DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE..... 280

Glauber Lincoln de Souza Faria, Hugo Lázaro Martins, Amaral Roque Bueno, Caio Magalhães Nunes

ADOÇÃO TARDIA: A UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE INTUITU PERSONAE COMO FORMA DE FACILITAR A INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM MAIS DE 03 ANOS EM NOVAS FAMÍLIAS..... 281

Maressa Cristina Gonçalves Alves, Elivânia Felícia Braz,
Tenório Moreira e Carla Gomes

**A ILEGALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DIRETA PELO
MINISTÉRIO PÚBLICO.....** 282

Euler de Oliveira Domingues, Fabiano Thales de Paula Lima,
Tenório Moreira, João Paulo Reis.

**PHISHING – ESTELIONATO OU CRIME CONTRA A ECONOMIA
POPULAR?** 283

Hélen de Souza Reis, Amaral Roque Bueno, Maria Luiza
Machado de Barros, João Paulo Reis de Deus

**A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL TRATADA SOB A
PERSPECTIVA DA MEDIAÇÃO E DA CONSTELAÇÃO
FAMILIAR.....** 284

Vinicius Romagnoli Mendes, Micheline Glayse Silva, Tenório
Moreira, Pollyana Vieira.

**MATERNIDADE ENCARCERADA: PERSPECTIVAS DAS MÃES
NO AMBIENTE CARCERÁRIO.....** 285

Filipe Henrique Gomes da Silva; Amaral Roque Bueno; Maria
Luiza Machado de Barros; Luiza Helena Coelho de Souza.

ANÁLISE JURÍDICA NO PROCESSO DE ADOÇÃO TARDIA..... 286

José Milton Medeiros Junior, Walter Veloso Dutra, Marcos
Bernardes Rosa, Rainer Bomfim

A LEI Nº 13.718 E A TENTATIVA BRASILEIRA DE ENFRENTAMENTO AO REVENGE PORN E À EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA..... 287

Talisson Vital dos Santos, Alberto Gomes Vieira, Walter Veloso Dutra, Margarete Alves Zunarren

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA: UMA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA À LUZ DO BIODIREITO..... 288

Laysla Evilen Gomes Brandão, Walter Veloso Dutra, Marcos Bernardes Rosa E Rainer Bonfim

IDENTIDADE PATERNA SONEGADA: CONSEQUÊNCIAS NO DIREITO SUCESSÓRIO..... 289

Gabriela dos Reis Santos, Elivânia Felícia Braz, Tenório Moreira da Silva e Rayssa Pereira Azevedo.

(IN) VALIDADE DAS DOAÇÕES DE FIÉIS RELIGIOSOS POR DOLO..... 290

João Paulo Viana Martins, Amaral Roque Bueno, Tenório Moreira da Silva, João Paulo Reis de Deus

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL..... 291

Raquel Araújo Nascimento, Micheline Glayse Silva, Cleila Moreira de Souza, Pollyanna do Patrocínio Vieira

“ESTUPRO CORRETIVO” COMO FORMA DE CONTROLE COMPORTAMENTAL DA VÍTIMA: um estudo sobre a violência sexual lesbofóbica..... 292

Santhiele Gomes dos Santos, Ícaro Carvalho Trindade, Thais Vital, Renata Martins de Souza.

TRABALHO ESCRAVO: O TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO E SEUS CONTORNOS JURÍDICOS..... 293

Miriellen Pereira Malta, Francisco Henrique Otoni de Barros, Alexandro Pastordine, Larissa de Oliveira S. Araujo.

A INCLUSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA: UM DIÁLOGO PARA EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO DO HOMOAFETIVO NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO..... 294

Moisés Martins de Assis, Ariete Pontes de Oliveira, Ítalo Moreira Reis, José Rui Guimarães Bretas.

A ANÁLISE DO VALOR PROBATÓRIO DA PALAVRA ISOLADA DA VÍTIMA NOS CRIMES DE ESTUPRO DE VUNERÁVEL..... 295

Paloma Moreira Coura, Renata Martins De Souza, Elivânia Felícia Braz, Ícaro Trindade Carvalho

ANÁLISE JURÍDICA E SOCIAL DO TRÁFICO DE ÓRGÃOS..... 296

Ivany Aparecida de Souza, Marcos Bernardes Rosa, Maria Luiza M. de Barros, Neuza Cotta.

A QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO: CONSIDERAÇÃO ACERCA DA POSSIBILIDADE DA SUA APLICAÇÃO EM CASOS DE HOMICÍDIOS DE MULHERES TRANSGÊNERAS..... 297

Priscila Mól da Mota, Fabiano Thales de Paula Lima, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Francisco Henrique Otoni de Barros.

EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER NO BRASIL: uma análise sobre a perspectiva de gênero..... 298

Ana Luiza Gomes Pereira, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Daniel Ortiz Matos, Joice Gomes da Silva.

LIMBO JURIDICO PREVIDENCIARIO E TRABALHISTA..... 299

Leila Aparecida Rossi, Ítalo Moreira Reis, Amaral Roque Bueno, Regiane Quintão

A (IM)POSSIBILIDADE DA PERDA DA MEAÇÃO DO CÔNJUGE INDIGNO CONDENADO POR HOMICÍDIO DOLOSO DO CONSORTE..... 300

Fernanda Sartori, Fabiano Thales de Paula Lima, Tenório Moreira da Silva, João Paulo Reis

ADOÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS POR NÃO ÍNDIO: análise jurídica à luz do melhor interesse do menor..... 301

Ananda Silva Corrêa, Larissa de Oliveira Santiago Araújo, Filipy Salvador Pereira Bicalho e Érica Verli

A PERSPECTIVA DE UM NOVO ESTADO CIVIL PARA O CONVIVENTE EM UNIÃO ESTÁVEL..... 302

Luana Policarpo Gomes, Renata Martins de Souza, Larissa de Oliveira Santiago Araújo, Elivânia Felícia Braz

TESTAMENTO VITAL: ANÁLISE JURÍDICA DE VIABILIDADE DO INSTITUTO NO ORDENAMENTO PÁTRIO À LUZ DOS

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	303
Tamara Rodrigues Sousa, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Daniel Ortiz Matos, Joice Gomes da Silva	
A PESSOA TRANSEXUAL E O DIREITO DE RECEBER AS APOSENTADORIAS POR IDADE E POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE ACORDO COM O GÊNERO ADOTADO.....	304
Maria Tereza Caracioly Gomes, Larissa de Oliveira Santiago Araújo, Ícaro Trindade Carvalho, Érica Verlí.	
DA (IR)RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA PRÁTICA DO <i>BULLYING</i> NO MEIO ESCOLAR.....	305
Fernanda Paula Gondin, Renata Martins de Souza, Ícaro Trindade Carvalho e Daniel Ortiz Matos	
MULTIPARENTALIDADE E SEUS REFLEXOS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES.....	306
Maria das Graças Teixeira Coelho , Filipy Salvador Pereira Bicalho , Daniel Ortiz, Joice Gomes	
ACESSO À JUSTIÇA: OS REFLEXOS DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NO DIREITO DO TRABALHO PÓS REFORMA TRABALHISTA.....	307
Pablo Schleveis Almeida; Ítalo Moreira Reis; Renata Martins e Regiane Quintão	
O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E A REFORMA TRABALHISTA.....	308
Mônica Nery Ferreira Bastos da Silva, Francisco Henrique	

Otoni de Barros, Alexandro Pastorini, Elivânia Felícia Braz

DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA: GARANTIA SIMBÓLICA AO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA..... 309

Camila Menezes Loureiro, Renata de Souza Martins, Marcos Bernardes Rosa, Daniel Ortiz

DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA E DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE DA MULHER..... 310

Paula Ohana Gandra Alves; Ícaro Trindade Carvalho; Neuza Cotta e Marcos Bernardes

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: MECANISMO PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS E COMBATE À CULTURA DO ENCARCERAMENTO NO BRASIL..... 311

Laura Barcelos Carvalho Gomes, Renata Martins de Souza, Marcos Bernardes Rosa, Daniel Ortiz

ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL: SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO..... 312

Lucas Henrique dos Santos Barros, Hugo Lázaro Marques Martins, Caio Magalhães Nunes, Micheline Glayse Silva

LICENÇA-PATERNIDADE: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DO NOVO PAPEL DO HOMEM NO SEIO FAMILIAR..... 313

Wesley Josué Mendes Soares, Larissa de Oliveira Santiago Araújo, Micheline Glayse Silva, Mariane Cabral Lima Alves

Pantuzá.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E A RESERVA DO POSSÍVEL..... 314

Ana Paula Leite, Amaral Roque Bueno

MÃES NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEI Nº 13.769/18 SOB A ÓTICA PRISIONAL CONTEMPORÂNEA..... 315

Thais Ludimila Nepomuceno, Fabiano Thales de Paula Lima, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Francisco Henrique Otoni de Barros.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL E A NÃO APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... 316

Joyce Inara Sérgio da Silva, Micheline Glayse Silva, Tenório Moreira Silva, Alessandro Moreira Lima

ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DOS FERIADOS RELIGIOSOS EM FACE DA LAICIDADE ESTATAL..... 317

Gilmara Patrícia Alves Rios Vieira, Hugo Lázaro Marques Martins, Marcos Bernardes Rosa, Caio Nunes

NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO: UMA ANÁLISE SOBRE PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO NO TOCANTE ÀS QUESTÕES RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR..... 318

Ritchelly Mariny Gonçalves de Souza, Ítalo Moreira Reis, Amaral Roque Bueno, Regiane Quintão

ANÁLISE JURÍDICA DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA SOBRE A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS NO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG..... 319

Luana Canazart Souza Silva, Margarete Alves Zunzarren, Alberto Gomes Vieira, Anna Carolina Barros

RACISMO ESTRUTURAL: a (in)efetividade das leis de proteção contra racismo previstas no Código Penal, na Constituição de 88 e na Lei nº 7.716/89..... 320

Thaís Andrade Lucas, Ícaro Trindade Carvalho, Renata Martins de Souza e Emerson Araújo Barbosa

O FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL: A Inconstitucionalidade dos incisos II e VI da Recomendação nº 12/2018 frente os princípios da Informalidade, Simplicidade e Celeridade..... 321

Wesley Lourenço Claudino, Hugo Lázaro Marques Martins, Micheline Glayse e Caio Nunes

OS DESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO PERANTE O FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA: Uma análise a interferência do judiciário nas verbas destinadas ao ato discricionário do gestor público..... 322

Júlio César Porto Castro, Margarete Alves Zunzarren, Alberto Gomes Vieira, Mateus Bretas de Padua.

DIVERSIDADE DE GÊNERO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS... 323

Laryssa Gabriella Fonseca, Ícaro Trindade Carvalho, Renata Martins de Souza e Walter Veloso Dutra

A (IN)APLICABILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA POR PRESUNÇÃO DE FUGA DO ACUSADO QUE SE ENCONTRA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO..... 324

Camila Rafaya Guimarães Ferreira Gomes, Maria Luíza Machado de Barros, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Neuza Ribeiro Cotta

(IN)APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ÀS COOPERATIVAS DE CRÉDITO..... 325

Rogimar Silva de Paula, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Daniel Ortiz Matos, Joice Gomes da Silva.

TESTAMENTO VITAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS..... 326

Samuel Felipe Gonçalves Andrade; Walter Veloso Dutra; Marcos Bernardes Rosa; Rainer Bonfim

A PRESUNÇÃO DE PERICULOSIDADE DO INIMPUTÁVEL POR DOENÇA MENTAL: UMA EXPRESSÃO DO DIREITO PENAL DO AUTOR..... 327

Gabriel Henrique Guimarães da Silva; Maria Luíza Martins de Barros; Ícaro Trindade de Carvalho, Marcos Bernardes Rosa

A PROGRESSIVIDADE DAS ALÍQUOTAS DO ITR E O PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO..... 328

Aloysio Gabriel de Oliveira, Hugo Lázaro Marques Martins, Filipy Bicalho Salvador, Caio Nunes

ADVOCACIA 4.0 - EMPREGO DA INTELIGENCIA ARTIFICIAL NOS PROCESSOS JUDICIAIS E APLICABILIDADE DO MODELO LEAN NA ADVOCACIA.....	329
Juliano Leite Paixão, Micheline Glayse Silva, Tenório Moreira, Alessandro Lima	
A (IN) SUFICIÊNCIA DAS LEIS 11.340/06 e 13.104/15 NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	330
Magda Julia Pereira Siqueira, Maria Luiza Machado de Barros, Ítalo Moreira dos Reis, Marcos Bernardes Rosa	
O MONITORAMENTO ELETRÔNICO COMO MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DO ENCARCERAMENTO.....	331
Alisson Pablo Cunha Ferreira, Ícaro Trindade Carvalho, Renata Martins de Souza e Marcos Bernardes Rosa	
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO DIREITO PENAL: o direito ao esquecimento em confronto à informação.....	332
Ednei Viúdes Araújo; Amaral Roque Bueno, Ariete Pontes de Oliveira, Hugo Lázaro Martins, e Marcos Bernardes Rosa	
OS CRIMES VIRTUAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	333
Clícia Santos Salgado, Esp. Alberto Gomes Vieira, MSc. Margarete Alves Zunzarren, MSc. Walter Veloso Dutra	
DESIGUALDADE DE GÊNERO E PATRIARCALISMO: a mulher como vítima do sistema.....	334

Carolina Basílio Santos, Hugo Lázaro Martins Marques,
Micheline Glayse, Caio Nunes

**A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO TERMO
CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA REALIZADO PELA
POLÍCIA MILITAR.....** 335

Hugo Farias Lô, Esp. Alberto Gomes Vieira, Esp. Emerson
Barbosa, Esp. Elivânia Felícia Braz

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CO-CULPABILIDADE NO
DIREITO PENAL: a responsabilidade do Estado frente às
desigualdades socioeconômicas.....** 336

Miriã Leônidas Sabino, Alberto Gomes Vieira, Elivânia Felícia
Braz, Emesson Júnio Araújo Barbosa

Unidade Juiz de Fora Centro 337

**O SILÊNCIO DE YEBÁ BĚLÓ: fetichização, violação sexual e
ausência de legislação protetiva específica das mulheres
indígenas.....** 338

Livia Trentini, Deo Campos Dutra, Letícia Fonseca Paiva
Delgado, Bruno Farage da Costa Felipe

**DEPOIMENTO SEM DANO”: UM INSTRUMENTO PARA
SALVAGUARDAR O DIREITO DO FILHO MENOR NAS AÇÕES
DE GUARDA.....** 339

Fábio José Patriota Lima, Laira Carone Rachid, Gabriel Senra e
Pádua, Guilherme Madeira Martins

OS LIMITES DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR E OS DIREITOS REPRODUTIVOS DO DEFICIENTE INTELECTUAL.....	340
Lorena Vieira Ramos Ferraz, Cláudio Roberto Santos, Ássima Farhat Jorge Casella, Brenner Duque Belози.	
A ARBITRAGEM NO BRASIL É UMA FORMA DE JURISDIÇÃO OU EQUIVALENTE JURISDICCIONAL?	341
Aline Rodrigues Pinto, Bethania Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins, Luiz Eduardo Barra Ailton	
O INSTITUTO DO <i>JUS POSTULANDI</i> NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ANTE O PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA.....	342
Ana Clara Elias Marques de Oliveira, Bethania Senra e Pádua, Luiz Eduardo Barra Ailton, Aloísio da Silva Lopes Junior	
A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO.....	343
Andreza Garcia Mendes Campos, Letícia Fonseca Paiva Delgado, Gabriel Senra e Pádua, Renata Menezes de Jesus	
O NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO E A SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE.....	344
Isabela Ferreira Bezerra de Azevedo, Flávio Filgueiras Nunes, Bruno Valente Ribeiro, Rafael Sales Pimenta	
ADPF 347: análise da audiência de custódia como uma das medidas decretadas pelo STF.....	345
Jefferson Gomes de Faria, Letícia Fonseca Paiva Delgado, Deo Campos Dutra, Renata Menezes de Jesus	

CONDÔMINO ANTISSOCIAL: mitigação do direito a propriedade face ao descumprimento de sua função social.....	346
Luciana da Silva, Ássima Farhat Jorge Casella, Flávio Filgueiras Nunes, Rafael Sales Pimenta	
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO RESOLUÇÃO DE CONFLITO.....	347
Laís Rodrigues Quintão, Guilherme Madeira Martins, Gabriel Senra e Pádua, Bethania Senra e Pádua	
DA INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	348
Wellington Antônio Benedito, Gabriel Senra e Pádua, Laura Carone Rachid, Bethania Senra e Pádua	
DIREITO AO ADICIONAL NOTURNO PARA POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	349
Felipe Vianelli Ribeiro de Oliveira, Flávio Filgueiras Nunes, Bruno Valente Ribeiro, Rafael Sales Pimenta	
A ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO Nº 175/13 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	350
Alessa Aparecida de Almeida Jorge, Guilherme Madeira Martins, Deo Campos Dutra, Letícia Fonseca Paiva Delgado	
A INCONSTITUCIONALIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA CONTESTAR POR NEGATIVA GERAL NOS CASOS EM QUE ELA NÃO ATUA COMO CURADORA ESPECIAL.....	351

Matheus Martins Bastos, Bethania Senra e Pádua, Aloísio da Silva Lopes Júnior, Luiz Eduardo Barra Ailton

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO..... 352

Dircilaine Cristina Chinelato, Raquel Pinto Coelho Perrota, Letícia Fonseca Paiva Delgado, Guilherme Madeira Martins

A FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DO MOTORISTA PROFISSIONAL EMPREGADO: MECANISMO PARA O AUMENTO DE ACIDENTES E DOENÇAS LABORAIS..... 353

Larissa Rezende Faria, Flávio Filgueiras Nunes, Gabriel Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins

DA INVESTIGAÇÃO DA LEGITIMIDADE DA FAMÍLIA POLIAFETIVA..... 354

Elaine Caetano de Paula, Cláudio Roberto Santos, Ássima Farhat Jorge Casella, Brenner Duque Belozzi

A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 12.990/14 SOB A ÓTICA DA IGUALDADE MATERIAL..... 355

Izaura da Consolação Macário, Bruno Farage Felipe, Renata Menezes de Jesus, Gabriel Senra e Pádua

DIREITO SISTÊMICO – as três Leis Básicas de Bert Hellinger aplicadas como recurso nas soluções adequadas para resolução de conflitos no Sistema Judicial Brasileiro..... 356

Vânia Soraia Custódio Neto, Bethania Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins, Letícia Fonseca Paiva Delgado.

ANÁLISE DA LICENÇA MATERNIDADE NO CONTEXTO DA MATERNIDADE POR SUBSTITUIÇÃO..... 357

Luana Paula Batista Sodré, Laira Carone Rachid, Gabriel Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA COLABORA O PREMIADA..... 358

Márcio Henrique dos Reis de Oliveira, Gabriel Senra e Pádua, Laira Carone Rachid, Guilherme Madeira Martins.

DA REVISITA O DA GARANTIA DE FALTA AO TRABALHO EM VIRTUDE DE ÓBITO OU DOENÇA DE FILHO SOB A PERSPECTIVA DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE..... 359

Patrick do Carmo Fazola, Laira Carone Rachid, Gabriel Senra e Pádua, Bethania Senra e Pádua.

APLICABILIDADE DA A O PENAL PÚBLICA CONDICIONADA NOS CASOS DE LESÃO CORPORAL LEVE E CULPOSA NO ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA..... 360

Marcos Vinicius da Fonseca Gauderetto, Letícia Fonseca Paiva Delgado, Bethania Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins.

A EFICÁCIA DA ATUA O DOS PROGRAMAS DE PROTE O A VIDA DA MULHER PARA O COMBATE AOS CASOS DE FEMINICÍDIO..... 361

Dyessica Mara Felizardo, Letícia Fonseca Paiva Delgado, Raquel Pinto Coelho Perrota, Guilherme Madeira Martins.

A APOSENTADORIA DOS TRANSEXUAIS EM RELAÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA..... 362

Rita de Cássia Nogueira Duarte, Bruno Valente Ribeiro, Flávio Filgueiras Nunes, Rafael Sales Pimenta

MITIGAÇÃO DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL NO PROCESSO DO TRABALHO PARA OS PROFISSIONAIS DO ESPORTE..... 363

Milaine Christina de Souza Campos, Lucas Silva Oliveira, Flávio Filgueiras Nunes.

A USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS: DA SUA IMPOSSIBILIDADE..... 364

Roney da Rocha Gonçalves, Ássima Farhat Jorge Casella, Flávio Filgueiras Nunes, Rafael Sales Pimenta.

UTILIZAÇÃO DE JURIMETRIA NA PROVA DA PROBABILIDADE DO DIREITO..... 365

Renan Winter Spatin, Guilherme Madeira Martins, Gabriel Senra e Pádua, Bethania Senra e Pádua.

A RESPONSABILIDADE NO TRANSPORTE POR APLICATIVOS NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO..... 366

Tiago Franco Assad Rodrigues, Flávio Filgueiras Nunes, Gabriel Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins

A ANÁLISE DO ARTIGO 385 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	368
Adamar Neves de Moura Júnior, José Flávio Barroso Madaleno, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Wendel Salum Dourado	
A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 156 DO CPP E SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO.....	369
Aline das Graças e Silva, Keiciane Valério Emerick, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva	
ANÁLISE DA MULTIPARENTALIDADE E SEUS EFEITOS SUCESSÓRIOS.....	370
Aline Souza Baía, Alessandre Tavares da Silveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto	
DA (IM) POSSIBILIDADE DA COBRANÇA DE TAXA DO ECAD EM EVENTOS PARTICULARES REALIZADOS EM LOCAIS PÚBLICOS.....	371
Arrail Borel Neto, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, Diogo Abineder Nolasco Pereira, José Flávio Barroso Madaleno	
O TRABALHADOR AUTÔNOMO EXCLUSIVO NA REFORMA TRABALHISTA.....	372
Bárbara de Paula Banni, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Alessandre Tavares da Silveira, Carlos Roberto Carraro Júnior	
A (IN)COMPETÊNCIA DO STF PARA INSTAURAR INQUÉRITO DE AVERIGUAÇÃO DE “FAKE NEWS” EM OFENSAS AO	

MAGISTRADO.....	373
Caroline Cysneiros Barbosa, Soraya César Sanglard Costa, Alessandre Tavares da Silveira, Quésia Ribeiro Alves Rabelo	
A NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO.....	374
Daniella Eloi de Souza, Marcorélio Rodrigues dos Reis, José Flávio Barroso Madaleno, Rafael Santana Faria	
TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM À LUZ DOS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES.....	375
Ester Mariza Dutra, Frederico Fernandes Dutra, Kleider Robert Rocha Cruz, Pedro Henrique Xavier Tiola	
OS DIREITOS HEREDITÁRIOS DOS EMBRIÕES POR FECUNDAÇÃO HOMÓLOGA <i>POST MORTEM</i>: AS LIMITAÇÕES JURÍDICAS DO DIREITO NA HERANÇA DO <i>DE CUJUS</i>.....	376
Franciele Cristina Gomes Barbosa, Alessandre Tavares da Silveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto	
A RESPONSABILIDADE CIVIL POR INFIDELIDADE CONJUGAL.....	377
Gabriela Martins Coelho, Pedro Henrique Xavier Tiola, Carlos Roberto Carraro Júnior, Soraya César Sanglard Costa	
A VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NO CRIME DE ESTUPRO.....	378
Isaac Newton de Oliveira Júnior, Alessandre Tavares da	

Silveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

DIREITO AO ESQUECIMENTO X LIBERDADE DE IMPRENSA..... 379

José Ronaldo Alves da Silva, Carlos Roberto Carraro Júnior, José Flávio Barroso Madaleno, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SEUS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS..... 380

Juliélcio Feliciano Calegar da Silva, José Flávio Barroso Madaleno, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Wendel Salum Dourado

ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA LEI Nº 12.654/12: IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL POR MEIO DE COLETA OBRIGATÓRIA DE MATERIAL GENÉTICO..... 381

Júlio Márcio Avelino Souza, Alessandre Tavares da Silveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS QUE REGEM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO..... 382

Larissa Natália Rocha, Keiciane Valério Emerick, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

DA (IN) APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 383

Luana Kelen Alves da Silva, Júlia Mara Rodrigues Pimentel,

Christiane Miranda Buthers de Almeida, Marcorélio Rodrigues dos Reis, Rafael Santana Faria

A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 384

Luana Pereira Clemente, Wendel Salum Dourado, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

O DIREITO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL..... 385

Márcio Leandro Duarte, Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Alexandre Tavares da Silveira, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Keiciane Valério Emerick

ADOÇÃO INTUITU PERSONAE: A RELATIVIZAÇÃO DO CADASTRO DE ADOÇÃO SOB A ÓTICA DA AFETIVIDADE..... 386

Maria Paula Oliveira Gonçalves, Carlos Roberto Carraro Júnior, José Flávio Madaleno, Marcorélio Rodrigues dos Reis

A QUANTIFICAÇÃO TRABALHISTA DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA..... 387

Maurício Eliseu Lopes Mol, Wendel Salum Dourado, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

A PSICOPATIA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO:

A FIGURA DO PSICOPATA DENTRO DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO..... 388

Maycow Luiz de Andrade, Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Alessandre Tavares da Silveira, Christiane Miranda Butthers de Almeida, Keiciane Valério Emerick

A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ROMPIMENTO DE NOIVADO..... 389

Naara Mendonça Sales, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, José Flávio Barroso Madaleno

A INCONSTITUCIONALIDADE DA COLETA OBRIGATÓRIA DE MATERIAL BIOLÓGICO DE CONDENADOS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS..... 390

Natália Labanca Felipe Teixeira, Keiciane Valério Emerick, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

O PAPEL DO JUIZ NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 156, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL..... 391

Otávio Márcio Fernandes dos Santos, Rafael Santana Faria, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Marcorélio Rodrigues dos Reis

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E A PARTICIPAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO ORÇAMENTO..... 392

Paula de Oliveira Brinate, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Alessandre Tavares da Silveira, Carlos Roberto Carraro Júnior

POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA APURAÇÃO DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES

CRIMINOSAS..... 393

Ronaldo dos Santos, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo,
Alessandre Tavares da Silveira, Carlos Roberto Carraro Júnior

**APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA
IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE *CANNABIS SATIVA*
LINNEU.....** 394

Wanessa Vilete Carvalho, Soraya César Sanglard Costa,
Keiciane Valério Emerick, Diogo Abineder Nolasco Pereira

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DA CORRETORA DE TÍTULO E
VALORES MOBILIÁRIOS NOS CONTRATOS DE COMISSÃO E
INTERMEDIÇÃO BURSÁTIL.....** 395

Yuri Filipe Valentim de Almeida, Carlos Roberto Carraro
Júnior, José Flávio Barroso Madaleno, Patrick Luiz Martins
Freitas Silva

**RELAÇÃO ENTRE A EXTRAFISCALIDADE DOS TRIBUTOS E O
PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA:
PROGRESSIVIDADE E SELETIVIDADE.....** 396

Mariana Brum Bahia, Kleider Robert Rocha Cruz, José Flávio
Barroso Madaleno, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

**A INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ ANTES DE INICIADA A
AÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DA (IN)
CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 156, I, DO CÓDIGO DE
PROCESSO PENAL.....** 397

Adriano da Silva Faria, Marcorélio Rodrigues dos Reis, José
Flávio Barroso Madaleno, Rafael Santana Faria

A (A)TIPICIDADE DA RECEPÇÃO NÃO AUTORIZADA**DO SINAL DE TV A CABO..... 398**

Agda de Fátima Mayrinck, Marcorélio Rodrigues dos Reis,
José Flávio Barroso Madaleno, Rafael Santana Faria

**(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CONSENTIMENTO DO
CÔNJUGE PARA REALIZAÇÃO DE LAQUEADURA..... 399**

Ana Alice de Oliveira Horsth, Patrick Luiz Martins Freitas Silva,
Keiciane Valério Emerick, Rafael Santana Faria

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E A LEI DE DROGAS..... 400

André Fonseca Lima, José Flávio Barroso Madaleno, Diogo
Abineder Nolasco Pereira, Wendel Salum Dourado

**O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL POLIAFETIVA
FRENTE ÀS CONTROVÉRSIAS JURÍDICO-HISTÓRICAS QUE
ABARCAM O TEMA..... 401**

Arthur Estanislau Coelho Silva, Diogo Abineder Nolasco
Pereira, Keiciane Valério Emerick, Soraya César Sanglard
Costa

**DIREITO FUNDAMENTAL À SAUDE FACE A JUDICIALIZAÇÃO:
EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE FORMA UNIVERSAL E
IGUALITÁRIA..... 402**

Áurea Helena Medina Chaves, Rodrigo Mendes Cardoso,
Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

AS ALTERAÇÕES NA TEORIA DAS CAPACIDADES COM O

ADVENTO DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS REFLEXOS NOS INSTITUTOS DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... 403

Bruna Alves de Oliveira, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Keiciane Valério Emerick, Rafael Santana Faria

LEGITIMIDADE SUCESSÓRIA NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA HOMÓLOGA *POST MORTEM*..... 404

Bruno Oliveira Teixeira, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Keiciane Valério Emerick, Rafael Santana Faria

A POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O MOTORISTA DO APLICATIVO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL E A EMPRESA UBER..... 405

Crishthiam Kelly Macedo Bezerra, Kleider Robert Rocha Cruz, José Flávio Barroso Madaleno, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

REFORMA TRABALHISTA: A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO COMO VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS BASILARES DO DIREITO PÁTRIO..... 406

Daiane Stéfani de Paula, Frederico Fernandes Dutra, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick

POSSIBILIDADE DO DIREITO DE HERANÇA NA SUCESSÃO HOMÓLOGA *POST MORTEM*..... 407

Edmila Inês Alves, Pedro Henrique Xavier Tiola, Carlos Roberto Carraro Júnior, Soraya César Sanglard Costa

- O ABANDONO FAMILIAR DO IDOSO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....** 408
Eduarda Costa de Sá Naisser, Rafael Santana Faria, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Marcorélio Rodrigues dos Reis
- A INCONSTITUCIONALIDADE DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA NO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....** 409
Flávio Amorim de Souza, Rodrigo Mendes Cardoso, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Quésia Ribeiro Alves Rabelo
- A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....** 410
Gustavo Gabrig de Souza, Soraya César Sanglard Costa, Alexandre Tavares da Silveira, Quésia Ribeiro Alves Rabelo
- POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE.....** 411
Hemmily Michaela Viana Ferreira, Rodrigo Mendes Cardoso, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Quésia Ribeiro Alves Rabelo
- VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: A DIGNIDADE E À INTEGRIDADE DA MULHER.....** 412
Janaína Araújo de Faria, Rafael Santana Faria, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Marcorélio Rodrigues dos Reis
- REFORMA TRABALHISTA: HIPOSSUFICIÊNCIA X AUTONOMIA PRIVADA, UMA ANÁLISE DA PRIMAZIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO, SOB A ÓTICA DE NORMAS E**

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	413
João Henrique Vasconcelos Pereira, Frederico Fernandes Dutra, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick	
IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO: ANÁLISE SOBRE A HARMONIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	414
Joyce Cezar de Melo Borel, José Flávio Barroso Madaleno, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Wendel Salum Dourado	
UM ESTUDO SOBRE A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA USUCAPIÃO AOS BENS PÚBLICOS.....	415
Juliano Martins Faria, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Keiciane Valério Emerick, Rafael Santana Faria	
O ATIVISMO JUDICIAL NA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA FORMA DE USURPAÇÃO DA FUNÇÃO TÍPICA DO PODER LEGISLATIVO?.....	416
Karla Vieira Alves Gama, Pedro Henrique Xavier Tiola, Carlos Roberto Carraro Júnior, Soraya César Sanglard Costa	
MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO: UMA LEITURA CONSTITUCIONAL SOBRE O PROCESSO DE EXECUÇÃO COMO BUSCA DE SOLUÇÃO INTEGRAL DO CRÉDITO.....	417
Karol Lídia Fulanette Mendes, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick, Soraya César Sanglard Costa	

DIREITO AO ESQUECIMENTO: CONFLITO ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA INTIMIDADE, LIBERDADE E ACESSO À INFORMAÇÃO..... 418

Kellen Kristina Andrade Lourenço, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Tânia Daniele Vieira Neto

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI 11.343/06 (PORTE DE DROGAS PARA USO PESSOAL)..... 419

Lady Livia Marques dos Reis, Alessandre Tavares da Silveira, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Keiciane Valério Emerick

ANÁLISE DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA “LEI DO ABATE” (LEI DE TIRO DE DESTRUIÇÃO DE AERONAVES) EM FACE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... 420

Lucas Dutra dos Santos, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Alessandre Tavares da Silveira, Carlos Roberto Carraro Júnior

DECISÃO DE PRONÚNCIA NO RITO DO TRIBUNAL DO JÚRI: (IN)APLICABILIDADE DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*..... 421

Lucas Henrique Medeiros de Oliveira, Rafael Santana Faria, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Marcorélio Rodrigues dos Reis

A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E SUA (IN)COMPATIBILIDADE COM O ORDENAMENTO JURÍDICO-PENAL BRASILEIRO..... 422

Luís Guilherme Gomes, Marcorélio Rodrigues dos Reis, José

Flávio Barroso Madaleno, Rafael Santana Faria

**O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL *PLEA BARGAINING*:
UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO
LEGAL.....** 423

Maria Luiza Mariano Cezar, Soraya César Sanglard Costa,
Alessandre Tavares da Silveira, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

**A VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E
DA RAZOABILIDADE PELO ARTIGO 273 DO CÓDIGO
PENAL.....** 424

Mateus Ferreira Mendes, Carlos Roberto Carraro Júnior, José
Flávio Barroso Madaleno, Marcorélio Rodrigues dos Reis

**RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
PÚBLICAS FRENTE ÀS CONSEQUÊNCIAS DO
BULLYING.....** 425

Matheus Oliveira Breder, Keiciane Valério Emerick, Diogo
Abineder Nolasco Pereira, Soraya César Sanglard Costa

**A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA DECISÃO DE
IMPRONÚNCIA DIANTE DA NOVA IMPUTAÇÃO PELO
MESMO FATO.....** 426

Nádia Aguiar, Soraya César Sanglard Costa, Alessandre
Tavares da Silveira, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

**ATIPICIDADE DOS MEIOS EXECUTIVOS: UMA ANÁLISE SOBRE
A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS À LUZ
DO ARTIGO 139, IV, DO CPC, NA EXECUÇÃO POR QUANTIA
CERTA.....** 427

Nara Cristina Bove Prata, Diogo Abineder Nolasco Pereira,
José Flávio Barroso Madaleno, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

A LEI 13.467/2017 E A AUTONOMIA DA VONTADE DO EMPREGADO À LUZ DA INCONSTITUCIONALIDADE DO TRABALHO INTERMITENTE..... 428

Neoreme de Araújo Queiroz Andrade, Kleider Robert Rocha Cruz, José Flávio Barroso Madaleno, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA DETRAÇÃO EM CASOS DE CUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO PREVISTA NO ARTIGO 319, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL..... 429

Otávio Barbosa de Souza, Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Christiane Miranda Butters de Almeida, Marcorélio Rodrigues dos Reis, Rafael Santana Faria

A INCONSTITUCIONALIDADE DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO DO TRABALHO..... 430

Raphael Soares Ramos, Kleider Robert Rocha Cruz, Frederico Fernandes Dutra, Pedro Henrique Xavier Tiola

OS HONORÁRIOS PERICIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO E A CAPACIDADE ECONÔMICA DAS PARTES..... 431

Rebeca Louzada da Silva, Frederico Fernandes Dutra, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick

A TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA NOS CASOS DE SUBTRAÇÃO DE OBJETOS ENTERRADOS COM O CADÁVER..... 432

Ricardo Rodrigues Rocha dos Reis, Marcorélio Rodrigues dos

Reis, Carlos Roberto Carraro Júnior, José Flávio Barroso Madaleno

UM ESTUDO SOBRE O GENOCÍDIO NEGRO NO BRASIL:

ANÁLISE DA AMPLIAÇÃO DA LEGÍTIMA DEFESA NO PROJETO DE LEI 882/ 2019..... 433

Robert Júnior da Mata dos Santos, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, Tânia Daniele Vieira Neto

PROTAGONISMO JUDICIAL E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES..... 434

Sady Marcone Cardoso de Andrade, Carlos Roberto Carraro Júnior, José Flávio Barroso Madaleno, Marcorélio Rodrigues dos Reis

A POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DA LEGÍTIMA NA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA COM BASE NO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA..... 435

Suelen Nunes Silveira Tomaz, Pedro Henrique Xavier Tiola, Frederico Fernandes Dutra, Kleider Robert Rocha Cruz

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 461 DA CLT: UMA ANÁLISE ACERCA DO INSTITUTO DA EQUIPARAÇÃO SALARIAL NO QUE REFERE AO REQUISITO MESMO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL..... 436

Tainara Aparecida de Cristo, Frederico Fernandes Dutra, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick

A FLEXIBILIZAÇÃO DO ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE

HORAS DE TRABALHO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988..... 437

Thais de Oliveira Resende, Rodrigo Mendes Cardoso, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

CAPACIDADE CIVIL DO PSICOPATA..... 438

Vítor Emanuel Souza Carvalho, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Tânia Daniele Vieira Neto

A INCONSTITUCIONALIDADE DO PAGAMENTO PERICIAL PARA PESSOAS BENEFICIÁRIAS DA JUSTIÇA GRATUITA..... 439

Vitória de Sousa Silveira de Abreu, Wendel Salum Dourado, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO PENAL RETROATIVA ANTECIPADA PELA AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR..... 440

Walker Henrique Sélos Gomes, Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Alessandre Tavares da Silveira, Keiciane Valério Emerick

DO FLAGRANTE PREPARADO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SUA OCORRÊNCIA NOS CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS DA LEI 11.343 DE 2006..... 441

Wesley dos Santos Bezerra, Rafael Santana Faria, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Marcorélio Rodrigues dos Reis

Unidade Serra

442

A (IN) APLICABILIDADE DA GUARDA COMPARTILHADA OBRIGATÓRIA NOS CASOS EM QUE OS PAIS VIVEM EM

CONFLITOS	443
Wesley Cosine Teixeira, Antônio Augusto Bona Alves, Bernardo Dantas Barcelos e Gustavo Gobbi Martinelli	
A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CUMPRIMENTO DA PENA APÓS CONDENÇÃO EM 2º INSTÂNCIA FACE A INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	444
Vinicius Pimentel da Silva, Rogério Gandini da Silva, Adriano Athaíde Coutinho e Gabriel Monteiro Cupertino de Castro	
A ALTERAÇÃO NA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA, PROMOVIDA PELA LEI 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017, SOB A ÓTICA DO DIREITO FUNDAMENTAL DO ACESSO À JUSTIÇA.....	445
Pâmela Cristina Costa Honofre, Aubério da Silva Brito, Gustavo Gobbi Martineli e Thiago Andrade	
A APLICAÇÃO DO FEMINICÍDIO SOB A LUZ POLÊMICA DOS TRANSEXUAIS. UM DIREITO OU VIOLAÇÃO?.....	446
Samila Pimenta dos Santos, David Marlon Oliveira Passos, Edyvar Guimarães e Walter Moura Andrade	
A CONTRAMÃO DA PRISÃO PREVENTIVA SOB OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	447
Hyann Assef de Almeida, Rogério Gandini da Silva, Adriano Athaíde Coutinho e Gabriel Monteiro Cupertino de Castro	
A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E O PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL.....	448

Francynelli Binow Lourenço, David Marlon Oliveira Passos,
Edyvar Guimarães E Walter Moura Andrade

**A INEFICIÊNCIA DA FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA
DE PRISÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO.....** 449

Ráira Santos De Melo, David Marlon Oliveira Passos, Edyvar
Guimarães e Walter Moura Andrade

**A NÃO CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR ÀS MULHERES
PRESAS POR CRIMES COMETIDOS COM VIOLÊNCIA OU
GRAVE AMEAÇA, ANTE O PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....** 450

Poliane Abreu da Cruz, Fabiane Aride Cunha, Ligia Cruz
Vianna e José Roney Tosi

**A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS E A (IM)
POSSIBILIDADE DE SUA INTEGRAÇÃO NA BASE DE CÁLCULO
DA PENSÃO ALIMENTÍCIA.....** 451

Janayna de Sá Oliveira, Antônio Augusto Bona Alves,
Bernardo Dantas Barcelos e Gustavo Gobbi Martinelli

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPRESARIO FRENTE A LEI
ANTICORRUPÇÃO INIBINDO AS AÇÕES DOS ATOS
ILICITOS.....** 452

Wagner Tuão Gomes, Rogerio Gandini da Silva, Adriano
Athaíde Coutinho e Gabriel Monteiro Cupertino de Castro

**ADMISSIBILIDADE DO HABEAS CORPUS NAS
TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES MILITARES.....** 453

Anderson Patrick Soares Pereira, Luciano Costa Felix, Gabriel

Monteiro Cupertino de Castro e Thiago Andrade

ALIENAÇÃO PARENTAL: MEDIAÇÃO COMO VIA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES..... 454

Jocimar Rodrigues Guimarães, Luciano Braga Lemos, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Ligia Cruz Vianna

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELA AUTORIDADE POLICIAL NA PRISÃO EM FLAGRANTE..... 455

Mateus de Oliveira Braga, Luciano Costa Félix, Gabriel Monteiro Cupertino de Castro e Thiago Andrade

AS INDENIZAÇÕES EM DECORRÊNCIA DE LEIS DECLARADAS INCONSTITUCIONAIS POR DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... 456

Reinaldo Severino da Silva, Walter Moura Andrade, Bernardo Dantas Barcelos e Edyvar Guimarães

CABIMENTO DE DANOS MORAIS NOS CASOS DE DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO NO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA..... 457

Fernanda de Araujo Ribeiro, Gustavo Gobbi Martinelli, Aubério da Silva Brito e Thiago Andrade

DANO EXTRAPATRIMONIAL NA TRAGÉDIA DA BARRAGEM DA COMPANHIA VALE S.A NO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS APLICAÇÕES DOS ART. 223 B E 223 G DA CLT..... 458

Evandro Souza Dallorto, Alisson Agib Souza Cabral, Bernardo

Dantas Barcelos e Lara Brasil de Menezes.....

**DANOS MORAIS PELO DESCUMPRIMENTO DO DEVER
CONJUGAL DE FIDELIDADE RECÍPROCA: UMA REVISÃO DOS
PRECEDENTES DO STJ.....** 459

Isabela Ferreira Rocha, Antonio Augusto Bona Alves,
Bernardo Dantas Barcelos e Gustavo Gobbi Martinelli

**DELAÇÃO PREMIADA E SUA RELAÇÃO COM A PRISÃO
PREVENTIVA DO COLABORADOR.....** 460

Renan Cordeiro, Fabiane Aride Cunha, Ligia Cruz Vianna e
José Roney Tosi

**DIREITO A IDENTIDADE GENÉTICA VERSUS SIGILO DO
DOADOR: INSEMINAÇÃO HETERÓLOGA.....** 461

Fábio Gonçalves Pedreira, Andréa Athayde Coutinho, Luciano
Braga Lemos e Thiago Andrade

**DIREITO PENAL DO INIMIGO EM RELAÇÃO A VIOLAÇÃO DE
PRERROGATIVAS DO ADVOGADO ZANONE MANUEL DE
OLIVEIRA JUNIOR NO CASO ADÉLIO BISPO.....** 462

Lidia Gomes De Souza Monteiro Santos, Luciano Costa Félix,
Gabriel Monteiro Cupertino de Castro e Thiago Andrade

ESTUPRO MARITAL..... 463

Renivaldo Ferreira dos Santos, Aubério da Silva Brito, Gustavo
Gobbi Martineli e Thiago Andrade

**FEMINICÍDIO E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA REDUÇÃO DO CRIME.....** 464

Renan Ribeiro Fonseca, David Marlon Oliveira Passos, Edyvar Guimarães e Walter Moura Andrade

GUARDA COMPARTILHADA ENTRE PAIS E AVÓS..... 465

Natalya Cordeiro Ferreira, Andréa Athayde Coutinho, Luciano Braga Lemos e Thiago Andrade

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS OU INVASÃO POR PARTE DO PODER JUDICIÁRIO NA SEARA DO PODER LEGISLATIVO?..... 466

Larissa Miranda Santana, Walter Moura Andrade, Bernardo Dantas Barcelos e Edyvar Guimarães

JUSTIÇA RESTAURATIVA JUVENIL: O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM LEI..... 467

Bruno Albuquerque Leandro, Luciano Costa Félix, Gabriel Monteiro Cupertino de Castro e Thiago Andrade

O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS PRECEDENTES JUDICIAIS: UMA VISÃO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA..... 468

Lucas Sipioni Furtado De Medeiros, Walter Moura Andrade, Bernardo Dantas Barcelos e Edyvar Guimarães

O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE E SEUS IMPACTOS EM FACE DO PRINCIPIO DE PROTEÇÃO DO TRABALHADOR..... 469

Elizeu da Costa de Melo, Lara Brasil de Menezes, Alisson Agib Souza Cabral e Bernardo Dantas Barcelos

O DESASTRE DE BRUMADINHO E A RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO..... 470

Rafael Sampaio Dutra, Fabiane Aride Cunha, José Roney Tosi e Ligia Cruz Vianna

O DIREITO DOS SENCIENTES: GUARDA COMPARTILHADA..... 471

Larissa Lima da Fonseca Nascimento, Ligia Cruz Vianna, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Luciano Braga Lemos

O POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DO SUDESTE BRASILEIRO FRENTE À DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO BOJO DO HABEAS CORPUS Nº 143.641/SP..... 472

Greicielly Souza dos Santos, Rogerio Gandini da Silva, Adriano Athaíde Coutinho e Gabriel Monteiro Cupertino de Castro

O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL E PRINCÍPIO DO MÍNIMO EXISTENCIAL: APLICABILIDADE E EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SERRA/ESPIRITO SANTO..... 473

Lucas Aguiar Ximenes, Gabriel Monteiro Cupertino de Castro, Adriano Athaíde Coutinho e Rogerio Gandini da Silva

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: UMA ANÁLISE DAS RELEVANTES MUDANÇAS COM O ADVENTO DA LEI 12.850/2013..... 474

Renata Coelho de Moraes, Fabiane Aride Cunha, José Roney Tosi e Lígia Cruz Vianna

OS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO NO DIREITO BRASILEIRO: DIREITO PREVENTIVO OU MEDIDA INCONSTITUCIONAL?..... 475

Yann Kássio Obermüller Novelli, Fabiane Aride Cunha, José Roney Tosi e Lígia Cruz Vianna

REFORMA TRABALHISTA: PERCEPÇÕES ACERCA DO BALIZAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... 476

Elissônia de Rezende Potin, Alisson Agib Souza Cabral, Bernardo Dantas Barcelos e Lara Brasil de Menezes

REPRODUÇÃO ASSISTIDA: LIMITES AO ANONIMATO E SIGILO DO DOADOR, FRENTE AO DIREITO À VIDA E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... 477

Cristiano Dias Santa Clara, Andréa Athaide Coutinho, Luciano Braga Lemos e Thiago Andrade

SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL: CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS LEGAIS DO PROCESSO.....	478
Danila Gonçalves Martins, Luciano Braga Lemos, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Ligia Cruz Vianna	
TRATAMENTO DISPENSADO AO COMPANHEIRO NO DIREITO DAS SUCESSÕES.....	479
Joanderson Santos Moreira, Luciano Braga Lemos, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Ligia Cruz Vianna	
UMA ANÁLISE CRITICADO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	480
Alexsandro Nascimento Santana, Antônio Augusto Bona Alves, Bernardo Dantas Barcelos e Gustavo Gobbi Martinelli	
ANÁLISE DA LEGALIDADE DE BLOQUEIO DO APLICATIVO WHATSAPP PELA JUSTIÇA BRASILEIRA E A OBRIGAÇÃO DO FACEBOOK DE FORNECER INFORMAÇÕES À JUSTIÇA.....	481
Aline Alves Mendes, Gustavo Gobbi Martinelli, Aubério da Silva Brito e Thiago Andrade	
A CONTINGÊNCIA DO DANO MORAL FRUTO DO RELACIONAMENTO EXTRACONJUGAL.....	482
Aline Procópio Peres, Luciano Braga Lemos, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Ligia Cruz Vianna	
A INCONSTITUCIONALIDADE ADVINDA DA LEI 13.467/17 E A	

LIMITAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA..... 483

Thais Mara Correia Lima Soares, Lara Brasil de Menezes,
Alisson Agib Souza Cabral e Bernardo Dantas Barcelos

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA DENÚNCIA DA CONVENÇÃO
158 DA OIT FRENTE A PERSPECTIVA DESTE TRATADO PARA
O ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO..... 484**

Lucas Jacobsen Sodré Pimentel, Aubério da Silva Brito,
Gustavo Gobbi Martineli e Thiago Andrade

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA INTERNAÇÃO
COMPULSÓRIA, PARA DEPENDENTES QUÍMICOS, SEM A
AUTORIZAÇÃO DA FAMÍLIA..... 485**

Grasiele Pereira Castro, Ligia Cruz Vianna, Jeane Santos
Bernardino Fernandes e Luciano Braga Lemos

**A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NÃO PODE SER CONFUNDIDA
COM O TERRORISMO..... 486**

Rodolpho Scarpatti Zottele, Fabiane Aride Cunha, José Roney
Tosi e Ligia Cruz Vianna

**A(IN)CONSTITUCIONALIDADE DOS INCISOS III E IV DO ART.
6º DA LEI Nº 10.826/2003, FACE AO CRITÉRIO NUMÉRICO
POPULACIONAL ELEGIDOPELO CONSTITUINTE,NO QUE
TANGE O PORTE DE ARMA DE FOGO DAS GUARDAS
MUNICIPAIS..... 487**

Adriano Cintra Correia, Ligia Cruz Vianna, Jeane Santos
Bernardino Fernandes e Luciano Braga Lemos

ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS ILÍCITAS À FAVOR DO RÉU E O PRINCÍPIO DA VERDADE REAL..... 488

Ingrid da Ressurreição Santos, Luciano Costa Felix, Gabriel Monteiro Cupertino de Castro e Thiago Andrade

ADOÇÃO À BRASILEIRA: FACULDADE DE ESCOLHA DA FAMÍLIA ADOTIVA E PERDÃO JUDICIAL DOS TRIBUNAIS..... 489

Dilcéia de Oliveira Rocha, Luciano Braga Lemos, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Ligia Cruz Vianna

AMBIENTE MIDIÁTICO DO SÉCULO XXI, FRENTE AO DIREITO A PRIVACIDADE: UMA ABORDAGEM SOBRE A INTIMIDADE A HONRA E A IMAGEM..... 490

Grécia Pereira Santos, Gustavo Gobbi Martinelli, Aubério da Silva Brito e Thiago Andrade

ANÁLISE CRÍTICA DA IMPUTABILIDADE DO PSICOPATA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO..... 491

Andreia Santos Ribeiro, David Marlon Oliveira Passos, Edyvar Guimarães e Walter Moura Andrade

ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE SE IMPEDIR O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DOS AVÓS COM O NETO, MEDIANTE A QUEBRA DE CONFIANÇA ENTRE OS GENITORES DO MENOR E OS AVÓS..... 492

Dalila Aguiar de Miranda, Andréa Athayde Coutinho, Luciano Braga Lemos e Thiago Andrade

ANÁLISE DO DIREITO DE RETRATAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO NOS CRIMES ENVOLVENDO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	493
Lucele da Costa Marques, David Marlon Oliveira Passos, Edyvar Guimarães e Walter Moura Andrade	

Unidade Teófilo Otoni	494
------------------------------	-----

A REPARAÇÃO CIVIL EM FACE DO DANO MORAL CAUSADO PELO ABANDONO AFETIVO.....	495
Graziele Mesmer Guimarães, Robson Conceição Farias, Maria Flávia Vieira Batista e Camila de Almeida Miranda	

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC: CONTROVÉRSIAS SOBRE O REQUISITO DE MISERABILIDADE.....	496
Alane Gomes Sucipira, Robson Conceição Farias, Maria Flávia Vieira Batista, Camila de Almeida Miranda	

ASPECTOS CONTROVERSOS DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL.....	497
Renato Figueira Silvam, Robson Conceição Farias, Maria Flávia Vieira Batista, Camila de Almeida Miranda	

TESTAMENTO VITAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A NECESSIDADE DA SUA INSTAURAÇÃO COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO DA PESSOA HUMANA E DE RESPEITO A AUTONOMIA PRIVADA.....	498
Thaiz Barbosa Dias, Maicon Roque da Hora, Marco Antônio Poubel Ministério Filho, Tércia Rodrigues Timo	

A ADOÇÃO À BRASILEIRA SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.....	499
Thais Ramos Rodrigues, Maicon Roque da Hora, Marco Antônio Poubel Ministério Filho, Tércia Rodrigues Timo	
ASPECTOS CONTROVERSOS DO IPVA.....	500
João Vitor Rihs Nascimento, Thiago Barbosa Neumann, João Gabriel Fassbender Barreto Prates	
A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO ESTADO COMO POLUIDOR INDIRETO NOS CASOS DE DESASTRES AMBIENTAIS.....	501
Miguel Teixeira da Silva, Thiago Barbosa Neumann, Hazel Ena do Socorro Santos, Marco Antônio Poubel Ministério Filho	
MEDIAÇÃO COMO ALTERNATIVA À JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE.....	502
Mayana Sander Souto, Thiago Barbosa Neumann, Hazel Ena do Socorro Santos, Jefferson Gomes da Silva	
O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DO ALUGUEL IMOBILIÁRIO: UM ESTUDO A LUZ DO ARTIGO 116 E DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PERTINENTES.....	503
Christian Henderson da Silva Murça, Thiago Barbosa Neumann, João Gabriel Fassbender Barreto Prates	
A GUARDA COMPARTILHADA COMO PREVENÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL.....	504

Bianca Dias Monteiro, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

**RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO
AFETIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....** 505

Daiane de Almeida Teodoro, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

**DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....** 506

Dalton Venâncio Gonçalves Duarte, Rodrigo Barbosa Luz, Igor
Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

**RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO
AFETIVO.....** 507

Diene Oliveira Figueiredo, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO PARADIGMA DE
JURIDICIDADE PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA CULTURA
JURÍDICA.....** 508

Karen Alves dos Santos, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

**AS IMPLICAÇÕES DO INSTITUTO DA MULTIPARENTALIDADE
NO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO.....** 509

Linda Ohara Gomes Santos, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

**DIREITO DO NASCITURO: A LEGITIMIDADE DOS GENITORES
OU ASCENDENTES EM RAZÃO DA INDENIZAÇÃO POR MORTE
ORIUNDA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO – DPVAT.....** 510

Marcela Cristine Pinto Araújo, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

**A INCONSTITUCIONALIDADE PROGRESSIVA OU LEI “AINDA
CONSTITUCIONAL” APLICADA A SITUAÇÕES JURÍDICAS
IMPERFEITAS.....** 511

Thaila Vieira, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves Noberto Soares,
Camila de Almeida Miranda

**A LIMITAÇÃO DA DOAÇÃO DE SANGUE POR HOMENS QUE
MANTÉM RELAÇÃO SEXUAL COM OUTROS HOMENS.....** 512

Walker Lopes Monteiro, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

**O TRABALHO INTERMITENTE COMO FORMA DE
PRECARIZAÇÃO DO LABOR.....** 513

Kamilla Diniz Souza e Silva, Kathia Neiva Rodrigues da Costa,
Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros

**DO TERRITÓRIO ATÉ A TITULAÇÃO: ANÁLISE DO PROCESSO
DE TITULAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS DO VALE
MUCURI-MG.....** 514

Rosinere de Souza Franco, Kathia Neiva Rodrigues da Costa,
João Gabriel Fassbender Prates, Wallace Almeida

DIREITO AO ESQUECIMENTO: O DESAFIO DA PROTEÇÃO DO DIREITO À INTIMIDADE DIANTE DO MUNDO VIRTUAL.....	515
Bruna Soares Pereira, Kathia Neiva Rodrigues da Costa, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros	
A PENHORA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) PARA PAGAMENTO DE DÍVIDA ALIMENTÍCIA.....	516
Laís Rocha Caires, Kathia Neiva Rodrigues da Costa, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros	
O TRABALHO INTERMITENTE COMO FORMA DE PRECARIZAÇÃO DO LABOR.....	517
Kamilla Diniz Souza e Silva, Kathia Neiva Rodrigues da Costa, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros	
DIREITO AO ESQUECIMENTO VERSUS LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO: A TUTELA DE UM DIREITO CONSTITUCIONAL EM FACE DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO.....	518
Anna Luiza de Andrade Lemos, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves N. Soares, Hazel Ena Santos	
A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM CONTRAPARTIDA COM OS DIREITOS HUMANOS.....	519
Jorge Renan do Carmo Teixeira, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves N. Soares, Hazel Ena dos Santos	

CRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS COMO VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA LEI 11.343/06.....	520
Julie Mendes Araújo, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves N. Soares, Hazel Ena dos Santos	
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC): APLICABILIDADE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.....	521
Letícia Alves Fernandes Almeida, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves Noberto Soares, Hazel Ena dos Santos	
CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PARA OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NOS CASOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.....	522
Luana Metzker de Albuquerque, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves Noberto Soares, Hazel Ena dos Santos	
A RESERVA DO POSSIVEL EM DETRIMENTO DO MÍNIMO EXISTENCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A ÓTICA DO DIREITO A SAÚDE.....	523
Marina Rodrigues Lopes Guimarães, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves Noberto Soares, Hazel Ena dos Santos	
A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA REGIÃO DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI/MG.....	524
Bruna Fernandes Vieira, Maria Flávia Vieira Batista, Igor Alves Norberto Soares, Camila de Ameida Miranda	
EXCESSO DE PRAZO NA PRISÃO PREVENTIVA: CONSIDERAÇÕES JURÍDICO-PROCESSUAIS SOBRE A DECISÃO.....	525

Higor Campos dos Santos, Igor Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda, Maria Flávia Vieira Batista

DECISÃO E ATIVISMO JUDICIAL: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O DEVIDO PROCESSO NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO LAVA JATO..... 526

Felipe de Oliveira Almeida, Igor Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda, Maria Flávia Vieira Batista

O DIÁLOGO ENTRE O DIREITO E A RELIGIÃO: ANÁLISE DA OBRIGATORIEDADE DE PROFECIA DA FÉ NO METODO APAC..... 527

Lareska Karla Hirle Das Graças, Igor Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda, Maria Flávia Vieira Batista.

MOBBING: UM NOVO CONCEITO DE ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES LABORAIS..... 528

Josy Ramos Pinto , Maria Flávia Vieira Batista, Igor Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS SOB A ÓTICA DO STF..... 529

Wiliane Gama Mendes, Karina Gusmão de Moura, Kannahndha Nunes Costa, Thiago Barbosa Neumann

O CONFLITO ENTRE O DIREITO À IDENTIDADE GENÉTICA E O DIREITO AO ANONIMATO DO DOADOR NA REPRODUÇÃO

ASSISTIDA..... 530

Louise Oliveira de Abreu, Karina Gusmão de Moura,
Kannahndha Nunes Costa, Thiago Barbosa Neumann

**O STALKING NO BRASIL E O ASSÉDIO VEXATORIO
INDENIZÁVEL.....** 531

Sabrina Vieira Costa, Karina Gusmão de Moura, Liliane
Almeida de Menezes, Maria Flávia Vieira Batista

**PLURALISMO JUDICIAL E A DOCTRINA DA PUNIBILIDADE
EXARCEBADA (A INFUSÃO ATIVA DO PODER JUDICIÁRIO).....** 532

Jordan Tameirão Ferreira, Karina Gusmão de Moura, Liliane
Almeida de Menezes, Maria Flávia Vieira Batista

**HERANÇA DIGITAL: O TRATAMENTO JURÍDICO *POST
MORTEM* DOS BENS DIGITAIS.....** 533

Amanda Moscardini Soares, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves,
Paula Barreiros e Vanusa Soares Chaves

**ADAPTAÇÃO DA NORMA JURÍDICA AO TEMPO E ESPAÇO:
BREVE ANÁLISE DO LAPSO TEMPORAL ENTRE A VALORAÇÃO
E A NORMA.....** 534

Juliano de Andrade Metzker, Karla Christine Ribeiro Silva,
Liliane Almeida de Menezes, Robson Conceição Farias

**A FIGURA DO COMPANHEIRO COMO HERDEIRO
NECESSÁRIO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO
ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....** 535

Vitor Hiago Colares Silva, Paula Barreiros, Maria Beatriz
Cunha Cicci Neves, Vanusa Soares Chaves

**A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO
ELETRÔNICO.....** 536

Ivan Alves Pacheco, Paula Barreiros, Maria Beatriz Cunha Cicci
Neves, Káthia Neiva Rodrigues Costa

**ALIENAÇÃO PARENTAL: MEIOS POSSÍVEIS DE PREVENÇÃO E
PUNIÇÃO.....** 537

Ingrid Rodrigues Cajazeira, Paula Barreiros, Maria Beatriz
Cunha Cicci Neves, Vanusa Soares Chaves

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A RESPONSABILIDADE CIVIL
MÉDICA E HOSPITALAR.....** 538

Vitória Pereira Marinho, Paula Barreiros, Maria Beatriz Cunha
Cicci Neves, Vanusa Soares Chaves

**A INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 5º, 6º, 12 E 14
DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO FACE AO DIREITO DE
LEGÍTIMA DEFESA.....** 539

Pedro Romeu Almeida Rocha, César Cândido Neves Júnior,
Gylliard Matos Fantecelle, Juvenal Sousa Martins Júnior

**O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E A
RELATIVIDADE DO CRITÉRIO DE MISERABILIDADE SOB ¼ DE
SALÁRIO MÍNIMO.....** 540

Clayton Kalebe Chaves Vaz, Vanusa Soares Chaves, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros

POSSIBILIDADE JURÍDICA DE RATEIO DA PENSÃO POR MORTE ENTRE O CÔNJUGE / COMPANHEIRO SOBREVIVENTE E O (A) CONCUBINO (A), NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 541

Cristielen Costa Fernandes, Vanusa Soares Chaves, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros

IMPACTOS DA ALTA PROGRAMADA NO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA..... 542

Quézia Jordânia Arruda de Freitas, Vanusa Soares Chaves, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros

A POSSIBILIDADE DE PERCEPÇÃO CUMULATIVA DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE..... 543

Cassiano Alberto de Castro, Hazel Ena do Socorro Santos, Barbosa Neumann, Jefferson Gomes da Silva

ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS: SUAS INCIDÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS..... 544

Rosalvo de Souza Borges, Hazel Ena Socorro Santos, Tiago Barbosa Neumann, Jefferson Gomes da Silva

EFICÁCIA DO MÉTODO APAC EM COMPARAÇÃO AO ATUAL SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO..... 545

Lorrany Santiago Silva, Gylliard Matos Fantecelle, César Cândido Neves, Juvenal Martins de Souza Júnior

O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE DIANTE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRABALHISTAS..... 546

Juliane Pereira Souza, Hazel Ena Socorro Santos, Thiago Barbosa Neumann, Jefferson Gomes da Silva

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA IMPOSIÇÃO DO REGIME DE BENS AOS SEPTUAGENÁRIOS..... 547

Andréia Alves Barbosa, Liliane Almeida de Menezes, Karla Cristine Ribeiro Silva, Robson Conceição Farias

RESUMOS DA UNIDADE CARANGOLA

DO FEMINICÍDIO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Adrielle Rodrigues de Faria Veiga, Rejane Soares Hote, Luciano Viana Nassar, Ricardo Aparecido Araújo

O presente trabalho traz relevância os principais aspectos da Lei de Femicídio, sendo voltada as questões culturais, sociais e políticas. A Lei é reconhecida, também, em acordo com a Lei Maria da Penha, onde trata-se sobre a proteção e a segurança da mulher. A Lei de Femicídio, bem como, Lei de Femicídio, traz uma discussão acerca de seu tema principal, pois de certo ponto de vista bate de frente com o princípio constitucional, onde diz respeito ao princípio da igualdade. Esta lei está ligada ao gênero, sendo um crime com relevância de prática contra a mulher, mas pode ser definida de diversos modos, dependendo assim do contexto atual, destacando-se, portanto, a importância de priorizar e proteger à Dignidade Humana. Portanto, o objetivo do trabalho é vislumbrar os aspectos favoráveis e contrários quanto a esta lei, tendo-se como prioridade a pesquisa bibliográfica, mas, também, fez-se a utilização de doutrinas e jurisprudências, bem como a Lei seca.

Palavras-chave: Lei do Femicídio. Lei Maria da Penha. Princípio da Igualdade.

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 6º DA LEI ESTADUAL Nº 19.445/2011 DE MINAS GERAIS, QUE TRATA DE TRANSPORTE CLANDESTINO DE PASSAGEIROS

Alan Jones Rodrigues, Rodrigo Mendes Cardoso, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido Araújo

O trânsito e transporte fazem parte do cotidiano do cidadão brasileiro e para que esse sistema flua de forma adequada e venha a atender as demandas que surgem todos os dias, faz-se necessário a revisão e criação de novas regras. Com as distâncias cada vez maiores, altas taxas de desemprego e a oportunidade de trabalho, as pessoas buscam no transporte clandestino de passageiros um meio de renda, de fácil acesso e locomoção. E por ser um transporte clandestino, as leis são burladas o que acaba por colocar em risco a integridade física dos passageiros. Dessa forma, com vistas a coibir tal prática, os Estados e Municípios de forma reiterada tem editado leis relacionadas ao trânsito e transporte, usurpando, assim, competência privativa da União. A competência privativa da União exposta na Constituição Federal de 1988 em legislar sobre a referida matéria é clara, conforme descrito no artigo 22, inciso XI, não pairando nenhuma dúvida. Mesmo diante de tal mandamento, os Estados e Municípios insistem em desrespeitá-lo, foi o que aconteceu com a Lei nº 19.445 de 2011 do Estado de Minas Gerais que em seu artigo 6º trouxe sanção diversa e mais gravosa do que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro para quem for flagrado realizando o transporte clandestino de passageiros. Isso acaba por gerar um número relevante de ações no Poder Judiciário, sejam para assegurar um direito líquido e certo, sejam para retirar do ordenamento jurídico brasileiro a lei com vício de inconstitucionalidade.

Palavras-chave: Trânsito. Transporte. Inconstitucionalidade.

GUARDA COMPARTILHADA: MEIO EFICAZ DE INIBIR A PRÁTICA DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Alexandre de Souza Gouvêa, Luciano Viana Nassar, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Rafael Santana Faria

O presente trabalho tem como finalidade, tratar da Lei 12.318/10, no qual dispõe sobre Alienação Parental padronizada por ser um problema que surge com a separação, demonstrando o desejo de afastar o filho do outro genitor prejudicando o antigo companheiro. As crianças são transformadas em objetos de disputas, distanciando do convívio afetivo com um dos pais. Apresenta-se ainda a Guarda Compartilhada como meio de inibir a síndrome da alienação parental, visando sempre o melhor interesse do menor, proporcionando reais benefícios à criança e ao adolescente, com os pais participando ativamente do cotidiano dos filhos, mostrando igualdade na autoridade e responsabilidade nas decisões importantes, abrangendo o conjunto do poder familiar, dessa forma o convívio com ambos os genitores torna-se sadio e harmônico.

Palavras-chave: Alienação Parental. Guarda Compartilhada. Poder Familiar.

A MORTE DIGNA À LUZ DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE

Ana Fernanda dos Reis Pacheco, Marluza Fernandes Roriz,
Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido Araújo

O presente trabalho tem como foco de pesquisa a eutanásia como direito à morte digna, através da observação dos princípios estampados na Constituição Federal do Brasil de 1988, tendo como princípio basilar o da autonomia da vontade. Esse estudo analisa o conceito, as várias formas de eutanásia e os demais meios de terminar a vida, sendo eles: a ortotanásia, distanásia, mistanásia e o suicídio assistido. Trazendo ainda, um paralelo com legislações de outros países que autorizam a eutanásia. Aborda-se o testamento vital, que representa uma diretiva antecipada da vontade, a qual busca concretizar a vontade do paciente em estado terminal, ante a dignidade da pessoa humana e autonomia da vontade, em contrariedade com a garantia constitucional de proteção à vida. Demonstra-se a relevância da bioética e de seus princípios basilares, destacando, contudo, a falta de previsão legal do instituto da eutanásia no ordenamento jurídico pátrio. Se o direito à vida e a dignidade são tidos como direitos essenciais, a morte digna também deveria ser uma garantia.

Palavras-Chave: Morte Digna. Eutanásia. Autonomia da Vontade.

A INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 225, PARÁGRAFO 1º, INCISO VII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NA PRÁTICA DE TESTES EM ANIMAIS

Anne Elize de Almeida Garcia, Rodrigo Mendes Cardoso, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido Araújo

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar que a Lei Federal Nº 11.794/2008, que regulamenta experimentos em animais, está em desacordo com o artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, da Constituição Federal, que veda a crueldade animal, pois a Lei permite que testes em animais sejam realizados. Os experimentos em animais causam grande sofrimento físico e perturbação mental, ficando tal ato, caracterizado como crueldade animal. Busca-se informar quanto à realidade por trás dos experimentos, sendo que centros de pesquisas praticam tortura animal deliberada, e a fiscalização por parte do órgão de controle, CONCEA, não se mostra efetiva. O princípio da Supremacia Constitucional é conceituado a fim de reafirmar que a Carta Magna é absoluta, devendo os dispositivos infraconstitucionais permanecerem submissos ao que é versado no texto constitucional. E ainda, elencar os Estados que já proibiram a experimentação animal em seus respectivos territórios, por meio de leis estaduais, sendo que tal vedação acarretou em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade em face das leis do Estado do Rio de Janeiro e do Estado do Amazonas, por incomodar empresas do ramo cosmético, colocando em risco leis da mesma natureza em outros Estados.

Palavras-chave: Crueldade Animal. Experimentação Animal. Supremacia Constitucional.

CRIME DE ESTUPRO: VISÃO SOCIAL À PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO INDUZIMENTO AO CRIME

Ariana Toledo de Aguiar, Rafael Santana Faria, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Luciano Viana Nassar

O referido trabalho objetiva fazer uma análise relacionada ao crime de estupro e a situação da mulher nos casos de estupro mediante a sociedade. Retrata a Lei n. 12.015/09 com as alterações no capítulo dos delitos referentes a liberdade sexual, especialmente, no que tange ao crime de estupro. É evidente que o comportamento da vítima, quando ocorre a prática criminal pode influenciar no caso do delito, porém a situação enfrentada pela mulher vítima de estupro perante a sociedade imputa a ela a culpa pela violência sofrida, levando na maioria das vezes a impunidade do autor do delito, visto que a vítima muitas vezes deixa de denunciar o agressor por conta do preconceito existente e a forma como será tratada no decorrer do andamento da ação. Faz uma abordagem crítica acerca sobre a vitimologia e criminologia referente ao delito de estupro, e ademais uma análise do primeiro atendimento, a vítima de estupro, buscando mostrar alguns pontos sobre o comportamento da vítima e da valoração nesse sentido no caso do crime de estupro, além do que a vítima vivencia quando denuncia o seu agressor.

Palavras-chave: Estupro. Violência sexual. Vítima. Visão social.

POR UM MAIOR RIGOR NA EXECUÇÃO DA PENA DO CRIME DE LATROCÍNIO

Arthur Lopes Amorim, Vinícius Bigonha Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

O trabalho de pesquisa visa abordar o tratamento dado ao delito do latrocínio cujo tipo penal está elencado no artigo 157 § 3º do Código Penal e previsto ainda no rol taxativo de crimes hediondos Lei nº 8.072 de 1990, art. 1º, II. Discute as incoerências deste crime. E, primeiramente faz uma análise da origem deste crime, e a evolução histórica do tipo penal no ordenamento jurídico brasileiro, desde quando apareceu pela primeira vez nas Ordenações Filipinas até a atual legislação, mostrando como era tratado e qual bem jurídico era tutelado, e qual era a punição dada. Posteriormente, faz uma exploração do tipo penal, revela o bem jurídico considerado como sendo o mais importante para ser tutelado, evidenciando o dolo como elemento subjetivo do tipo penal, mostrando a falta de punição com os praticantes deste crime, além de fazer uma distinção quanto o ato de consumar o crime e a tentativa, examinando o crime como hediondo. Desse modo, faz uma revisão sistemática na doutrina e na jurisprudência sobre a interpretação a este crime. Portanto, através de discussões doutrinárias e jurisprudenciais quanto à natureza jurídica e a possível tentativa de latrocínio, se for concretizada com a subtração, mostrando que muitas vezes existem interpretações que ferem a segurança jurídica do infrator, havendo assim uma discordância de princípios da legalidade e da anterioridade do crime e da pena.

Palavras-chave: *Animus necandi*. Bem jurídico. Delito patrimonial.

VIOLAÇÃO DA INFÂNCIA PELO TRABALHO: UMA PRÁTICA PERSISTENTE NO BRASIL

Cinthya Loze Grossi, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo,
Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote

A análise bibliográfica e documental que permeia a discussão sobre o trabalho infantil no Brasil e suas particularidades vem salientar o quanto essa problemática precisa ser debatida, bem como tratado como uma violação de direitos que necessita de intervenção contando com políticas e programas que possam buscar efetivamente a erradicação desta forma de trabalho. Durante todo o histórico da formação da sociedade brasileira é possível identificar as diversas faces que este tipo de ocupação apresentou, se modificando e permanecendo na contemporaneidade. Na produção textual em que resultou tal abordagem será possível identificar fragmentos que conceituam e perpetuam essa violação do infantil numa abordagem histórica, tendo acesso as mais variadas formas de sobrevivência impostas a estes sujeitos de períodos diferentes aos dias atuais. Salientando como as legislações a níveis nacional e internacional vem permeando e possibilitando uma mudança gradativa na vida destas crianças e adolescentes, em uma busca permanente em permitir que estas vivam sua inocência e sua ingenuidade. Mostrar-se-á que importantes órgãos se utilizam destas Leis na perspectiva de oferecer uma fiscalização que oportunize um rompimento deste ciclo que fortalece e mantém a pobreza, um ciclo onde muitas crianças e adolescentes trocam parte de suas vidas por obrigações que cabem somente a um adulto, prejudicando seu desenvolvimento escolar, seu corpo físico e sua evolução intelectual.

Palavras-chave: Direitos. Trabalho infantil. Leis.

O FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA E O FUTURO DOS SINDICATOS

Cleydiane Pereira Andrade dos Santos, Ricardo Aparecido Araújo, Rejane Soares Hote, Rodrigo Mendes Cardoso

As relações trabalhistas sempre foram um marco importante na conquista dos direitos. No que tange as mudanças de configuração socioeconômica brasileira dos últimos anos, os sindicatos têm grande importância institucional. A Lei nº 13.467/17 representou uma mudança significativa nas relações de trabalho, tem como discussão central o fim da contribuição sindical obrigatória. Visto que essa reforma altera o panorama das receitas sindicais, os pedidos de inconstitucionalidade da referida lei têm ocorrido de forma frequente, porém nenhuma delas foi deferida até o momento. Diante desse cenário, o presente trabalho visa explicar acerca da história da origem dos sindicatos, contextualizando a referida contribuição de acordo com os aspectos jurídicos. Além disso, o trabalho em questão busca compreender e expor a posição dos sindicatos frente essas mudanças e de que modo eles estão se organizando para essa nova etapa. Para a construção do presente trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica associada a uma coleta de dados de caráter qualitativo, em instituições sindicais do Brasil.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Contribuição sindical. Relações trabalhistas.

O IMPACTO DAS LEIS TRABALHISTAS NO MEIO RURAL PELAS REFORMAS

Denise da Rocha Silva, Felipe Tannus Cheim, Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria

O trabalho apresenta uma análise das mudanças ocorridas nas leis que regulamentam o trabalho rural no Brasil e as alterações nas leis que regulamentam a seguridade social propostas pelo Governo Federal aos que estão inseridos na categoria de segurados especiais da previdência social, por meio de considerações ponderadas ao longo do tempo, destacando e interpretando as diretrizes legais concernentes ao grupo, partindo de um extenso panorama de seguridade social. A princípio apresenta a ascensão histórica dos direitos dos trabalhadores rurais e a inclusão à normas de seguridade social no país apontando a introdução tardia dos trabalhadores rurais nos rigores da lei previdenciária. Em seguida discorre sobre a situação econômica do trabalhador e as taxas exigidas de contribuições pela previdência discorrendo sobre a reforma da previdência apresentada em 2019 pelo Governo Federal frisando as principais alterações discutidas em tramitação no Congresso e os impactos que esse novo entendimento na lei confere à situação dos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Reforma. Impacto. Trabalhador Rural.

DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 165-A DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO FRENTE AO DIREITO À NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

Éder Pereira Azevedo, Rejane Soares Hote, Luciano Viana Nassar,
Ricardo Aparecido Araújo

A presente monografia tem por objetivo analisar o art. 165-A do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, frente ao princípio fundamental da proibição de produzir provas contra si mesmo (*nemotenetur se detegere*), previsto no art. 5º, LXII, da Constituição Federal de 1988, bem como na Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica. Em primeiro momento, será apresentado o contexto histórico e evolutivo referente ao trânsito, de forma a melhor entender sua evolução ao longo do tempo e demonstrar sua real importância para toda sociedade. Depois, será analisada a “Lei Seca”, sua implementação, mudanças e alterações ao longo dos anos, seus aspectos administrativos e penais frente à constatação ou não da ilicitude e, sobretudo, entender qual bem jurídico o legislador quis proteger com a criação do referido artigo objeto de estudo. Nesse mesmo momento, serão explicados sobre o princípio fundamental da não produção de provas contra si mesmo e sua aplicabilidade e fundamentação no Brasil e o Pacto de São José da Costa Rica. Por fim, será analisado a respeito do controle de constitucionalidade, com ênfase no Controle Difuso, método mais utilizado para o questionamento sobre a constitucionalidade do art. 165-A do CTB, posicionamentos acerca da matéria por parte do STF e demonstrar ao final que a norma trata-se de inconstitucional por afrontar o princípio fundamental da não produção de provas contra si mesmo.

Palavras-chave: Lei Seca e inconstitucionalidade. Recusa ao bafômetro. Controle difuso de constitucionalidade.

ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DO VALE DO CARANGOLA

Eduardo Coimbra, Ricardo Aparecido Araújo, Rejane Soares Hote, Rodrigo Mendes Cardoso

Neste trabalho, examina-se o assédio moral nas relações laborais da cidade de Carangola. Primeiramente, é necessário ressaltar que apesar de sua criminalização ter sido aprovada na câmara dos deputados em março deste ano ainda aguarda votação do senado para que seja tipificada no código penal brasileiro, ainda assim não traduz garantia de sua erradicação, mas, é um passo muito importante no combate de tal atrocidade. Isso posto, demonstrará o presente trabalho que a problemática por traz deste fenômeno vai além, é um problema costumeiro e cultural que fere princípios constitucionais e causa danos ao trabalhador e à sociedade. É apresentado ainda, o assédio moral numa visão carangolense, bem como as relações laborais vistas do mesmo prisma, e mais, relatos de trabalhadores que arraiga os verdadeiros problemas que se vive nas relações de trabalho desta comunidade, doravante será relatado, e não delatado, tudo que realmente acontece neste ambiente de trabalho, ademais no que tange a chamada lista negra.

Palavras-chave: Assédio Moral. Subordinação ou Dependência. Relatos de Trabalhadores.

O INFANTICÍDIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICO-PENAIIS

Élida Cristina Assis Santana, Felipe Tannus Cheim, Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria

O infanticídio, crime previsto no artigo 123 do Código Penal, trata do ato praticado pela mãe que tira a vida do próprio filho, podendo ocorrer durante ou depois do parto. Nos primórdios da história o crime era cometido em virtude do filho apresentar alguma deformidade que constrangesse os pais, percorrendo o tempo, onde o infanticídio hoje é caracterizado pelos conflitos psicológicos gerados na mãe que levam a conduta e ao delito propriamente dito, sendo a mãe o sujeito ativo principal frente ao delito em questão, cabível de interpretações que discorram os fatores que permeiam e justifiquem sua atitude, observando os fatores psíquicos como principal forma de defesa, sendo estes desencadeados pelo estado puerperal que desenvolvem a Disforia puerperal, Depressão pós-parto (DPP), Psicose pós-parto e Transtornos ansiosos. O estado puerperal é definido como a condição em que se encontra a mãe desde o momento após o parto até voltar ao estado antes da gravidez, podendo este intervalo de tempo variar de mulher para mulher. No percorrer deste período, acometem várias mudanças na mulher, tanto no âmbito físico como psicológico. Dentre as mudanças, no pós-parto, a mãe pode evoluir para um quadro depressivo, vindo a rejeitar o seu filho. A prática do infanticídio tem base histórica em meio a sociedade, por ocorrer a tempos e apresenta um amplo campo de interpretações distintas sob a perspectiva psíquica aplicada, sendo o mesmo é passível de penalidades em virtude de sua relevância o qual a legislação o define, o que gera consequências jurídico-penais ao infrator.

Palavras-chave: Infanticídio. Estado Puerperal. Distúrbios Psíquicos.

SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE DO SISTEMA CARCERÁRIO E O CARÁTER RESSOCIALIZADOR DA SANÇÃO PENAL

Gabriela Mascarenhas Caldeira, Vinícius Bigonha Cancela
Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia
Daniele Vieira Neto

O presente trabalho aborda um dos assuntos mais comentados atualmente no Brasil, e no mundo todo. A realidade espanta toda a sociedade que vive em uma situação crítica diante de um sistema penitenciário falido e longe de ser reestruturado. As prisões que deveriam atuar como meio de retorno do detento em sociedade são conhecidas como verdadeiras escolas do crime, pois qualificam ainda mais seus hóspedes. Os problemas são inúmeros, vão desde a superlotação de presídios, fugas, rebeliões, desrespeito com direitos fundamentais do detento, atentados contra agentes públicos, situações desumanas. É diante dessa situação, de total omissão e abandono público, é que podemos perceber a falta de ressocialização. Será feita uma verificação do objetivo da Lei Nº 7.210/84, bem como os deveres e os direitos dos apenados elencados neste diploma legal. Este trabalho buscou através de doutrinadores mostrarem que a aplicação das penas tem como finalidade a ressocialização dos presos no Brasil, neste sentido reintegrando o egresso à sociedade.

Palavras-chave: Sistema penitenciário. Superlotação.
Ressocialização.

TRÁFICO DE ÓRGÃOS: UMA AFRONTA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Gabriella Barbosa de Oliveira Campos, Luciano Viana Nassar, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido Araújo

A doação de órgãos e tecidos no Brasil é feita inter vivos, modalidade em que qualquer pessoa capaz poderá consentir e na impossibilidade, seu representante legal, desde que se trate de órgãos duplos (rins, por exemplo) ou parte renováveis do corpo humano, para fins terapêuticos ou para transplante em cônjuge, parentes consanguíneos até o quarto grau, ou qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. Sempre a título gratuito, em razão do disposto no artigo 199§4º da Constituição Federal e da Lei 9.434/97. O comércio de órgãos no Brasil é totalmente proibido essa prática elítica e a doação é autorizada pela lei dos transplantes 9.434/97, com 25 artigos norteando os assuntos tanto para doação inter vivos e post-mortem, todos fundamentos pela Constituição Federal de 1988. Com isso o presente trabalho visa sobre o tráfico de órgãos humanos, uma vez que isso acontece a toda hora e a todo instante, não sendo percebido ou mesmo nem se dado conta disso. Ressalta ainda que isso acontece com toda sociedade, mas em geral acontecem aqueles que vivem em condições precárias, com quase nada ou até mesmo sem nenhum recurso próprio. Esse crime é praticado por grupos de criminosos que usam os meios de comunicações. Geralmente a internet é a principal área de atuação dos mesmos.

Palavras-chave: Tráfico de órgãos. Traficantes. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

ESCRAVOS SEM CORRENTES: O VIÉS DO TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO POR TRÁS DAS GRANDES MARCAS NA INDÚSTRIA TÊXTIL

Giulia Inácio de Oliveira, Ricardo Aparecido Araújo, Luciano Viana Nassar, Rejane Soares Hote

O presente trabalho aborda a problemática envolvendo o trabalho escravo contemporâneo na indústria têxtil e de confecção na capital paulista, realçando seus aspectos, sociais e jurídicos a partir do aporte teórico e documental de natureza internacional, nacional e doutrinário que criminalizam o trabalho escravo, degradante, precário, forçado e o tráfico de pessoas para fins laborais. Demonstrando que a clandestinidade inerentes à prática escravagista que envolve esse setor dificulta o conhecimento desse cenário onde muitos empregadores e empresários, movidos pela busca por alta lucratividade em um mundo globalizado, se deleitam da vulnerabilidade do trabalhador, utilizando da terceirização e contratação ilegal e da imigração forçada para manutenção do sistema *sweatshops*, ou “fábricas de suor”, que caracteriza um ambiente promiscuo de exploração laboral socialmente inaceitáveis, realçando também o perfil e a rotina dos trabalhadores aliciados, dentre eles os imigrantes bolivianos para o labor nas oficinas de costura paulistanas, decorrente do modelo de produção *fast fashion*, em face do consumo desenfreado de bens cada vez mais descartáveis. Ademais, este trabalho é de natureza qualitativa, pois utiliza do aporte de julgados referentes ao trabalho análogo a de escravo prolatados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região da Comarca de São Paulo que auxilia na compreensão do assunto em tese. Destarte este trabalho ainda realça os fatores deficientes que envolvem a política pública.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Oficinas de Costura e vulnerabilidade. Contratação ilegal e terceirização ilícita.

MÚTUO BANCÁRIO: ANÁLISE DE OFÍCIO PELO MAGISTRADO E SUAS IMPLICAÇÕES LEGAIS

Hygor Ferreira, Felipe Cheim Tannus, Marluza Fernades Roriz, Rafael Santana Faria

O trabalho seguinte tem o condão da análise crítica sobre as relações consumeristas bancárias dentro do ordenamento jurídico. Traz à baila questões oriundas do direito bancário, tecendo sobre a impossibilidade do exame de ofício do Magistrado das cláusulas abusivas em direito ao consumidor. As relações entre fornecedores e consumidores tem amparo legal no Código de Defesa do Consumidor, que foi criado pelo Legislador com intento de equiparar as partes nas relações negociais, vez que os fornecedores dispõe de um poderia informacional acima da capacidade do comprador. Nas relações bancárias não é diferente, com entendimento de que as instituições estão submetidas as ordens do CDC, e que seus serviços são de caráter público, torna-se iminente a necessidade do Magistrado da prévia análise contratual levada a Juízo, independentemente da parte que a leva, anulando de imediato, para gerar seus efeitos legais, todas e quaisquer cláusulas que onerem excessivamente a parte vulnerável da relação, qual seja, o consumidor. Nesse interim, buscou-se no presente trabalho uma crítica a súmula do egrégio Superior Tribunal de Justiça, veementemente à súmula 381, qual veda qualquer tipo de análise prévia do contrato de adesão contratado pelas partes, dependendo para seu exame, da indicação do consumidor de onde encontra-se a abusividade ou ilegalidade praticada pela instituição financeira.

Palavras-chave: Consumidor. Fornecedor. Relações consumeristas bancárias.

LEI MARIA DA PENHA: VALORIZAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA NA PRODUÇÃO DE PROVAS

Isabel dos Reis Pinto, Marluza Fernandes Roriz, Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido Araújo

O presente trabalho tem como objetivo analisar quais são os fatores que contribuem para o aumento da violência doméstica e familiar contra a mulher e a importância da palavra da vítima para a produção de provas, nos moldes da Lei Maria da Penha. Resta evidenciado, que muitas das vezes a Lei em comento vem sendo usada de forma abusiva por parte das vítimas, por fazerem falsas denúncias de seus agressores. Portanto, é inaceitável qualquer tipo de violência, em especial a violência doméstica contra a mulher, contudo não pode deixar que ocorra casos de denúncia caluniosa, capitulado no artigo 339 do Código Penal, onde mulheres aproveitam para se vingar de seus companheiros, não podendo permitir que o Poder Público seja acionado desnecessariamente. A Lei Maria da Penha traz uma série de benefícios que favorecem e protegem a vítima, com o fim de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, buscando resgatar a cidadania feminina.

Palavras-chave: Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Denúncia Caluniosa.

A POSSIBILIDADE DE ATRIBUIR AO ESTADO A RESPONSABILIDADE PELA OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE NOÇÕES DE DIREITO NO ENSINO BÁSICO

Italo Gomes Vieira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote

O presente trabalho aborda sobre questões voltadas à possibilidade de atribuir ao Estado a responsabilidade pela obrigatoriedade de fornecer o ensino de noções de Direito no ensino básico, objetivando demonstrar através de princípios do Direito, normas, fundamentos constitucionais e doutrinas que o exercício da cidadania de maneira satisfatória à sociedade requer um conhecimento do ordenamento jurídico vigente. E dessa forma, o Estado deverá por obrigação constitucional promover a educação de maneira a preparar o cidadão para o exercício da cidadania e, portanto, cabe ao Estado fornecer uma educação que alcance esse objetivo a todos indivíduos de sua sociedade. Este trabalho visara mostrar que um individuo depende da educação para exercer sua cidadania sabendo que essa não se perfaz apenas com o exercício dos direitos políticos, demonstrará que a educação deve sempre progredir para proporcionar uma maneira a igualar a sociedade e seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Estado e Ensino. Cidadania. Responsabilidade.

AÇÃO POLICIAL E A LEGÍTIMA DEFESA DE TERCEIROS: A EXCLUDENTE DE ILICITUDE NO TRABALHO DO AGENTE DO ESTADO

Iuris Lino de Araújo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote

O presente trabalho tem por finalidade abordar questões acerca da necessidade de expansão da liberdade de agir do agente de segurança pública, para que este tenha mais eficiência no trabalho em prol da sociedade. Os meios de defesa em prol do cidadão, atualmente são ineficazes, sendo necessário adequar as normas à realidade que o Brasil vive. Respaldo em conceitos conservadores que deram estrutura ao Direito Penal, lembrando às clássicas escolas penais, e trazendo novamente pensamentos de grandes filósofos e sociólogos que em dado momento da história tiveram grande importância no âmbito da evolução do raciocínio jurídico-social, é que se desenvolveu a alma do presente trabalho. A legítima defesa de terceiros é um tema que já consta de forma implícita na legislação penal brasileira, e dado a necessidade atual, há de se conferir ao presente instituto a devida e merecida atenção. Não obstante também foram destacados os limites a serem respeitados pelo policial para ser amparado pela excludente de ilicitude defendida no trabalho, bem como as punições por excederem os limites, para que o agente do Estado não se valha do amparo da legítima defesa de terceiros, para prejudicar à sociedade de alguma forma ou para agir arbitrariamente.

Palavras-chave: Legítima Defesa. Agente do Estado. Sociedade.

A SIGILOSIDADE E A INQUISITORIEDADE DO INQUÉRITO POLICIAL APÓS A LEI 13.245/2016

Iury José Machado Vaz Belúzio, Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

O ordenamento jurídico pátrio adotou um sistema de investigação preliminar conduzido pela polícia judiciária, sobressaindo o inquérito policial e procedimentos policíacos afins (TCO, PAAI, etc.), como o principal método investigativo para a busca da verdade na fase pré-processual. Neste contexto, o legislador designou à Polícia Judiciária o papel central na investigação penal, exatamente por se tratar de órgão dissociado da acusação e da defesa. O arcabouço legal hodierno não fornece sua precisa conceituação, ficando tal missão delegada aos doutrinadores. Por este prisma, entende-se que a apuração criminal deve ser desvinculada de compromissos com as partes que compõem a lide. Muito além de ofertar subsídios à vindoura ação penal (função preparatória), tem a distinta função preservadora. Em outras palavras, este instrumento possui, eminentemente, função garantidora, visando a prevenção de instauração de ações penais temerárias, em observância máxima aos princípios do garantismo penal. Todavia, há instaurada na seara jurídica certa controvérsia quanto a mitigação de suas características de sigilosidade e inquisitorialidade, em face da promulgação da Lei 13.245/2016, que alterou o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. A discussão instalada é, portanto, o objeto deste estudo, na medida em que se debruça sobre os principais aspectos do inquérito policial, sua importância e participação ativa no exercício do *ius puniendi* estatal. Destarte, não é pretensão do presente estudo esgotar o tema, visto que sua amplitude não poderia ser resumida.

Palavras-Chave: Inquérito Policial. Sigilosidade e inquisitorialidade. Apuração Criminal.

O ABANDONO AFETIVO INVERSO E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

Ivana Cecília Lacerda Loreti, Rejane Soares Hote, Luciana Viana Nassar, Ricardo Aparecido de Araújo

O presente trabalho tem como propósito abordar sobre em relação aos idosos, o instituto do abandono afetivo inverso, bem como a respeito da responsabilidade civil, com o objeto de examinar se seria possível ou não o filho ser responsabilizado com o pagamento de uma indenização por danos morais pelo abandono. Deste modo, o trabalho em questão teve a finalidade de demonstrar que os anciões (parte da população que aumenta dia após dia) possuem inúmeros direitos e garantias que estão abalizados na legislação pátria e em princípios, porém, em nenhum destes estabeleceu-se sobre o abandono afetivo de idosos, isto é, apenas há projetos de leis no Brasil acerca do tema, logo, será demonstrado que com relação ao instituto há bastante divergência, e que o mesmo carece de tratamento igual ao abandono afetivo, e também como em outros países. Ademais, em sede de conclusão, da análise especial da reparação civil no caso em tela, verificar-se-á que a prática do abandono afetivo inverso pode levar o descendente a reparar o ascendente por danos imateriais causados aos seus direitos da personalidade, desde que presentes os requisitos da reparação, e diante do caso concreto. Por fim, cumpre dizer que o tipo de pesquisa adotado neste estudo foi a de campo, no Lar dos Idosos, e a pesquisa bibliográfica, com estudo em doutrina, lei, projeto de lei, e jurisprudência.

Palavras-chave: Abandono afetivo inverso. Indenização por dano moral. Responsabilidade civil.

PERMISSÃO DO ABORTO NOS CASOS DE MICROCEFALIA

Jonathas Venicio Caetano, Rafael Santana Faria, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Luciano Viana Nassar

O presente trabalho aborda a problemática do aborto nos casos de microcefalia, bem como o tratamento jurídico do nascituro no ordenamento jurídico vigente. No ano de 2015 o Brasil, em especial na região nordeste, foi surpreendido por uma epidemia causada pela transmissão do vírus Zika, o qual, dentre outras formas, é transmitido pelo mosquito *aedes aegypte*. A epidemia ocasionada pelo vírus se alastrou pelo país em questão de meses, e com isso, abriu-se novamente a discussão da possibilidade de aborto em casos excepcionais, onde a mulher é a mais afetada pelo prosseguimento da gestação. A presente pesquisa traz a uma visão geral do tratamento do nascituro no ordenamento jurídico brasileiro, sendo abordado a sua tutela em diversos ramos do direito, em especial no Direito Penal, o qual criminaliza a prática abortiva em todas as suas modalidades. Ressalta, ainda, o tratamento médico que é dado as pessoas acometidas pela microcefalia, como é feito o seu diagnóstico, tratamento, bem como as consequências que esta patologia pode causar a uma pessoa que é portadora da infecção, haja vista se tratar de uma doença incurável e irreversível. O presente estudo traz a baila os diferentes posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o aborto, enfatizando, ainda, o aborto necessário, humanitário e anencefálico, o qual foi permitido após o julgamento da ADPF 54, assim como coloca em pauta a discussão sobre a viabilidade do aborto nos casos de microcefalia

Palavras-chaves: Microcefalia. Aborto. Nascituro.

RESPONSABILIDADE PENAL DOS PSICOPATAS

Júlia Teixeira de Souza, Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

O presente trabalho tem como escopo principal estudar a figura do psicopata à luz ao Direito Penal brasileiro frente aos crimes cometidos por esses indivíduos. Em primeiro momento, aborda-se um pouco sobre a teoria dos crimes, produzindo os conceitos da culpabilidade, imputabilidade, a semi-imputabilidade e a inimputabilidade, salientando e sedimentando as características científicas do portador do transtorno de personalidade conhecido como psicopatia. Prossegue-se ilustrando a responsabilidade penal desses indivíduos em específico, como também, as sanções cabíveis, a execução da pena, medidas de segurança e a ressocialização desses agentes, expondo os riscos dos psicopatas de volta à sociedade, analisando seus pressupostos, espécies, prazos de duração, e a sua cessação, entre outras questões de relevância. Embasado em estudos relacionados à definição de psicopatia e suas principais características, determina-se assim, quem é um psicopata. Busca-se saber como o psicopata é visto pela sociedade e pelo Direito Penal na atualidade, visto que, há muito tempo pessoas cometem esse tipo de crime na sociedade. A história está carregada de pessoas que cometeram verdadeiras atrocidades contra outras. Em síntese, o estudo irá abordar a psicopatia sob a ótica do Direito Penal, no que tange às leis, jurisprudências e doutrinas.

Palavras-chave: Psicopatia. Direito Penal. Responsabilidade Penal.

INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Karla Donádio do Amaral, Marluza Fernandes Roriz, Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido Araújo

Com o avanço da tecnologia, as comunicações interpessoais se estreitaram e as distâncias se encurtaram. Em contrapartida a criminalidade encontrou nesse fato um ambiente propício para o cometimento de diversos ilícitos penais, uma vez que seus atos seriam dificilmente reprimidos. Nesta seara, é de extrema importância reconhecer os crimes que vem sendo ocorridos no ambiente cibernético, bem como se deve adequar o ordenamento jurídico à nova sociedade que tem se tornado cada vez mais moderna. Tendo como paradigma a persecução penal de crimes cometidos na esfera virtual, o presente estudo pretende contribuir com os debates acerca da técnica especial e extraordinária de investigação denominada infiltração virtual de agentes, por se tratar de uma temática nova e seu estudo ser de suma importância para uma definição mais concreta dos parâmetros jurídicos e técnicos acerca do instituto, visando uma boa técnica policial, no qual deve respeitar e observar as garantias e direitos fundamentais. Entre outros aspectos, será abordado e analisado o instituto trazido pela Lei número 13.441/2017 tendo como escopo enfrentar a problemática acerca das provas obtidas por meio do agente infiltrado virtual e ainda verificar se tais provas são consideradas processualmente válidas no nosso atual Ordenamento Jurídico.

Palavras-chave: Infiltração de Agentes. Infiltração Virtual. Organizações Criminosas.

ASSÉDIO SEXUAL CONTRA A MULHER EM CARGOS PÚBLICOS E A HIPOSSUFICIÊNCIA DA VÍTIMA EM FACE DO EMPREGADOR

Krislâneý das Graças de Oliveira de Jesus, Luciano Viana Nassar, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido Araújo

O presente trabalho analisa o crime de assédio sexual cometido no âmbito do serviço público por funcionário público, prevalecendo da posição hierárquica, abusando-se do poder que o cargo ou a função lhe confere para constranger o seu subordinado com a finalidade de angariar favores sexuais indevidos. O assédio sexual representa uma ofensa à liberdade sexual do indivíduo e as mulheres são as maiores vítimas. Os casos de assédio sexual no âmbito laboral vêm crescendo em razão do aumento da participação da mulher nesse segmento social. O delito, quando praticado por agente integrante dos quadros da administração pública, representa uma afronta aos princípios constitucionais que norteiam o exercício da boa administração pública, e também viola o livre exercício do trabalho. Além do mais, caracteriza-se por ser um ato atentatório contra o princípio da dignidade da pessoa humana, princípio este que fundamenta o Estado Democrático de Direito. As punições a que o assediador poderá incorrer vão desde as sanções administrativas, como a demissão do servidor, até sanção penal. Tal conduta ainda pode caracterizar improbidade administrativa em razão da violação de princípios a que o servidor está obrigado a respeitar.

Palavras-chave: Assédio sexual no serviço público. Violação a princípios constitucionais. Caracterização de improbidade administrativa.

CRISE NA REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL E POLÍTICA DO BRASIL: DA POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO *RECALL*

Larissa Valadão Soares Nunes, Rejane Soares Hote, Luciano Viana Nassar, Ricardo Aparecido de Araújo

As crises políticas oriundas da má governabilidade se constituem em obstáculo à concretização dos objetivos fundamentais da nação, relatados na Constituição Federal. É impossível construir uma sociedade justa solidária e livre onde o povo não é ouvido, é impraticável garantir o desenvolvimento nacional se o autor deste desenvolvimento não possui voz. Pobreza e marginalização não serão erradicados enquanto o poder for desvirtuado e utilizado para fins escusos. O bem de todos, despido de preconceitos, não será promovido enquanto a voz popular só for ouvida em intervalos quaternários. As nações verdadeiramente democráticas aspiram participação popular. Todo poder emana do povo e por ele será exercido na medida em que sua legislação reúna predicados para o seu exercício. Processos de destituição do poder de governantes que abandonaram a legalidade e a moralidade em suas gestões são inevitavelmente traumáticos para a ordem política e social, de modo que o *recall* surge como uma alternativa a ser estudada. O *impeachment*, procedimento dramático e por vezes insatisfatório já possui previsão, apresentando duas emblemáticas ocorrências no cenário social. O instituto do *recall* político, por sua vez, prevê a destituição de cargos políticos, mediante a insatisfação popular. Tal insatisfação não se confunde com anti-populismo, mas com ações estranhas aos princípios basilares do trato com a coisa pública. Neste sentido o presente trabalho possui o escopo em tratar da soberania popular exercida de forma proeminente por instrumentos de participação eficazes.

Palavras-chave: *Recall* Político. Soberania. *Impeachment*.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: AFRONTA AO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Laryssa Azevedo Barcelos, Luciano Viana Nassar, Marluza Fernandes Roriz, Ricardo Aparecido de Araújo

O presente trabalho tem por objetivo relatar um tipo de violência que, em tese, não é conhecida por muitas mulheres. Tal violência denomina-se violência obstétrica, que é sofrida por mulheres durante o pré-natal, parto e pós-parto. Pode ser caracterizada por atos como violência física, verbal, palavras de baixo calão, entre outras. O judiciário Brasileiro encontra grande dificuldade em identificar e punir quem comete esse tipo de ato, pois além de não se encontrar em nenhum dos diplomas jurídicos existentes no país, lei que assegure a punição para os médicos e instituições médicas que ajam de forma violenta, há grande dificuldade em se provar a situação de violência sofrida. Sabe-se da existência de mecanismos jurídicos para se tentar trazer a vítima o mínimo de justiça, como é o caso da responsabilidade civil, porém, a luta pela efetiva justiça enfrentará um grande caminho. Há grande necessidade em se adequar tanto as leis brasileiras para as demandas atuais que vem surgindo, quanto uma nova reformulação da instrução dada aos médicos, uma vez que muitos praticam atos que são considerados como violência obstétrica pensando ser algo normal e natural, como é o caso da episiotomia.

Palavras-Chave: Violência Obstétrica. Responsabilidade civil do médico. Violência de Gênero.

A INEFICÁCIA DO DESARMAMENTO NO BRASIL EM CONTRAPARTIDA AOS MODELOS ADOTADOS EM OUTROS PAÍSES

Leonan Lacerda Borges, Felipe Tannus Cheim, Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria

A presente monografia intitulada “A ineficácia do desarmamento no Brasil em contrapartida aos modelos adotados em outros países” tem como objeto precípua de estudo realizar uma análise acerca do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) e a possibilidade de o cidadão brasileiro voltar a ter acesso às armas de fogo. O Brasil, atualmente, atravessa uma forte crise em sua segurança pública, e apesar do Estatuto já vigorar há bastante tempo no país, ainda é um tema que gera constantes embates políticos, jurídicos, econômicos e sociais, uma vez que não se consegue chegar a um consenso se o mesmo foi benéfico ou não. Desse modo, o viés desse trabalho é o de buscar elucidar melhor se o Estatuto do Desarmamento teve influência nos índices de crimes, especialmente os de mortes, ocasionadas pelo uso de armas de fogo no Brasil, bem como um estudo comparado com o modelo adotado por outros países no mundo.

Palavras-chave: Armas de Fogo. Estatuto do Desarmamento. Segurança Pública.

A INCONSTITUCIONALIDADE NA APREENSÃO DE VEÍCULOS POR INADIMPLÊNCIA NO IPVA

Leonardo Batista de Souza Elias, Luciano Viana Nassar,
Marluza Fernandes Roriz, Ricardo Aparecido de Araújo

O presente trabalho de Conclusão de Curso tem como escopo analisar a inconstitucionalidade do Código de Trânsito Brasileiro em conjunto com a competência dada aos órgãos fiscalizadores de trânsito em sua execução arbitrária na apreensão de veículo por inadimplência do IPVA, denominada “cobrança”. Como início será abordado sobre o IPVA propriamente dito em seu conceito, ademais passando para o Poder de Polícia dos órgãos fiscalizadores e a sua autoexecutoriedade na cobrança do tributo como expresso na legislação de trânsito de forma inconstitucional. Minuciosamente serão abordados os princípios norteadores do direito em principal na matéria de direito tributário, bem como o processo tributário, como judicial e administrativo e sua execução. Destarte, passar para o leitor de maneira ampla as falhas na legitimidade que o Estado exerce por meio dos agentes de trânsito na forma em que processam e executam de uma vez os contribuintes, tornando-os vítimas de um sistema autocrático que desrespeita todos os princípios e procedimentos legais existentes. Por final, apresenta a maneira correta de fazer com que o contribuinte cumpra com sua obrigação de pagamento do tributo com a Lei de Execução que esta é usurpada não somente do contribuinte, mas de todo sistema.

Palavras-chave: IPVA. Execução e Arbitrariedade. Processo Tributário.

A INEFICÁCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CUMPRIMENTO DA PENA

Lorryne Soares Oliveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote

O Sistema Prisional Brasileiro atual apresenta discordâncias com o que a Lei de Execução Penal (nº 7.210/84) e a Constituição Federal de 1988 estabelecem, pois não possibilita que os apenados desfrutem de sua real instituição, sendo esta, uma estrutura capaz de alcançar seus objetos principais, quais sejam: a privação da liberdade também como forma de reabilitação e reintegração social. A precariedade, a superlotação dos presídios e o desrespeito dos direitos assegurados por lei, fazem com que o cárcere seja uma medida eficaz somente para reincidência. Baseando-se nisso, o presente Trabalho de Conclusão de Curso busca trazer através de pesquisa bibliográfica, dados indispensáveis que mostram a situação carcerária do país, seus índices de reincidência e as causas que evidenciam a ineficiência da ressocialização no Brasil. Não obstante, será também abordado os novos métodos de ressocialização e de resolução de conflitos que buscam mudar a condição atual do país, com enfoque nos projetos já adotados no país, como a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), o Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Programa Começar de Novo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) e por fim mas não menos relevante a Justiça Restaurativa.

Palavras-chave: Sistema Prisional Brasileiro. Lei de Execução Penal. Justiça Restaurativa.

DO ABORTO NÃO CRIMINOSO À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Lucas Mendes Assunção Mendonça, Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

No presente trabalho, trata-se do aborto e as suas espécies, tendo com finalidade, analisar suas principais características, além de examinar a aceitação ou não desta prática, seja no campo moral ou jurídico. Necessário destacar, acerca do tema, a incessante busca que abrange aspectos como o direito à vida do feto e a saúde da genitora. Busca-se ainda, analisar questionamentos jurídico-filosóficos que abrangem o conceito de justiça e moral (tendo em vista os filósofos e seus questionamentos relacionados à justiça e da moralidade) dentro da temática proposta. Não menos importante, objetiva-se fazer uma análise no que tange à legalidade do aborto, e portanto, sobre o fato de ser ou não considerado crime. Objetiva-se, também. Estudar os aspectos éticos e morais ligados ao caso. Neste sentido, cabe à ética, buscar o conhecimento e a investigação a respeito da ação humana, objetivando saber, quais são melhores meios para os melhores fins, com base na compreensão da existência humana. Já a Moral faz referência nos valores e normas para ação do ser humano, baseada em uma concepção ou doutrina ética. Todos estes valores perpassam sobre o enfoque jurídico, visto que o Direito é a ciência máxima que regula as ações humanas, não podendo ela se quedar de conferir validade (ou não) às ações humanas.

Palavras-chave: Aborto. Justiça. Legalidade.

A EMBRIAGUEZ DO MOTORISTA SEGURADO E A OBRIGAÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO

Ludimila Miranda Ferreira, Ricardo Aparecido de Araújo,
Luciano Viana Nassar, Rejane Soares Hote

O objetivo do presente trabalho é destacar a obrigação da seguradora diante do pagamento da indenização ao motorista segurado que dirige embriagado e se envolve em acidente sendo vítima de tal sinistro, observando assim todo o nexo causal para tal acontecimento. Em primeiro momento será abordado o breve histórico do contrato de seguro e seus elementos. Em seguida serão abordados os princípios do contrato securitário e as partes. E por fim, será abordada a cláusula de agravo de risco no contrato de seguro de veículos. O artigo principal para a discussão do mesmo, é o artigo 768 do Código Civil Brasileiro de 2002, onde traz em sua redação o agravo do risco sob o objeto do contrato. O presente trabalho também contará com a ajuda do Código de Trânsito Brasileiro de 1997, abordando as penalidades e as medidas administrativa em casos de direção sob o efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas. E por se tratar de um contrato que contém cláusulas limitativas de risco, será esclarecido sobre o contrato de adesão que está previsto no Código de Defesa do Consumidor. Vale ressaltar também que no último capítulo será explicado a quem incumbe o ônus da prova, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015. Trago à vocês também algumas decisões do Superior Tribunal de Justiça acerca da discussão proposta.

Palavras-chave: Contrato de Seguro. Embriaguez. Indenização.

O CONTEXTO FÁTICO DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NA ATUALIDADE BRASILEIRA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Marcela Aparecida Silva Evaristo, Marluza Fernandes Roriz, Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido de Araújo

O presente trabalho tem como objeto de estudo a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. A ideia era construir uma Lei que proporcionasse proteção as mulheres e que construísse procedimentos judiciais, policiais mais eficazes e humanizados em favor das vítimas. Na atualidade, as agressões cada vez mais constantes, muito se tem discutido sobre o combate à violência familiar e doméstica contra a mulher. Além da Constituição, há também a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e outros tratados sobre o tema ratificados pelo Brasil. Para assegurar o cumprimento das medidas protetivas, o juiz pode requisitar auxílio de força policial, determinar busca e apreensão, remoção de pessoas ou objetos do convívio com a ofendida ou o pagamento de multas. E é nesse ponto que se verifica a atualização conferida no ano de 2019 através da lei nº 13.827 de 13 de maio de 2019 onde se afirma que, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da vítima, o agressor poderá ser imediatamente afastado do lar pela autoridade judicial; ao delegado de polícia quando o município não ter sede de comarca ou ao policial quando o município não for sede de comarca e não houver delegado de polícia disponível no momento da denúncia. O tipo de pesquisa foi bibliográfico, com estudos em doutrinas, Leis e jurisprudências.

Palavra-chave: Lei Maria da Penha. Violência Doméstica. Mecanismo de Proteção.

INEX-CONTRATAÇÃO DIRETA DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA OU ADVOGADO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Marco Antônio da Silva, Felipe Tannus Cheim, Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria

O presente trabalho intitulado “Inex-Contratação de Escritórios de Advocacia ou Advogado por meio de Inexigibilidade de Licitação”, pretende analisar elementos que fundamentem essa possibilidade, para tanto, buscou-se utilizar-se de pesquisa doutrinária e jurisprudencial a respeito da matéria. Há uma problemática quanto a identificar o meio legal de se fazer a contratação direta, vez que a licitação é a regra, resultante da norma encartada no artigo 37, XXI, da Carta Constitucional. Contudo, há divergência na interpretação da Lei de licitações neste sentido, o que gera uma polêmica quando da contratação de escritórios de advocacia ou advogados por órgãos da Administração Pública por meio da inexigibilidade de licitação. Nesta linha tentou-se trazer algumas respostas para tais questionamentos, que são situações rotineiras no âmbito da administração pública direta e indireta. Por fim, tem-se ao final de todo o exposto que constitui-se situações que o ordenamento excepciona, a regra geral de contratação pelo âmbito público, todavia, deverá a mesma ser motivada, é bem verdade que a legislação não deixa qualquer tipo de margem de liberdade de atuação ao agente público.

Palavra-chave: Inexigibilidade de Licitação. Ordenamento excepciona. Atuação do agente público.

A POLÍTICA ANTIDROGAS BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NAS PROPOSTAS DE LEGALIZAÇÃO E DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS

Marcos Alexandre Monteiro de Souza, Felipe Tannus Cheim,
Marluza Fernandes Roriz, Rafael Santana Faria

O presente trabalho visa abordar questões referentes as políticas antidrogas brasileira e suas implicações nas propostas de legalização e descriminalização do porte de drogas para consumo. A legislação vigente aborda o tema entorpecentes, através da lei 11.343, instituída no ano de 2006, delimitando a conduta do uso e consumo no art. 28 da referida lei e do tráfico no art. 33. Em virtude de a lei de drogas ser uma norma penal em branco heterogênea, necessita de um complemento normativo adverso da fonte do legislador. Assim como a norma penal em branco deixa lacunas para serem preenchidas por outro aparato normativo, a citada lei fornece diversas brechas, sendo necessário a utilização da hermenêutica jurídica para a aplicação no caso concreto, como por exemplo, o art. 33 da lei 11.343 versa sobre a conduta do tráfico de drogas, contudo não delimita uma quantidade mínima da substância ilícita para configurar o crime, deixando a cargo das autoridades interpretarem a conduta frente ao caso concreto. Essa falta de uniformidade jurídica abrange outros dispositivos da mesma norma, principalmente referente ao porte de drogas para consumo. Em virtude disso, tem-se ocorrido diversos debates sobre a inconstitucionalidade do art. 28 da lei de drogas, tema previsto para votação no Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo desse trabalho teve por prioridade analisar as correntes doutrinárias e jurisprudenciais sobre a matéria, trazendo argumentos jurídicos devidamente fundamentados e que expõem a divergência sobre o tema, analisando a possibilidade de aprovação ou não da proposta efetuada.

Palavras-chave: Drogas. Legislação Vigente. Substância ilícita.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE VERSUS RESERVA DO POSSÍVEL

Marcus Vinícius Barraqui Anizio, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote

A judicialização na área da saúde é um tema decorrente das atuais situações enfrentadas nas esferas pública, política, econômica e social, sendo que elas devem se pautar segundo a dogmática dos Direitos Fundamentais, dos quais faz parte o direito à saúde, conforme o artigo 6º dos Direitos Sociais. Para esse benefício ser assegurado à população foi imprescindível criar a Lei Orgânica da Saúde (LOS), nº 8.080/1990. Porém, a procura pelos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sofre uma crescente sobrecarga e, com a limitação orçamentária do Estado, ocorre a falta de atendimento e também de recursos.. O objetivo principal é descrever e analisar quais teorias proporcionam maior efetividade no que se refere ao cumprimento da Legislação Brasileira, visto que a Teoria da Reserva do Possível não pode ser utilizada como única medida para solucionar a insuficiência de recursos concernentes à saúde. Torna-se, portanto, imperioso verificar a obrigação do Estado em garantir aos cidadãos o Mínimo Existencial de modo eficaz, para que cumpra, assim, o seu dever, de acordo com a evolução dos direitos da nação. O método empregado neste estudo diz respeito às pesquisas bibliográficas, de caráter jurisprudencial, bem como demais fontes do Direito. Os resultados demonstraram que a judicialização da saúde deve prevalecer em preservação do Mínimo Existencial e que o judiciário, como um poder decisivo, ainda deve ser predominante, visto que o que as leis e as correntes doutrinárias declaram não é o ideal para todos os casos.

Palavras-chave: Judicialização da Saúde. Reserva do Possível. Mínimo Existencial.

O DIREITO À IGUALDADE RACIAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988

Mariana da Silva Souza, Rodrigo Mendes Cardoso, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido de Araújo

A presente pesquisa objetivou pautar a o artigo 6º da Constituição Federal, onde é explícito que todo (a) cidadão (a) brasileiro (a) tem seus direitos sociais assegurados. Portanto, o que se vive é uma realidade totalmente diferente no que diz respeito à população negra no Brasil. Desde a vinda da África que os direitos sociais foram negados aos (as) negros (as) que vieram para o Brasil num regime escravagista, pós-abolição nada mudou e inicia um "novo" processo de desigualdade e exclusão social. Por muitos anos perdurou a escravidão, mesmo com a Carta Aurea assinada, pois se não tem acesso aos direitos constitucionais é impossível ser livre verdadeiramente, a liberdade fica apenas no papel. Observa-se que a partir de 2003 com a chegada das políticas de ação afirmativa o cenário começa a mudar e tais ações começam a reparar a omissão do Estado para com a população negra escravizada. O trabalho traz também uma visão dos resultados das políticas afirmativas no Quilombo Fátima, que é uma Comunidade Remanescente de Quilombo Urbana reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Governo Federal que trata das políticas com recorte racial pautada pelo governo. A presente pesquisa utilizou do método descritivo e explicativo, tendo como instrumentalização entrevistas, análise documental e pesquisa de campo na Comunidade Quilombola Fátima.

Palavras chave: Comunidade Remanescente de Quilombo Urbana. Fundação Cultura Palmares.

PACOTE ANTICRIME MEDIDAS RELACIONADAS À LEGÍTIMA DEFESA

Matheus Leandro Oliveira Nunes, Rodrigo Mendes Cardoso, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido de Araújo

O presente trabalho acadêmico visa apresentar as mais variadas hipóteses atuais e possíveis de serem introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro, acerca das excludentes de criminalidade ou excludentes de ilicitude no âmbito da legítima defesa. Tema bastante abordado inclusive pelo Congresso Nacional, gozando de bastante ênfase e prestígio pelo atual Presidente da República, o qual, detêm vários projetos acerca do tema. O presente conteúdo possui área de atuação advinda do Direito Penal e abrangendo-se parte do Direito Processual Penal e também relevante conteúdo de Direito Constitucional, que será de bastante importância no desenrolar do referido material. Primitivamente a benesse pretende abordar uma evolução história acerca da legítima defesa, concomitantemente a uma amplificação do tema em esfera internacional, usufruindo de vários ordenamentos em países de constituição rígida a fim de acarrear um paralelo entre o ordenamento destes países e o que pode acrescer em nosso ordenamento jurídico. Posteriormente pretende-se desenvolver um marco histórico que norteie o conteúdo das medidas relacionadas a legítima defesa, adentrando na teoria geral do crime juntamente com o princípio da culpabilidade que nos elenca como este projeto de lei futuramente adentraria em nosso ordenamento e as respectivas consequências que uma eventual aprovação desta PL ocasionaria à legislação pátria. Por fim discutiremos as mudanças trazidas no projeto de lei denominado Pacote Anticrime no que tange medidas relacionadas a legítima defesa e excludentes de criminalidade.

Palavra-chave: Pacote Anticrime. Legítima Defesa. Excludente de Ilícitude.

ESTUPRO DE VULNERÁVEL NO SEIO FAMILIAR E DEPOIMENTO SEM DANO

Meyriellen Ventura Ferreira Gomes, Luciano Viana Nassar,
Marluza Fernandes Roriz, Ricardo Aparecido de Araújo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar como a violência sexual infantil que ocorre no âmbito familiar vem sendo tratada pela legislação Brasileira. Diante disso foi feito um levantamento para responder a seguinte indagação, o que tem causado o aumento do índice de estupro de vulnerável no seio familiar? Primeiramente esclarece que as hipóteses buscadas baseiam-se em saber que esse tipo de violência atinge qualquer criança de qualquer classe social, portanto exige uma maior dedicação do Estado com relação tanto a produção de leis quanto a colocação delas em prática, destarte também a necessidade de proteger às vítimas e suas famílias e a de punir o individuo que praticou o abuso. O Estatuto da Criança e do Adolescente também tem um papel fundamental que além de proteger os direitos desses menores é uma importante ferramenta contra a violência sexual. Não há como negar que se faz necessária maior participação do Estado através de programas que visam a proteção e políticas públicas para que o combate desse tipo de crime seja eficiente. Há ainda que se preocupar com o aumento do índice de crescimento da violência sexual no seio familiar e suas variadas formas de manifestação. O estudo também tratará de uma modalidade ainda pouco conhecida, o Depoimento sem Dano, que é um importante aliado na inquirição das crianças que foram vítimas ou testemunhas de estupro.

Palavras-chave: Estupro de vulnerável no seio familiar. Estatuto da criança e do adolescente. Depoimento sem dano.

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NO ÂMBITO DOS CRIMES AMBIENTAIS

Olivia Hosken Magalhães Prevate, Marluza Fernandes Roriz,
Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido de Araújo

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da responsabilidade penal da pessoa jurídica no âmbito de crimes ambientais e sua eficácia, atrelado à análise de casos concretos e julgados de tribunais. Será feito um exame da evolução histórica do Direito Ambiental no Brasil, bem como da tutela penal aplicada nos crimes ambientais, principalmente, de autoria de entes jurídicos e um estudo com fundamento em ensinamentos doutrinários, além das jurisprudências sedimentadas nos tribunais superiores. Embora a responsabilidade apurada nesse trabalho esteja prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei nº. 9.605 de 1998, é notório que muitos doutrinadores se opõem a essa causa. Apesar disso, é indispensável a proteção ao meio ambiente, uma vez que se trata de direito coletivo e bem constitucionalmente tutelado indispensável à vida humana. Todavia, essa situação deve ir além do simples ressarcimento de danos, alcançando-se uma tutela inibitória, a fim de que se impeça novos delitos e o patrimônio ambiental permaneça preservado.

Palavras-chave: Crime ambiental. Pessoa jurídica.
Responsabilidade penal.

ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DOS INSTRUMENTOS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Paulo Gomes Oliveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz, Rejane Soares Hote

O presente trabalho científico aborda uma análise aos instrumentos de combate ao trabalho infantil no Brasil. Garantir uma vida digna às crianças e aos adolescentes é uma responsabilidade do Estado, da família e de toda a sociedade, que devem trabalhar solidariamente nesse combate. Portanto, essa pesquisa consiste em analisar a eficácia dos instrumentos de erradicação ao trabalho infantil e os resultados obtidos, de forma que possam ter seus direitos e garantias preservados, no convívio social e familiar, na frequência escolar e nos requisitos fundamentais para sua sobrevivência. Contudo, o objetivo desse trabalho teve por prioridade trazer os argumentos jurídicos que expõem a questão e a complexidade desse problema jurídico-social, uma triste realidade que tem como vítimas milhões de crianças e adolescentes em nosso país, responsabilizando o Estado, que deve criar medidas eficientes para combater o trabalho precoce. O tipo de pesquisa foi bibliográfica, com estudo em doutrinas, leis e pesquisas de estatística para demonstrar os números de crianças envolvidas no país.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Políticas sociais. Estatuto da Criança e Adolescente.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM À REAIS CONDIÇÕES PERMISSIVAS OU NÃO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

Pricila Rocha de Sousa Machado, Rafael Santana Faria, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Luciano Viana Nassar

O presente trabalho aborda a problemática da capacidade ressocializatória que o sistema prisional no cumprimento da sentença oferece ao apenado, bem como a evolução história da pena desde os primórdios, demonstrando que a pena não tinha caráter individualizado como atualmente em nosso ordenamento jurídico. Os crimes começaram a ter um aumento significativo em diversas naturezas, observando que não adiantava mais aplicar penas severas como a pena de morte o Estado aderiu às penas mais brandas e utilizava o infrator para atividades laborais que o Estado necessitava, satisfazendo interesses políticos e econômicos. No Brasil o diploma legal vigente hoje tem influência de antigos ordenamentos jurídicos que tentaram implantar e não deram certo, hoje se adequou a finalidade da pena, punindo o criminoso pelo mal praticado e ressocializando para que não cometa mais crimes e depois de cumprida à execução possa esse indivíduo ter uma vida de valores e convívio em sociedade. O presente trabalho finaliza abordando a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), utilizando a humanização como forma de alcançar a ressocialização, auxiliando no sistema carcerário e reinserindo os detentos na sociedade, consequentemente diminuindo o índice de violência.

Palavras-chaves: APAC. Sistema Penitenciário. Ressocialização.

GUARDA COMPARTILHADA DO ANIMAL DE ESTIMAÇÃO E A TUTELA JURISDICIONAL

Rafael Rodrigues Fernandes, Ricardo Aparecido de Araújo,
Luciano Viana Nassar, Rejane Soares Hote

O presente trabalho aborda questões acerca da guarda compartilhada do animal de estimação no ordenamento jurídico brasileiro. A ideia de ter cães e gatos como membros da sociedade familiar é recente mas tem se difundido em grande escala nos centros urbanos. No Brasil a popularização dos cães de raças de pequeno porte impulsionou o retorno dos animais no espaço de convivência íntima das casas, os quais passaram a dividir os mais variados momentos na rotina familiar. Nessa vertente, o problema surge quando, do divórcio ou dissolução da união estável o animal se torna o centro da discussão no que diz respeito a “guarda” e “pensão alimentícia”. Inexistindo no ordenamento jurídico brasileiro norma que regularize tal litígio, o casal conta apenas com a sensibilidade do julgador para dirimir tais conflitos. No entanto, o objetivo do trabalho teve por primazia demonstrar a carência de normas que tratem sobre o assunto, destacando a importância do reconhecimento da dignidade dos animais a fim de não serem mais tratados como coisas pelo ordenamento jurídico, além de abordar o que já se propôs nos projetos de leis visando regulamentar tal matéria. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica com estudos em doutrinas, leis e jurisprudências.

Palavras-chave: Animais de estimação. Guarda. Divórcio.

O DIREITO AO ABORTO NA VISÃO FEMINISTA CONTEMPORÂNEA

Roger Rezende Mencalha, Rafael Santana Faria, Christiane Miranda Butchers de Almeida, Luciano Viana Nassar

A presente pesquisa trata do tema do direito ao aborto na visão feminista contemporânea e seu principal objetivo é estabelecer uma discussão sobre o aborto no prisma do direito à escolha por parte da mulher em uma sociedade pouco evoluída. Contempla à análise sobre o aborto, trazendo para tanto o conceito de aborto e suas espécies, casos em que o aborto é tipificado no Código Penal Brasileiro de 1940, assim como a discórdia quando o assunto é o início da vida humana. Aduz sobre a maternidade no Brasil e as dificuldades que a mulher enfrenta com a descoberta de uma gravidez não planejada; o feminismo no mundo, posicionamento na visão de algumas religiões a respeito do aborto e suas influencias na dificuldade de criação de uma nova legislação tratando sobre o assunto; salienta ainda, sobre a Constituição Brasileira de 1988 e os princípios e direitos que são desrespeitados por ter sua legislação criminal parada no tempo. Através de pesquisa bibliográfica, o estudo deduz que o aborto na visão contemporânea do feminismo, como um direito de escolha da mulher negado pela legislação penal vigente, acaba sendo uma dupla punição para a mulher advinda de um Estado patriarcal que ainda deixa vestígios na sociedade atual, o qual exige um projeto maior do que a disponibilidade de métodos contraceptivos para que chegue a uma sociedade mais justa possível.

Palavras-chave: Aborto. Feminismo. Direitos inerentes à mulher.

O DIREITO DAS MULHERES COM CÂNCER DE MAMA NO BRASIL

Rute dos Santos Rocha, Rejane Soares Hote, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz

Este trabalho objetiva fazer uma análise sobre os direitos que os pacientes com câncer possuem, conforme garantido pelo ordenamento jurídico brasileiro, fazendo uma relação destes direitos com o direito à vida e da dignidade da pessoa humana. Desse modo, retrata-se que os pacientes com câncer têm proteção e tutela do estado democrático brasileiro. Assim, este trabalho faz uma pesquisa de cunho bibliográfico sobre o tema, levando em consideração alguns aspectos históricos, mostrando que devido as constantes lutas que houveram entre aqueles que eram contrários a estes direitos, foram essenciais para impulsionar as mudanças diárias, fazendo assim, uma relação entre situações rotineiros do passado e do presente. Portanto, a fim de consolidar e ampliar este direito, torna-se fundamental compreender o direito à saúde, bem como a definição de câncer, e como as políticas públicas sociais retratam esta temática, como o Estado fica ao tutelar este direito, e qual tratamento tem que ser dado aos pacientes com câncer, pelo judiciário. Frente ao exposto, este trabalho aborda como o princípio da dignidade da pessoa humana conduz os direitos a vida e a saúde.

Palavras chave: Câncer. Direito à saúde. Dignidade da pessoa humana. Ordenamento jurídico.

REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA HOMÓLOGA *POST MORTEM*: DIREITO SUCESSÓRIO DO FILHO CONCEBIDO

Sebastião da Silva Evaristo, Rodrigo Mendes Cardoso, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido de Araújo

O presente trabalho tem como objetivo precípua analisar a possibilidade do filho o concebido através de inseminação artificial homóloga post mortem ter direitos sucessórios. Pretende-se demonstrar que atualmente a doutrina se divide acerca da possibilidade do filho concebido ser sucessor de seu genitor ou não, admitindo inclusive que, caso isso seja possível, o mesmo poderá ser somente sucessor testamentário, não podendo ser sucessor legítimo. Neste estudo aborda-se o direito sucessório no ordenamento jurídico brasileiro, desde o conceito do direito das sucessões, transmitindo a herança, as espécies de sucessão e os tipos de sucessores. Apresenta-se também o conceito e as espécies de reprodução assistida, tratando-se também sobre os diversos princípios existentes no tocante à inseminação artificial homóloga post mortem. Analisa-se igualmente o direito de família do filho concebido através da inseminação artificial, notadamente o direito de filiação e o direito aos alimentos e ao uso do nome, finalizando com os entendimentos doutrinários acerca da possibilidade do concebido, após a morte do seu genitor, ter direito a sucessão deste. A metodologia empregada na pesquisa foi bibliográfica e jurisprudencial. Ao final do presente trabalho, constatou-se que enquanto o Código Civil não avançar no sentido de estabelecer uma disposição regulamentando a matéria face às inovações da Medicina, nunca a doutrina e a jurisprudência irão pacificar o assunto.

Palavras-chave: Direito Sucessório. Reprodução Assistida. Inseminação artificial homóloga *post mortem*.

DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL E DOUTRINÁRIA ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Sirlâne Prucoli Pedrosa, Marluza Fernandes Roriz, Felipe Tannus Cheim, Ricardo Aparecido de Araújo

A lei 13.104/15 criou a qualificadora do homicídio denominada feminicídio, com o objetivo de combater os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, esse dispositivo legal é consequência de uma valoração da mulher como pessoa humana, fazendo com que esta possa ter direito a uma vida livre de violência. Em seguida a publicação da lei, surgiu na doutrina e jurisprudência uma divergência quanto a natureza jurídica da qualificadora, sendo de natureza subjetiva ou objetiva. Essa discussão tem influência direta na efetividade da norma jurídica, podendo tornar a qualificadora inútil. A lei foi editada visando uma proteção mais eficiente por parte do Estado, tendo em vista prever uma repressão mais acentuada àqueles que praticarem a morte de uma mulher em razão do menosprezo de sua condição de sexo feminino. Com tal pesquisa busca-se analisar a divergência doutrinária e jurisprudencial acerca da natureza jurídica da qualificadora do feminicídio. Para tanto a pesquisa será realizada com base em ensinamentos doutrinários, além das jurisprudências sedimentadas nos tribunais superiores. Por fim apresentar os argumentos de cada corrente de pensamento, bem como as consequências práticas do reconhecimento da natureza jurídica objetiva e subjetiva.

Palavras-Chave: Feminicídio. Efetividade da norma jurídica. Natureza jurídica.

A LEI 13.441/17 - A INFILTRAÇÃO POLICIAL VIRTUAL COMO TÉCNICA ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO NO AMBIENTE CIBERNÉTICO

Thiago Cherigath Cruz, Rodrigo Mendes Cardoso, Rejane Soares Hote, Ricardo Aparecido de Araújo

Durante muitos anos a comunicação a distância se deu de forma lenta, com dificuldade na expressão fidedigna das ideias e a custos elevadíssimos. Com o avanço tecnológico surgiram meios de estreitar as relações interpessoais, encurtar as distâncias e fornecer subsídios necessários para que em conteúdos fossem transmitidos a qualquer distância. Atualmente o mundo se encontra na chamada era cibernética. Tudo está conectado e grande parte da população mundial tem ao toque dos dedos o poder de transmitir ideias. Diante deste cenário evolutivo o mundo cibernético também se tornou palco de cometimento de diversos delitos. Organizações criminosas, indivíduos mal-intencionados, ciente das facilidades que o mundo digital oferece, passaram a se utilizar desta ferramenta tecnológica, tanto para cometer crimes, quando como ferramenta do cometimento de crimes. O Direito, por sua vez, como ciência que regula as interações sociais não poderia se quedar deste processo. Neste cenário nasce a Lei 13.444/17, com o objetivo de fornecer subsídios necessários para a investigação em ambiente cibernético. A referida lei prevê a figura do Agente Infiltrado, dentre outras medidas investigativas e processuais correlatas. Entre outros aspectos, o trabalho aborda as vicissitudes legais do instituto jurídico, sem de olvidar dos aspectos do direito material atinentes ao tema.

Palavras-chave: Agente infiltrado. Crime cibernético. Lei 13.444/17.

ABANDONO AFETIVO: COMPENSAÇÃO PELO DANO MORAL

Walciany Aparecida Torres Moreira, Rejane Soares Hote,
Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Marluza Fernandes Roriz

Este trabalho objetiva abordar as mudanças que ocorreram no direito de família depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, e como estas mudanças influenciaram nas relações familiares. Assim, aborda os novos deveres que elevaram os membros da família em sua totalidade a um ápice, buscando primeiramente a realização individual. Este trabalho tem como discussão a questão da falta de afeto por parte do genitor, o que acarreta uma responsabilidade civil, além de mostrar se a falta da convivência do menor com o genitor pode ferir a dignidade da pessoa humana. Faz ainda, uma verificação sobre as situações concretas cujas quais precisam ter, bem como os pressupostos que são necessários para tal responsabilidade, por meio de uma análise das últimas decisões dos Tribunais, a fim de fazer a verificação do seu entendimento pertinente a responsabilidade de danos morais por abandono afetivo, buscando as perspectivas legislativas para o assunto em questão. Nesse sentido, o referido trabalho retrata a questão das mudanças que as relações familiares passaram no decorrer do tempo, mostrando como a sócio-afetividade se fortaleceu e abriu novas visões sobre o significado de família. Mostrando que os genitores possuem além do vínculo sanguíneo o compromisso moral, psíquico e social com a prole.

Palavras-Chave: Abandono afetivo. Convivência do menor. Responsabilidade Civil.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI

Wenderson Correia Moraes, Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

O presente trabalho aborda sobre o Tribunal do Júri, instituição responsável por julgar crimes dolosos tentados ou consumados contra a vida, representa uma conquista de direito do povo. Quando cidadãos comuns julgam seus semelhantes usando do sistema de livre apreciação, ou seja, julgam de acordo com sua consciência. Confrontado com a criminalidade que tem aumentado a cada dia mais, e como ela conquistou destaque na mídia e preocupação nas mentes dos cidadãos que procuram culpados, clamam por justiça, condenação e leis mais rigorosas. Provoca-se inquietação, se a mídia ao emitir juízos de valores corre-se o risco de influenciar na decisão do Tribunal do Júri, principalmente naqueles de grande repercussão midiática, somado a violação de alguns direitos garantidos pela CF/88, como, por exemplo, o princípio da presunção da inocência. A principal proposta deste trabalho de conclusão de curso é responder até que ponto a mídia pode influenciar na opinião pública passando a interferir nas decisões proferidas pelo Tribunal do Júri. Os resultados mostram que a mídia influencia na opinião pública e conseqüentemente no tribunal do Júri, apresentar-se-á casos concretos que tiveram grande atuação e repercussão midiática bem como seus desdobramentos.

Palavras Chave: Tribunal do Júri. Mídia. Influência na opinião pública.

ANÁLISE DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E SUA APLICAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES DAS FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO

Higor Oliveira Sousa, Christiane Miranda Butchers de Almeida, Luciano Viana Nassar, Rafael Santana Faria

O presente estudo busca a compreensão da competência tributária dos entes federativos, colocando em foco a disputa pela capacidade de tributar as atividades dos estabelecimentos conhecidos como Farmácias de Manipulação. A fim de se obter esclarecimentos acerca desta celeuma do Direito Tributário foram abordados os conceitos básicos atinentes a esse importante ramo do direito, passando desde um breve histórico do desenvolvimento dos tributos, até conceitos atuais como as espécies tributárias e o fato gerador. Atentando-se ao tema proposto foi feita uma análise cujo alvo é a competência tributária, suas diferentes formas de classificação e as determinações legais que versam sobre o assunto na Constituição Federal, Lei Complementares e Código Tributário Nacional. Ao final são colocados em observação os impostos sobre os quais recaem a dúvida que rotineiramente resulta em tributações equivocadas, quais sejam, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo feita uma revisão do surgimento desses tributos, bem como de suas nuances e aplicações atuais, a fim de corroborar com a conclusão da correta aplicação do sistema tributário nacional no tocante às atividades das Farmácias de Manipulação.

Palavras-chave: Direito e competência tributários. Farmácias de manipulação. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

RESUMOS DA UNIDADE CARATINGA

A FLEXIBILIZAÇÃO DO REQUISITO DE MISERABILIDADE NO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Eduardo Henrique Freitas Gomes; Orientador: Frederico Fernandes Dutra; Banca avaliadora: Pedro e Ivan Barbosa

No presente trabalho serão abordados fundamentos jurídicos buscando a flexibilização do requisito de miserabilidade previsto na lei 8.742/93, de modo em que o mesmo possa alcançar o maior número possível de pessoas em situação de extrema pobreza. Serão apresentados regras análogas de outros dispositivos mais recentes, discorrendo sobre uma possível desatualização da norma ao longo do tempo, objetivando a possibilidade de amparar mais pessoas que realmente vivem em situação miserável mas que não são amparadas pela atual redação da lei. Contudo também serão abordadas discussões doutrinárias acerca do tema, além de decisões e jurisprudências dos tribunais superiores, de modo a corroborar com a argumentação

Palavras-chave: Assistência Social; Benefício de Prestação Continuada; Analogia.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NOS CASOS DE MICROCEFALIA

Maria Helena de Castro Rodrigues, Rodolfo de Assis Ferreira, Juliano Sepe Lima Costa, Salatiel Ferreira Lúcio

A presente monografia tem o tema A (In) Constitucionalidade da Descriminalização do Aborto nos Casos de Microcefalia. O aborto é considerado crime no Brasil. Passou a ser penalizado a partir de 1940 através do Código Penal Brasileiro. Até 2012, no Brasil, o Código Penal permitia apenas a modalidade voluntária do aborto, nas hipóteses de gestação resultante de estupro e em casos de risco de vida da mãe, criminalizando todas as demais condutas abortivas. Em 2012, no entanto, o Supremo Tribunal Federal incluiu no rol das possibilidades legais de aborto aquele praticado quando o feto é diagnosticado com anencefalia, através da ADPF nº 54. Em meados de 2015, 2016, no Brasil, houve um grave surto do Vírus Zika. Em que ocasionou a microcefalia em gestantes e com esse aumento, foi questionada perante o STF, mediante ADI 5581, a possibilidade de legalização do aborto no caso de feto com microcefalia. Requerendo, portanto, a interpretação conforme a Constituição da República para declarar que tal conduta não seria enquadrada no crime de aborto tipificado no Código Penal, ou para enquadrar tal conduta na excludente de ilicitude, analogicamente aos casos de anencefalia apreciada pelo Supremo Tribunal Federal. O referido trabalho vem abordar a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o aborto nos casos de anencefalia, e se também deve ser aplicada na microcefalia.

Palavras Chaves: Aborto. Anencefalia. Microcefalia. Dignidade da Pessoa Humana.

A INVIABILIDADE DA PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Jéssica Vieira Pacheco, Salatiel Ferreira Lúcio, Júlia de Paula e Cláudio Boy

Diante da falência do atual cenário do sistema penitenciário brasileiro, surge a ideia de privatização desse sistema. Neste contexto, é cediço que o ordenamento jurídico tem o compromisso de assegurar a todos os cidadãos, independentemente de sua condição, o mínimo existencial, isto é, garantir que seus direitos fundamentais sejam respeitados, especialmente, a dignidade da pessoa humana. Além disso, a Constituição estabelece como serviço essencial do Estado a segurança pública. Diante disso, o presente trabalho tem a finalidade de trazer uma análise sobre a ineficiência da privatização do sistema prisional brasileiro, a fim de demonstrar a inviabilidade da relação público-privada, uma vez que as instituições privadas, em geral, visam somente o lucro e não têm o mínimo comprometimento com o resgate da dignidade do apenado e sua ressocialização.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário; Privatização; Inviabilidade; Ressocialização.

A NECESSIDADE DE EQUIPARAÇÃO DA LICENÇA PATERNIDADE À LICENÇA MATERNIDADE

Ana Luiza Andrade Chaves Vasconcelos; Rodolfo de Assis Ferreira, Ivan Barbosa, Cláudio Boy

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a problemática que envolve a diferença entre o período de licença paternidade e a licença maternidade, bem como a necessidade da existência de um instituto que garanta a equiparação dessas duas licenças, a fim de garantir os direitos resguardados ao pai, principalmente a proteção dos direitos fundamentais da criança. Tendo em vista que, conforme preceitua o ordenamento jurídico, deve-se observar sempre o melhor interessa da criança e sua proteção integral. Além disso, a equiparação se fundamenta no princípio da igualdade entre o homem e a mulher, uma vez que atualmente ambos encontram-se em condições de igualdade, notadamente em relação a configuração contemporânea de família, na qual os direitos e deveres para a com os filhos são compartilhados igualmente entre os genitores, o que diverge da noção patriarcal, onde era atribuída ao pai, chefe da família, assim considerado, a única e exclusiva função de provedor econômico da família.

Palavras-chave: Direito de Família. Licença Paternidade. Paternidade Responsável.

A REFORMA TRABALHISTA E A EQUIPARAÇÃO SALARIAL: INCONSTITUCIONALIDADE FRENTE AO DIREITO A IGUALDADE

Miguel Lucas de Souza Homem, Frederico Fernandes Dutra,
Ivan Barbosa e Márcio Xavier

O princípio da igualdade na seara do Direito do Trabalho declara a proibição do tratamento desigual, notadamente a diferença de salário por motivo de sexo, cor ou idade. Isto é, sendo idêntica a função, a todo o trabalho se dará igual valor. É importante consignar que a Constituição Federal de 1988 inclui o princípio da igualdade como um dos elementos de todos os direitos fundamentais. A partir dessa premissa, é possível afirmar que tal princípio estabelece um sistema protetivo de garantias e direito em torno do trabalhador. Nesse sentido, essa monografia possui a finalidade de realizar uma análise dos impactos da Reforma Trabalhista na igualdade salarial, visto que com o advento da Lei 13.467/2017 houve limitação da equiparação apenas aos indivíduos que trabalham no mesmo estabelecimento, verificando-se afronta ao princípio constitucional, pois houve a exclusão daqueles que embora compartilham da mesma função, prestam serviço em estabelecimento diverso.

Palavras-chave: Princípio da Igualdade. Reforma Trabalhista. Equiparação Salarial.

O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO NOS CONCURSOS DE SOLDADO DA PMMG E A VEDAÇÃO DO INGRESSO DE PESSOAS DEMITIDAS OU EXONERADAS, LIMITES E LEGALIDADE

Abraão Lemos Da Silva Junior, Ivan Sales

A presente pesquisa volta-se para o estudo dos requisitos de ingresso na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, constante no instrumento convocatório ao ingresso na Instituição (edital) e seus limites ante o princípio constitucional da legalidade e não exclusão social, além da vedação à pena de caráter perpétuo que tem seu amparo legal na Magna Carta de 88. O Estudo, sem a pretensão de esgotar o assunto, tem por objetivo responder a seguinte indagação: A vedação do ingresso de pessoas anteriormente exoneradas da Polícia Militar de Minas Gerais, nos termos do edital 2019 encontra amparo legal e constitucional? Há lapso temporal para validade da dita vedação? ou a anterior exoneração condena o concorrente à eterna impossibilidade de ingressar no emprego público por meio de novo concurso? Seria isso uma exclusão social que afronte a dignidade da pessoa humana? A dignidade da pessoa humana e ligada aos direitos e deveres do cidadão. Envolve as condições que são necessárias para que uma pessoa tenha uma vida digna, com respeito aos seus direito e deveres. Também se relaciona com os valores morais, porque é a união de direitos e deveres para garantir que o cidadão seja respeitado em suas questões e valores pessoais.

Palavras-chave: exclusão social; cargo público; dignidade da pessoa humana.

A SAÚDE SUPLEMENTAR E O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: AS CLÁUSULAS ABUSIVAS NOS CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE

Adriana Lacerda Soares, Rafael Soares Firmino, Cláudio Boy Guimarães, Salatiel Ferreira Lúcio

A presente pesquisa tem como escopo a saúde suplementar e o direito fundamental à saúde, com uma análise sobre cláusulas abusivas, com enfoque na limitação de cobertura e atendimento na internação hospitalar. Isso porque, decorridos mais de vinte anos de vigência da Lei nº 9.656/98, que trata dos planos de saúde no Brasil, nota-se que houve um divisor de águas no mercado de saúde suplementar. Tem-se um novo cenário jurídico estabelecido, próprio e específico, que exige das empresas privadas, cooperativas, seguradoras, medicina de grupo e autogestões, adequação à nova legislação com mudança significativa de atitude perante os consumidores. Neste aspecto, considerando que a função social do contrato de plano de saúde envolve a garantia do tratamento de saúde ao consumidor, principalmente quando este se encontra em situação de urgência ou emergência, questionou-se se a prestadora do serviço de saúde suplementar pode limitar o tempo de internação hospitalar. Para responder a tal questionamento foram realizadas pesquisas conceituais sobre o tema, além de pesquisas jurisprudenciais, a fim de se fundamentar que os planos de saúde não podem limitar no tempo a internação hospitalar do segurado, sendo essa postura adotada pelos planos de saúde, considerada cláusula contratual abusiva, de acordo com a Súmula 302 do STJ.

Palavras-chave: Contrato de plano de saúde. Código de Defesa do Consumidor. Regulamentação do plano de saúde.

A MULHER COMO SUJEITO ATIVO DO CRIME DE ESTUPRO E A (IM)POSSIBILIDADE DO ABORTO SENTIMENTAL

Anna Andrade, Júlia De Paula, Alessandra e Juliana Ervilha

O trabalho foi elaborado de forma que abordasse especificamente circunstâncias relevantes ligadas à gravidez da mulher resultante da conduta criminosa de estupro por ela mesma praticada contra um homem/vítima, nos aspectos que refere-se à possibilidade ou não da opção da mulher infratora pelo aborto legal em razão de gravidez resultante de estupro, de acordo com o disposto no artigo 128, II, CP.

Palavras-chaves: Aborto Em Caso De Estupro, Mulher Como Sujeito Ativo Do Estupro, Gravidez Posterior.

DÍVIDA ALIMENTAR PRETÉRITA E A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR

Anna Flavia Boy Bacelar, Luis Eduardo, Julia De Paula, Juliano Sepe.

O novo Código de Processo Civil expressa em seu artigo 528, que a requerimento da parte o juiz determinará a intimação do devedor para pagamento do débito em três dias. O mesmo dispositivo recomenda ao executado justificar que pagou ou comprovar a impossibilidade de efetuar o pagamento. Sabe-se, porém, que não raras vezes os processos de execução de alimentos podem se prolongar no tempo e disso decorre a cumulação de parcelas alimentares, culminando na soma de valores consideráveis. Nada obstante, muitas das vezes o próprio executado atua para protelar a ação por anos a fio, atuando como flagrante causador do acúmulo de parcelas alimentares. A Constituição Federal prevê em seu artigo 5º, inciso LXVII, a prisão civil do responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentícia. Destarte, o Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais vem emprestando entendimentos divergentes quanto à questão alimentar de parcelas pretéritas. O presente trabalho será elaborado com base em pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, além do estudo da legislação específica e eventuais casos concretos.

Palavras-chave: alimentos; prisão civil; parcelas pretéritas; princípio da legalidade.

OS ANIMAIS COMO SUJEITOS DE DIREITO NAS AÇÕES DE DIVÓRCIO

Ariene Fernandes Pinheiro Braga, Alessandra Dias Baião Gomes, Júlia de Paula Vieira e Juliana Ervilha Teixeira Pereira

O referido trabalho abordará um tema muito atual e polêmico nos últimos tempos. Será abordado a guarda, mais precisamente de animais domésticos. O tema em questão trará discussão sobre a guarda dos animais nas ações de divórcio e seus direitos. A cada dia mais as pessoas têm criado mais vínculo emocional e afetivo com seu animal de estimação. Ao passo que, com o aumento de divórcios, a discussão por direito a guarda tem sido objeto de ações no Judiciário que sem uma regulamentação tem sido analisado pelo juiz baseado em outras decisões. Será apresentado no decorrer do trabalho o papel da guarda, analisando se será constitucional ou inconstitucional. Portanto, é imprótelável uma visão mais abrangente dos animais no Direito Brasileiro, assim como a elaboração de uma lei que corrija a guarda de animais de estimação no Brasil, no qual deve estabelecer condições necessárias que resguardecem os interesses e o bem-estar dos mesmos e seus donos. Com isso, o trabalho visa a discutir questões relevante para uma adequada regulamentação do instituto no Brasil, a bem dos animais.

Palavras chaves: Divórcio. Guarda. Animais como sujeitos de direitos. Analogia.

**AS CONDIÇÕES DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A
RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO: Uma análise sob a ótica da
Lei nº 7210/84 e pela Portaria Conjunta nº 834/2019**

Beatriz de Fátima Damião da Silva, Anderson Fábio Nogueira
Alves, Luiz Eduardo e Julia de Paula

A presente monografia tem como objeto a análise da função preventiva e ressocializadora da pena, com o escopo de verificar, com base no disposto na Lei n. 7.210 de 1984, se os direitos humano-fundamentais do apenado são garantidos quando este é posto sob a custódia do Estado no âmbito dos estabelecimentos prisionais. Para tanto, verifica-se, por meio dos levantamentos numéricos, a situação dos presos, de acordo com o regime de execução de pena a que se encontram, bem como qual a situação jurídica, se condenados ou provisórios, no intuito de enfatizar a responsabilidade do ente estatal quanto às violações à integridade biopsicossocial do apenado, e a consequente superlotação dos presídios – o qual resulta do afastamento da subsidiariedade do direito penal para sua aplicação máxima. Deste modo, pretende-se demonstrar a urgência de políticas criminais e penitenciárias que efetivem essas garantias e resolvam o problema da inflação dos presídios, de modo que encontrem alternativas reais para alcançar tal fim, e, por essa razão, analisa-se a Portaria Conjunta n. 834 de Minas Gerais como instrumento provisório eficaz no combate à punição excessiva e desumana.

Palavras-chave: Lei de Execução Penal. Direitos e garantias do apenado. Ressocialização do preso. Responsabilidade do Estado.

O VALOR PROBATÓRIO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL COMO PRINCIPAL MEIO DE PROVA DA MATERIALIDADE DO CRIME

Caio da Silva Salgado, Ivan Lopes Sales, Oscar Moreira, Rodolfo de Assis Ferreira

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa os casos de crime de estupro contra criança, conforme disposto no artigo 217-A do Código Penal de 1940, onde, diante da inexistência de prova física e ou testemunhal dos fatos, a palavra da vítima foi utilizada como principal prova para a condenação criminal do acusado, contrastando com o princípio *in dubio pro reo* e outros conceitos constitucionais que expressam a presunção da inocência, ou seja, em caso de dúvidas se favorecerá o réu. A palavra da vítima, criança neste caso, pode possuir vícios até mesmo não intencionais, frutos de fantasias, imaginações, ou ainda mentiras induzidas por outrem, gerando depoimentos com erros, fatos estes relacionados à inexperiência, instabilidade psicológica e emocional ou ausência de juízo quanto à responsabilidade de sua afirmação. Porém, em crimes desta natureza, o depoimento da vítima vem junto com o acompanhamento e avaliações psicológicas, os quais são fatores de suma importância para a verificação da materialidade e autoria do crime. Desta maneira indaga-se: são legítimas as condenações criminais em que foram baseadas a palavra da vítima como prova principal no crime de estupro contra a criança? Diante esse questionamento, fez-se a hipótese que há legitimidade jurídica de basear a palavra da vítima como o principal meio de prova para a condenação penal dos acusados pelo crime de estupro de vulnerável.

Palavras-Chave: Estupro de vulnerável. Palavra da vítima. *In dubio pro reo*.

AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ADOLESCENTE SUBMETIDO À EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Camila Maria de Oliveira, Humberto Luiz; Juliano Sepe e Salatiel

O presente trabalho discorre sobre a questão dos adolescentes em conflito com a lei, que cometem ato infracional grave, sendo sentenciados a cumprirem medida socioeducativa de internação, passando a serem tutelados pelo Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente, embasado especialmente no processo da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da criança e do adolescente, representou um significativo avanço em relação à proteção de seus direitos fundamentais, originando mudanças imprescindíveis ao responsabilizar adolescentes em conflito com a lei por meio de medida socioeducativa de internação. Apesar dos avanços observados, a realidade destes adolescentes que cumprem essa medida de restrição da sua liberdade continua marcada por quadro de violação de seus direitos, observando-se a prevalência de respostas disciplinares e punitivas em seu atendimento, bem como a precariedade, insalubridade e instituições superlotadas. Desse modo, pretende-se analisar as graves e recorrentes violações de direitos humanos ocorrentes nos centros de internação do Brasil, de modo genérico. Para isso, examinaremos a responsabilidade do Estado e o tratamento que ele vem dispensado ao público infanto-juvenil envolvido em práticas ilícitas, focando no adolescente cumpridor de medida privativa de liberdade e em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, bem como, a determinação de medida diferenciada dos adultos, cujo enfoque deve ser pedagógico e não punitivo, conforme as premissas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, SINASE.

Palavras chave: Direitos fundamentais. Medida Socioeducativa de internação. Responsabilidade do Estado.

A REPARAÇÃO CIVIL DOS PAIS POR DANOS PROVOCADOS PELOS FILHOS CAPAZES, ECONOMICAMENTE DEPENDENTES

Claudia Vaz da Silva, Juliano Sepe Lima Costa, Alessandra Dias Baião, Júlia de Paula Vieira, Juliana Ervilha Teixeira Pereira

A discussão aqui demonstrada envolve a responsabilização dos pais por atos cometidos pelos filhos maiores na reparação de danos cometidos por esses filhos a terceiros. Nesses casos não há entendimento pacificado nas jurisprudências, pois grande é a discussão nesse sentido, principalmente quando está em questão o menor emancipado. A responsabilidade civil tem por finalidade restabelecer o equilíbrio de uma relação em que houve algum tipo de dano, seja moral ou patrimonial. Assim, vai além da ideia da natureza compensatória alcançando, a segurança jurídica pretendida das relações de direito. Desse modo, a reparação civil dos pais por danos provocados pelos filhos capazes, economicamente dependentes permite o alcance do instituto, sobretudo quando visualizado sob as perspectivas contidas nos deveres de solidariedade familiar e, também quando utilizada a analogia aos alimentos, onde de igual forma os pais são responsáveis por atos de filhos maiores, economicamente dependentes. Portanto, é possível entender tal possibilidade, mesmo se tratando de filhos maiores, quando restar a comprovação da dependência econômica e financeira dos pais.

Palavras chave: Responsabilidade Civil - Capacidade Civil - Questões jurídicas existenciais - Questões jurídicas patrimoniais

O TRABALHO ARTÍSTICO INFANTIL E A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA CONVENÇÃO 138 DA OIT

Daniel Baião Nunes, Ivan Barbosa, Frederico, Márcio Xavier.

A presente pesquisa busca abordar o trabalho infantil no meio artístico, buscando analisar as formas que a expressão artística pode ser desvirtuada gerando assim a relação de emprego. Tendo em vista os preceitos constitucionais que buscam proibir o trabalho infantil, é de longa data que a sociedade busca erradicar essa forma de trabalho. Todavia, a presente questão ganha destaque, visto que é grande o número de crianças trabalhando na mídia das mais diversas formas, seja apresentando programas infantis ou participação em filmes e novelas. Diante do contexto, com a proibição constitucional de qualquer trabalho infantil no Brasil, o trabalho visa responder de forma doutrinária sobre a constitucionalidade da Convenção 138 da OIT que permite estes menores exercerem atividade laboral artística.

Palavras-chave: Trabalho infantil; manifestação artística; constitucionalidade.

O DIREITO DO NASCITURO À PENSÃO POR MORTE

Daniel Vieira De Oliveira; Marcio Xavier Coelho; Juliana Ervilha T. Pereira; Neuber Teixeira dos Reis Júnior.

Através desse estudo, pretende-se analisar os direitos e a proteção conferida ao nascituro, em matéria previdenciária, acerca da possibilidade de ele receber o benefício da pensão por morte na falta do seu genitor, considerando o fato de ser fruto de uma relação sem vínculo, sendo a paternidade baseada apenas em indícios, já que deve estabelecer que o nascituro é digno de personalidade civil. Diante da importância e do caráter alimentar do instituto, principalmente no que diz respeito ao dever de sustento a importância desse benefício se mostra, para propiciar a genitora condições de uma gravidez de forma sadia que diretamente interfere na vida do nascituro, já que a constituição garante o direito à vida e à saúde. Mesmo com a Emenda Constitucional 103/2019 que foi aprovada em 12 de novembro de 2019, trazendo alterações à previdência social, até mesmo ao benefício da pensão por morte, o entendimento da possibilidade de ser concedida ao nascituro não modifica, pois os motivos que permitem essa concessão não foram modificados, a necessidade de manter o sustento dentro dos critérios de dignidade da pessoa humana justificam a medida.

Palavras chave: Nascituro. Analogia. Pensão por morte.

DA PRESCRITIBILIDADE DAS AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO DECORRENTE DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Daniela Cristina Santos Leite, Pedro Henrique Xavier Tiola, Frederico Fernandes e Ivan Barbosa.

O presente trabalho é referente ao Direito Administrativo, tendo como base a decisão proferida em 08 de agosto de 2018, na qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu a imprescritibilidade das ações de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de ato doloso de improbidade administrativa, decisão na qual tem gerado muita polemica no meio profissional e acadêmico, tendo em vista, os pilares firmados pelos princípios no ordenamento jurídico brasileiro. Diante das polemicas abordadas a cerca da decisão, o presente foi desenvolvido em três capítulos e subcapítulos, nos quais serão abordados o conceito de Improbidade Administrativo e suas particularidades, os princípios da reserva legal, da segurança jurídica e o preceito jurídico universal de limitação de prazo para a execução em juízo, tendo em vista o fortalecimento dos institutos jurídicos e na garantia do processo democrático de direito, bem como, a eficácia jurídica da norma constitucional e da lei de improbidade administrativa. Neste sentido, foi analisado criticamente o Recurso Extraordinário nº 852475, que teve a repercussão geral reconhecida e está sendo utilizado em mais de mil processos em todo o Brasil. E para melhorar a compreensão dos fatos expostos uma defesa da importância da segurança e prevalência do prazo prescricional no meio jurídico. Por fim, este trabalho, tem a finalidade de defender e garantir o prazo prescricional, devidamente assegurado pela legislação e os seus princípios, diante das ações de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de ato doloso de improbidade administrativa.

Palavras-chave: Prescritibilidade. Reserva legal. Segurança jurídica. Preceito jurídico universal. Limitação de prazo. Improbidade administrativa. Prazo geral.

**A FALTA DE REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO AO
TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO
SUPERIOR. O direito à educação como norma de caráter
programático**

Davi Vieira De Oliveira; Marcio Xavier Coelho; Juliana Ervilha T. Pereira; Neuber Teixeira dos Reis Junior.

O direito à educação enquanto direito social deve ser voltado a todos os cidadãos sem que haja qualquer tipo de distinção nesse sentido. Quando se fala em obrigatoriedade em educação, a Lei de Diretrizes e Bases traz expressa a necessidade de atenção à educação básica e fundamental, além do ensino médio, não contemplando algumas particularidades do ensino superior. O ensino superior em tempos atuais se revele de grande valia diante do cenário econômico e financeiro que vivenciamos. Se há alguns anos a graduação superior se mostrava como um ponto favorável, atualmente se revela como imprescindível quando se fala em vida profissional. É sabido que frequentar um curso superior demanda gastos, mesmo em faculdades ou universidades gratuitas, pois os gastos com materiais e transporte são altos, dificultando não somente o ingresso nessas instituições, mas comprometendo em muitos casos a permanência dos alunos. O transporte escolar não é obrigatoriedade do município quando se trata de ensino superior, contudo alguns deles o fazem, mas sem que haja qualquer obrigação por parte do gestor municipal nesse sentido, gerando a insegurança jurídica e até mesmo ferindo o direito de igualdade já que a legislação tem tratamento desigual para os alunos da educação básica e do ensino superior que nos dias atuais tem se revelado como fundamental, principalmente para a inserção no mercado de trabalho que é cada vez mais exigente.

Palavras chave: Direito à educação; transporte público; direito de igualdade; insegurança jurídica.

VALIDADE DA BLOCKCHAIN SOB A ÓTICA DO DIREITO BRASILEIRO

Wesley Santos Fernandes, Luiz Eduardo Gomes, Juliano Sepe
e Julia de Paula

O presente trabalho visa estudar como os meios digitais estão impactando o ambiente jurisdicional. Uma análise através das ferramentas digitais, seu uso e aplicação prática, bem como através da teoria embasada no direito se haverá compatibilidade entre suas aplicações. Analisar como o nosso ordenamento jurídico se comporta diante seus meios, verificando como a jurisprudência vem se comportando perante tais tecnologias até sua falta de regulamentação.

Palavras-chave: Direito Digital; Prova; Blockchain; Smart Contracts.

A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL SOBRE A DESTINAÇÃO DOS REJEITOS DA MINERAÇÃO

Eduardo Teixeira Laia, Kleider Robert Rocha Cruz, Luiz Eduardo Moura Gomes e Prof. Pedro Henrique Xavier Tiola

As atividades mineradoras são responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país, porém, em contrapartida, são consideradas altamente lesivas ao meio ambiente. A incidência sobre seus danos se dá pela destinação dada aos resíduos resultantes de sua extração, sendo esta realizada pela empresa exploradora. Devido ao acontecimento de dois grandes incidentes ambientais em decorrência da falha na do método de destinação dos rejeitos oriundos da mineração, se faz necessário discutir sobre de quem é a responsabilidade ambiental de propor uma destinação adequada a este material, apontando uma forma de exercer esta responsabilidade.

Palavras-chave: Responsabilidade compartilhada; princípio do poluidor-pagador; princípio do desenvolvimento sustentável; dano ambiental; empresa privada; Poder Público; Meio ambiente; Mineração.

A SUBJETIVIDADE DO ADEQUADO TRATAMENTO TRIBUTARIO DAS COOPERATIVAS

Edvaldo Medeiros Vieira, Rodolfo Assis, Neuber, Carol

Este trabalho tem como objetivo principal, o de abordar principais institutos e as particularidades das sociedades cooperativas, a fim de que tenhamos uma melhor compreensão sobre a sistemática da tributação à elas aplicada. Porém, ressalto que não existe pretensão em esgotar entendimento de tais institutos, e que também, não aprofundaremos de forma exaustiva as nuances que envolvem a tributação das cooperativas. A proposta aqui é a de evidenciar se de fato existe o adequado tratamento tributário às sociedades cooperativas defendido no texto constitucional; evidenciar o impacto que as cooperativas poderão sofrer, caso não seja à eles dispensado o referido tratamento adequado. Demonstrar que na medida em que se pouco discute a respeito do assunto, maior será a probabilidade de equívocos e distorções dos julgadores em nossos tribunais. Desta forma, buscou-se no primeiro capítulo abordar o cooperativismo, seu surgimento no mundo e no Brasil, o desenvolvimento de sua legislação específica e posteriormente a defesa de seus institutos no texto constitucional e no código civil brasileiro, no segundo capítulo objetivou-se abordar a competência tributária e a capacidade tributaria ativa, bem como assistemática e o funcionamento do artigo 146 da Constituição Federal de 1988, no terceiro, o objetivo foi demonstrar a tributação das cooperativas, o artigo 146, III, "c", da CR/88, e por fim o RE 672.215 que aguarda julgamento no STF.

Palavras-chave: Cooperativismo. Tributação das Cooperativas. Adequado Tratamento Tributário.

O ABANDONO AFETIVO E O DANO MORAL

Maria Lorena Costa Ferreira, Claudio Boy Guimarães, Julia de Paula, Salatiel Ferreira

Atualmente, há uma grande preocupação no mundo jurídico acerca da obrigação existente entre pais e filhos, que passa pelo âmbito material e abrange ainda a necessidade de auxílio moral e afetivo, considerados como imprescindíveis para a formação e desenvolvimento biológico e psíquico pleno dos filhos. Para os juristas que defendem a concepção de uma criação responsável, seja paterna ou materna, a abstenção do afeto aos filhos (abandono afetivo parental), gera severas sequelas psicológicas à criança, sendo, portanto, um ato que contraria o ordenamento jurídico brasileiro, e assim, constitui ato ilícito passível de punição na esfera da responsabilidade civil. Todavia, outros juristas, afirmam que o amor e o afeto não constituem uma obrigação jurídica a ser controlada pelo Estado, pois deve existir de forma natural, o que impossibilita quantificar o afeto de uma pessoa para com outra. Ainda, defendem que a aplicação de uma sanção pecuniária para o abandono afetivo, levaria a uma “monetização do afeto”, fazendo com que a punição perca sua essência/significado. Nessa esteira, é preciso levar em consideração a relevância do tema, tendo em vista que, em que pese nenhuma quantia em dinheiro recebida pela vítima possa suprir a ausência e os danos psicológicos causados pelo abandono pelo pai e/ou pela mãe, a fixação de uma indenização apresenta caráter punitivo e educativo no âmbito da responsabilidade civil, tendo como função a prevenção de futuros casos de abandono dessa estirpe e a busca da satisfação para os indivíduos que sofreram tal dano, o que se buscará demonstrar no presente trabalho.

HERANÇA DIGITAL: OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DA PROPRIEDADE DIGITAL ARMAZENADA VIRTUALMENTE

Nicholas Viggiano, Cláudio Boy, Salatiel e Ivan Barbosa

Atualmente, com a inegável ascendência de novas tecnologias, sendo a principal delas a internet, cada vez mais estamos interligados com várias pessoas de diversas localidades. Nessa nova interação, surgiram os “rastros” tecnológicos privados de cada pessoa, tais como senhas de e-mail, perfis em redes sociais, filmes, músicas, até mesmo dinheiro virtual, tudo isso chamado ativo digital, e diante dessas inovações, ante a ausência de disposição legal específica acerca da matéria e de autorização testamentária do de cujus, discute-se a destinação desses bens virtuais para quando da morte do proprietário. Podendo-se observar que em diversas situações a titularidade desses bens é regulamentada por termos contratuais, sendo que, por vezes, impedem a transmissão ou até mesmo negam a titularidade do usuário do serviço. Assim, através do presente trabalho, argumenta-se a possibilidade de transmissão sucessória desses bens em face dos termos contratuais existentes.

Palavras-chave: Herança Digital. Ativo Digital. Termos Contratuais. Transmissão Sucessória.

EUTANÁSIA NO BRASIL: UMA RELAÇÃO ENTRE O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO À MORTE DIGNA

Yago Vieira Dias De Souza, Luiz Eduardo Moura Gomes, Anderson e Júlia

A eutanásia sempre foi um assunto complicado de se abordar em qualquer tempo e lugar do globo. Afinal, a vida humana é um dos assuntos mais controversos de todo o mundo jurídico e o tema apresenta interdisciplinaridade marcante. É da natureza do homem tentar postergar ao máximo sua morte, entretanto, em alguns casos o ser humano roga para que lhe abreviem a vida diante de tanto sofrimento físico-psicológico. Nesse contexto, a eutanásia se inclui no mundo jurídico e causa imensa polêmica, sendo sua legalização um tema controverso. Questões como dor, sofrimento, dignidade e o embate entre os direitos fundamentais à vida e à liberdade concentram-se no núcleo desta discussão. Assim, levando em consideração que a dignidade humana é o valor fundante do ordenamento jurídico brasileiro, através do sopesamento entre os direitos à vida e à liberdade, mostra-se possível uma pessoa requerer a eutanásia como forma de encerrar o sofrimento e partir de forma digna.

Palavras chaves: Eutanásia, Dignidade Da Pessoa Humana, Legalização, Direito À Vida, Direito À Liberdade, Autonomia De Vontade, Sofrimento.

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 790-B DA LEI 13.467/2017

Fernanda da Silva Costa; Kleider Robert Rocha Cruz; Pedro,
Luiz Eduardo

O presente trabalho de conclusão de curso busca analisar, dentro da esfera trabalhista, a inconstitucionalidade do artigo 790-B da Lei 13.467/17, uma vez que a mudança deste artigo, através da Reforma Trabalhista, fere princípios constitucionais da CF/88. O artigo 5º inciso XXXV da CF/88 compreende o direito fundamental de acesso ao Poder Judiciário. Ainda em seu mesmo artigo, no inciso LXXIV, é apresentado o direito de assistência jurídica integral e gratuita a quem comprovar insuficiência de recursos. A Lei 13.467/17, já em vigor, ao dizer em seu art. 790-B que mesmo sendo beneficiário da justiça gratuita, a parte condenada deverá arcar com as despesas do processo, pode negar, notadamente, estes princípios fundamentais.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Justiça gratuita. Reforma Trabalhista.

A APLICABILIDADE DA LEI Nº 11.340/2006 NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS COM VÍTIMA DO SEXO MASCULINO

Gabriel Maurício Barcellos Cicarini Hott, Almir Lugon, Luiz Eduardo, Ivan Sales

A Lei nº 11.340/2006, criada para coibir e prevenir a violência doméstica é específica para atender mulheres, ou seja, pessoas do sexo feminino, travestis e transexuais. Não contempla as famílias formadas pela união homoafetiva de homens, assim, esse estudo visa uma reflexão acerca da utilização de analogias para julgar os casos de violência intrafamiliar de situações parecidas, embora não idênticas por se tratar de vítima do sexo masculino. Isso porque, homens e mulheres podem se encontrar em situação de vulnerabilidade, independente do sexo da vítima ou do agressor. Trata-se de uma pesquisa documental baseada em dados oficiais divulgados e na literatura de publicações nacionais que abordam a aplicabilidade da Lei Maria da Penha; apresenta as principais considerações conceituais a respeito do tema e os índices de violência e delitos passionais no âmbito familiar contra a mulher e também contra os homossexuais, visando um tratamento jurídico igual para a proteção da pessoa humana independente do gênero da vítima. As conclusões pretendem provocar reflexão sobre a possibilidade da aplicação, por analogia, da LMP, nos casos de violência contra homens numa união homoafetiva.

Palavras-chave: Violência doméstica, união homoafetiva, direitos humanos.

A POSSIBILIDADE DA EXTENSÃO DO ADICIONAL DE 25% ÀS APOSENTADORIAS POR IDADE, TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E ESPECIAL

Iara de Oliveira Torres, Frederico Fernandes Dutra, Rafael Soares Firmino e Márcio Xavier

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo investigar a possibilidade da extensão do adicional de 25% (vinte e cinco por cento) às pessoas que se aposentarem por idade, tempo de contribuição e especial, uma vez que tal majoração, atualmente, é concedida somente ao aposentado por invalidez, comprovada a necessidade de assistência de um terceiro para a realização de atividades do dia-a-dia, como alimentação, higiene, entre outros. A pesquisa partirá da análise sobre os princípios constitucionais para depois se estudar sobre as modalidades de aposentadorias em geral e, diante de uma lacuna normativa, a possibilidade de se interpretar o dispositivo legal que prevê o acréscimo (lei 8.213/91, art. 45) conforme a Constituição Federal de 1988, visando estendê-lo, além das análises das decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). O trabalho está dividido em três capítulos, sendo que no primeiro será abordado os princípios constitucionais, no segundo será tratado sobre as modalidades de aposentadoria e a atual possibilidade da concessão do adicional de 25% (vinte e cinco por cento) e no terceiro sobre a hermenêutica jurídica, a analogia, a ofensa ao princípio da isonomia e o posicionamento dos tribunais superiores.

Palavras-chave: Aposentadoria por Invalidez, Adicional de 25%, Princípios, Extensão do Adicional.

A TRANSFUÇÃO DE SANGUE E OS PACIENTES TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Jamaica de Souza Medeiros, Rodolfo de Assis Ferreira, Humberto Luiz Salustiano Costa Junior, Oscar Alexandre Moreira

O presente trabalho é composto da pesquisa doutrinária e filosófica acerca da negativa a tratamentos homoterápicos feita pelos adeptos à religião das Testemunhas de Jeová. Com base nos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição Federal em seu artigo 5º, se faz presente na vida de toda pessoa o direito à vida e o direito à liberdade de religião e de crença. Este por sua vez se contrapõe na questão das Testemunhas de Jeová, os quais não admitem tratamentos que utilizam hemocomponentes. O conflito existente deve ser resolvido através da ponderação dos princípios e análise de cada caso individualmente, para que não haja prejuízo e dano para as partes, sempre preterindo pela aplicação com base no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Palavras-chave: Testemunha de Jeová, Transfusão de sangue, Direitos fundamentais.

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO NA
ATIVIDADE-FIM PERMITIDA PELA REFORMA TRABALHISTA –
LEI Nº 13.467/17.**

Jerson Lucas do Nascimento Júnior; Ivan Barbosa Martins;
Rodolfo Assis Ferreira e Cláudio Boy.

O presente trabalho monográfico tem como objetivo a análise da inconstitucionalidade do fenômeno da terceirização na atividade-fim, permitida a partir da Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/17. As alterações realizadas fizeram com que a Lei nº 6.019/74 permitisse a terceirização em todas as atividades empresariais, inclusive as atividades essenciais da empresa. No decorrer da história, conforme foi surgindo novas relação de trabalho, tornou-se necessário uma maior proteção ao trabalhador, por se tratar da parte mais frágil na relação trabalhista. Essa proteção está inserida nos princípios que fundamentam o ramo trabalhista e os preceitos constitucionais. Após o surgimento do fenômeno da terceirização, torna-se imprescindível uma intensificação desta proteção, visto que essa prática provoca uma precarização dos direitos dos trabalhadores. É nesse sentido que se torna necessária uma análise à luz da Constituição acerca das alterações trazidas, tendo como objetivo garantir que não ocorra um retrocesso do Direito do Trabalho, visto que estas alterações ameaçam os direitos e garantias sociais que sempre pertenceram a este ramo do Direito.

Palavras-chave: Inconstitucionalidade; Terceirização; Reforma Trabalhista.

A CONFIGURAÇÃO DO ABUSO DE PODER RELIGIOSO NO DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO

João Marcos Pires Franco Santana, Humberto, Rafael, Rodolfo.

O presente projeto de pesquisa tem como finalidade discutir a influência de líderes e entidades religiosas nos resultados dos pleitos eleitorais, traçando os limites entre a liberdade religiosa e o abuso deste direito pelos seus detentores. Assim, demonstra-se que a legislação eleitoral vigente não prevê a figura do abuso de poder religioso, apresentando-se os meios utilizados pelos Tribunais Superiores para a caracterização das práticas abusivas e punição daqueles que servem-se da religião para a captação ilícita de sufrágio. Com utilização de pesquisa teórico-bibliográfica e jurisprudencial como procedimento metodológico, conclui-se pela necessidade do preenchimento da lacuna existente na norma competente, qual seja a Lei das Inelegibilidades, quanto à tipificação do abuso de poder religioso, sendo possível, contudo, a possibilidade de sua configuração, desde que atrelada às demais formas de abuso de poder previstas na norma eleitoral brasileira.

Palavras-Chave: Abuso de poder. Abuso de poder religioso. Processo Eleitoral.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO E A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA POR DÉBITOS DE IPTU

Maria Aparecida Coelho, Marcio Xavier Coelho,

Tendo como objetivo principal identificar a (im) possibilidade de penhora do bem de família por débitos tributários -IPTU(Imposto Predial Territorial Urbano) e a preservação do patrimônio mínimo, busca-se trazer a afirmativa que a penhora do bem de família por dívidas oriunda do próprio imóvel, como ocorre no caso de execução do IPTU é impossibilitada ante a proteção que deve se dar ao patrimônio mínimo à esses bens. Falar em garantia de salvaguardar o patrimônio mínimo é dizer do cumprimento do contido no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que estabelece dentro das suas diretrizes o mínimo existencial. Confirmando esse entendimento o marco teórico usado é enfático ao dizer que o princípio da dignidade da pessoa humana alcança, também, a vida privada e o patrimônio das pessoas devendo ser interpretado dentro dessa amplitude. Diante disso, o direito à preservação do patrimônio com o gravame de bem de família deve ser analisado como a garantia da preservação daquilo que faz parte do patrimônio e da vida das pessoas, e a possibilidade de penhora desse tipo de bem, ainda que seja por débitos com o IPTU, é capaz de causar prejuízos que contrariam o disposto no princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Patrimônio mínimo; IPTU; bem de família.

(IN)CONSTITUCIONALIDADE DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA

Késia Garcia de Andrade, Júlia de Paula Vieira, Salatiel Ferreira Lúcio e Cláudio Boy Guimarães.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, fez o Provimento 188/2018, onde permite ao Advogado fazer e presidir um inquérito defensivo com o objetivo de garantir os direitos do indivíduo. A Investigação Defensiva observa a eficiência e o garantismo, mostrando a necessidade desse instituto no ordenamento jurídico, onde há investigação pública mas tendencialmente acusatória e principiologicamente inquisitiva. É importante ressaltar os princípios constitucionais da igualdade, ampla defesa e devido processo legal que asseguram a paridade de “armas”, onde cada um vai expor seus argumentos, se isso for impossível ou mitigado ao investigado tais princípios serão violados. A investigação defensiva ampliará os indícios para o juiz analisar e fundamentar a sua decisão sobre a acusação e propositura da denúncia pelo Ministério Público e possibilitará o investigado a apresentar indícios de defesa durante todo procedimento do inquérito policial, que é inquisitivo, evitando uma possível ação penal/acusação formal sem fundamentos jurídicos, evitando uma movimentação desnecessária no Poder Judiciário.

Palavras-chave: Inquérito; Investigação Defensiva; Igualdade; Ampla Defesa; Devido processo legal.

**MATERNIDADE NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE ACERCA DO
HABEAS CORPUS 143.641/STF**

Larissa Gomes da Silva, Ivan Lopes Sales, Cláudio Boy Guimarães, Oscar Alexandra Teixeira Moreira.

O estudo do tema proposto, busca a análise do *habeas corpus* coletivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal que visa a substituição do cumprimento da pena em prisão preventiva de presas gestantes e mães de filhos menores de 12 (doze) anos para prisão domiciliar, apontando criticamente os benefícios de tal concessão assim como os riscos que essas mulheres poderão oferecer ao Estado, se o mesmo não aplicar a lei e tal substituição com observância dos casos concretos, conforme suas particularidades. Será apresentado dados penitenciários onde consta que a participação de mulheres nos crimes tem se tornado frequente, principalmente o tráfico de drogas, o que pode tornar o julgado em questão um salvo conduto para tal prática.

Palavras-chaves: Cárcere feminino. Prisão domiciliar. Habeas Corpus Coletivo.

DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS EM VIRTUDE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO POR DECISÃO JUDICIAL POSTERIORMENTE REVERTIDA

Larissa Sturzeneker de Oliveira, Rodolfo Assis, Ivan Barbosa, Júlia de Paula Vieira

O presente trabalho tem por escopo discutir a possibilidade de restituição, ou não, dos valores previdenciários recebidos por tutela antecipada que posteriormente foi revogada. Nesse contexto, é feita uma análise dos elementos que embasam os diferentes entendimentos a respeito do tema, principalmente entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o Superior Tribunal de Justiça. Este trabalho visa analisar sob a teoria do Direito como Integridade, a tese firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual o segurado tem o dever de devolver as quantias recebidas provisoriamente por uma tutela antecipada que tenha sido posteriormente revogada. A consolidação dessa tese representou uma mudança de posicionamento da Corte da Cidadania acerca do tema, tendo em vista que o entendimento que por muitos anos ali perdurou era de considerar tais verbas como irrepetíveis. O STJ passou a considerar que tal princípio era escasso para justificar a não devolução das verbas previdenciárias devendo-se respeitar a boa-fé objetiva e a proibição do enriquecimento sem causa. Através disso, percebeu-se que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região defende a impossibilidade de restituição dos valores, em razão do caráter alimentar das verbas e da boa-fé no recebimento dos valores por parte do segurado.

Palavras-chave: Irrepetibilidade dos Alimentos; Revogação de Decisão Judicial; Benefício Previdenciário; Devolução dos Valores pagos pelo Beneficiário; Dignidade da pessoa humana.

ITCMD – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE CAUSA MORTIS E DOAÇÕES E SUA PROGRESSIVIDADE À LUZ DO ARTIGO 145, §1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Luciano Coelho De Lima, Salatiel Fereira Lúcio, Cláudio Boy E Oscar Moreira

O trabalho em questão baseia-se no estudo da divergente alteração da interpretação referente ao artigo 145, § 1º da Constituição Federal de 1988, pelo Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito à possibilidade de conceder alíquotas progressivas em face do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações. Portanto, analisaremos o que diz a doutrina sobre os princípios da capacidade contributiva e da progressividade, também rever as recentes decisões e quais foram as argumentações e fundamentações acerca do tema e como cada ministro se posicionou em sua fundamentação.

Palavras-chave: Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações. Progressividade. Capacidade Contributiva.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO MATERIAL

Maria Gabriela Machado Seles, Kleider Robert da Cruz, Luiz Eduardo/ Pedro

O presente trabalho tem como intuito a abordagem da responsabilidade civil decorrente do abandono material dos pais em relação aos filhos, com base no Resp 1087.561/RS julgado pela 4ª Turma do STJ. A responsabilidade civil parte do posicionamento de que todo aquele que violar um dever jurídico e dele resultar algum dano, ficará obrigado a reparar. O abandono material de pais em relação aos seus filhos pode garantir dano moral ao menor passível de compensação pecuniária, essa compensação tem como intuito reestabelecer a sua dignidade, não se tratando de monetarização, mas sim uma forma de reparar o dano sofrido. A Constituição Federal assegurou direitos e deveres iguais ao homem e a mulher na sociedade conjugal e no desempenho do poder familiar por isso é responsabilidade de seus genitores garantir o desenvolvimento da criança e fornecer recursos que permitam essa evolução, como sustento, guarda e educação dos filhos. O descumprimento voluntário do dever de prestar assistência material, direito fundamental da criança e do adolescente, afeta a integridade física, moral, intelectual e psicológica do filho, em prejuízo do desenvolvimento sadio de sua personalidade e atenta contra a sua dignidade, configurando ilícito civil.

Palavras chave: Poder familiar; Dignidade da Pessoa Humana; Abandono Material; Responsabilidade Civil.

**LEI DO DEPOIMENTO ESPECIAL (13.431/17): COMBATE A
REVITIMIZAÇÃO EM SOBREPOSIÇÃO AOS PRINCÍPIOS
CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA
DEFESA**

Mariana Rúbio de Oliveira, Ivan Lopes Sales, Alessandra Dias
Baião Gomes e Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior

O presente trabalho versa acerca da incompatibilidade da Lei nº 13.341/17 com o ordenamento jurídico pátrio, uma vez que a referida lei fere princípios basilares do Direito Processual Penal. A Lei do Depoimento Especial, prometendo eximir a revitimização de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência, estabelece um novo procedimento de oitiva de menores que tenham sido vítimas ou testemunhas de violência sexual, física, psicológica ou institucional. Esse depoimento é colhido fora da sala de audiências, em uma sala projetada exclusivamente para esse fim, sendo que toda a dinâmica é conduzida por um profissional técnico habilitado, geralmente psicólogo ou assistente social que integra os quadros dos Tribunais de Justiça. Todo o depoimento é transmitido para a sala de audiências, onde se encontrarão o representante do Ministério Público, o advogado ou defensor público e o juiz. O objetivo do presente trabalho é demonstrar que tal prática é flagrantemente ofensiva aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Ademais, profissionais da psicologia e o serviço social se posicionam no sentido de que o procedimento não afasta a ocorrência de revitimização, de modo que a supressão dos direitos do réu se mostra descabida e injustificada.

Palavras-chave: Depoimento Especial. Revitimização. Falsas Memórias. Contraditório. Ampla Defesa.

SUICÍDIO DE DETENTOS NO INTERIOR DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS: A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS OMISSIVOS

Meirielly Marques Santos Azevedo; Anderson Fábio Nogueira Alves; Humberto e Américo.

A ideia de responsabilidade civil está atrelada à noção de não prejudicar o outro, sendo decorrente do descumprimento de um dever jurídico, gerador de uma obrigação. Tal responsabilidade, nesta seara, envolve a aplicação de medidas que vinculem terceiro a reparar o dano causado a outrem em razão de sua ação ou omissão. A ela se aplicam as teorias subjetiva e objetiva, ambas recepcionadas pelo art. 927, do Código Civil. A primeira delas (responsabilidade subjetiva) ocorre quando o ato ilícito atinge este resultado em razão do dolo ou da culpa em sua conduta, sendo obrigado a indenizar do dano causado apenas caso se consuma sua responsabilidade. Já na responsabilidade objetiva, o dever de indenizar ocorrerá independente da comprovação de dolo ou culpa, bastando que fique configurado o nexo causal daquela atividade com o objetivo atingido. O nexo de causalidade é elemento indispensável em qualquer espécie de responsabilidade civil. Pode haver responsabilidade sem culpa, mas não pode haver responsabilidade sem nexo causal. Sendo assim, este trabalho se propõe a analisar os contornos da responsabilidade civil estatal durante a execução penal, diante de situações de omissão específica, em estabelecimentos prisionais, que propiciem o suicídio de detentos no interior desses estabelecimentos, avaliando a vinculação entre a conduta omissiva do Estado e o resultado danoso.

Palavras-chave: responsabilidade civil omissiva; culpa; detentos; nexo causal; agente público; falha na prestação de serviço.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 13.286/16 A LUZ DO ARTIGO 37 § 6º CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Millene Apolinario Machado; Kleider Robert; Rodolfo Assis
Ferreira e Humberto Luiz

O objetivo demonstrar o desenvolvimento da atividade notarial, uma atividade de grande importância para o meio social. Um serviço de caráter privado por delegação do Poder Público que visa garantir à autenticidade, a publicidade, a celeridade e por fim, a segurança jurídica em relação aos serviços prestados. O presente trabalho tem como problemática qual é a responsabilidade civil dos notários e registradores perante atos realizados por ele e seus prepostos, nos atos desenvolvidos e prestados para terceiros. Busca-se solucionar as antinomias entre as diversas normas aplicáveis, com destaque para o conflito entre o artigo 37, §6º Constituição federal e o artigo 22 da Lei 13.286/2016. Podemos notar a inconstitucionalidade da lei que dispõe sobre a responsabilidade subjetiva dos notários e registradores conflitando assim com o que a constituição federal determina que é a responsabilidade objetiva. Os serviços notariais se incluem na categoria de serviços públicos e, como tal, subordinam-se ao regime da responsabilidade civil objetiva na modalidade risco administrativo, adotada pela Constituição de 1988 e preceituada no §6º de seu artigo 37. Vamos analisar o ordenamento jurídico brasileiro sobre os registradores e, a partir de uma interpretação sistemática das normas existentes, analisar a responsabilidade que deve ser atribuída a estes, para então tentar entender o motivo de tanta divergência, demonstra os entendimentos sobre a matéria e ao final aponta um posicionamento, diante dos entendimentos apresentados.

Palavras-chave: Notários. Registradores. Responsabilidade Civil.

(IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES AMBIENTAIS

Miquéias Alcantara de Godoy, Juliana Ervilha, Alessandra Baião, Luiz Eduardo

O presente trabalho monográfico consiste sobre a aplicabilidade do princípio da insignificância nos crimes ambientais. O objetivo encontra-se consubstanciado em estabelecer qual o entendimento mais adequado acerca da aplicação do princípio da insignificância aos crimes contra o meio ambiente no direito brasileiro. O princípio da insignificância, em suma, é aquele que tem o poder de retirar a tipicidade material dos fatos que não ocasionem grave lesão aos bens jurídicos protegidos. O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o hipotético-dedutivo e quanto ao procedimento, o comparativo. A pesquisa pode ser classificada como exploratória, quali-quantitativa e documental.

Palavras-chave: Crime ambiental. Princípio da Insignificância. Direito Penal.

A REFORMA TRABALHISTA E O CONTRATO INTERMITENTE: UMA ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE

Diego Henrique Ferreira da Rocha, Ivan Barbosa Martins,

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da Reforma Trabalhista com a permissão da modalidade de contrato de trabalho intermitente em relação à condição social do trabalhador e suas garantias previstas no Art. 7º da Constituição Federal, considerando também as perspectivas dos benefícios para o Empregador. Através da modalidade do trabalho intermitente que teoricamente veio para flexibilizar o empresário e equiparar o trabalhador com o empregador, já que o trabalhador se apresenta mais vulnerável numa relação de trabalho, frente ao poder econômico e diretivo do empregador. A reforma trouxe alguns casos que retratam exceção ao princípio da primazia da realidade, para tanto se destaca o empregado, no qual seja enquadrado como trabalhador intermitente basta que celebre o contrato de trabalho intermitente com o empregador, mesmo que inicialmente trabalhe de forma continuada (art. 452-A CLT). Entendendo que o trabalho intermitente é considerado uma prestação de serviço quando as empresas estão com muita demanda ao cliente e solicitam pessoas para prestar intermitência com o objetivo de acelerar ou lucrar mais no setor econômico.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista, Trabalhador, Trabalho Intermitente, Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Constituição Federal - CF.

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ABORTO EM CASOS DE MICROCEFALIA

Natália Fernanda Rodrigues Assis, Juliana Ervilha Teixeira Pereira, Rafael Firmino Soares, Humberto Luiz Salustiano Costa Junior

A presente monografia é referente a inconstitucionalidade do aborto em casos de microcefalia, o tema central foi idealizado em relação ao direito a vida, direcionado para a condição do nascituro, pois o ato de abortar recai diretamente sobre esse sujeito. O nascituro é resguardado no direito civil brasileiro, devido a sua expectativa de vida, alguns direitos pairam sobre o feto, e diante dessa proteção e perspectiva de direitos, o nascituro com microcefalia goza dos mesmos benefícios. Esse tema foi pensado diante do crescimento do número de gestações com o diagnóstico de microcefalia em 2015, entendendo que o aborto é qualificado como crime contra a vida e punível, e porque não trabalhar o crime de aborto devido a condição de microcefalia do feto. A presente pesquisa destacou a definição de pessoa, valorização do direito à vida, a proteção ao nascituro, perpassando pela tipificação do crime de aborto e os métodos de aborto, e por fim a microcefalia não é condição passível de aborto. Num caráter social o Estado é chamado para promover uma vida plena para o cidadão e não seria diferente, para uma pessoa com microcefalia, o presente trabalho em um dos seus tópicos demonstra como a sociedade civil os recebem, percebe-se que há um amparo para as gestantes de maneira geral devido a saúde pública por meio do SUS, e por isso resguardar o nascituro independente da sua condição.

Palavras-chaves: Aborto. Microcefalia. Anencefalia. Descriminalização. Direito a vida.

A VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE SEM ANUÊNCIA DE FILHOS RECONHECIDOS A POSTERIORE

Natália De Souza Costa, Rodolfo Ferreira Assis, Alessandra Baiao, Rodolfo Assis, Neuber Teixeira

O presente trabalho visa discutir acerca de institutos do código civil brasileiro, institutos estes que não há uma tratativa para quando da colisão entre eles. O código Civil de 2002 na parte que trata da compra e venda, em seu artigo 496 trouxe a possibilidade de ser possível a venda de ascendente a descendente, entretanto os demais descendentes devem anuir, sendo anulável a venda quando não existe a concordância dos demais, entretanto não regulamentou sobre a eficácia da venda, em casos que o ascendente reconhece filho após a venda, se seria necessário a vênua do herdeiro reconhecido *a posteriore*, pois o reconhecimento paterno tem efeitos *ex tun*, ou seja retroage a data do nascimento, razão esta que causa insegurança jurídica no instituto da compra e venda

Palavras-chave: Compra e Venda; Reconhecimento de Paternidade; Ascendente; Descendente.

TRABALHO DA MULHER GESTANTE: apontamentos sobre a proteção à maternidade no ordenamento juslaboral brasileiro

Nathália Ferreira de Oliveira Santos, Neuber Teixeira dos Reis Júnior, Juliana Ervilha e Márcio Xavier

O presente projeto de pesquisa visa analisar a proteção à maternidade no ordenamento juslaboral brasileiro, com fundamento no direito fundamental de proteção à maternidade. Tendo em vista as alterações significativas muito recentes e antagônicas, a partir da Lei 13.467/ 2017 a chamada Reforma Trabalhista, da Medida Provisória nº 808 também em 2017 e com a decisão da ADI nº 5.938 em 2019. Uma vez que algumas das alterações proporcionaram grande instabilidade jurídica para a trabalhadora gestante, parte hipossuficiente e hipervulnerável na relação de emprego. Sendo assim de extrema importância analisar e discutir os aspectos mais importantes acerca dessa relação empregatícia. Inicialmente realizou-se uma análise histórica acerca do acesso da mulher no mercado de trabalho, bem como da evolução de direitos, principalmente, no que diz respeito à proteção à maternidade. Após, intentou-se compreender aspectos pertinentes relacionados à discriminação contra o trabalho da mulher e suas implicações na proteção à maternidade. E por fim, estudou-se a proteção ao trabalho da mulher gestante nas três fases da relação de trabalho, a pré-contratual, a do contrato de trabalho e o pós-contrato. Bem como a responsabilidade do empregador quando este viola direitos da trabalhadora, a partir de práticas discriminatórias em razão da gravidez. Destarte, com o presente trabalho concluiu-se que o principal empecilho para a efetivação da proteção à maternidade é a discriminação contra o trabalho da mulher em razão da gravidez.

Palavras-chave: Trabalho da Mulher; Discriminação; Responsabilidade Pré-contratual e Pós-Contratual.

NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE LAJE A LUZ DO CÓDIGO CIVIL

BRASILEIRO E DA LEI 13.465/17

Jonhtan de Freitas Alves, Cláudio Boy Guimarães, Ivan Barbosa, Salatiel Ferreira

O presente trabalho visa discutir sobre divergência doutrinária acerca da natureza jurídica do novo direito real de laje. Descortinando a sua importância e benefícios trazidos à sociedade, devido à modernização estrutural ocorrida na população e seus meios de moradia. Sendo este o mais novo direito real introduzido no ordenamento jurídico brasileiro, através da transformação da Medida Provisória nº 759, de 22 de novembro de 2016, para a Lei 13.465 de 11 de julho de 2017, produzindo mudanças na Lei de Registros Públicos e no Código Civil. Assegurando assim, o adquirente o direito inerente à propriedade, ou seja, (usar, gozar, dispor ou reaver a coisa), tais características, são fundamentos essenciais para dizer que a natureza jurídica da laje é um direito real sobre a coisa própria.

Palavras-chave: Direito real de laje. Natureza Jurídica. Direito de Propriedade.

O DIREITO À PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE MENORES DE 14 ANOS QUE TRABALHAM

Nelson Pizzatto Zortea, Rodolfo de Assis Ferreira, Ivan Barbosa Martins, Julia de Paula Vieira

Este trabalho objetiva debater o direito previdenciário do menor de 14 anos que, por razões adversas se insere no mercado de trabalho. Utilizando-se da leitura teórica, normativa e jurisprudencial, para debater o direito e a proteção integral da criança e adolescente mesmo diante das normas restritivas ao trabalho infanto-juvenil. No primeiro capítulo percorremos o caminho do direito da criança e do adolescente. Em seguida, a estrutura e a legislação da seguridade social com enfoque ao direito previdenciário. Por fim, um estudo dos normativos internos do INSS que regulamenta os procedimentos e critérios para a concessão dos benefícios, o posicionamento do Ministério Público frente a questão do cômputo do tempo de serviço do menor de 14 anos, e decisões judiciais com seus divergentes posicionamentos. Concluindo o trabalho com a afirmativa de que, mesmo sendo proibido o trabalho do menor, ocorrendo, o infante faz jus a todos os direitos equiparando-se ao trabalhador devidamente regulamentado.

Palavras-chave: Trabalho. Proteção Social. Criança e Adolescente. Responsabilidade Protetiva. Proteção Previdenciária.

O DANO MORAL NO ÂMBITO DO ABANDONO AFETIVO INVERSO

Isabela Cristina Fernandes, Kleider Robert Rocha Cruz, Pedro e Frederico

O presente trabalho de monografia tem como finalidade estudar a possibilidade de indenização pecuniária de danos morais por abandono afetivo inverso, cujas vítimas são os idosos desamparados afetivamente pelas famílias. Tendo em vista que esse abandono acarreta sofrimento ao idoso, a dor, a angústia, a tristeza e pode até contribuir para o agravamento de doenças e, em última instância, acelerar sua morte. Partindo do ponto da compreensão de como os direitos dos cidadãos idosos podem ser defendidos em nosso ordenamento e ainda como principal objeto de estudo, a forma como o abandono afetivo é enfrentado perante a doutrina, legislação e jurisprudência brasileira, buscando uma visão mais aprofundada de como o instituto da responsabilidade civil pode beneficiar e proteger o sujeito de direito idoso.

Palavras-chave: Idoso. Família. Abandono afetivo. Responsabilidade Civil.

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES TIPIFICADOS PELA LEI N° 11.343/06

Fabio Vieira Firmo, Almir Lugon, Ivan Sales, Dário Júnior

O presente projeto de trabalho de conclusão de curso tem como tema a aplicação do princípio da insignificância nos crimes tipificados na Lei n° 11.343/2006, que se considera um assunto de máxima importância para o ordenamento jurídico brasileiro no âmbito do Direito Penal, que a priori, objetiva proteger os bens jurídicos que os outros ramos do Direito não são capazes de tutelar. Nesse sentido, a Lei n° 11.343/2006, dentre outras disposições, estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define os crimes relacionados a esta matéria. O princípio da insignificância surgiu inicialmente no Direito Civil e, posteriormente, foi inserido no Direito Penal pela doutrina a fim de garantir que este ramo se dedique a empreender esforços e ferramentas para punir condutas relevantes o suficiente para causar lesões significativas em bens jurídicos por ele tutelados, pesando o entendimento da doutrina majoritária no sentido de que o estudado princípio não pode ser aplicado às condutas previstas pela Lei de Drogas, existem decisões jurisprudenciais no sentido de aplicá-lo principalmente na situação que envolve o porte de pequena quantidade de droga para consumo próprio. A aplicação do princípio da insignificância nos crimes previstos pela Lei n° 11.343/2006 gera a necessidade de discussão no meio acadêmico, considerando, especialmente, que a referida lei tratou de cuidar tanto das condutas extremamente reprováveis quanto das condutas de menor potencial ofensivo que, ainda que menos perigosas, possuem grande potencial de perigo para a saúde pública, bem jurídico protegido pela lei.

Palavras-chave: Princípio da insignificância. Lei 11.343/06. Drogas

O REFLEXO DA REINCIDÊNCIA NA PROGRESSÃO DE REGIME EM CRIMES HEDIONDOS OU EQUIPARADOS.

Matheus Cunha Fernandes, Dário José Soares Júnior, Cláudio Boy Guimarães e Júlia de Paula Vieira

O objetivo da monografia é propor uma análise na área da execução de pena, que é a de qual fração deve ser aplicado para o reincidente em crime hediondo ou equiparado, se é $2/5$ (dois quintos) ou $3/5$ (três quintos). Sendo assim, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), deve ser adotada a fração de $3/5$ (três quintos) para progressão de regime nos casos de reincidência em crime hediondo ou equiparado, não fazendo distinção entre a reincidência comum ou específica nesse tipo de crime. É nesse sentido também, que a Lei dos Crimes Hediondos ou equiparados não faz distinção entre a reincidência comum ou específica para progressão de regime, adotando a fração de $3/5$ (três quintos) de cumprimento de pena para a progressão. Porém, para o alcance do livramento condicional, o Código Penal faz a diferenciação entre os tipos de reincidência para definir qual apenado tem direito ao livramento condicional, ou seja, o reincidente não específico em crime hediondo tem direito, e o reincidente específico em crime hediondo ou equiparado não tem direito ao livramento condicional.

Palavras-chave: Crime Hediondo ou Equiparado; Reincidência específica; Progressão de regime; Livramento condicional.

O USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL E A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Jennifer Vieira Almeida, Juliana Ervilha, Alessandra Baião, Américo Galvão

Tema bastante controverso, os agrotóxicos ainda são muito questionados. Criados para serem armas químicas em guerra, logo passaram a ser disseminados na agricultura. Sabendo dos malefícios que causam, o constituinte foi claro quanto a matéria. A legislação específica foi rígida em alguns pontos, mas falha em outros. O trabalho mostra a nocividade dos agrotóxicos e seu uso de modo desordenado nas monoculturas dependentes, abordando a isenção fiscal e o agronegócio. A isenção incentiva, e o agronegócio o mantém, fazendo com que se use mais e mais substâncias, onde grandes empresas e latifundiários lucram e a população e o meio ambiente são contaminados. O texto mostra que é indispensável uma fiscalização consistente, um maior controle acerca dessas substâncias e a mudança do modelo agrícola adotado no Brasil, visando a proteção a saúde e ao meio ambiente, direitos fundamentais garantidos na Constituição.

Palavras-chave: Agrotóxicos; Nocividade; Saúde; Meio ambiente.

PENSÃO POR MORTE AO NASCITURO

Karine Terezinha Coelho; Rodolfo Assis Ferreira; Ivan Barbosa, Julia de Paula Vieira.

A presente pesquisa tem como finalidade analisar os direitos e a proteção concedida ao nascituro em questão de seguridade social, sobre a possibilidade de receber o benefício de pensão por morte na ausência de seu genitor. Será analisado e buscando entender se o nascituro é digno de personalidade civil ou não. Considerando a importância deste benefício, proporcionar as condições de uma gestação saudável que interfere diretamente na vida da criança que está sendo gerada, uma vez que a Constituição Federal garante o direito à vida e a saúde.

Palavras chave: Pensão por Morte. Alimentos Gravídicos. Nascituro

“PLEA BARGAIN”

Diego Leonardo P. Barcelos, Ivan Sales, Alessandra Baião e Humberto Luiz

No presente trabalho será tratado do tema negocial de pena que cada vez mais tem feito parte da esfera jurídica brasileira. Poderá ser analisado como surgiu esse método e quais seus benefícios no quesito Direito Penal, qual a sua relação com a constituição, se há a aceitação da implantação ou se já nasce inconstitucional. Basicamente esse método enseja que o réu possa negociar sua pena mediante a um acordo (negociação) entre partes Juiz, Ministério Público e réu. Embora “Plea Bargain” seja um nome americano, o Brasil vem adotando esse método através dos Juizados especiais com os instrumentos de Transação Penal e Suspensão Condicional do Processo que embora não tem efeito de decisão criminal gerando CAC ou FAC tem efeitos punitivos sem averiguação de provas. A grande questão é se o meio condiz com a constitucionalidade do ato e eficácia uma vez que o método está indo contra os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa aos quais são fundamentais para o processo penal brasileiro, com isso a de se dizer que não possui eficácia.

Palavras-chave: “Plea Bargain”; Negociação; Eficácia; Constitucionalidade;

POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE.

Débora Mayame de Oliveira; Frederico Fernandes Dutra; Júlia de Paula e Oscar Alexandre Teixeira Moreira.

Com a criação da CLT em 1943 unificou-se toda a legislação trabalhista existente no Brasil, inserindo todos os direitos trabalhista na legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 cumpriu o mister de assegurar os direitos sociais essenciais à cidadania aos brasileiros. Trazendo um conceito social associado aos direitos fundamentais para o trabalho. Posto isto, faz-se necessária tratar da necessidade que o trabalhador tem para receber os respectivos adicionais de insalubridade e periculosidade, e seus respaldos jurídicos. Assim, a questão problemática deste trabalho é pesquisar se seria possível cumular os adicionais de insalubridade e periculosidade, tendo em vista os princípios da proteção, do não retrocesso social e direitos fundamentais.

Palavras-chave: Periculosidade. Insalubridade. Trabalhador

CRIMES VIRTUAIS: ASPECTOS CONTROVERSOS A RESPEITO DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 154-A DA LEI 12.737/12

Raphaela Xavier Ligeiro Ferreira, Júlia de Paula Vieira, Pedro Henrique Xavier Tiola e Salatiel Ferreira Lucio.

Atualmente, é possível dizer que a internet permitiu a propagação do conhecimento e da informação, além de estabelecer novas relações sociais, culturais, antropológicas e psicológicas. A mobilidade é uma tendência mundial e cada vez mais os indivíduos desejam e necessitam utilizar quaisquer dispositivos e aplicativos sejam para assuntos profissionais ou lazer. Afinal, com a internet excedendo os limites do computador, cada vez mais as empresas incrementam a sua presença on-line de diversas maneiras; uma vez que a participação das pessoas na rede continua crescendo. O uso da internet traz novos desafios relacionados ao desenvolvimento de parâmetros éticos e morais que atendam às necessidades da sociedade civil. Em primeiro momento, as dificuldades consistem em compreender as questões técnicas inerentes, visando tutelar os direitos existentes em um espaço de natureza eminentemente imaterial, em constante transformação, e criar mecanismos que assegurem a efetividade do direito como ocorre no mundo físico. Com isso, o presente estudo tem por objetivo fazer uma análise sobre as regulamentações legais e doutrinárias garantistas, tendo em vista que é obrigação do Estado ter uma gestão quanto aos problemas sociais existentes nos ambientes virtuais e infrações que permeiam tal ambiente.

Palavras-chave: Estado democrático de Direito; legislação; crimes virtuais; garantismo penal.

A RELATIVIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS AOS ASCENDENTES

Nayara de Araújo, Rafael Soares Firmino; Rodolfo Assis Ferreira, Oscar Alexandre Teixeira Moreira.

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema a relativização da obrigação de prestar alimentos aos ascendentes, com enfoque principal nos princípios do Direito de Família com aplicabilidade do Instituto da Indignidade. Para tanto, restam abordados os conceitos doutrinários, jurisprudências, para de fato ficar demonstrado às hipóteses que relativizam o princípio da reciprocidade, este que se observa como mola essencial para o exercício de tal obrigação. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica a partir de livros de doutrina especializada e artigos de internet. Por fim, o objetivo deste trabalho é tornar claro o conhecimento sobre o assunto em estudo, de forma a enveredar o leitor à melhor compreensão do tema através dos posicionamentos da melhor doutrina e dos julgados dos Tribunais pátrios.

Palavras-chave: Relativização; Obrigação de Prestar alimentos; Indignidade;

**EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL: ANÁLISE CIVIL
CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR A PARTIR DO
RE Nº888.815/RS**

Aparecida do Carmo da Silva, Alessandra Baião, Júlia de Paula Vieira, Juliana Ervilha

O objetivo da presente monografia é estudar o tema Educação Domiciliar no Brasil, a partir da análise civil constitucional do recurso extraordinário n.888.815, julgado pelo STF em setembro de 2018, e a partir da possibilidade de extrair argumentos e fundamentos que ressaltem a constitucionalidade do estudo domiciliar no Brasil. Sendo à educação direito de todos e dever do Estado e da família. É preciso a compreensão de que a família atual passa por constantes transformações e que o acesso a informação está cada vez mais dinâmico. E assim temos as inovações de ideias e concepções pedagógica para uma educação de qualidade que nos garante a Constituição. Partindo do pressuposto da função social da família, da corresponsabilidade entre o Estado e a Família em fornecer educação as crianças e adolescentes, analisa-se o melhor interesse da criança diante das possibilidades da família e o conjunto de ofertas do Estado. Considerando o exercício do Poder Familiar, cabe a família a opção de educação que irá fornecer aos filhos, não podendo o Estado determinar e impor funções que cabem aqueles que detém o pleno exercício do poder familiar. Pensar de modo diferente pode colocar em risco a instituição que é a célula mãe do Estado Democrático de Direito: A família.

Palavras-chave: Poder familiar, direito a educação e educação domiciliar no Brasil, concepções pedagógicas.

O DIREITO DO NASCITURO AO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Leiliane Valente da Silva, Kleider Robert Rocha Cruz, Pedro Henrique Xavier Tiola, Frederico Fernandes Dutra.

A presente pesquisa tem como finalidade analisar a possibilidade e o direito do nascituro ser beneficiário de pensão por morte, devida pelo Regime Geral de Previdência Social em decorrência da morte de seu genitor (segurado). A abordagem do tema passa pela análise das formas de interpretação extensiva da norma, bem como a analogia, princípios, teorias doutrinárias e dispositivos legais que garantem personalidade e direitos dela decorrentes ao nascituro, à fim de buscar uma melhor interpretação das normas previdenciárias a fim de harmonizá-las à ideologia constitucional e ao ordenamento jurídico.

Palavras-chave: Interpretação. Analogia. Previdência Social. Nascituro. Alimentos Gravídicos. Pensão por Morte.

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR DANO AMBIENTAL

Géssica Barbosa Ramos, Juliana Ervilha Teixeira Pereira, Márcio Xavier Coelho e Neuber Teixeira Reis Júnior.

A conferência de Estocolmo de 1972 é consagrada como o marco responsável por tornar o meio ambiente uma matéria de interesse mundial. A necessidade de uma maior proteção do meio ambiente, ganha maior destaque no direito internacional por estar diretamente relacionado com o direito à vida, sendo considerado um direito humano de terceira geração. O descumprimento do dever de cooperação dos Estados para a tutela do meio ambiente, muita das vezes pode ensejar responsabilidade internacional do Estado. Nesse sentido, o presente trabalho tem como finalidade estudar a possibilidade da responsabilização do Estado no direito internacional quando ocorrem danos ambientais que ultrapassam fronteiras atingindo outro Estado. Assim, a responsabilidade por esses atos internacionalmente ilícitos, funcionaria como meio de impedir que outros Estados também causem danos da mesma natureza, e com a certeza de que se causarem algum prejuízo ao meio ambiente, serão devidamente penalizados. Todavia, o sistema de responsabilização internacional ambiental ainda possui uma existência frágil, necessitando de mecanismos capazes de viabilizar sua jurisdição. À vista disso, a criação de um tribunal específico para julgar crimes ambientais de grande vulto se torna emergente, e já não é um assunto novo no cenário internacional. Daí a necessidade de analisar a possibilidade de instituir o Tribunal Ambiental Internacional (TAI), a fim de trazer mais efetividade às normas ambientais e assegurar que seja atribuído sanções caso não sejam voluntariamente respeitadas.

Palavras-chave: Meio ambiente. Dano Ambiental. Responsabilidade Internacional. Direitos Humanos.

CRIME DE COMPARTILHAMENTO ILEGAL DE TV A CABO SEM CONTRATO COM A DISTRIBUIDORA DO SINAL

Inácio Vieira Filho, Júlia de Paula Vieira,

Pretende-se neste trabalho compreender julgados que abrem na esteira jurisprudencial divergências nos tribunais de justiça deste país, onde por meio da Lei 8.997/95 que constitui ilícito penal a interceptação ou a receptação não autorizada dos sinais de TV a Cabo. Contudo o legislador omitiu a aplicação da pena para o contraventor da prática ilícita neste artigo, o tema é polêmico, pois o debate sobre o compartilhamento sem autorização de TV a cabo diverge nas várias instâncias dos tribunais. Com análise da tipicidade da conduta ilícita para este crime e a aplicabilidade de sua punição, uma vez que, com o grande número de assinantes e a grande malha de cabos ao longo de enormes perímetros urbanos e até rurais, a fiscalização e o controle fica completamente vulnerável acerca desta prática criminosa, tendo em vista que a distribuição do sinal de TV a cabo é pecuniariamente alto, tanto para quem distribui quanto para seus assinantes. Sendo assim será estudado aqui a aplicabilidade penal para o contraventor no bojo do § 3º, do artigo 155 do Decreto-Lei nº 2.848/40 equiparando-a a Lei 8.997/95.

Palavras chave: TV a Cabo, Energia elétrica, Atipicidade da Conduta, Furto.

A LEI MARIA DA PENHA COMO PROTEÇÃO DE TRANSGÊNEROS EM RELAÇÕES HOMOAFETIVAS

Andressa Teixeira Bois; Júlia de Paula Vieira; Claudio Boy e Salatiel

A Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, designada como Lei “Maria da Penha” traz um marco no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Importantes instrumentos jurídicos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros Tratados internacionais e, em especial, da própria Constituição Federal da República Federativa do Brasil vigente, em seu §8º do Art 226 ensejaram um trato específico sobre a questão no país. Ocorre que com as novas identificações de gênero e a possibilidade de mudança com base em sua própria identificação, busca-se discutir a possibilidade de extensão dos benefícios concedidos pela lei Maria da Penha às mulheres, para aqueles que não nasceram sob o sexo feminino, mas que se identificam e se apresentam como mulheres, os transgêneros. Por isso, o objetivo desta pesquisa é analisar a lei Maria da Penhas como proteção de transgêneros em relações homoafetivas. Para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado, buscou-se como suporte a legislação, doutrina e jurisprudência.

Palavras - Chave: Família homoafetiva, Lei Maria da Penha; regime jurídico.

NASCITURO E O DIREITO AO RECEBIMENTO DE PENSÃO POR MORTE

Breno Rodrigues Batista; Neuber; Marcio; Juliana Ervilha

O presente trabalho monográfico terá como foco principal demonstrar que o ordenamento jurídico brasileiro ainda é falho quando se trata da regulamentação da pensão por morte destinada ao nascituro. Deste modo, mostrará que, embora, ainda não exista regulamentação expressa sobre o tema, o nascituro possui, por analogia à Lei de Alimentos Grávidos e em respeito às garantias constitucionais, o direito ao recebimento do citado instituto previdenciário, caso seu genitor venha a falecer. Ademais, por força do artigo 2º do Código Civil a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro e por força do artigo 4º da Convenção Americana de Direitos Humanos toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, devendo este direito ser protegido pela lei, desde o momento da concepção, o que reforça ainda mais a tese de que o nascituro tem direito ao recebimento de pensão por morte, visando o custeio necessário para preservar sua vida e o seu nascimento com vida, dentre outras necessidades vitais. Tal estudo será embasado pela pesquisa em bibliografia, artigos, revistas, julgados, legislação e demais fontes relacionadas ao tema.

Palavras-chave: Nascituro. Personalidade Jurídica. Teorias Da Personalidade. Pensão Por morte.

HOMICÍDIO NO TRÂNSITO COM AUTOR EMBRIAGADO: ARTIGO 302 CTB

Caique Nascimento Silva Oliveira, Luís Eduardo Gomes,
Anderson Fábio Nogueira Alves, Julia de Paula

O delito capitulado no artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro faz referência ao homicídio culposo praticado por aquele que se encontra na direção de veículo automotor, sendo o parágrafo segundo do referido artigo voltado especificamente para aquele condutor que pratica o crime descrito sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa agravando a conduta. Assim, os questionamentos feitos sob a correta capitulação desse tipo de delito, mesmo com as alterações legais, sendo a última no ano de 2017, ainda subsiste quando analisadas as jurisprudências dos Tribunais Pátrios, principalmente quando o problema acosta no posicionamento do Tribunal do Júri como responsável pela correta capitulação do delito em culpa consciente ou dolo, diante da dificuldade de entendimento sobre institutos jurídicos que ainda diversos guardam algumas similaridades que demandam conhecimento jurídico para a correta distinção. Assim, a regra contida no dispositivo mencionado deve ser tida como regra nesses casos, sendo de incumbência de um operador do direito, nessa linha de raciocínio o magistrado realizar a correta tipificação, para que não haja nenhum tipo de dúvida nesse sentido e consequente instauração de insegurança jurídica.

Palavras chave. Dolo; culpa consciente; crimes de trânsito.

A POSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO NO CRIME ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Caroline Ferreira Sobrinho, Ivan Lopes Sales, Almir Fraga Lugon e Luiz Eduardo Moura Gomes

A presente monografia tem como objetivo abordar acerca do delito estupro de vulnerável, introduzido pela Lei 12.015 de agosto de 2009 e disposto no artigo 217- A, caput, do código penal, trazendo uma nova visão interpretativa ao crime, tendo como principal enfoque o sujeito passivo do crime, ou seja, o menor de quatorze anos de idade. É de suma importância a análise do crime de estupro de vulnerável, sob a ótica da presunção relativa da vulnerabilidade, que apesar de ter atualmente caráter absoluto, poderia ser relativizada em se tratando do adolescente maior de doze anos e menor de quatorze anos. O delito em tela traz grandes debates doutrinários e jurisprudenciais relacionados ao consentimento válido da vítima para a prática sexual e a capacidade de autodeterminação do adolescente.

Palavras-chave: Relativização da vulnerabilidade; Estupro de vulnerável; Adolescente.

O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: CAUSA-PILOTO OU PROCEDIMENTO MODELO?

Rosana Cristhine de Oliveira Barbosa, Cláudio Boy Guimarães,
Julia de Paula; Salatiel Ferreira

O presente trabalho irá abordar o debate acerca da necessidade de haver um processo pendente no tribunal para a apreciação do incidente de resolução de demandas repetitivas. Tal incidente foi instituído no novo código de processo civil no rol dos precedentes obrigatórios, visando a análise e identificação de processos com questões de direito repetitivas para uma apreciação conjunta, também, quando há risco de ofensa a isonomia e a segurança jurídica pela multiplicidade de decisões diferentes sobre o mesmo assunto, uma vez instaurado o incidente, a questão jurídica a ser julgada passará a vincular todos os outros casos por ele afetados. A questão que ainda traz divergências doutrinárias é se o objetivo do mesmo é firmar teses jurídicas com ou sem compromisso com um caso concreto, em outras palavras podemos assim dizer uma causa-piloto. Estaria o IRDR, assim, sob o regime de causa-piloto ou sob o regime de procedimento-modelo?

Palavras-chave: Jurisprudência lotérica; precedentes; causa-piloto; procedimento modelo.

A IICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS MEDIANTE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS: UMA ANÁLISE DO HC 89981 – MG

Álvaro Celso Mendes, Kleider Robert Rocha Cruz, Júlia de Paula Vieira e Claudio Boy Guimarães

O presente trabalho tem por objetivo fazer a análise da violação da privacidade e da intimidade do cidadão em procedimentos de abordagem policial, em flagrante delito e em processo investigativo, no curso de um inquérito policial com a apreensão de aparelhos de celular, bem como de uma análise ilegal de dados armazenados em aplicativos, produzindo provas ilícitas, com flagrante afronta aos direitos fundamentais elencados na Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 5º, X, devendo estas provas serem inadmissíveis no processo e, sendo desentranhadas, caso venham a ser utilizadas no inquérito, pois derivam da teoria dos frutos da árvore envenenada bem como as provas derivadas desta mesma ilicitude quando desprovidas de autorização do Juízo competente, sendo inviolável a intimidade do indivíduo.

Palavras chave: Provas ilícitas. Dignidade humana. Privacidade. Violação.

O ESTADO LAICO E O ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL NAS ESCOLAS DE REDE PÚBLICA NO BRASIL

Isabela Emiliano da Silva, Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior, Anderson Fábio Nogueira Alves

O presente trabalho tem por finalidade fazer uma reflexão sobre o ensino religioso confessional nas escolas públicas, bem como sua impertinência, uma vez que esta modalidade de ensino fere a nossa lei maior, pois vivemos em um estado laico. Este ensino deve ser de forma não confessional, abordando “sobre” religiões e não “de” religiões, pois este se encontra em uma esfera democrática. O ensino religioso em escolas públicas deve ser sem vínculo com religiões específicas, bem como não deve contratar professores que representam uma determinada religião. Portanto, será analisada a Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pela Procuradoria Geral da República, na qual se trata da inconstitucionalidade do ensino religioso confessional nas escolas públicas e se a decisão do Supremo Tribunal Federal fere a Constituição. Sendo assim, busca-se uma uniformização para se alcançar no trabalho a eficácia que se pretende.

Palavras-chave: Religião. Estado Laico. Liberdade Religiosa. Ensino Religioso. ADI 4439.

ABORTO: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA E SUA NECESSÁRIA DESCRIMINALIZAÇÃO.

Regiane Vieira Lourenço. Almir Fraga Lugon. Dário Júnior. Ivan Sales.

O presente trabalho busca analisar a possibilidade da descriminalização do aborto e o possível enfrentamento fora do sistema penal, de modo mais eficaz e não danoso, sem que as mulheres tenham que suportar o aborto inseguro, uma vez que hoje no Brasil o aborto é considerado crime, exceto quando ocorre naturalmente ou quando praticado por médico capacitado em três situações: 1) em caso de risco de vida para a mulher causado pela gravidez; 2) quando a gestação é resultante de um estupro; 3) se o feto for anencefálico. No entanto, é grande o número de mulheres que não se encontram nessas situações acima descritas e realizam abortos inseguros. Isso traz sérias complicações, sendo por isso, um grave problema de saúde pública.

Palavras-chave: Aborto; Descriminalização; Saúde das Mulheres; Proteção aos Direitos da Personalidade; Planejamento Familiar;

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DA
HOMOFOBIA E DA TRANSFOBIA POR MEIO DO
JULGAMENTO DA ADO Nº 26**

Fernanda Rodrigues Gomes de Sousa, Júlia de Paula Vieira,
Kleider Robert Rocha Cruz / Rodolfo Assis Ferreira

Um dos objetivos fundamentais constituídos na República Federativa do Brasil é a promoção o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Nesse sentido, nenhum grupo social pode sofrer preconceito ou discriminação num Estado Democrático de Direito. A luta pela criminalização de atos considerados atentatórios aos direitos fundamentais é sempre autêntica, desde que intentada no foro e de forma adequada para a satisfação da pretensão. Quando se discute a criminalização da homofobia e transfobia, através da ADO 26, tal como a criação de qualquer outro tipo penal, o plano de ação para a inovação legislativa não pode ser o Poder Judiciário. Importante ressaltar, que não seria inconstitucional a criação de eventual lei, uma vez contemplada as exigências Constitucionais para a legislação Penal. Dessa forma, não se pode suplantar ou até mesmo usurpar os limites institucionais na relação de Poderes da República. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXIX, estabelece claramente que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, instituindo no ordenamento jurídico pátrio os princípios da legalidade, e da reserva legal. Dessarte, verifica-se que a criação de normas penais está sujeita ao princípio da reserva legal, e lei, em sentido estrito, é somente a norma produzida pelo Poder Legislativo competente.

Palavras-chave: Separação dos Poderes; princípio da legalidade ou reserva legal; ADO 26; Homofobia; Transfobia.

TÍTULO: A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DESISTÊNCIA NO PROCESSO DE ADOÇÃO.

Isabelle Lima Rodrigues, Alessandra Baião, Juliano Sepe, Anderson.

Atento a realidade brasileira sobre a adoção é possível enxergar a carência das crianças e adolescentes quanto a necessidade de um lar, visto que vivem em abrigos desprovidos de atenção e carinho, na esperança de nova uma família. Contudo, quando a espera finalmente tem fim, e o menor é inserido em um seio familiar, no momento do estágio de convivência, onde a criança fica um período sob os cuidados da família substituta, para se adaptar aos futuras pais, os pretensos adotantes devolvem o adotado para o abrigo. Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar a possibilidade de responsabilização civil dos adotantes em face da desistência de tal medida. Demonstrando os prejuízos causados a criança e o adolescentes, pautando-se na proteção especial atribuída a eles pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Adoção. Devolução do menor. Estágio de convivência. Melhor interesse do menor. Responsabilidade Civil.

PLEA BERGAIN E SUA APLICABILIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

Letícia Salgado Sathler, Julia de Paula Vieira, Salatiel Ferreira
Lucio Ferreira e Cláudio Boy Guimarães

Uma das maiores contradições do Direito, é o falso entendimento de que o crime violento massacra a classe pobre enquanto corrupção afeta os ricos. Ao contrário, a camada mais pobre é a grande sacrificada pelo volume da corrupção gerada no Brasil. Afinal, o desvio de dinheiro público afeta justamente a infraestrutura indispensável a quem não possui recursos financeiros. O objetivo do presente estudo foi fazer um estudo sobre a aplicação da *Plea Bargain* no combate às altas taxas de criminalidade, da urbanização e da quantidade de casos excessivos nos tribunais, como uma forma predominante de se fazer justiça e, questionar sobre como será de fato, a possibilidade de crimes serem resolvidos por acordos "extrajudiciais". A presente pesquisa foi uma revisão bibliográfica de diversos doutrinadores e estudo comparado. Concluiu-se que haverá realmente eficiência no combate ao crime organizado pela colaboração das testemunhas, a partir da aplicação da *Plea Bargain*; eficiência dos tribunais e dos procuradores que conseguirão aumentar o número de condenações, sem aumentar os custos das ações, por exemplo.

Palavras-chave: Acordo de Leniência; Lei Anticorrupção; *Plea Bargain*

IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO ANTES DO TRANSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATORIA

Yves Alves dos Santos, Humberto Luiz, Oscar Moreira, Salatiel Ferreira

Estamos vivenciando um momento muito turbulento, na política brasileira, a guerra entre republicanos e democratas tem sido um tema de discussão eminente em instituições de ensino, locais públicos, e demais localidades, a maior afetada nisso tudo e uma das maiores vítimas dessas barbáries é a nossa constituição, utilizam a interpretação dela para se auto favoreçam, colocando sua credibilidade em cheque, iremos analisar os Habeas Corpus e o papel do Supremo Tribunal Federal na realização dos julgamentos e analisar se é viável ou não a prisão antes do transito em julgado na sentença condenatória.

(IN)CONSTITUCIONALIDADE DA TRIBUTAÇÃO DOS ATOS COOPERATIVOS ATÍPICOS.

Kimberlly Nathaly Fialho Faria, Salatiel Lucio Ferreira, Julia de Paula Vieira, Claudio Boy Guimarães

A presente monografia jurídica discorrerá acerca da possível inconstitucionalidade da tributação dos atos atípicos consoante na redação dos artigos 85,86,87,88 e 111 da lei de nº 5.764/71, que dispõe sobre a possibilidade das cooperativas poderem adquirir produtos de pessoas não associadas a essas instituições, afim de completar a demanda de determinado produto. No entanto, ao realizar determinada de tal aquisição, faz com que o terceiro envolvido tenha de arcar com tributos decorrente de seus atos prestados a cooperativa, isso porque entende-se que o terceiro ao realizar um determinado serviço firma uma relação jurídica, sendo, portanto, o fato gerador de determinado tributo. Logo, será realizada uma análise a respeito da possível inconstitucionalidade da cobrança de tributo do ato atípico em cooperativas, uma vez que ao ser tributado desfaz a função principal dessa instituição.

Palavras-chave: Cooperativa, Ato típico, Ato atípico.

CYBERBULLYING E A NECESSIDADE DE SUA REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

Kátia De Oliveira Costa, Luiz Eduardo Moura Gomes, Ivan Sales e Almir Lugon

Atualmente, urge a necessidade de tratar sobre temas atuais, diante dos avanços tecnológicos e sócio jurídicos pelos quais a sociedade passa. É de fundamental importância proteger novos institutos juridicamente e adequar o Direito à realidade social, sempre com respeito ao que a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) prevê, como norma jurídica fundamental e suprema do país. Com o surgimento da internet e das redes sociais, as pessoas passaram a interagir em ambientes virtuais e da mesma forma que no mundo real, elas têm uma imagem e reputação que merecem ser protegidas. Com o alcance que a internet conquistou nos últimos anos, por vezes sua finalidade é desvirtuada e constitui verdadeira afronta aos direitos garantidos constitucionalmente. Portanto, não se pode esperar que os ambientes virtuais estejam livres da prática de violência, principalmente do chamado cyberbullying, tema a que se debruçará essa monografia. O objetivo do presente trabalho é mostrar o que é o cyberbullying, a relevância do fenômeno para o meio jurídico, interdisciplinarizando-o com outras ciências, bem como trazer estudos de casos e a problematização do mesmo e comprovar a necessidade de uma regulamentação jurídica do cyberbullying como uma solução para resolver o problema.

Palavras-chave: Cyberbullying. Falta de regulamentação legal. Ciberespaço.

DIREITO AO ESQUECIMENTO: LIMITE DA LIBERDADE DE IMPRENSA À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Lucas Júnior Ferreira Franco, Cláudio Boy Guimarães, Carol, Ivan Barbosa Martins.

O presente projeto de pesquisa visa um estudo voltado ao Direito ao Esquecimento, demonstrando o limite do direito à informação e de ser informado, bem como forma de proteção aos direitos da personalidade do indivíduo, do direito da dignidade da pessoa humana, da imagem, da honra e da privacidade, através de pesquisas em leis, jurisprudências e doutrinas. No ordenamento brasileiro, ainda não há previsão legal que embase juridicamente a aplicação do Direito ao Esquecimento. Desse modo, é preciso avançar na consolidação de uma uniformização jurisprudencial da corte Brasileira, promovendo uma legislação específica que torne mais eficaz a garantia da proteção à personalidade do indivíduo no ambiente analógico e virtual.

Palavras-chave: Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Direito da Personalidade. Proteção à Privacidade. Liberdade de Expressão. Liberdade de Informação.

ADOÇÃO À “BRASILEIRA” ATO DE AMOR OU DE ILEGALIDADE

Nathália Medeiros Machado, Alessandra Dias Baião, Rafael Soares Firmino, Cláudio Boy Guimarães

A adoção de um modo geral é vista como um ato cheio de amor e cuidado. O objetivo da pesquisa está contido da análise dos casos da adoção à brasileira que embora possa ser vista como um ato amor, também é tida nos critérios de ilegalidade já que não passou sob os trâmites legais da adoção. Diante disso o questionamento sobre a adoção ser um ato de amor ou de ilegalidade, deve ser respondida no sentido de reconhecer a afetividade da conduta, Assim, entende-se que os casos de adoção Á “brasileira” devem ser reconhecidos como ato de amor, no sentido de melhorar a adoção legal no país que tem milhares de crianças a serem adotadas e pais querendo adotar e que por vezes esbarram em questões legais para realizar o ato de amor pretendido. A justificativa para tal entendimento está na função social da família e do melhor interesse da criança, que deve estar presente em todas as relações familiares. Assim, o reconhecimento da legalidade da conduta, diante da análise do caso concreto, é capaz de preservar relações já existentes em que o poder familiar é exercido de forma correta, com o devido cuidado e respeito ao menor.

Palavras chave: Adoção a brasileira - Função social da família - Solidariedade familiar - melhor interesse da criança e do adolescente

A UNIÃO POLIAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDA

Pamela Soares de Araújo, Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior, Rodolfo de Assis Ferreira e Kleider Robert Rocha Cruz

O direito das famílias, dentre os diversos conteúdos regulados pelo Direito Civil, é considerado o que mais sofreu transformações através do processo de constitucionalização a partir da Constituição de 1988. É necessário analisar o direito das famílias sob a sua versão contemporânea, haja vista que com a ampliação do conceito de família trazido pela Constituição surgiram novas entidades familiares. O presente trabalho trata dos aspectos gerais do poliamor e da poliafetividade, além de sua repercussão jurídica no ordenamento brasileiro, analisando a possibilidade do reconhecimento da união poliafetiva como entidade familiar constitucionalmente protegida. A família poliafetiva adota o modelo não-monogâmico, visto que consiste na relação de três ou mais pessoas, baseada na afetividade e na solidariedade de seus membros que se uniram com o objetivo de constituir uma família. A aplicação dos princípios da dignidade humana, da autonomia privada, do pluralismo familiar, da solidariedade e da afetividade é capaz de legitimar as entidades familiares dessa estirpe, competindo ao Estado apenas garantir o direito fundamental de formar uma família pautada no afeto.

Palavras-chave: Família Poliafetiva. Dignidade da Pessoa Humana. Afetividade.

O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE X O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL

Josiene Maria Do Nascimento, Cláudio Boy Guimarães, Rafael Soares Firmino E Salatiel

O direito à saúde além de constitucional é fator primordial para o desenvolvimento pleno e adequado de uma sociedade. Nesse sentido cabe ao Estado (aqui entendido como município, estado, distrito federal e união) a elaboração, implantação e garantia de políticas de saúde que garantam o bem-estar dos cidadãos. Ao longo dos seus 30 anos de existência, o SUS (Sistema Único de Saúde) demonstrou grandes avanços no que diz respeito a ampliação do acesso à serviços básicos de saúde O princípio da reserva do possível remete à necessidade da responsabilidade do ente público ao buscar garantir o acesso aos direitos ora estabelecidos. Neste sentido a judicialização da saúde é fator agravante ao poder público uma vez que na busca da garantia do direito de um o mesmo implica na desassistência de alguns. Enfim, acredita-se que a judicialização pode ser fator que garanta o acesso de uns em detrimento da limitação do acesso de outros quando a reserva do possível é comprometida pelo imediato das decisões judiciais.

Palavras-chave: Direito à saúde. SUS (Sistema Único de Saúde). Judicialização à saúde. Reserva do mínimo possível.

DO INSTITUTO DA INTERDIÇÃO SOB A ÓTICA DA LEI 13.146/2015 E NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Maria Emília Fernandes Da Silva, Alessandra Baião, Juliana Ervilha, Júlia.

A presente monografia jurídica, objetiva analisar de forma sucinta as alterações trazidas no instituto da curatela advindas do Estatuto da Pessoa com Deficiência caracterizado pela lei de nº 13.146/2015, em relação ao referido instituto antes regulamentado somente pelo Código Civil de 2002. Será estudado e observado em quais casos poderá ocorrer a interdição de determinado indivíduo considerando as determinações do novo Código de Processo Civil. Ademais, iremos analisar se há divergências contidas entre os dispositivos do Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Novo Código de Processo Civil, ambos com entrada em vigor no ano de 2016, no que tange o instituto da interdição para aqueles que possuem deficiência intelectual.

Palavras-chave: Curatela; Interdição; Deficiente; Lei 13.146/2015.

NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE LAJE À LUZ DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E DA LEI 13.465/17

Aline Fernanda Dornelas, Kleider Robert Rocha Cruz, Humberto Luiz Salustiano Costa Junior, Rodolfo de Assis Ferreira

O presente estudo foi desenvolvido a fim de sanar o questionamento existente quanto à natureza jurídica do direito de Laje, se pode ser considerada a Laje um direito Real sobre coisa própria ou alheia, uma vez que o Código Civil tão pouco a lei 13.465/17 padece de clareza no que diz respeito a tal definição. Contudo para que se compreenda a respeito da natureza jurídica do Direito de Laje, quanto a sua classificação no rol dos direitos reais, será retratado ao longo do presente estudo o conceito, princípios e características dos direitos reais, a diferença dos direitos reais quanto aos pessoais (obrigacionais), conceituando direito real sobre coisa própria e alheia e sua divisão. Por se tratar de algo nupérrimo em nosso ordenamento jurídico, vários são os doutrinadores que versam acerca do supramencionado questionamento, há os que sustentam a ideia de que se trata de direito real sobre coisa própria, bem como há os que defendem que se refere a um direito real sobre coisa alheia, sendo essa doutrina majoritária.

Palavras-chave: Laje. Direitos Reais. Coisa Própria. Coisa Alheia.

A TARIFAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO E SUA INCONSTITUCIONALIDADE

Roberson das Graças Costa Frutuoso, Frederico Fernandes Dutra, Marcio Xavier, Rafael Soares Firmino.

A presente monografia tem por objetivo analisar de forma crítica, objetiva e Constitucional a tarifação do dano extrapatrimonial perante ao Direito do trabalho, na qual foi inserida na Consolidação das leis Trabalhistas (CLT) pela lei N° 13.467/2017 da reforma trabalhista, sob a perspectiva da ordem Constitucional vigente, demonstrando a inconstitucionalidade, traga então, pelo artigo 223-G da CLT, no qual estabeleceu os limites questionáveis, indenizatório para o possível dano extrapatrimonial causado. O artigo 223-G, define a quantificação para reparação do dano moral, deixando o trabalhador em situação de desigualdade, pois o juiz dará a sentença baseada no valor auferido pelo trabalhador. Pretende-se, entender e objetivar a forma como o juiz deve agir ao sentenciar o valor do Dano causado, observando-se a figura do magistrado na aplicação do sistema aberto, levando em conta o princípio da igualdade e isonomia, situação econômica do ofensor e da vítima e o princípio da razoabilidade e proporcionalidade. Será abordado também, como fundamento para a possível inconstitucionalidade do artigo 223-G, a lei de Imprensa (Lei n. 5.250/1967) no qual o STF apreciou quando declarou a inconstitucionalidade da mesma, através da sumula 281.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil; Reforma trabalhista; Dano Extrapatrimonial; Princípio da igualdade ou isonomia; Inconstitucionalidade.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO LEGISLADOR POSITIVO

Caroline Sathler Lino Soares, Frederico Fernandes Dutra

A crise de representatividade e funcionalidade pública alimenta a atuação do Judiciário por aumentar as demandas sociais. Contudo, ressalta-se a ameaça à legitimidade democrática, uma vez que um órgão não eletivo sobrepõe-se aos que exercem mandato popular. Em um primeiro momento voltamos à Teoria da Separação de Poderes e sua evolução, e como essa se faz essencial para um Estado Democrático de Direito. Observamos ainda como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante a representatividade por meio da tripartição de Poderes e como esta vem sendo exercida atualmente. Nesse ínterim, falamos do Princípio da Reserva Legal previsto Constitucionalmente como forma de garantir a representatividade social e a liberdade individual. Não obstante, analisamos os métodos trazidos pela hermenêutica e como estes vêm sendo utilizadas pelo Supremo Tribunal Federal. Por fim, passamos para uma análise específica da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, que equipara a homofobia ao crime de racismo.

Palavras-Chave: Ativismo judicial, representatividade, legitimidade democrática.

LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Paulo Henrique Rodrigues Paulino; Salatiel Ferreira Lúcio; Ivan Barbosa e Américo Galvão Neto.

O presente trabalho de pesquisa se justifica pela importância ao se tratar da legitimidade ativa conferida a Defensoria Pública para a propositura da ação civil pública, mesmo nas hipóteses em que extrapolar esse público, ficando claro que, quando extrapolar, a execução individual será limitada aos necessitados. Em recente decisão do STF a cerca do tema, que se mostra relevante e de grande importância no meio jurídico, visto a necessidade de sempre preservar e restabelecer a ordem social e respeitar o princípio da igualdade, elencado na Constituição Federal de 1988, em todos os aspectos relativos ao acesso à justiça, conferidos a todos os cidadãos. Para se concretizar o ideal de direito fundamental ao Estado Democrático de Direito, destaca-se também a importância da atuação da Defensoria Pública, como instrumento de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, com foco na garantia do acesso à justiça, na proteção da dignidade da pessoa humana, na promoção da cidadania e no fomento à solução pacífica dos conflitos sociais.

Palavras-Chave: Defensoria Pública. Acesso à justiça. Ação Civil Pública. Dignidade da Pessoa humana.

RESPONSABILIDADE CIVIL PELA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA NO PROCESSO DE ADOÇÃO.

Andreísa Carvalho da Silva; Rafael Soares Firmino; Claudio Boy Guimarães e Salatiel Ferreira Lúcio.

O objetivo deste trabalho é analisar a possibilidade de responsabilização civil dos adotantes pela devolução de crianças e/ou adolescentes durante o estágio de convivência no processo de adoção. Será apresentada uma breve evolução legislativa do instituto adoção no Brasil. As técnicas a serem utilizadas para a coleta e estudo de dados serão, eminentemente, de pesquisa e revisão bibliográfica e documental, com estudos doutrinários e jurisprudenciais. É sabido que a adoção após o seu deferimento é considerada uma medida irrevogável. Porém, durante o estágio de convivência, a legislação especial e a comum não aborda nenhum dispositivo que trata especificamente sobre a devolução de adotandos. Neste contexto, destaca-se um conflito entre os princípios que regulam o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal, no que tange aos direitos fundamentais das crianças e/ou adolescentes. Sob esta ótica, abordar se há possibilidade de responsabilização civil, frente aos danos causados à criança e/ou adolescente com a expectativa frustrada e quais conseqüências esse ato acarreta.

Palavras-chave: Adoção; Dignidade da pessoa humana; Responsabilidade Civil.

A INTERNAÇÃO DE MAIOR CAPAZ

Sara Marques Ferreira, orientadora, Juliana Ervilha, integrantes da banca Luiz, Salatiel.

A presente pesquisa tem como finalidade demonstrar, a inconstitucionalidade da internação involuntária de maior capaz e dependente químico. Este trabalho tem por objetivo apresentar a internação involuntária para tratamento de dependente químico, sendo que este tipo de tratamento é realizado sem o consentimento do dependente, sendo analisado a partir dos princípios fundamentais. Aborda a evolução da legislação brasileira sobre a internação involuntária, bem como sua aplicação no plano jurídico brasileiro e a responsabilidade do Estado. O recorte temático será analisar sob a ótica de se respeitar de maneira prioritária o direito à liberdade e a dignidade da pessoa humana. Buscando assim, posições contrárias à internação involuntária com a finalidade de tratar a dependência química. Nesse sentido, é colocado em conflito os direitos fundamentais e como forma de sanar o conflito é usado o princípio da ponderação.

Palavras-chave: Internação involuntária; dependência química; dignidade da pessoa humana.

“PLEA BARGAINING” E O PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Cínthya Aniceto Peixoto, Ivan Lopes Sales, Almir Fraga Lugon e Luiz Eduardo Moura Gomes

O presente trabalho, tem por objetivo analisar a aplicabilidade do *Plea Bargain* no processo penal brasileiro, e sua infringência ou não nos direitos e princípios fundamentais. *Plea bargaining* ou *Plea Bargain* é um instituto de justiça criminal consensuada ou negociada no sistema jurídico americano. No Brasil, nunca fora completamente implantado o sistema anglo-americano, apesar de haver inúmeros institutos semelhantes ao *plea bargain* (negociação de confissões). Além disso, as justiças do Brasil, como nos Estados Unidos têm procurado formas alternativas de soluções de conflitos e de aplicação da lei penal através de métodos consensuais, para evitar o colapso do sistema. Desse modo, o objetivo desta pesquisa consiste em realizar uma breve análise de direito comparado, bem como sobre o acolhimento ou não desse instituto pelo nosso ordenamento jurídico brasileiro, mediante a mitigação da celeridade, morosidade e eficiência do processo criminal, uma vez que a polêmica repercute a bons tempos da contemporaneidade, e trazem constante discussão no meio jurídico e repercussão geral.

Palavras-chaves: *Plea Bargaining*; Processo Penal; Justiça Criminal Consensuada; Princípios Fundamentais.

RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PRÁTICA DO CYBERBULLYING

Thamara Alvina da Silva, Cláudio Boy Guimarães, Julia de Paula Vieira, Salatiel Ferreira Lúcio

A presente monografia jurídica, objetiva dissertar a respeito da responsabilidade civil dos praticantes do crime conhecido como cyberbullying. Para tanto, realizou-se uma análise em todos os aspectos que envolvem o avanço tecnológico como meio de prática de crimes virtuais, observando com isso o que dispõe os princípios constitucionais norteadores da dignidade da pessoa humana, bem como os demais direitos que acompanham a personalidade da pessoa. Ademais, fez-se necessário a análise minuciosa das ações realizadas pelo Estado como forma de prevenção e punição daqueles que praticam essa modalidade de delito, uma vez que ao utilizar o espaço virtual como meio de coação e intimidação fere os direitos auferidos na Constituição Federal de 1988, bem como vai de afronta as disposições contidas na Declaração Universal de Direitos do Homem, e demais legislações existentes no ordenamento pátrio brasileiro.

Palavras-chave: Cyberbullying; Dignidade da Pessoa; Responsabilidade Civil.

ANÁLISE DO DOLO EVENTUAL NA TRAGÉDIA DE BRUMADINHO

Gustavo Henrique Silva Martins, Dário Soares Júnior, Almir Lugon e Ivan Sales.

O presente tema terá por objetivo principal a análise da tragédia de Brumadinho sob a ótica penal. Não se busca atingir aqui a acusação ou condenação das pessoas relacionadas e investigadas até então, observando-se o princípio da presunção de inocência, e sim, se houve comportamento de dolo ou culpa na ação ou omissão do rompimento da barragem, a qual ocasionou a morte de centenas de pessoas. O trabalho se desdobrará em aspectos doutrinários a respeito do direito penal do ambiente, dos institutos do dolo e da culpa e será finalizado com um estudo do caso em concreto do rompimento da barragem e suas causas, utilizando trechos de depoimentos e outras provas colhidas e apresentadas no relatório final da CPI, em busca da caracterização do dolo. Delimita-se o tema nos conceitos de dolo, dolo eventual e crime culposos, fazendo-se necessário a interpretação e diferenciação destes conceitos no caso em concreto.

Palavras-chave: Dolo. Dolo eventual. Culpa. Presunção de inocência

**A RECUSA DA TRANSFUÇÃO SANGUÍNEA PELOS
RESPONSÁVEIS DE MENORES TOTALMENTE INCAPAZES NO
CASO DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ.**

Ronaldo do Carmo Frutuoso; Claudio Boy Guimarães; Salatiel/
Rafael Firmino.

O presente projeto de pesquisa tem como tema “a recusa da transfusão sanguínea pelos responsáveis de menores totalmente incapazes no caso das testemunhas de jeová.” O trabalho trata sobre a possibilidade de invocar os direitos fundamentais da liberdade religiosa e direito à vida, além das convicções dessa religião e outros motivos específicos como fundamento para que seja impedido um tratamento médico ao menor incapaz bem como é levantada a questão da transfusão em casos onde a pessoa é representada por seu representante legal e em pessoas que já são capazes, e invocar também os direitos da personalidade e princípios da Constituição, os quais acomodam valores diversos e que devem ser igualmente protegidos, evitando assim, que entrem em constante colisão e para que não haja o sacrifício de nenhum dos dois.

Palavras-chave: Transfusão de sangue; Direito à vida; Direito à liberdade religiosa;

APLICABILIDADE DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO DE FAMILIA

Késsia Lauane Vieira da Silva; Alessandra Dias baião; Juliano Sepe, Neuber teixeira dos Reis Junior.

O presente trabalho tem por finalidade analisar a aplicabilidade do princípio da boa-fé objetiva no direito das famílias. Para tanto, é de extrema importância traçar conceitos acerca do princípio da boa-fé objetiva. O princípio da boa-fé objetiva foi elevado a categoria de princípio jurídico e incide sobre várias espécies de relações jurídicas, visando sempre a confiança, respeito, lealdade e responsabilidade. A boa-fé é muito aplicada no cumprimento dos contratos, porém observa-se a possibilidade de sua aplicação no direito das famílias sendo defendida por alguns doutrinadores como Nelson Rosenvald por exemplo. Existe contróversias quanto sua aplicação tanto nas relações afetivas quanto patrimoniais, porém observa-se que a aplicação deste instituto no direito de família é fundamental, tendo em vista a importância dos elementos principais deste principio uma vez que as relações familiares são fundadas na confiança, o respeito e a lealdade.

Palavras-chave: Abuso de direito, boa fé, enriquecimento ilícito.

A CONDUTA DO SNIPER SOB A ÓPTICA DA EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE

Pamela Stéphanie Soares, Luiz Eduardo Moura Gomes, Cláudio Boy Guimarães, e Carolina Sena.

A conduta de um sniper nas operações militares está sendo uma frequente quando a situação já se esgotou todas as possibilidades de tratar com o criminoso, o atirador deve atirar com precisão para neutralizar o alvo de modo que ele não possa ter uma reação que deixe margem para que consiga matar a vítima. O atirador apenas ira atuar sob a ordem de um comandante que ordena o exato momento em que se faz necessária a sua atuação. Por tanto, o comandante atua sob a excludente de ilicitude de legitima defesa de terceiros, enquanto o sniper se enquadra na excludente de culpabilidade. Isso se da porque o sniper é o instrumento no cumprimento da ordem do comandante, pois é ele quem tem autoridade para dar a ordem e também o domínio do fato. Agindo sob a excludente de culpabilidade o sniper não poderá ser culpado, nem mesmo ter que reparar qualquer dano provocado na norma da teoria restritiva de delito.

Palavras-chave: Sniper, excludente de culpabilidade e ilicitude, legitima defesa de terceiros.

CONCESSÃO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE COFINS AS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DE LEI ORDINÁRIA

Heryson Anselmo Silva; Rodolfo de Assis Ferreira

O estudo do tema proposto, busca a análise da legitimidade de dispositivos da legislação ordinária em nosso ordenamento jurídico que estabelece os critérios e procedimentos a serem cumpridos por Entidades Beneficentes de Assistência Social para fim de se enquadrarem no direito ao gozo da imunidade tributária de Contribuições para Seguridade Social de acordo com os ditames do art. 195, §7º da Constituição Federal. O uso da expressão “que atendam às exigências estabelecidas em lei” ditada pelo constituinte no final do dispositivo, possibilitou uma série de interpretações diante da regulamentação desse direito, onde a doutrina e a jurisprudência, inclusive diante de atual processo em trâmite no Supremo Tribunal Federal como objeto de repercussão geral, buscam-se analisar a necessidade de que essa “lei”, consista em uma lei complementar ou uma lei ordinária. Enquanto parte, defende que apenas a lei complementar através do Código Tributário Nacional no seu artigo 14 é suficiente para regulamentar a matéria, uma vez que o artigo 146, II da CRFB/88 traz essa interpretação impossibilitando a interferência de leis ordinárias, outra gama de doutrinadores acreditam, que por não haver expressamente a ordem do uso de lei complementar pelo dispositivo constitucional, existe a possibilidade de também se utilizar a lei ordinária, como por exemplo a Lei 12.101/09 para que tais critérios se tornem mais exigentes no momento da concessão da imunidade tributária, diminuindo assim, um surgimento de entidades beneficentes deflagradas como de fachada.

Palavras-chave: Imunidade Tributária. Seguridade Social. Entidades Beneficentes de Assistência Social. Lei Ordinária.

A (IN) APLICABILIDADE DA LEI 11.343/2006 AOS MILITARES APÓS O ADVENTO DA LEI 13.491/2017

William Douglas Chaves de Miranda, Luiz Eduardo Moura Gomes, Anderson Fábio Nogueira Alves e Neuber Teixeira dos Reis Júnior

O Decreto Lei 1.001/1969, que instituiu o Código Penal Militar - CPM, ao contrário do que ocorre na legislação penal comum, trata no mesmo tipo penal dos crimes militares de tráfico de drogas e posse de drogas para consumo próprio, cominando uma pena máxima de reclusão de 5 (cinco) anos àqueles que praticam as condutas tipificadas no art. 290 do mencionado diploma legal. A Lei 11.343/2006, por sua vez, trata de forma distinta as condutas de usuários e traficantes de drogas, cominando uma pena de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos de reclusão e multa àqueles que forem surpreendidos na prática da traficância, nos moldes de seu art. 33, e não comina penas restritivas de liberdade a usuários de drogas, conforme a inteligência de seu art. 28, incisos I a III. Há, pois, um conflito aparente entre a norma penal incriminadora castrense e os artigos 28 e 33 da Lei 11.343/2006 e, sobretudo, após o advento da Lei 13.491/20017, que altera o CPM e amplia o rol de crimes militares impróprios, há a imperiosa necessidade de se debater a viabilidade da aplicação da Lei 11.343/2006 no âmbito da Justiça Militar, de forma a atender um dos princípios basilares do Direito Penal, qual seja: O Princípio da Proporcionalidade.

Palavras-chave: Militares. Crimes militares. Drogas. Proporcionalidade.

O SALÁRIO MATERNIDADE E O AUMENTO DO PERÍODO DE CONCESSÃO PARA MÃES DE BEBÊS PREMATUROS.

Esterlaine Silva Aguiar, Julia de Paula Vieira, Dario José Soares Júnior, Claudio Boy Guimarães

Com o objetivo de verificar a ampliação do prazo de concessão do salário maternidade para mães de bebês prematuros e o estabelecimento do vínculo materno o projeto de pesquisa ganha relevância jurídica. Isso ocorre por entender que quando o parto é antecipado a criança permanece por mais tempo no hospital e com isso demanda mais atenção e cuidados principalmente da figura materna. Identifica-se, ainda, que a prematuridade no nascimento implica em muitos casos em grandes períodos de estadia em hospitais. Nessa perspectiva entende-se que a finalidade do salário maternidade é permitir que a mãe segurada do INSS possa passar um período de tempo ao lado da criança, seja biológica ou adotada para que as necessidades primeiras e básicas fossem executadas por ela bem como tivesse a seu favor um período de tempo para que se recuperar do parto. O salário maternidade é um benefício da previdência social e enquanto isso é designado e voltado ao sustento, como o próprio nome diz. Quando se tem a antecipação de um parto o benefício do salário maternidade passa a ser contado a partir do nascimento e em alguns casos cessa antes mesmo da alta hospitalar, obrigando que a genitora fique desamparada legalmente para continuar ao lado do filho e conseqüentemente dar os cuidados e realizar efetivamente o estabelecimento do vínculo materno.

Palavras chave: Seguridade Social; Salário maternidade; vínculo materno.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA *POST MORTEM* EM FACE DO DIREITO SUCESSÓRIO

Sthéfany Tavares Freire, Rafael Soares Firmino, Humberto Luiz Salustiano Costa Junior, Rodolfo de Assis Ferreira

O presente trabalho tratará da reprodução assistida denominada Inseminação artificial, abrangendo especificamente a inseminação artificial homóloga e os problemas jurídicos que se abstraem dela, tendo por objetivo analisar o direito sucessório dos filhos concebidos através desse meio de inseminação, e a possibilidade do embrião mesmo após a morte do genitor, ter seu direito de suceder, posto que, com diversos avanços tecnológicos na medicina reprodutiva, casais ou até indivíduos que não podiam ter filhos de maneira tradicional, agora tem essa oportunidade, sendo essa uma técnica cientificamente comprovada e até determinado ponto legalizada, porém as leis não avançaram conjuntamente com a ciência, deixando algumas lacunas vagas, trazendo assim várias dúvidas e conseqüentemente inseguranças jurídicas, havendo, diversas divergências doutrinárias perante o tema em questão, as quais serão tratadas de forma ampla, utilizando igualmente os princípios constitucionais que incorporam o tema tratado de maneira adequada.

Palavras-chave: Inseminação artificial. Direito Sucessório. Princípios Constitucionais.

ANÁLISE DA ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE E O PAPEL DO SENADO FEDERAL

Pedro Paulo Rebelo Fialho, Juliana Ervilha Teixeira Pereira, Alessandra Baião, Júlia de Paula

O objetivo deste trabalho monográfico é analisar e debater criticamente a chamada teoria da abstrativização do controle difuso de constitucionalidade à luz da Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal ao julgar a Reclamação Constitucional 4335-5/AC, apresentou tese relacionada aos efeitos produzidos pela decisão proferida em sede de controle difuso de constitucionalidade. No julgamento dessa reclamação os Ministros Eros Grau e Gilmar Mendes defenderam que as decisões de inconstitucionalidade prolatadas pela Suprema Corte não se aplica apenas às partes, mas sim, teriam eficácia geral, isto é, para todos e os efeitos vinculantes, aduzindo que a participação do Senado Federal estabelecida no artigo 52, inciso X da Constituição Federal é desnecessária. A grande questão jurídica debatida neste trabalho é se a declaração de inconstitucionalidade proferida incidentalmente no controle concreto ou difuso de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, por si só, tem eficácia vinculante sobre os demais órgãos do Poder Judiciário e *erga omnes*, independentemente da edição de resolução senatorial suspendendo a execução do ato normativo declarado inconstitucional, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal.

Palavras-chave: Controle difuso de constitucionalidade, Senado Federal, Teoria da Abstrativização.

O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA NA CONTEMPORANEIDADE E A PRESERVAÇÃO DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL

Oswaldo Martins Júnior, Dário José Soares Júnior, Oscar Alexandre Teixeira Moreira Rodolfo de Assis Ferreira

A colaboração premiada dentro do processo penal exerce papel de grande relevância, mormente quando voltada a sua função que é o dismantelamento de quadrilhas e crimes organizados. No Brasil, ainda que presente no ordenamento e utilizada em tempos passados, hodiernamente o instituto se revestiu de maior importância principalmente devido a sua aplicabilidade da operação lava jato. Os questionamentos referentes à colaboração premiada pautam-se no reconhecimento da sua constitucionalidade diretamente relacionado com o princípio da presunção de inocência que é parte integrante do devido processo legal. Nessa linha de pensamento, quando analisado o problema sobre a constitucionalidade da colaboração premiada deve-se entende-la de forma positiva, ou seja, constitucional pois não há que se falar em afronta às garantias do devido processo legal enquanto elemento probatório. Como dito, a colaboração premiada tem função específica e se não corroborada por outros meios probatórios capazes de fundamentar o alegado pelo delator não atingirá os fins pretendidos. Assim sendo, diante a complexidade das colaborações premiadas e a busca da verdade real, bem como o resguardo aos meios de defesa, dentro de um contexto de paridade de armas, não há que se alegar a inconstitucionalidade da delação premiada.

A POSSIBILIDADE DO ABORTO ATÉ O TERCEIRO MÊS DE GESTAÇÃO

José Rogério Inácio Júnior, Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior, Oscar Alexandre Teixeira Moreira e Salatiel

O aborto até o terceiro mês de gestação é um assunto que tem sido muito discutido, principalmente no que se refere à descriminalização dessa conduta. A seguinte pesquisa traz conhecimento amplo sobre o abortamento no campo jurídico, com debates amplos, pautados nos votos do Habeas Corpus nº 124.306 e as considerações doutrinária nesse aspecto. Muito são os posicionamentos sobre o tema, contrários e favoráveis e cada um deles com argumentação específica. Não se pode negar os argumentos favoráveis, contudo seguimos o posicionamento no sentido de reconhecer a impossibilidade do aborto, visto a necessidade de preservação da vida humana, prevalecendo as possibilidades apenas nos casos de aborto consentido ou aborto necessário em conformidade com o prescrito no artigo 128 do Código Penal. Assim, o direito à vida daquele que está sendo gestado, enquanto direito fundamental deve ser respeitada principalmente por entender a necessidade de respeito e dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Aborto; aborto necessário; direito à vida.

**DEPOIMENTO SEM DANO CRIMES ENQUADRADOS NA LEI N.º
13.431 DE 4 DE ABRIL DE 2017**

Ana Carolina de Paula Braga, Dário Junior; Ivan Sales e Almir

O tema a ser tratado, corresponde ao depoimento sem dano do menor em casos de abuso sexual. Visando proteger os menores contra quaisquer danos, criou-se a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é a Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Criança, que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direito com proteção e garantias específicas, como ditas anteriormente. Considerado como a nova forma de se tratar a infância e a adolescência no país, o ECA inovou ao trazer a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta, reafirmando que a responsabilidade por garantir estas condições deve ser compartilhada por todos: família, sociedade e Estado. Mesmo havendo este meio para proteção, ainda nota-se índices elevados de violência sexual contra os mesmos, enquadrado como Abuso Sexual; o abuso sexual é tido como uma das mais perversas formas de desrespeito aos direitos dos infantes. Nessa perspectiva, o depoimento sem Dano vislumbra uma metodologia diferenciada, para que as crianças e adolescentes sejam preservados de traumas. O objetivo principal desse método é reduzir os danos às vítimas que precisam depor em juízo, e para que isso seja possível, salas especiais são essenciais para concretizar este objetivo. É de suma importância ressaltar que, como forma de proteger integralmente o menor contra todas as formas de violência, valorar seu depoimento sobre os fatos ocorridos, é que foi criando o método do Depoimento Especial (Lei n. 13.431/2017), que consiste em uma técnica mais humanizada para oitiva de menores vítimas de estupro.

Palavras-chave: Abuso sexual; Depoimento Especial; Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

CRIMES VIRTUAIS – UMA ANÁLISE DA LEI 12.737/2012

Míriam Fortunato Martins, Luiz Eduardo Moura Gomes, Cláudio Boy Guimarães e Carolina Sena

A civilização, no início século XXI, tem sido constantemente impactada por novidades tecnológicas que emergem em diversos campos da ciência numa velocidade inédita na História. Nenhuma, porém, causou tão profunda mudança no comportamento humano como a internet, rede internacional de comunicação desenvolvida a partir do último quarto do século passado. Meio de comunicação originalmente criado para fins militares e acadêmicos, a internet foi internacionalmente popularizada em meados dos anos 90, quando passou a ser utilizada principalmente para navegação (*world wide web*), correspondência (*e-mail*) e conversas (*chats*) eletrônicas. De tempos em tempos, e cada vez com maior rapidez, a internet apresenta novos serviços e atividades, o que recentemente desencadeou a adoção de um novo conceito para definir a sua atual fase – Web 2.0. A expressão refere-se à segunda geração de serviços e aplicativos da Web e aos recursos, tecnologias e conceitos que permitem um maior grau de interatividade e colaboração dos usuários na utilização da internet. A tecnologia, *lato sensu*, pode ser usada para fins lícitos ou ilícitos, gerar benefícios e malefícios, riquezas para uns e falência para outros. Por um lado, serve para melhorar a comunicação, aumentar a qualidade de vida, o conforto, o entretenimento, a saúde; por outro, pode ser usada para potencializar atividades criminosas como a pedofilia, o estelionato, os abusos ao meio ambiente, a pirataria, a experiência científica sem análise da nocividade, em afronta a princípios fundamentais. O objetivo deste trabalho é qual a forma de controle no ordenamento jurídico brasileiro para evitar o uso inadequado da Internet.

Palavras-chave: Crimes Virtuais, Internet, Direitos Fundamentais.

OS DISCURSOS DE ÓDIO E A ANÁLISE DA PONDERAÇÃO ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Nefthales Batista Costa, Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior, Juliana Ervilha Teixeira Pereira e Rafael Soares Firmino.

O direito fundamental à liberdade de expressão previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988, possuindo tamanha proporção que incorpora a liberdade de expressão religiosa, a liberdade de ensino e pesquisa, a livre expressão da atividade intelectual, artística e de comunicação, a liberdade de comunicação e informação, entre outras. E para garantir a efetividade, a liberdade de expressão conta com mecanismos de proibição da censura e do anonimato, indenização por dano moral e material em caso de violação e o direito de resposta. O presente projeto de pesquisa tem por finalidade refletir sobre o direito fundamental da liberdade de expressão garantido pela Constituição Federal, buscando entender qual sua relevância para a sociedade, e se há algum limite para esse direito, haja vista seu papel central no conceito de Democracia e a relevância no plano dos tratados internacionais. Quando o indivíduo promove manifestações de intolerância e discriminação, estaria extrapolando seu direito à liberdade de expressão, deflagrando em outros princípios de proteção aos direitos sociais. Desta forma, esta pesquisa busca compreender o que seria o discurso do ódio e seus conceitos trazidos pelas legislações existentes. Além de seus desdobramentos, se há possibilidade de ser impedida sua manifestação, e principalmente, quais as consequências jurídicas.

Palavras-chave: Liberdade de Expressão. Discurso do Ódio. Dignidade da Pessoa Humana.

LEGITIMIDADE PASSIVA SUCESSÓRIA DO HERDEIRO CONCEBIDO POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL *POST MORTEM*

Yasnaia Tanandra de Souza Barbosa, Alessandra Dias Baião
Gomes; Rafael Soares firmino, Claudio Boy Guimarães

O presente estudo tem como objetivo analisar se o filho concebido por inseminação artificial homóloga *postmortem*, tem legitimidade para figurar como herdeiro na linha sucessória. Serão analisados dispositivos constitucionais e o código civil brasileiro, seus pontos controversos e alguns entendimentos doutrinários. Serão também analisadas as consequências jurídicas ocasionadas pela omissão legislativa quanto ao direito sucessório do filho concebido por inseminação artificial homologa *postmortem*. Tendo em vista as lacunas existentes na legislação, os novos paradigmas para o estudo do direito de família e direito sucessório, o presente estudo, assume um posicionamento de que deve-se assegurar ao sujeito nascido através da técnica de fecundação artificial *post mortem* os seus direitos sucessórios, através da ação de petição de herança, respeitando-se o prazo prescricional.

Palavras-chave: Inseminação artificial, Direito Sucessório, Ação de Petição de Herança, Prescrição.

INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NÓS CRIMES MILITARES

Sara Ribeiro de Souza Menezes, Almir Fraga Lugon, Ivan Sales e Rafael Soares Firmino.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a inaplicabilidade do princípio da insignificância nos crimes militares, se busca demonstrar que aplicação de tal princípio, fere os pilares das instituições militares, são eles a hierarquia e disciplina, bem como outros princípios que estão explícito na Constituição Federal de 1988, ao qual está localizado no artigo 37, são eles a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Percebe-se que a aplicação do princípio da insignificância, ocasionaria um ruptura no seio da sociedade, pois o militar representa o Estado, sua conduta tem que ser reta sem desvios. Outro aspecto a ser observado é que o Direito Penal Militar é um ramo especializado, onde se deve ter uma cautela ainda mais ao analisar a aplicação de tal princípio. Outro fato é que existe uma divergência doutrinária e jurisprudencial a respeito da aplicação do princípio da insignificância no âmbito da Justiça Militar.

Palavras-chave: Princípio da insignificância. Princípios da administração pública. Crime militar, Justiça Militar.

**A IMPOSSIBILIDADE DA CARACTERIZAÇÃO DO DOLO
EVENTUAL NOS CRIMES DE TRÂNSITO POR EMBRIAGUEZ
APÓS A LEI Nº 13.546/2017**

Dionatã Guilherme Alves Pinheiro, Almir Fraga Lugon

A presente monografia tem como objetivo analisar os crimes de trânsito e a embriaguez na condução de veículos automotores. O estudo surgiu da constatação da impossibilidade da aplicação do dolo eventual nos crimes de trânsito trazido pela nova Lei nº 13.546/17 que alterou alguns artigos da Lei nº 9.503/97 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõe das relações de trânsito, inclusive dos crimes. Pretende mostrar as características dos crimes de trânsito e as sanções aplicadas àqueles que desrespeitem as Leis, causando dano ao bem jurídico tutelado penalmente ou expondo-o a risco. Para a elaboração deste trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica, doutrinas e artigos sobre o tema. A metodologia deste estudo qualitativo envolveu jurisprudências e dados em geral para entender a aplicação das sanções tanto do Código de Trânsito Brasileiro quanto do Código Penal. Por fim, é demonstrado o esforço legislativo para melhorar a redação dos artigos do CTB, através de várias edições legais, objetivando coibir a direção de veículo automotor mediante penalidades mais severas a quem estiver sob o efeito do álcool.

Palavras-chaves: Direito Penal. Crimes de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro. Embriaguez. Alterações na Lei nº 9.503/97.

EUTANÁSIA: A VIDA OU A MORTE DIGNA

Rodrigo Guadalupe da Silva, Cláudio Boy Guimarães.
Alessandra Dias Baião; Rafael Soares Firmino.

O presente trabalho monográfico realiza um breve estudo sobre a eutanásia, que é um termo de origem grega “eu+thanatos”, que significa boa morte ou morte sem dor. Caracterizar pela provocação antecipada da morte de um paciente terminal. Aborda seu histórico, aspectos éticos, médicos, religiosos e culturais, com ênfase especial para o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, objetivando demonstrar a necessidade da ponderação dos princípios constitucionais quando ocorre uma colisão. Com os constantes progressos científicos no que se refere às maneiras de se prolongar a vida e manter o ser humano vivo independentemente do tipo de vida, o que acaba por acarretar um embate com as diversas culturas, indaga-se, no momento, sobre a necessidade de tais avanços e suas consequências junto aos direitos fundamentais de cada pessoa.

Palavras-chave: Eutanásia. Dignidade Humana. Morte digna.

**A TARIFAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL NO ÂMBITO
DO DIREITO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA
INCONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO
223-G**

Anesiara Fernanda da Silva, Frederico Fernandes Dutra, Pedro Henrique Xavier Tiola e Ivan Barbosa Martins

No Brasil, o estudo do dano extrapatrimonial ganhou relevância com a Constituição de 1988, em que a defesa da honra, imagem, reputação e boa fama passaram a ser tutelada pelo Estado, como medida de justiça. No Direito do Trabalho no Brasil, após profundas e décadas de amadurecimento, a Lei nº13. 467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, trouxe grandes mudanças principalmente no tocante á reparação de danos, o qual sob a perspectiva da ordem constitucional vigente a mesma demonstrou inconstitucionalidade sobre sua inovação, que embora tenha se preocupado em criar espaço próprio no âmbito da CLT para tratar dos danos extrapatrimoniais, parece não ter tido a mesma preocupação em estabelecer critérios justos, razoáveis, proporcionais e minimamente suficientes para a efetiva reparação do dano (extrapatrimonial).Um dos pontos de grande questionamento que será abordado nesse estudo será o da inserção do “Título II – A: Do dano Extrapatrimonial”, artigo 223-G na CLT, o qual estabeleceu parâmetros e limites questionáveis para as indenizações decorrentes, mesmo após a edição da MP n. 808/2017.Diante disto, a investigação dos conceitos, historicidade, precedentes, doutrina e jurisprudência, tiveram o fim de demonstrar a inconstitucionalidade da indenização tarifária e também apresentar contrapontos aos argumentos favoráveis a essa tarifação.

Palavras-chave: Dano Extrapatrimonial. Inconstitucionalidade. Indenização. Reforma Trabalhista. Princípio da isonomia.

A (IN) VIABILIDADE DE CASSAÇÃO E SUSPENSÃO DA CNH E DA PPD PELA APLICAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO DE NATUREZA GRAVE.

Marcus Vinícius da Silva, Luiz Eduardo, Julia de Paula e Juliano Sepe.

O Código de Trânsito Brasileiro em seu artigo 233 prevê que o condutor deverá realizar o registro de veículo no prazo de 30 dias, sob pena de infração de trânsito de natureza grave, cumulada com o pagamento de uma multa pecuniária e a retenção do veículo para regularização. Entretanto, se faz devido à aplicação de multa pelo fato de não ter efetuado o registro em tempo hábil e pela retenção do veículo até que seja devidamente regularizado, porém, há que se falar sobre a infração de trânsito de natureza grave, vez que tal infração é devida aos condutores que colocam a segurança do trânsito e a vida das pessoas em risco. Desta forma, o problema existente é que não faz *jus* ao condutor ser penalizado por uma infração natureza grave, computando 05 (cinco) pontos em seu prontuário por não ter realizado um procedimento meramente administrativo. Por fim, além de discorrer sobre os conceitos básicos que norteiam o CTB, bem como os órgãos que fazem parte da lei nº 9,503 de 1997, será apresentado o julgado do REsp. 1.655.350/RS, onde os magistrados entenderam não existir ligação entre infrações administrativas e infrações de trânsito, restando claro o vício na cumulação de penalidades previstas no artigo 233 do CTB.

Palavras-chaves: Artigo 233 do CTB; Infração administrativa; infração de trânsito; trânsito; REsp.1.655.350/RS

A POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA UNIÃO POLIAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Skarlety da Silveira Tolledo, Alessandra Baião, Ivan Barbosa e Rodolfo de Assis Ferreira

O presente trabalho se dá em torno da espécie de família poliafetiva, ou seja, união formada pelo relacionamento amoroso entre mais de duas pessoas fundada no afeto e na solidariedade que se unem com intuito de constituir família. Sendo o poliamor uma entidade capaz de dar origem a uniões estáveis e casamentos no Brasil, pois, é uma identidade relacional como qualquer outra, devendo ser reconhecida juridicamente como entidade familiar pois, conforme prevê o art. 226 da Constituição de 1988, a família é base da sociedade, e tem especial proteção do Estado. Desta forma demonstra-se como um conceito aberto, o qual não traz definição de sujeitos e nem em que condições. Sendo uma identidade relacional capaz de dar origem a uniões estáveis e casamentos no Brasil também por ser uma união fundada nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, afetividade, solidariedade e igualdade, liberdade. Assim quando a união poliamorosa preencher os requisitos da união estável, ou seja, convivência pública, contínua e duradoura, como intuito de constituir família, ou quando preencher os requisitos do casamento manifestação recíproca de vontade (consentimento) e celebração por autoridade materialmente competente, deve gerar os mesmos efeitos das uniões monogâmicas.

Palavras chaves: entidades familiares - poliafetividade - união estável

O ABORTO EM CASO DE FETO PORTADOR DE MICROCEFALIA

Alice Ferreira de Souza Carvalho, Ivan Sales, Alessandra Baião, Humberto Luiz Salustino Costa Jr.

O referido tema apresentado, vem abordar, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o aborto nos casos de anencefalia, se também pode ser aplicada na microcefalia. Os fundamentos que foram abordados, os princípios constitucionais. Embora o aborto seja considerado crime no Brasil essa prática continua abortar inflamar debates em torno de sua constitucionalidade. Com o aumento dos casos de microcefalia, a discussão volta á pauta do dia, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito fundamental- APDF 5410 que tramita junto ao Supremo Tribunal Federal a qual não foi julgada até a presente data, exatamente pela peculiaridade da questão. Este trabalho não vem adotar termos religiosos, e sim como a norma constitucional vai agir. O Estado outro responsável por estes acontecimentos, falta estrutura para melhorar a condição da classe baixa que é mais afetada, assim acaba por fazer o descaso com o povo brasileiro.

Palavras-Chave: Aborto; microcefalia; anencefalia; dignidade da pessoa Humana.

O RECONHECIMENTO DA “ADOÇÃO À BRASILEIRA FACE AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

Luana Luzia de Oliveira, Juliana Ervilha Teixeira Pereira, Humberto Luiz Salustiano Costa Junior e Rafael Soares Firmino

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o reconhecimento da “adoção à brasileira” face ao princípio do melhor interesse da criança/adolescente”, do qual versa a seguinte discussão se a adoção à brasileira é um ato nobre e uma doação de amor ou se deve haver punição a quem pratica este ato por ser tipificado como crime. A supracitada forma de adoção se encontra tipificada como crime no artigo 242 do Código Penal Brasileiro, não obstante, ressalta que no parágrafo único do mencionado artigo há a possibilidade da aplicação do perdão judicial se constatado que o crime foi praticado por motivo de reconhecida nobreza. Abordam-se os princípios de Direito de Família e os tipos de adoção no Brasil, trazendo à tona as causas de extinção de punibilidade, tendo a “adoção a brasileira” a possibilidade de aplicação do perdão judicial em razão da observância do princípio do melhor interesse da criança/adolescente.

Palavras-chave: Adoção à brasileira. Melhor interesse da criança/adolescente. Princípio da Afetividade.

A MORTE DIGNA EM FACE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Laís Regina da Silva, Juliana Ervilha, Luiz Eduardo e Salatiel

O presente trabalho tem como tema a morte digna em face do princípio da dignidade da pessoa humana. Esta monografia busca discutir a possibilidade da morte digna frente à legislação brasileira e apresenta conceitos sobre a “boa morte”. Busca o reconhecimento de conceder ao paciente terminal o direito da escolha, de decidir os rumos de sua vida, a partir da interpretação do direito a vida, interligando aos princípios constitucionais e da bioética, para que assim o paciente possa decidir sem que seja discriminado, ou que haja limitações e interferência do Estado. Tem enfoque no princípio da dignidade da pessoa humana, que é uma garantia fundamental a todos os seres humanos, e, portanto deve ser respeitada. Visa também princípio da autonomia que oferece a liberdade ao indivíduo de poder manifestar a sua vontade. Dessa forma visa analisar o reconhecimento da morte digna no Brasil, debatendo a legalidade e ilegalidade de tal direito frente à legislação brasileira.

Palavras-chave: Direito a morte digna. Autonomia da vontade. Dignidade da pessoa Humana. Testamento vital. Eutanásia.

FALSAS MEMÓRIAS E A VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Weslaine Florentino da Silva Correa, Anderson Fábio Nogueira Alves, Humberto Salustiano Costa Júnior, Júlia de Paula Vieira.

O ponto de vista interdisciplinar, da incidência das falsas memórias no Processo Penal, com relação ao depoimento e reconhecimento da vítima e da testemunha, Procedimento disciplinado pelos arts. 226 e 228 do Código de Processo Penal, em especial à prova testemunhal. Os fatos vividos não são registrados pela memória exatamente como ocorreram, pois, a influência de elementos diversos, internos e externos ao indivíduo, permite a ocorrência de alterações não intencionais nas etapas de formação do processo cognitivo, a codificação, armazenamento e recuperação, ocasionando o fenômeno das falsas memórias. Em um primeiro momento, serão apresentados os princípios norteadores do processo penal, pertinente ao tema, á uma revisão histórica e teórica acerca da memória para que, a partir da compreensão neuro funcional, se proceda à análise de alguns dos principais estudos já realizados sobre a produção de falsas memórias. Por fim, neste sentido, quando é realizada a colheita da prova testemunhal no processo penal, com a possível incidência das falsas memórias, tem resultado em implicações no processo e afrontado os princípios processuais penais.

Palavras-chave: Princípios Penais; Prova Testemunhal; Memória; Falsas Memórias

A TEORIA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO NA DOUTRINA BRASILEIRA: UMA PERCEPÇÃO EQUIVOCADA

Keisiane Dias Da Silva, Dário José Soares Júnior, Rodolfo de Assis Ferreira e Oscar Alexandre Teixeira Moreira.

O presente trabalho tem por objetivo a análise do Direito Penal do Inimigo na doutrina brasileira, teoria do doutrinador Gunther Jakobs, bem como, o estudo do Direito Penal do Inimigo, classificado pelo doutrinador José Maria Silva Sanchez como a terceira velocidade do Direito Penal. O Direito Penal do Inimigo, tese de Jakobs, é, dentro da dogmática penal a maior polêmica da atualidade. Para tanto, o tema será dividido em células, onde poderá ter-se melhor compreensão dos temas aqui abrangidos, fazendo-se, mais claro em alguns aspectos. Dará também um destaque da doutrina atual do Direito Penal, apresentando suas origens e o tratamento que lhe foi dado pela legislação de outros países, para se demonstrarem, também, os casos em que esse direito é atualmente previsto na legislação brasileira. Este estudo visou esclarecer a inaplicabilidade do denominado "Direito Penal do Autor", no ordenamento jurídico, que tem por objetivo penalizar o indivíduo pelo que ele é, e não pela sua conduta, no caso do Inimigo do Estado de uma forma diferenciada. Ao longo deste estudo, a violência será um ponto reiteradamente citado, pois, esta sendo estudadas as mais diversas formas da criminalidade atual. De outro lado, não deixará de se verificar as teorias que dizem respeito à política criminal e ao estado de limitação do poder punitivo, como as americanas "tolerância zero" e a "janelas quebradas". Ainda, se fará necessário determinar que os desafios que a sociedade atual enfrenta são os mesmos do Estado Liberal ou do Estado Social.

Palavras-chave: Direito Penal. Inimigo. Estado. Constituição.

EUTANÁSIA: A VIDA OU A MORTE DIGNA

Rodrigo Guadalupe da Silva, Cláudio Boy Guimarães.
Alessandra Dias Baião; Rafael Soares Firmino.

O presente trabalho monográfico realiza um breve estudo sobre a eutanásia, que é um termo de origem grega “eu+thanatos”, que significa boa morte ou morte sem dor. Caracterizar pela provocação antecipada da morte de um paciente terminal. Aborda seu histórico, aspectos éticos, médicos, religiosos e culturais, com ênfase especial para o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, objetivando demonstrar a necessidade da ponderação dos princípios constitucionais quando ocorre uma colisão. Com os constantes progressos científicos no que se refere às maneiras de se prolongar a vida e manter o ser humano vivo independentemente do tipo de vida, o que acaba por acarretar um embate com as diversas culturas, indaga-se, no momento, sobre a necessidade de tais avanços e suas consequências junto aos direitos fundamentais de cada pessoa.

Palavras-chave: Eutanásia. Dignidade Humana. Morte digna.

**DO USO INDEVIDO DO PAGAMENTO DO BICHO COMO
DIREITO DE IMAGEM DO JOGADOR DE FUTEBOL COMO
FORMA DE FRAUDAR ENCARGOS TRABALHISTAS**

Rodrigo Coelho Costa, Márcio Xavier, Frederico Fernandes
Dutra e Rafael Soares Firmino

A presente monografia jurídica discorrerá acerca da figura do contrato de trabalho do jogador de futebol profissional, sobretudo, sobre os direitos inerentes a este que acabam se tornando assuntos polêmicos decorrente do direito de imagem do atleta. Neste viés, realizaremos uma forma de abordagem comparativa entre os contratos de trabalhos tidos para profissionais no âmbito profissional administrativo e executivo, em detrimento com a relação contratual desportiva. Com isso, objetivando oferecer um conhecimento a mais sobre esse dado tema, o presente trabalho realizará uma pesquisa teórica dogmática, a respeito dos direitos elucidados no contratual desportivo, sobretudo, sobre a forma como é realizado o direito a imagem do jogador profissional.

Palavras-chave: Jogador Profissional; contrato de Trabalho; Bicho, Direito de Imagem.

SURDEZ UNILATERAL: É OU NÃO CONSIDERADA DEFICIÊNCIA PARA FINS DE CONCURSO PÚBLICO?

Matheus Moura Miranda de Paula Franco, Salatiel Ferreira Lúcio, Rafael Soares Firmino e Cláudio Boy Guimarães.

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a surdez unilateral no concurso público, sabendo-se que ainda não é reconhecida como uma deficiência, não se encontra na definição contida no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Considerando como referencial teórico a vasta jurisprudência em prol do reconhecimento como pessoa com deficiência, pretende-se trabalhar a inclusão das pessoas com perda auditiva em apenas um dos ouvidos pelo referido decreto, através da ideia de ações afirmativas, o múnus da Lei de Cotas, bem como princípios e analogias, fazendo-se vislumbrar, de fato, o princípio da igualdade, assegurando assim, acesso aos mesmos direitos garantidos por lei às pessoas com deficiência auditiva bilateral.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Lei de Cotas. Princípio da Igualdade. Surdez unilateral.

AS RELAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS DIGITAIS E O DIREITO SUCESSÓRIO

Lucas Gomes Monteiro, Rafael Soares Firmino, Cláudio Boy Guimarães e Salatiel Ferreira Lúcio.

Com o crescente uso dos meios digitais, passa-se a necessidade de uma regulamentação a respeito da herança digital, dos bens armazenados em ambiente virtual de valor econômico como também os sem valor econômico, sendo este os bens digitais abordados por esta pesquisa. Apesar de não estar de forma expressa no Código Civil, é perfeitamente possível no que se refere a bens digitais que possuem valor econômico, a sua transferência aos herdeiros, já no que se refere aos bens digitais sem valor econômico, existe a proteção da privacidade e da intimidade, que o de cujus tem direito. Assim, o acervo digital da pessoa morta, se não for deixado em testamento ou não for autorizado pelo contrato com a empresa que administra tal acervo, informando a pessoa que terá direito a acessá-lo, será apagado, desindexado do sistema.

Palavras-chave: Herança Digital, Sucessão, Direitos da Personalidade.

TRANSFUSÃO DE SANGUE EM CASOS “TESTEMUNHAS DE JEOVÁ”

Izau Christofer de Oliveira Souza, Humberto Luiz, Cláudio Boy, Salatiel

O trabalho tem como objetivo questionar por meio de entendimentos doutrinários a recusa de transfusão de sangue das Testemunhas de Jeová em pessoas capazes. Tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 preza o direito a liberdade religiosa e o direito a crença. As Testemunhas de Jeová iniciaram suas atividades a partir do século XIX, formando um pequeno grupo de estudo da Bíblia. Segundo os praticantes da religião, os preceitos da Bíblia ordenam a abstenção de sangue, deste modo, a transfusão é considerada um ato de desobediência e desrespeito a Deus. Com a recusa, o indivíduo se faz valer da dignidade da pessoa humana como autonomia. Será abordado o confronto entre as normas constitucionais do direito à liberdade religiosa e o direito à vida, bem como a colisão entre dois princípios da bioética, o princípio da beneficência amparada pelo paternalismo médico e o princípio da autonomia do paciente. Neste sentido, o tema se faz instigante e a dimensão da solução estará no estudo da limitação e da eficácia dos direitos fundamentais.

Palavras chave: Direito à vida. Direito à liberdade religiosa. Testemunhas de Jeová.

INOVAÇÕES DAS TESES DE DEFESA NA TRÉPLICA NO TRIBUNAL DO JÚRI: DIREITO A PLENITUDE DE DEFESA

Tomaz Cassemiro de Souza Neto, Dário José Soares Júnior, Oscar Alexandre, Almir Lugon

O presente trabalho visa fazer uma análise quanto a possibilidade da defesa, em sede do Tribunal do Júri, inovar na tréplica, apresentando tese até então não abordada, sob a ótica do princípio da plenitude da defesa, estampado na Constituição Federal em seu art. 5º, inciso XXXVIII, alínea “a”. Tal princípio assegura ao acusado, em sua defesa, a invocação de novos argumentos. Pertinente registrar que a temática, ora objeto de pesquisa, se desenvolve em torno de um debate polarizado, onde opõem-se, de um lado, o exercício do princípio constitucional da plenitude da defesa no Tribunal do Júri e, de outro, a aplicação do contraditório em razão da acusação ter o direito de contraditar a inovação arguida em último instante. Nesse contexto, impende ao presente estudo demonstrar os entendimentos jurisprudenciais e doutrinários acerca dessa problemática, pela busca da preservação da plenitude da defesa.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Plenitude da defesa. Contraditório.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA

Wellington Comini Bezerra de Oliveira, Almir Lugon, Luiz Eduardo Moura Gomes, Ivan Lopes Sales

O presente estudo tem como objetivo analisar a discussão acerca da possibilidade de aplicação do Princípio da Insignificância pelo Delegado de Polícia na fase pré-processual, já que tal autoridade é a primeira guardiã de direitos e garantias individuais no âmbito penal. Para tanto, analisa-se o princípio da insignificância de forma ampla, contemplando sua evolução histórica, fundamentos e funções no âmbito da teoria do delito, possibilidades de aplicação, previsão legal e acatamento jurisprudencial no Brasil. Defende-se neste trabalho a aplicação devidamente fundamentada para que se possa ser realizado com rigor a justiça na esfera penal brasileira, tratando-se cada caso com o seu devido peso e proporcionando ao Judiciário uma forma de desafogar as mesas dos Magistrados, membros do Ministério Público e a quem mais possa interessar. Aplicando-se em conjunto o princípio da economia processual, evitando mover toda a máquina da justiça para que ao prolatar da sentença o Juiz utilize o princípio da insignificância, assim como a Autoridade Policial já poderia ter se valido deste mecanismo sem ter proporcionado maiores gastos. Ao longo do trabalho, será disponibilizado conhecimento dos conceitos e posicionamentos doutrinários de cada tópico para melhor explanação e visualização da possibilidade da aplicação por parte da Autoridade Policial, qual seja o Delegado de Polícia.

Palavras-chave: Princípio da insignificância; Delegado de Polícia; Autoridade Judiciária; Tipicidade.

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA E O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

Vanderlei Lopes Pereira, Dario José Soares Junior, Almir Fraga Lugon, Ivan Sales.

O artigo 5º, inciso LVII, não fala de maneira concreta quando há o trânsito julgado é preciso uma análise interpretativa da CF/1988, juntamente com o julgado do HC 126292/SP, qual o Supremo Tribunal Federal (STF) mudou o entendimento que vigorava até o ano de 2009, que prevalecia o entendimento que deveria ser considerado a partir de esgotar todos os recursos, porém com base nas decisões jurisprudencial desse novo entendimento fica claro que após ser condenado por um juiz de primeiro grau e revisto o caso na segunda instância e mantido a condenação, não presume que o réu ainda seja inocente, toda a fase processual ligada às provas já foi discutida, mas há controvérsia, até mesmo no Supremos Tribunal Federal tornou alterar em Novembro de 2019 o método interpretativo e entendem está havendo uma violação, porque devem ser esgotados todos os recursos, todas as vezes que envolver questões políticas este entendimento volta a ser discutido. Alguns doutrinadores entendem que seria viável propor uma PEC, mais também a uma outra corrente que entendem que estaria violando clausula pétrea, e um assunto polemico e complicado, desse modo é preciso fazer uma análise por meio dos julgados do STF, é indispensável fazer uma uniformização na aplicação do Direito nos Tribunais, para que prevaleça sua eficácia.

Palavras-Chave: Princípio da Presunção de Inocência, Trânsito Julgado, Execução da Pena.

**APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO:
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS REQUISITOS EXIGIDOS
DIANTE DOS TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS**

Vitoria de Oliveira Noronha, Rodolfo Assis, Humberto, Kleider.

A Seguridade Social é um direito de todos, para todos de acordo com os princípios constitucionais, em especial o da Universalidade da Cobertura e do Atendimento e conta com o tripé, Saúde, Previdência Social e Assistência Social. O pilar deste trabalho é a Previdência Social. O presente trabalho procura abordar todas as temáticas referentes a aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) em relação aos Transexuais e Transgêneros. Diante da omissão legislativa e o descaso do Estado com a população mais vulnerável e descriminalizada, vamos expor alguns possíveis problemas que serão enfrentados pela Previdência Social nos próximos anos, por conta das mudanças sociais que aconteceram durante anos. Assim, caberá ao judiciário novamente decidir questões como a aposentadoria para as pessoas transgêneros e transexuais sob a ótica dos princípios da dignidade da pessoa humana, da não descriminalização, os direitos fundamentais e da tutela do direito a personalidade.

Palavras chave: Seguridade Social. Transgênero. Transexual. Previdência Social. Aposentadoria por tempo de contribuição. Aposentadoria por idade.

RESUMOS DA UNIDADE JOÃO MONLEVADE

A DUPLA PATERNIDADE NO REGISTRO CIVIL E SEUS EFEITOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Geralda Maria de Castro Oliveira, Walter Veloso Dutra,
Marcos Bernardes Rosa, Rainer Bomfim

Este artigo apresenta, de maneira sucinta, um estudo acerca da dupla paternidade no registro civil e seus efeitos no ordenamento jurídico brasileiro, com atenção voltada à multiparentalidade. Por meio do método indutivo, sendo a pesquisa bibliográfica propõe-se alcançar entendimentos hermenêuticos sobre o assunto. Evidencia a convivência dos pares, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, no melhor interesse da criança/adolescente, do genitor/genitora, bem como pai/mãe e na afetividade, cujos teores alcançam algumas jurisprudências no entendimento favorável ao reconhecimento e registro legal dos mesmos, apesar de ser um tema incipiente no Direito de família. Portanto objetiva demonstrar que tal instituto é vivenciado por várias famílias e deve ser protegido juridicamente, apesar de não ter previsão normativa. O texto aborda, com liames de argúcia, os princípios que regem a vida de indivíduos enquanto pessoas cidadãs, no que diz respeito, principalmente, à formação de novas famílias, composições de famílias que fogem totalmente do tradicional. A multiparentalidade ingressa definitivamente no mundo jurídico com a Repercussão Geral nº 622 do STF, servindo para amparar novos arranjos familiares que não gozavam de reconhecimento formal-jurídico como família.

Palavras-chave: Multiparentalidade. Dupla Paternidade. Princípio da Dignidade Humana.

**OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA A SEREM PAGOS PELO
AUTOR HIPOSSUFICIENTE Á LUZ DA REFORMA TRABALHISTA
(LEI 13.467/2017)**

Lucas Junior Martins, Francisco Henrique Otoni Barros,
Alexandro Pastorini e Larissa de Oliveira S. Araújo

Os honorários de sucumbência a serem pagos pelo autor hipossuficiente nas demandas trabalhistas, constitui importante reflexão a ser feita pelos operadores do direito e pelos trabalhadores que buscam a tutela jurisdicional, acerca do efeito da Lei nº 13.467/2017 sobre o empregado hipossuficiente que se torna um devedor quando este perde a ação judicial, em especial no que concerne à constitucionalidade do dispositivo legal. O método dedutivo a ser aplicado, parte do cotejo entre a legislação existente sobre a matéria e as decisões judiciais concernentes – sentenças e acórdãos – ADI, posicionamentos favoráveis e desfavoráveis, concluindo-se a partir daí, que a fixação de valor módico com finalidade de preservar a dignidade do trabalhador que não obteve êxito em sua demanda, é mais razoável, havendo necessidade de consolidação jurisprudencial rumo à uniformização racional das decisões neste aspecto.

Palavras-chave: Honorários de Sucumbência. Justiça Gratuita. Inconstitucionalidade.

SÍNDROME DE BURNOUT COMO CONSEQUÊNCIA DO ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL

Amanda Cristina Souza, Ariete Pontes de Oliveira, Ítalo Moreira Reis, Jose Rui Bretas.

O assédio moral é praticado com frequência por diversas organizações, haja vista sua relação com as novas formas de gestão, que exigem do trabalhador maior produtividade em função da organização visando a obtenção de maiores lucros e de se impor com maior competitividade no mercado. Entretanto, os resultados de referida prática remetem a perdas significativas, principalmente em termos da saúde do trabalhador, além de atingir negativamente aspectos organizacionais. Diante disso, o presente artigo teve como objetivo geral analisar a causa e o efeito da Síndrome de *Burnout*, definida como um esgotamento profissional, assim como, o impacto do assédio moral organizacional vivenciado no ambiente regido por organização assediadora. Como objetivos específicos, se ateve a tratar da Síndrome de *Burnout*, advinda do assédio moral organizacional, considerando seus efeitos de ordem física e psicológica, bem como analisar as consequências comuns identificadas em casuística nos casos de identificação da Síndrome de *Burnout*. Metodologicamente, o artigo irá pautar-se no método teórico-dogmático, através de revisão bibliográfica interdisciplinar do tema, bem como a técnica de pesquisa de documentação indireta bibliográfica, partindo-se da análise de decisões judiciais acerca da matéria. Diante dos resultados obtidos, entendeu-se que a Síndrome de *Burnout*, quando decorrente do ambiente laboral, é patologia diretamente atrelada à ocorrência do assédio moral organizacional, não podendo ser dissociada desta.

Palavras-chave: Assédio Moral Organizacional. Síndrome de *Burnout*. Acidente do Trabalho.

A AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL SEGUNDO A LEI 13.718/18: uma expressão do Direito Penal Simbólico

Thamires Caldeira Gandra, Maria Luíza Machado de Barros,
Ícaro Trindade Carvalho, Marcos Bernardes Rosa.

Este artigo visa apresentar um estudo sobre a nova redação do artigo 225 do Código Penal, instituído pela lei 13.718/18, que modificou a ação penal em crimes contra a dignidade sexual, visto que, anteriormente à referida lei, tais crimes se procediam mediante representação da vítima, passando-se agora a serem de ação Penal Pública Incondicionada. Busca-se analisar com o presente, em que medida a nova legislação violou, neste aspecto, os princípios constitucionais descritos no art. 5º da Constituição Federal, como direito à privacidade e a intimidade, abordando-se a questão do *strepitus iudicii*, que é o alarde processual sobre fatos que envolvem a intimidade, além do processo de revitimização. Por fim, indaga-se se tal alteração legislativa não seria uma expressão de um Direito Penal Simbólico.

Palavras-chave: Ação Penal Pública Incondicionada. Direito à privacidade. Revitimização. Direito Penal Simbólico.

A DESJUDICIALIZAÇÃO E O PAPEL DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS: Uma análise da usucapião extrajudicial

Thaylane do Espírito Santo, Elivânia Felícia Braz, Vitor André Merlo Rocha, Tenório Moreira da Silva.

Este artigo visa compreender os principais fatores que podem levar a desjudicialização bem como as principais dificuldades que os cidadãos enfrentam diante deste processo. Para tanto, serão abordados conceitos, institutos e métodos que possibilitam desafogar o Judiciário de forma célere e menos burocrática, buscando sempre a resolução de conflitos, e garantindo a segurança jurídica da parte que ingressa com a demanda, analisando, de forma específica, o procedimento da Usucapião Extrajudicial. A fundamentação teórica que dá sustentação ao objeto de estudo é resultante das pesquisas bibliográficas realizadas, onde será exposto o conceito da desjudicialização, o acesso a justiça, princípios registrais como o princípio da publicidade registral, segurança jurídica e fé pública na esfera extrajudicial, e o papel das serventias extrajudiciais no que tange aos notários e registradores dos Cartórios no Brasil neste processo.

Palavras-chave: Usucapião Extrajudicial. Serventias Extrajudiciais. Desjudicialização.

**DA ANÁLISE DO DIREITO PENAL DO INIMIGO E SUA
(IN)APLICABILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO
BRASILEIRO**

Silas Almeida do Carmo, Marcos Bernardes Rosa, Maria Luiza M. de Barros, Zilda Onofri.

O presente artigo visa à análise do Direito Penal do Inimigo, teoria desenvolvida pelo doutrinador alemão Günther Jakobs. Esta teoria estabelece um tratamento diferenciado aos indivíduos, que, por atuarem de forma mais prejudicial à sociedade que os demais infratores das normas, serão alvos de um procedimento mais rigoroso, afastando-se do Direito Penal e aplicando-se um procedimento de guerra, ocasionando anulação de algumas garantias inerentes aos demais cidadãos, com o fulcro em combater de forma firme e eficiente a criminalidade. A presente teoria vem ganhando força em diversos países, e no Brasil encontra-se sendo aplicada de forma mitigada. Deste modo, um estudo mais aprofundado desta teoria se faz necessário diante da alta da criminalidade em meio à sociedade brasileira atual e da seletividade do Estado em combatê-la.

Palavras-chave: Direito Penal do Inimigo. Gunther Jakobs. Sociedade Contemporânea.

DIREITO DIGITAL: A NEUTRALIDADE DA REDE E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE

Cleber de Souza Ferreira Junior, Hugo Lázaro Marques
Martins, Tenório Moreira, Caio Nunes

O artigo tem o intuito de abordar a caracterização da neutralidade da rede e os impactos na sociedade, em relação ao uso da *internet*, a qual permite significativa interação humana, através das diversas plataformas conectadas em rede. Pretende-se fazer uma abordagem exploratória da *internet*, objetivando a compreensão do princípio da neutralidade, em consonância com os princípios de liberdade de expressão e privacidade, e como isso afeta seu uso. O objetivo geral está pautado em demonstrar a necessidade de preservar a neutralidade da rede, buscando possíveis soluções associadas à efetividade do Marco Civil da *Internet*. Objetiva-se explicar os conceitos de neutralidade da rede e direito digital, o surgimento do conceito de neutralidade da rede, os impactos na sociedade que cada vez mais utiliza as ferramentas digitais, a neutralidade da rede como ferramenta de proteção da privacidade e liberdade de expressão e por fim, uma breve análise sobre o uso da *internet* no Brasil.

Palavras-chave: *Internet*. Direito digital. Neutralidade da Rede.

O ABUSO DO PODER ECONÔMICO FRENTE AO PROCESSO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: uma reflexão sobre a atuação dos grupos religiosos

Guilherme Perdigão Frade Moraes, Hugo Lázaro Marques Martins, Marcos Bernardes Rosa, Caio Nunes

O presente artigo tem o objetivo de analisar no cenário atual, o tema abuso de poder econômico frente aos grupos religiosos, fazendo uma reflexão de tal tema que vem ganhando grande importância no cenário eleitoral, que consiste basicamente na exploração da religiosidade fazendo com que este se torne um mecanismo para captação de votos a fim de assegurar interesses políticos de outrem. Insta salientar que é de importante uma análise nesse sentido, pois se diz respeito à liberdade religiosa. A nossa Constituição da República Federativa do Brasil, datado ano de 1988, trouxe em seu conteúdo, a vontade do legislador a fim de assegurar aos indivíduos o livre exercício do pensamento e da manifestação nas mais diversas esferas. Observamos então que, quando notabilizado o abuso de poder religioso na esfera eleitoral, configura-se uma afronta ao pleno exercício da cidadania de cada indivíduo. Fazer uso da religião, de igrejas ou templos e mesmo dos meios de comunicação com a intenção de promover candidatos ou partidos políticos que se alinham aos interesses e filosofias de religiões, de tal forma, se constitui como um abuso de poder, uma vez que a fé é explorada para fins eleitoreiros.

Palavras-chave: Abuso. Democracia. Eleições.

**A UTILIZAÇÃO DO ARTIGO 139, IV, DO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL COMO MÉTODO PARA GARANTIR O
RESULTADO PRÁTICO EQUIVALENTE DO PROCESSO**

Wesley de Freitas Domingues, Fabiano Thales de Paula Lima,
Tenório Moreira da Silva, João Paulo Reis

O presente artigo visa demonstrar a utilização do artigo 139, IV, do novel Código de Processo Civil como instrumento para garantir o resultado prático equivalente do processo, devendo o julgador ao utilizá-lo, seguir os princípios norteadores da Constituição Federal e do diploma processualista, para que, respeitado o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, dentre outros princípios, o devedor seja forçado a saldar a sua dívida, o que enseja na efetivação da função social do processo. Assim, foram analisadas decisões que utilizaram o dispositivo como instrumento, baseando-se nas melhores jurisprudências e entendimentos doutrinários.

Palavras-chave: Código de Processo Civil. Poderes do juiz. Dignidade da pessoa humana.

**OS CRIMES CONTRA A HONRA COMETIDOS NO AMBIENTE
DIGITAL: SUA DIMENSÃO E INACESSÍVEL
RESPONSABILIZAÇÃO.**

Márcio Vinícius Rodrigues, Hugo Lázaro Martins, Filipy Bicalho e Caio Nunes.

Os avanços tecnológicos humanos têm sido crescentes, trazendo novas formas de realizar tarefas, trabalhar, estudar, comunicar-se. A violência e os crimes sempre existiram, entretanto, nos últimos anos, constata-se o surgimento de uma nova forma de caluniar, difamar e injuriar, além do cometimento de outras atividades ilícitas. Vemo-nos diante de um novo universo, o universo digital. Enfatizando a internet, conforme divulgados em noticiários diversos, percebemos que os criminosos tem utilizado este espaço para cometer os mais diversos ilícitos, seja no roubo e divulgação de arquivos pessoais, expondo a vida privada de suas vítimas, seja produzindo material difamatório ou expressando suas opiniões sem quaisquer limites, de forma grotesca e aviltante. Crimes praticados onde seus agentes se veem certos da impunidade, seja por não estarem na presença da vítima, seja por acreditarem no anonimato a todo custo. Congruente ao fenômeno do cyberbullying, percebemos os marginalizados crimes contra a honra se amoldando a esta realidade digital e trazendo consequências inimagináveis por onde ocorrem, esbarrando na falta de adaptação dos dispositivos legais e no acesso à justiça.

Palavras-chave: Crimes. Universo Digital. Cyberbullying.

A GARANTIA DO SIGILO E PROTEÇÃO DAS TESTEMUNHAS EM CONFRONTO COM O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

Arthur César dos Santos Francisco, Amaral Roque Bueno,
Maria Luiza Machado de Barros e João Paulo Reis de Deus

Diante da crescente sensação de insegurança vivida por grande parte da população, a proteção às vítimas e testemunhas ditas ameaçadas se torna uma obrigação por parte do Estado no curso do processo penal. Todavia, é preciso avaliar se o sigilo inerente a tal proteção é capaz de gerar cerceamento de defesa e ofender o princípio do contraditório e da ampla defesa. Nesse sentido, este artigo traz a discussão acerca da possibilidade de melhor efetivação da proteção a testemunhas, já ameaçadas ou não, sob a luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e da dignidade da pessoa humana, com vistas às medidas já presentes no ordenamento jurídico pátrio e também em ordenamento jurídico comparado, no presente caso, Portugal. Uma das garantias para que não se torne o processo apenas uma mera inquisição do então acusado é a observância do princípio do contraditório e da ampla defesa. Buscando uma solução para tal problema, importante se faz a observância do princípio fundante do Estado Democrático de Direito, previsto no art. 1º, III, da Constituição Federal, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Contraditório. Sigilo. Testemunha.

ANÁLISE JURÍDICA DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA: POSSIBILIDADES E REPERCUSSÕES NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

Ruberlânia Gonçalves Coelho Amorim Castro, Walter Veloso Dutra, Marcos Bernardes Rosa, Rainer Bomfim.

O presente trabalho tem por objetivo a análise da nova modalidade de inseminação artificial caseira e as suas possibilidades e repercussões no âmbito jurídico. A inseminação artificial caseira que vêm sendo incentivada e apoiada em redes sociais, por ser uma modalidade mais barata e sem burocracias, mas em certo momento por falta de legislação específica poderá acarretá diferentes ações nas varas de família, requerendo reconhecimento de paternidade, pensões, abandono afetivo e dentre outras. Ainda cabe destacar que a falta de cuidados médicos e exames para atestar a qualidade do material genético e condições de saúde do doador são agravantes desta modalidade, uma vez que poderá ser a mãe contaminada com alguma doença e a possibilidade de geração de crianças especiais em razão da falta de precauções clínicas. Apesar de não haver impedimentos para a realização da prática, esta pode acarretá diversas responsabilidades aos envolvidos e a comprovação que não houve relacionamento entre as partes é uma prova difícil de ser realizada, sendo assim como falar em exclusão de responsabilidade. A pesquisa, de natureza teórico bibliográfica, tem base na obra de doutrinadores como Sílvio Romero Beltrão (2014), Paulo Lobô (2009) e outros.

Palavras chaves: Inseminação artificial. Legislação. Biodireito.

**A EFETIVIDADE DO DIREITO PENAL PARA A TUTELA DA
DIGNIDADE SEXUAL DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DO
ARTIGO 215-A**

Jussandro Junio Moreira, Maria Luíza Machado de Barros,
Francisco Henrique Barros, Ícaro Trindade Carvalho

A cultura da violência sexual é arraigada na sociedade e ocorre principalmente contra as mulheres, seja nas ruas, festas, locais de trabalho e até mesmo dentro das próprias casas. A legislação tenta, por meio de punição, impedir que condutas ofensivas como essas sejam praticadas. Para isso, o presente trabalho tem por objetivo analisar a Lei 13.718/18, com foco no artigo 215-A, que trata do novo crime de importunação sexual e apresentar sua efetividade, ou não, no que tange à proteção da dignidade sexual. O desempenho dos legisladores trouxe importante avanço para a justiça, sobretudo no que se refere à observância do princípio da proporcionalidade em relação aos tipos penais que tutelam a dignidade sexual. Porém, é necessária uma mudança nas estruturas culturais da sociedade patriarcal para que a dignidade sexual das mulheres seja efetivamente protegida como lhe é de direito.

Palavras-chave: Importunação sexual. Dignidade sexual. Código Penal. Proporcionalidade.

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE: UMA ANÁLISE DOS CRIMES FISCAIS À LUZ DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE

Glauber Lincoln de Souza Faria, Hugo Lázaro Martins, Amaral Roque Bueno, Caio Magalhães Nunes

O presente trabalho visa esmiuçar o Princípio da proporcionalidade, oriundo do Direito germânico, que funciona como norte para a criação da norma e sua aplicação, limitando a intervenção do estado nas liberdades individuais tendo como pedra fundamental a devida observância dos direitos fundamentais daqueles que estarão sob alcance da lei. Assim, aqui será exposto suas duas faces que balizam o alcance da tutela do estado, fazendo com que este não atue de forma excessiva chegando a violar os direitos fundamentais do indivíduo, bem como não atue à mingua de proteção, fazendo que o bem jurídico tutelado fique desprotegido frente a condutas de terceiros. Neste liame, trataremos à baila uma importante discussão, adentrando no Direito penal econômico, a respeito da extinção da punibilidade dos crimes tributários, descritos pela Lei 8.137/90, onde ocorreria tal benefício quando o agente pagar o devido antes da denúncia ou até mesmo após o trânsito em julgado, segundos a Lei 9.249/95 e a Lei 10.684/03. Será colocada essa questão perante a face do Princípio da proporcionalidade atinente a Proibição da proteção deficiente, levando-se em conta o bem jurídico a ser protegido e os danos sociais resultantes desses delitos.

Palavras-chave: Princípio da proporcionalidade. Proteção deficiente. Crimes fiscais.

ADOÇÃO TARDIA: A UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE INTUITU PERSONAE COMO FORMA DE FACILITAR A INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM MAIS DE 03 ANOS EM NOVAS FAMÍLIAS

Maressa Cristina Gonçalves Alves, Elivânia Felícia Braz, Tenório Moreira e Carla Gomes.

A decisão em constituir uma família de forma natural pode não ser possível para algumas pessoas, ou ainda, estas simplesmente optam por inserir integrantes que não possuem vínculo genético em seu lar, intitulado-as como próprios filhos, sem formalizar juridicamente um procedimento que viabilize a guarda e ou adoção. Sendo assim, o artigo busca refletir sobre a utilização da adoção direta (consensual - *Intuitu Personae*) como forma de facilitar a adoção tardia de crianças e adolescentes, de modo a beneficiar o melhor interesse da criança e os vínculos afetivos. O objetivo será o de demonstrar a aplicabilidade do princípio do melhor interesse da criança e a valoração dos vínculos afetivos para tornar viável a realização da adoção direta no ordenamento jurídico brasileiro como meio de fomentar a adoção tardia. Concluiu-se que o deferimento de adoção direta ou *intuitu personae* na modalidade tardia se dá em caráter excepcional, com prévia comprovação do vínculo afetivo e através da realização de estudo social por equipe multiprofissional do Judiciário e revelando reais vantagens ao adotado.

Palavras-chave: Adoção Tardia. Adoção Direta (*Intuitu Personae*). Princípio do melhor interesse.

A ILEGALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DIRETA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Euler de Oliveira Domingues, Fabiano Thales de Paula Lima,
Tenório Moreira, João Paulo Reis.

O presente artigo declina sobre a investigação criminal exercida de forma direta pelo Ministério Público. É inegável o importante papel que o Ministério Público vem desempenhando no processo de “passagem a limpo” do Brasil, através do combate a corrupção e ao crime organizado, até trazendo de volta aos cofres públicos, parte dos recursos desviados, além de colocar na prisão corruptos e corruptores. Contudo, esta pesquisa teve por finalidade descobrir se a realização da investigação direta pelo Ministério Público está dentre as atribuições concedidas ao órgão pela Constituição Federal e, se o posicionamento do Supremo Tribunal Federal favorável neste sentido não viola a Constituição de 1988. Enfrentou-se o problema através revisão bibliográfica, concluindo-se que a investigação criminal realizada de forma direta pelo Ministério Público, não encontra guarida na Constituição Federal, estando portanto, equivocada a decisão do Supremo Tribunal Federal em presumir como legal esta prerrogativa ao Ministério Público.

Palavras-chave: Investigação Criminal direta. Ministério Público. Legalidade.

PHISHING – ESTELIONATO OU CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR?

Hélen de Souza Reis, Amaral Roque Bueno, Maria Luiza Machado de Barros, João Paulo Reis de Deus

As fraudes na internet crescem diariamente e o delito virtual, objeto deste estudo, foi o *Phishing*. Este delito é caracterizado pela pesca voluntária de dados pessoais de internautas por meio de páginas falsas na internet. A grande problemática surge no momento em que o Princípio da Legalidade, exige que, para punir o delito há necessidade de lei anterior que o defina. Ante este fundamento, qual o tipo penal é aplicável ao crime de *Phishing*: estelionato ou crime contra a economia popular? Pelo estudo realizado, esta fraude está melhor constricta ao crime contra a Economia Popular, da Lei nº 1521/51, devido à abrangência que alcança ser de amplo espectro. Por esta razão, em virtude de não haver lei que tipifique o *Phishing*, a segurança jurídica e os próprios fundamentos axiológicos do Estado estão em xeque, posto que a este, só é permitido punir se houver lei anterior que tipifique o crime. As leis existentes em nosso ordenamento jurídico não estão em consonância com a evolução tecnológica pelas quais a sociedade passou, logo, o Direito precisa se reorganizar e acompanhar o universo cibernético em todas as suas inovações digitais, as leis precisam estar voltadas para a nova era digital, tipificando e imputando as sanções aplicáveis a cada caso concreto.

Palavras-chave: *Phishing*. Estelionato. Princípio da Legalidade. Economia Popular.

A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL TRATADA SOB A PERSPECTIVA DA MEDIAÇÃO E DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR

Vinicius Romagnoli Mendes, Micheline Glayse Silva, Tenório Moreira, Pollyana Vieira.

A síndrome da alienação parental é uma realidade cotidiana em nosso país, e diante dessa situação, foi promulgada a Lei n 12.318/2010, com o objetivo de tutelar sobre os casos frequentes da alienação parental e identificar o alienante, prezando sempre pelo melhor interesse da criança e de seu bem-estar. Consta, porém, que a referida lei é bastante controversa, objeto de vários projetos de lei, inclusive com o fito de extingui-la. Devido à delicadeza e às peculiaridades que envolvem as questões de família e as de alienação parental, o nosso ordenamento jurídico tem optado pelo instituto da Mediação, com enfoque no trabalho multidisciplinar, momento em que conta com o apoio e o trabalho de profissionais de outras áreas, a depender do caso concreto em discussão. Dentro da multidisciplinaridade, pode-se encontrar o instituto da Constelação Familiar, que é uma ferramenta psicoterapêutica desenvolvida para tratar problemas, traumas e ansiedades de pacientes no âmbito familiar. A mediação, aliada à constelação familiar, é utilizada para auxiliar o poder judiciário na resolução dos conflitos familiares de forma pacífica e eficaz.

Palavras-chave: Alienação Parental. Mediação. Constelação Familiar.

MATERNIDADE ENCARCERADA: PERSPECTIVAS DAS MÃES NO AMBIENTE CARCERÁRIO

Filipe Henrique Gomes da Silva; Amaral Roque Bueno; Maria Luiza Machado de Barros; Luiza Helena Coelho de Souza.

O presente artigo propõe uma análise das perspectivas das mães em relação à maternidade quando em situação de cárcere. Realizou-se, para tanto, uma pesquisa no presídio feminino de Rio Piracicaba/MG a partir das disposições da Lei nº 13.769/18 e da decisão proferido pelo STF no *Habeas Corpus* Coletivo nº 143.641, que tratam da substituição da prisão preventiva por domiciliar de todas gestantes, mães ou responsáveis por crianças ou pessoa com deficiência em todo território nacional. Ao final, constatou-se que a experiência do aprisionamento materno é bastante traumático e a separação do filho da mãe para cumprir pena de prisão traz impactos para toda família. Pelo levantamento dos dados, a vivência das mães dentro do cárcere revela abandono afetivo e social em relação aos filhos, de modo que a alteração legislativa e mesmo o posicionamento do STF ainda são insuficientes para preservar minimamente a relação materno-filial. Portanto, é preciso por parte do Estado proporcionar meios efetivos que procurem facilitar a convivência do filho com a mãe encarcerada e garantir direitos fundamentais. Isso não deixará de impedir o Estado de exercer o *jus puniendi* e ao mesmo tempo preservará os direitos decorrentes da filiação que não devem ser atingidos de forma absoluta pela pena. No âmbito técnico-jurídico, essa é a ponderação tão importante e necessária para se alcançar a justiça agasalhada pelo ordenamento jurídico-constitucional.

Palavras-chave: Maternidade. Direitos fundamentais. Prisão.

ANÁLISE JURÍDICA NO PROCESSO DE ADOÇÃO TARDIA

José Milton Medeiros Junior, Walter Veloso Dutra, Marcos Bernardes Rosa, Rainer Bomfim

Este estudo teve como objetivo investigar os aspectos jurídicos e sociais da família, sob o prisma da adoção de crianças maiores de três anos e adolescentes; a chamada adoção tardia. O direito à convivência familiar de crianças e adolescentes deve ser visto, atualmente, à luz dos direitos humanos. Assim, constata-se a problemática da adoção tardia, uma vez que essas crianças e adolescentes encontram maior dificuldade à reinserção da convivência familiar. Foi realizada uma revisão bibliográfica e pesquisas documentais. O estudo mostra grande avanço no enfrentamento dessa problemática, mas ainda faz-se necessárias ações eficazes no sentido de reintegrar a criança e o adolescente, com a maior urgência possível ao convívio de sua família natural, extensa ou substituta para que seus direitos mais fundamentais não sejam violados. Empreende-se, ao final, revelar propostas e possibilidades para uma caminhada de sucesso pautada na análise e proteção da família, tornando mais rápido e eficaz a inserção desses indivíduos à convivência familiar.

Palavras-chave: Adoção tardia; Direito à convivência familiar; Direitos Família.

A LEI Nº 13.718 E A TENTATIVA BRASILEIRA DE ENFRENTAMENTO AO REVENGE PORN E À EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA

Talisson Vital dos Santos, Alberto Gomes Vieira, Walter Veloso Dutra, Margarete Alves Zunzarren

O artigo se propõe a analisar a evolução na legislação penal brasileira no tocante ao enfrentamento dos crimes sexuais virtuais de exposição pornográfica não consentida e pornografia de vingança, inseridos no Código Penal Brasileiro através da promulgação da Lei 13718/18. Vista a imprevisibilidade legal, os tais autores eram processados e julgados com base nos crimes de injúria e difamação. Questionou-se, portanto, se o nível diploma seria capaz de transmitir aos usuários de tecnologias virtuais específicas, uma efetiva sensação de segurança, para tanto, demonstrou-se a evolução do pensamento do legislador brasileiro no intuito de combater a pornografia infantil (Lei 11829/08), a invasão de dispositivos informáticos (Lei 12737/12) e o registro não autorizado de cena ou ato pornográfico no ambiente doméstico e familiar (Lei 13772/18). O problema, exigiu uma análise da redação do Artigo 218-C do Código Penal, alterado pela Lei 13.718, evidenciando alguns defeitos materiais tendentes a gerar um abrandamento da pena e não enquadramento dos autores como: pena mínima, limitação da expressão “cena” e incorreta adoção da causa de aumento de pena. A metodologia utilizada contribuiu para a compreensão de que as omissões ou equívocos legislativos com a redação da lei 13.718/18, sem uma urgente adequação legislativa, não permitem uma efetiva sensação de segurança e justiça aos usuários dos ambientes virtuais.

Palavras-chave: Lei 13.718/18. Pornografia de vingança. Exposição pornográfica não consentida.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA: UMA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA À LUZ DO BIODIREITO

Laysla Evilen Gomes Brandão, Walter Veloso Dutra, Marcos Bernardes Rosa E Rainer Bonfim

O presente artigo possui como temática a inseminação artificial caseira, trazendo seus reflexos no mundo jurídico, bem como busca analisar a realização da técnica e os riscos que a envolvem. Além disso, abordou-se os aspectos da inseminação artificial, que consiste em uma técnica de reprodução humana assistida e buscou-se cotejá-la com a inseminação caseira, demonstrando a ausência de um amparo legal, vez que encontra-se em tramitação até hoje o Projeto de Lei nº 1.184/2003, sendo a Resolução 2.168/17 do Conselho Federal de Medicina o único dispositivo que visa regulamentar determinadas técnicas. Por fim, houve uma especulação acerca da possibilidade do filho gerado pelo método da inseminação artificial caseira ter direito ao conhecimento de sua identidade genética, mostrando o conflito existente entre o direito à intimidade e o direito ao conhecimento genético.

Palavras-chave: Inseminação Artificial Caseira. Identidade Genética. Biodireito.

IDENTIDADE PATERNA SONEGADA: CONSEQUÊNCIAS NO DIREITO SUCESSÓRIO

Gabriela dos Reis Santos, Elivânia Felícia Braz, Tenório Moreira da Silva e Rayssa Pereira Azevedo.

A história do trabalho escravo vem desde os tempos mais distantes. Já foi uma prática comum em vários países, como Roma e Grécia, onde o número de escravos era grande. No Brasil, os escravos eram tratados como mercadorias e vendidos pelos comerciantes de escravos. Com o passar do tempo e com o desenvolvimento da sociedade, a escravidão foi abolida, porém ainda existem novas formas contemporâneas de escravidão, inclusive no Brasil. Embora o trabalho escravo seja proibido, ele ainda subsiste em várias partes do mundo. O presente artigo abordou, em um primeiro momento, a análise da evolução do trabalho escravo no Brasil e no mundo, e, em seguida, as formas contemporâneas de escravidão. Posteriormente, abordou a caracterização do trabalho escravo nos dias atuais, de acordo com a legislação brasileira em vigor, bem como as medidas de combate e as consequências jurídicas nas situações onde é constatado o trabalho escravo.

Palavras-chave: Reconhecimento. Paternidade. Sucessão

(IN) VALIDADE DAS DOAÇÕES DE FIÉIS RELIGIOSOS POR DOLO

João Paulo Viana Martins, Amaral Roque Bueno, Tenório Moreira da Silva, João Paulo Reis de Deus

Diante de uma sociedade cada vez mais complexa, inclusive quanto ao uso de variados meios de comunicação e persuasão, a compreensão dos vícios de consentimento amplia os seus horizontes de aplicação. Especificamente, os contratos de doações realizadas no âmbito das crescentes relações religiosas ganham relevância, pois tal modalidade negocial exige seriedade, formalidade e transparência na manifestação da vontade de dispor. Assim, pretendem-se analisar a higidez da doação, as circunstâncias que possam extrapolar as relações de fé, caracterizando um eventual vício de consentimento, e as eventuais consequências jurídicas decorrentes da responsabilidade civil daquele que deu causa à anulação contratual. Verifica-se que na atualidade há um crescimento notório da busca do controle jurisdicional nas relações de doação dos fiéis em prol das diversas instituições religiosas presentes no país, com o intuito de se obter por parte desses fiéis a anulação do negócio. Entretanto, há uma grande dificuldade em se conseguir êxito, mesmo sendo nítido o direito diante de alguns vícios na relação, por se tratar de um tema especificamente religioso muitas vezes desprezado pelo mundo jurídico. O presente artigo aborda o dolo como um vício do consentimento, além de apontar os requisitos materiais e formais na manifestação da vontade do doador e a (in) validade por dolo das doações realizadas por fiéis religiosos, potencializadas pela teologia da prosperidade.

Palavras-chave: Doação. Invalidez. Religião.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL

Raquel Araújo Nascimento, Micheline Glayse Silva, Cleila Moreira de Souza, Pollyanna do Patrocínio Vieira

Com base na Constituição Federal e legislação infraconstitucional, além de tratados internacionais, este artigo é baseado em material bibliográfico, e analisa como tem sido a contribuição dos instrumentos jurídicos para garantir alimentação adequada e segura aos cidadãos, com foco nos produtos alimentícios de origem animal. O tema apoia-se no fato de que tais produtos têm presença significativa na cultura alimentar brasileira e, portanto, merecem especial atenção no combate às doenças transmitidas por alimentos e óbitos provocados por consumo de alimentos não saudáveis, provocando distúrbios no que se refere à saúde. O estudo avalia que apesar da ampla legislação relativa aos controles de produção, distribuição e comercialização dos alimentos de origem animal, a realidade permanece como desafio por falta de uniformidade de ações entre os entes federados. Destaca-se o papel da informação como forma de democratizar a participação da sociedade e de dar condições para a mesma exercer a sua responsabilidade na segurança alimentar e nutricional de todos.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional. Produtos alimentícios de origem animal. Legislação sanitária.

**“ESTUPRO CORRETIVO” COMO FORMA DE CONTROLE
COMPORTAMENTAL DA VÍTIMA: um estudo sobre a
violência sexual lesbofóbica**

Santhiele Gomes dos Santos, Ícaro Carvalho Trindade, Thais Vital, Renata Martins de Souza.

Ao longo dos anos a sociedade patriarcal legitimou, por meio do discurso da supremacia masculina, a submissão da mulher em relação ao homem. Em decorrência disso, atualmente temos uma sociedade marcada pela violência de gênero. Em casos que a mulher apresenta orientação sexual, diversa da imposta da heterossexual, como é o caso das lésbicas, os casos são mais agravantes, pois além do preconceito e violência em razão do gênero feminino, sofrem também em decorrência de sua orientação afetiva sexual. O artigo transcorrerá acerca do crime de estupro corretivo, como forma de controle comportamental da vítima lésbica marcando assim a (in) efetividade dos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais.

Palavras-chave: Estupro corretivo. Violência sexual. Lésbicas.

TRABALHO ESCRAVO: O TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO E SEUS CONTORNOS JURÍDICOS

Miriellen Pereira Malta, Francisco Henrique Otoni de Barros, Alexandro Pastordine, Larissa de Oliveira S. Araujo.

A história do trabalho escravo vem desde os tempos mais distantes. Já foi uma prática comum em vários países, como Roma e Grécia, onde o número de escravos era grande. No Brasil, os escravos eram tratados como mercadorias e vendidos pelos comerciantes de escravos. Com o passar do tempo e com o desenvolvimento da sociedade, a escravidão foi abolida, porém ainda existem novas formas contemporâneas de escravidão, inclusive no Brasil. Embora o trabalho escravo seja proibido, ele ainda subsiste em várias partes do mundo. O presente artigo abordou, em um primeiro momento, a análise da evolução do trabalho escravo no Brasil e no mundo, e, em seguida, as formas contemporâneas de escravidão. Posteriormente, abordou a caracterização do trabalho escravo nos dias atuais, de acordo com a legislação brasileira em vigor, bem como as medidas de combate e as consequências jurídicas nas situações onde é constatado o trabalho escravo.

Palavras-chave: Escravo. Trabalho Forçado. Atualidade.

A INCLUSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA: UM DIÁLOGO PARA EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO DO HOMOAFETIVO NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO

Moisés Martins de Assis, Ariete Pontes de Oliveira, Ítalo Moreira Reis, José Rui Guimarães Bretas.

O presente artigo tem por objetivo estudar a diversidade sexual, especificamente, no ambiente de trabalho, tendo em vista a necessidade do enfrentamento diário da homofobia sofrida por trabalhadores homoafetivos. Os ambientes juslaborais são permeados por comportamentos heteronormativos, advindos de uma sociedade construída sob os pilares do patriarcado, que buscam reafirmar o padrão binarista sexual homem e mulher como sendo o correto, logo, marginalizando, excluindo e fomentando o preconceito e a discriminação aos homoafetivos. A sociedade contemporânea atribui relevância aos debates acerca da homoafetividade no meio ambiente do trabalho, discutindo, dentre outras pautas, as vivências de violências em razão da orientação sexual. Além disso, o atual contexto social não permite mais que a diversidade sexual seja hostilizada, já que a inclusão é marco importante para o reconhecimento destes sujeitos de direito historicamente perseguidos e discriminados. Apesar de toda evolução sistemática dos textos normativos capazes de reconhecerem os direitos humanos fundamentais é possível afirmar que o Estado Democrático de Direito ainda não efetiva a completa tutela às pessoas que se orientam sexualmente pela homoafetividade. Deste modo, o viés da presente pesquisa é fazer análise de como a norma jurídica tem combatido a homofobia nos ambientes de trabalho.

Palavras-chave: Diversidade Sexual. Trabalhadores Homoafetivos. Homofobia. Direito do Trabalho.

A ANÁLISE DO VALOR PROBATÓRIO DA PALAVRA ISOLADA DA VÍTIMA NOS CRIMES DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Paloma Moreira Coura, Renata Martins De Souza, Elivânia Felícia Braz, Ícaro Trindade Carvalho

O presente artigo teve por objetivo demonstrar os riscos da condenação pelo delito estupro de vulnerável baseando-se apenas na palavra da vítima. Conforme sabido, nos crimes sexuais, geralmente ocorridos na clandestinidade, a ausência de prova testemunhal, bem como de elementos materiais que confirmem a prática do delito, faz com que nesses crimes a palavra da vítima ganhe especial relevância. Dada a importância da matéria, realizou-se breve análise acerca dos elementos e características do tipo penal do Estupro de Vulnerável, bem como acerca dos mecanismos de prova previstos no Processo Penal. O estudo ainda se ocupou de demonstrar os riscos que existem por trás de uma condenação baseada em provas frágeis. Ao final, chegou-se à conclusão de que o magistrado deve sempre agir com cautela na análise da prova, de forma a não favorecer a mitigação do princípio da presunção de inocência, estabelecido como garantia constitucional.

Palavras-chave: Palavra da vítima. Valor Probatório. Estupro de Vulnerável.

ANÁLISE JURÍDICA E SOCIAL DO TRÁFICO DE ÓRGÃOS

Ivany Aparecida de Souza, Marcos Bernardes Rosa, Maria Luiza M. de Barros, Neuza Cotta.

Este trabalho tem como escopo o mercado clandestino de tráfico de órgãos no Brasil, que tomou visibilidade pelo caso do garoto Paulo Veronesi Pavesi, o Paulinho, morto no ano 2000. As estatísticas revelam a existência da prática, no entanto é possível observar que o debate em torno da legislação vigente não é amplamente difundido, apesar dos avanços que tem tomado nos últimos anos. A temática envolve a ética profissional, o poder jurídico e os direitos humanos, e deve ser avaliada dentro dessas três óticas no que diz respeito ao Código Penal. A análise dos dados será feita por meio da bibliografia disponível acerca do tema, bem como consultas à legislação pertinente. O referencial teórico desenvolvido no presente trabalho traz Carvalho e Cardoso (2014), juntamente à análise da Lei n. 9.434/97. Outro trabalho importante é o publicado pela Secretaria Nacional de Justiça, em uma edição voltada para a questão dos direitos humanos relacionados ao tráfico humano, com foco no transplante de órgãos. É notório que algumas providências têm sido tomadas, porém existem alguns pontos que podem ser revistos, sendo estes objeto de questionamento deste trabalho.

Palavras – chaves: Tráfico de órgãos. Tráfico de seres humanos. Código Penal.

A QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO: CONSIDERAÇÃO ACERCA DA POSSIBILIDADE DA SUA APLICAÇÃO EM CASOS DE HOMICÍDIOS DE MULHERES TRANSGÊNERAS

Priscila Mól da Mota, Fabiano Thales de Paula Lima, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Francisco Henrique Otoni de Barros.

A morte de mulheres no Brasil é uma realidade que possui elevado número de vítimas decorrentes de discriminações pelo fato de possuírem a condição de mulher. Desse modo no dia 09 de março de 2015 foi promulgada a lei 13.104, conhecido como “lei do feminicídio”, incluindo no rol de qualificadoras no artigo 121 do Código Penal Brasileiro o inciso VI do §2º. No presente artigo pretende-se responder a seguinte problemática: a partir da inclusão do novo tipo penal, a lei do feminicídio pode ser aplicada para mulheres transexuais? Desse modo, não obstante os questionamentos que permeiam em torno da nossa legislação, a criminalização do feminicídio é importante para a busca por justiça de gênero com o objetivo de “juntar” a igualdade entre as pessoas e a dignidade humana. Mudar essa realidade requer que o poder público introduza políticas públicas de combate a violência de mulheres em virtudes de violência de gênero e discriminação. Diante das pesquisas bibliográficas constatou a necessidade de analisar as lacunas existentes na referida Lei, pois a mesma carece de modificação, a fim de efetivar o interesse dos protegidos.

Palavras-chave: Feminicídio. Homicídio. Transexual.

EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER NO BRASIL: uma análise sobre a perspectiva de gênero

Ana Luiza Gomes Pereira, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Daniel Ortiz Matos, Joice Gomes da Silva.

O presente artigo buscou debater a evolução dos direitos das mulheres no Brasil, partindo de uma análise histórica que perpassa as principais bases estruturais do papel da mulher na sociedade. A pesquisa avança para além da identificação temporal de conquistas e direitos a partir das lutas feministas, analisando numa perspectiva de gênero quais paradigmas não foram superados ao se comparar gênero masculino e gênero feminino, bem como, dentro deste último, quais fatores criam diferentes níveis de acesso a direitos. A metodologia utilizada foi a de compilação bibliográfica, tendo como fonte livros, trabalhos científicos e dissertações sobre o tema. Houve uma análise específica acerca de alguns institutos, como a Lei nº 4.121/62 – Estatuto da Mulher Casada -, o Código Civil, a Constituição Federal. Ao final, confirmou-se que além de ser submetida a uma evolução lenta e gradual de direitos, a mulher brasileira, ainda hoje, sofre com fatores de diferenciação e exclusão, seja em relação aos homens, seja dentro do próprio gênero feminino e que o Direito, enquanto instrumento de normatização de condutas, também não se mostra ainda igualitário.

Palavras-chave: Direito da mulher. Igualdade. Gênero.

LIMBO JURIDICO PREVIDENCIARIO E TRABALHISTA

Leila Aparecida Rossi, Ítalo Moreira Reis, Amaral Roque Bueno, Regiane Quintão

O presente artigo, busca analisar e definir a competência para solucionar o conflito existente do trabalhador que tem alta no INSS e ao retornar ao seu posto de trabalho é considerado inapto pelo médico do trabalho. Nesse sentido, a doutrina e a jurisprudência denominam tal situação como Limbo Jurídico Trabalhista Previdenciário. O objetivo deste estudo é a observação pela necessidade de regulamentação da competência nos casos de limbo, que é um tema amplo e complexo que merece uma atenção maior das partes de uma reclamação trabalhista e de seus patronos. Defende-se que a competência para solucionar este empasse deve ser direcionada a Justiça do Trabalho, com a finalidade de promover a pacificação da lide, pois trata-se de uma justiça especializada e mais célere na resolução dos conflitos.

Palavras-chave: Competência. Limbo Jurídico. Justiça do Trabalho.

A (IM)POSSIBILIDADE DA PERDA DA MEAÇÃO DO CÔNJUGE INDIGNO CONDENADO POR HOMICÍDIO DOLOSO DO CONSORTE

Fernanda Sartori, Fabiano Thales de Paula Lima, Tenório Moreira da Silva, João Paulo Reis

O presente artigo aborda o tema do direito sucessório, no qual, busca-se analisar a (im)possibilidade da perda da meação do cônjuge indigno condenado por homicídio doloso do consorte. Para estudar o tema proposto, o artigo foi dividido em três capítulos, onde o primeiro tratou sobre os regimes de bens na legislação brasileira, o segundo do direito sucessório, e o terceiro da (im)possibilidade de exclusão da meação do cônjuge declarado indigno por homicídio doloso. Para a realização deste artigo foi utilizado o método científico dedutivo, com uma abordagem qualitativa e teórica, através de materiais bibliográficos diversos, como artigos científicos, livros, legislação, doutrina e jurisprudência. Percebeu-se que a meação é conservada ainda que o cônjuge seja condenado por homicídio doloso do consorte, e tão somente não concorrerá com os herdeiros na partilha da herança. Assim, propõe-se a aplicação analógica das consequências da indignidade do cônjuge para afastar o seu direito a meação, quando este atentar contra a vida do consorte.

Palavras-chave: Indignidade. Herança. Meação.

ADOÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS POR NÃO ÍNDIO: análise jurídica à luz do melhor interesse do menor

Ananda Silva Corrêa, Larissa de Oliveira Santiago Araújo, Filipy Salvador Pereira Bicalho e Érica Verli

Este artigo analisou a “Adoção de Crianças Indígenas Por Não Índio: Análise Jurídica À Luz Do Melhor Interesse Do Menor”. O objetivo do artigo foi analisar o instituto da adoção no Brasil, explanar os direitos contidos na constituição e as leis infraconstitucionais para com os indígenas submetidas ao processo de adoção e apontar quais caminhos e garantias devem ser privilegiados e melhor representam o interesse da criança indígena em processo de adoção. A hipótese levantada propõe se seria possível a desburocratização do processo de adoção de crianças indígenas frente a sua especificidade sociocultural? A metodologia utilizada foi método indutivo pautado em fundamentação teórico bibliográfico por meio de análise jurisprudencial, além da legislação constitucional e infraconstitucional. Em resposta a hipótese levantada nesse trabalho, entende que a melhor forma de desburocratizar o processo de adoção de crianças indígenas por não índio é analisando o caso concreto, respeitando o melhor interesse do menor envolvido. Como foi decidido pelo ResEsp nº 1566808/MS em que o STJ entendeu que os formalismos processuais não podem sobrepor o direito fundamental da criança indígena de pertencer a uma família, bem como manter a crianças em um abrigo a qualquer custo a fim de preservar sua identidade cultural.

Palavras-chave: Adoção. Indígena. Criança e Adolescente.

A PERSPECTIVA DE UM NOVO ESTADO CIVIL PARA O CONVIVENTE EM UNIÃO ESTÁVEL

Luana Policarpo Gomes, Renata Martins de Souza, Larissa de Oliveira Santiago Araújo, Elivânia Felícia Bráz

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil/1988 (CRFB/1988) a união estável obteve reconhecimento como constituinte de entidade familiar. A aludida legislação preconiza tutela aos conviventes em união estável, bem como a condecoração da união estável como núcleo familiar. No entanto, contemporaneamente, verifica-se que a união estável perpassa a regulamentação jurídica estabelecida e reclama adequação a outros quesitos, precisamente no que tange ao fato de sua não configuração como modificadora de estado civil, ou seja, os conviventes, após firmarem a Escritura Pública Declaratória de União Estável, permanecem com o mesmo estado civil anterior ao da união. Por essa razão, projeta-se a análise do instituto da união estável como fato (não) modificador do estado civil a fim de compreender e avaliar a in (coerência) de eventual regramento que considere a união estável modificadora de estado civil, bem como o atual regramento nacional, e, as inerentes consequências jurídicas. Resta plausível considerar que, a circunstância atual onde a convivência em união estável não se configura a constituição de estado civil produz como efeito um vazio jurídico, especificadamente, no que concerne às eventuais fraudes na esfera patrimonial, bem como ao que tange à inobservância do direito de personalidade do convivente em união estável a ter o estado civil característico a sua atual situação familiar.

Palavras-chave: União estável. Estado Civil. Conviventes.

TESTAMENTO VITAL: ANÁLISE JURÍDICA DE VIABILIDADE DO INSTITUTO NO ORDENAMENTO PÁTRIO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Tamara Rodrigues Sousa, Filipy Salvador Pereira Bicalho,
Daniel Ortiz Matos, Joice Gomes da Silva

O presente artigo tem por escopo a análise da viabilidade constitucional de regulamentação jurídica do instituto do Testamento Vital no ordenamento jurídico brasileiro, assim como regulamentado em diversos outros países, como possível forma de garantir o direito a uma morte digna. A morte, muito embora constitua uma das consequências naturais do ciclo da vida, ainda é tratada como um tabu pela sociedade, seja por questões religiosas, culturais ou pelo simples medo diante das incertezas que norteiam o tema. Entretanto, com o advento da Constituição Federal de 1988, o direito à vida passou a ser considerado para muito além da manutenção do seu aspecto puramente biológico, devendo ser entendido como direito de viver com dignidade. Neste cenário, ao longo do artigo discute-se sobre a possibilidade do reconhecimento do direito de morrer, como sendo a manifestação da autonomia da vontade dos indivíduos que se encontram em estados terminais ou meramente vegetativos. Através da realização de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, analisou-se o instituto das diretivas antecipadas de vontade com base no direito comparado e a luz da principiologia constitucional vigente, sendo confirmado, ao final, a hipótese inicialmente levantada, de viabilidade de regulamentação específica da matéria no direito pátrio.

Palavras-chave: Testamento vital. Morte Digna. Possibilidade de regulamentação.

A PESSOA TRANSEXUAL E O DIREITO DE RECEBER AS APOSENTADORIAS POR IDADE E POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE ACORDO COM O GÊNERO ADOTADO

Maria Tereza Caracioly Gomes, Larissa de Oliveira Santiago Araújo, Ícaro Trindade Carvalho, Érica Verlí.

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a evolução histórica da previdência social em nosso ordenamento jurídico bem como suas principais mudanças ao longo dos anos. Debruçamo-nos no estudo conceitual e nos aspectos gerais atinentes ao transexualismo, no que tange às peculiaridades que o diferencia dos demais gêneros sexuais e sobre a possibilidade de retificação do registro civil destes indivíduos. A autodeterminação do transexual possui proteção constitucional pautada nos princípios da dignidade da pessoa humana, igualdade e liberdade, conferindo respeitabilidade ao sexo psíquico do indivíduo. Para que se concretize o ideal democrático, é dever do Estado conferir a dignidade aos seus cidadãos. Houve o apontamento de soluções práticas para a questão destes indivíduos, que hodiernamente se fazem úteis para a solução da problemática.

Palavras-chave: Aposentadoria. Garantias. Transexual.

DA (IR)RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA PRÁTICA DO *BULLYING* NO MEIO ESCOLAR

Fernanda Paula Gondin, Renata Martins de Souza, Ícaro Trindade Carvalho e Daniel Ortiz Matos

A presente pesquisa buscou delinear a Responsabilidade Civil do Estado pela prática do *bullying* no meio escolar. Compreende-se por *bullying* a prática sistemática de atos que visem inferiorizar, menosprezar ou ofender um indivíduo ou um grupo de pessoas que apresentem características similares, conforme definido pela Lei nº 13.185/15. Considerando que a prática da conduta se torna recorrente nas escolas, este estudo promoveu uma análise dos aspectos concernentes à responsabilização civil do Estado em relação a tal fenômeno, quando ocorrente na rede pública de ensino básico. Concluiu-se pela dialética que a responsabilidade civil só é atribuída ao Estado, perante a comprovação de omissão de seus gestores.

Palavras-chave: *Bullying*. Escolas Públicas. Reparação Civil. Omissão. Responsabilidade.

MULTIPARENTALIDADE E SEUS REFLEXOS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES

Maria das Graças Teixeira Coelho , Filipy Salvador Pereira Bicalho , Daniel Ortiz, Joice Gomes

A partir de uma compreensão inicial do que constitui a multiparentalidade, o objetivo do presente trabalho é identificar os principais reflexos gerados pelo instituto na seara dos direitos familiares e sucessórios, advindos das relações existentes nas hipóteses de dupla filiação, socioafetiva e biológica. Após uma análise histórica da evolução do conceito de família, bem como da identificação e conceituação da multiparentalidade, apontou-se os possíveis efeitos quanto a alimentos, guarda, partilha de bens, dentre outros, quando o indivíduo tiver mais de uma filiação, seja essa por parte de pai, de mãe, ou de ambos. O novo modelo de família, pautado na Constituição Federal de 1988, resguarda o direito do princípio da dignidade humana, reconhecendo as relações parentais. O Supremo Tribunal Federal reconhece a necessidade de tal instituto ser incorporado ao nosso ordenamento jurídico, pois diante das transformações sociais não se justifica que a justiça deixe de considerar este fato da vida, já que o vínculo familiar não se restringe somente às relações consanguíneas, sendo possível que o indivíduo venha ter mais de um pai ou mãe por critérios diferentes de filiação. Assim, nosso direito deve reconhecer não apenas a multiparentalidade em si, como também todos os direitos e relações dela decorrentes, dando nova roupagem axiológica ao direito das famílias e sucessões.

Palavras-chave: Multiparentalidade.Filiação.Efeitos

ACESSO À JUSTIÇA: OS REFLEXOS DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NO DIREITO DO TRABALHO PÓS REFORMA TRABALHISTA

Pablo Schleveis Almeida; Ítalo Moreira Reis; Renata Martins e Regiane Quintão.

Este artigo tem a finalidade de demonstrar a recente legislação trabalhista, no qual regulamentou a aplicabilidade dos honorários de sucumbência perante a Justiça do Trabalho. Tais honorários de sucumbência são aqueles que são fixados pelo juiz na sentença, condenando o vencido, conforme dispõe do artigo 85 do Código de Processo Civil. Como a principal característica do direito do trabalho é a proteção da parte mais vulnerável na relação contratual, a nova legislação não poderia ser interpretada de método a aplacar o direito fundamental de ação e o acesso à justiça, nem ofender a dignidade do trabalhador. Deste modo, o artigo tem como intuito expor as mudanças trazidas após a Lei nº 13.467/2017. Foram utilizados para realização da pesquisa, através de estudos qualitativos e fontes bibliográficas, sendo baseada nos ordenamentos: Consolidação das Leis do Trabalho, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e com o estudo de materiais já publicados por renomados autores, como livros e artigos, auxiliando na identificação do problema e da fundação teórica. Concluiu-se que a nova legislação vem com intuito de reduzir a proteção adquirida pelo trabalhador ao longo dos anos.

Palavras-chave: Reforma trabalhista. Acesso à Justiça. Honorários Sucumbenciais.

O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E A REFORMA TRABALHISTA

Mônica Nery Ferreira Bastos da Silva, Francisco Henrique Otoni de Barros, Alexandro Pastorini, Elivânia Felícia Braz.

Neste artigo será abordado o direito fundamental ao livre acesso à justiça na seara trabalhista. Serão analisadas modificações promovidas pela Lei 13.467/2017 na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em especial, os pontos sobre a gratuidade da justiça e honorários sucumbenciais, que dificultaram o acesso do trabalhador à justiça. Nesse diapasão, será desenvolvida uma longa discussão, sob o ponto de vista da doutrina e da jurisprudência atuais, acerca da ofensa dessas alterações ao direito fundamental do trabalhador de acesso à Justiça do Trabalho. A pesquisa realizada seguiu a vertente metodológica bibliográfica, exploratória e descritiva, e também se valeu da pesquisa jurisprudencial nos tribunais superiores.

Palavras-chave: Direito Fundamental. Acesso à Justiça. Reforma Trabalhista.

**DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA:
GARANTIA SIMBÓLICA AO COMBATE À VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

Camila Menezes Loureiro, Renata de Souza Martins, Marcos Bernardes Rosa, Daniel Ortiz

O presente artigo teve por escopo analisar a simbologia das medidas protetivas no combate à violência doméstica. Tais medidas encontram-se previstas na Lei Maria da Penha, legislação vigente há pouco mais de 10 anos e que surgiu com a finalidade de estabelecer meios hábeis a proporcionar a proteção das mulheres em relação à violência doméstica e familiar praticada contra elas. Como tentativa de coibir investidas do agressor, a Lei 11.340/2006 prevê a possibilidade de aplicação de medidas protetivas em favor da mulher agredida, protegendo-as contra a violência doméstica. A despeito de sua relevância, restou demonstrado que tais medidas, regra geral, são destituídas da necessária efetividade prática. Com efeito, a pesquisa atestou que a ausência de políticas públicas por parte do Estado, dentre outros, faz com que a Lei (e por consequência, as medidas protetivas nela previstas) atue no plano prático como mera legislação-álibi. Ao final, aponta-se a possibilidade de adoção de métodos da justiça restaurativa, como forma de gerar a necessária conciliação entre agressor e vítima, e propiciar melhor conscientização acerca da problemática, gerando, por consequência, a redução dos casos de violência doméstica. O enfretamento da temática será realizado por meio da revisão bibliográfica.

Palavras-Chave: Simbologia. Medidas Protetivas. Justiça Restaurativa.

DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA E DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE DA MULHER

Paula Ohana Gandra Alves; Ícaro Trindade Carvalho; Neuza Cotta e Marcos Bernardes.

A presente pesquisa versa sobre a descriminalização do aborto no Brasil, uma vez que poderá sofrer dificuldades quanto ao acesso à saúde pública e afetar os direitos fundamentais da mulher. No cenário brasileiro a temática vem apresentando polêmica, tendo em vista o destino da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, que questiona os artigos 124 e 126 do Código Penal, pedindo a descriminalização do aborto induzido e voluntário até a décima segunda semana da gravidez. Diante da problemática, são analisados os preceitos fundamentais que asseguram o direito à vida e à saúde da mulher, dando o Estado a devida assistência médica e psicológica através do Sistema Único de Saúde (SUS). O enfrentamento da temática são realizados por meio da revisão bibliográfica, normas constitucionais e também por interpretação da casuística posta sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, mesmo com as diversas mudanças ocorridas em favor das mulheres no Brasil, verifica-se que as mesmas não têm direito sobre o próprio corpo, recorrendo a práticas clandestinas ou inseguras, colocando a própria vida em risco. Conclui-se que a criminalização do aborto não é medida eficaz para abolir o aborto no Brasil, apenas viola direitos fundamentais das mulheres.

Palavras-chave: Aborto. Descriminalização. Direito fundamental.

**AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: MECANISMO PARA EFETIVAÇÃO
DE DIREITOS E COMBATE À CULTURA DO
ENCARCERAMENTO NO BRASIL**

Laura Barcelos Carvalho Gomes, Renata Martins de Souza,
Marcos Bernardes Rosa, Daniel Ortiz

Dada a situação caótica vivenciada nos estabelecimentos prisionais no Brasil, bem como diante da corriqueira constatação de situações de desrespeito aos direitos humanos a que são submetidos os encarcerados, a audiência de custódia surge como um importante instituto jurídico. A presente pesquisa se propõe a analisar se, de fato a medida alcança seu intento em evitar prisões ilegais e desafogar o sistema carcerário. O estudo basear-se-á no método de abordagem dialético, ou seja, buscar-se-á através de levantamentos e estudos, dados e informações que visem compreender sobre a eficácia da audiência de custódia, através de uma análise crítica sobre o tema. O objetivo da presente pesquisa é apresentar um conceito geral sobre audiência de custódia, abrangendo sua previsão e recepção pelo ordenamento jurídico pátrio, apontando seus aspectos positivos e negativos, demonstrando assim se a mesma é um mecanismo efetivo para assegurar os direitos fundamentais da pessoa presa, bem como se a mesma seria eficaz para a redução da população carcerária do país.

Palavras-chave: Audiência de Custódia. Prisão. Direitos Fundamentais.

ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL: SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Lucas Henrique dos Santos Barros, Hugo Lázaro Marques Martins, Caio Magalhães Nunes, Micheline Glayse Silva.

O presente artigo tem por finalidade analisar o Estado de Coisas Inconstitucional e a busca pela promoção da dignidade a pessoa humana no sistema prisional brasileiro. Alicerçado em pesquisa bibliográfica instrumentalizado por livros, artigos e decisões explanar-se-á acerca da técnica decisória gestada pela Corte Constitucional da Colômbia que, ao reconhecer a violação grave e sistêmica de direitos básicos do indivíduo adotou entendimento propondo mecanismos alternativos com vias à prevalência dos preceitos de ordem constitucional. Nesse sentido, restringindo a análise ao campo nacional tratar-se-á a abrangência do reconhecimento do “Estado de Coisas Inconstitucional” no Brasil e seus efeitos no campo normativo brasileiro no que tange a violação grave e sistêmica de direitos humanos. Enfoque preponderante à atuação ativa do Judiciário que, em razão do silêncio mórbido do poder público, instituiu parâmetros para direcionar a atuação de entes políticos para implementação de políticas voltadas a superação do quadro de segregações que impera no sistema carcerário nacional. Assim sendo, com o advento do “estado de coisas inconstitucional” analisa-se a relação estabelecida entre os poderes da união para promoção das diretrizes constitucionais.

Palavras-chave: Direitos. Dignidade. Estado.

LICENÇA-PATERNIDADE: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DO NOVO PAPEL DO HOMEM NO SEIO FAMILIAR

Wesley Josué Mendes Soares, Larissa de Oliveira Santiago Araújo, Micheline Glayse Silva, Mariane Cabral Lima Alves Pantuza.

O presente estudo trata do direito do pai de fazer jus a um período maior de licença-paternidade, qual seja, 20 dias, com o propósito de cuidar do filho recém-nascido. Por meio da legislação brasileira positivada, bem como em decorrência de novas mudanças de paradigmas no comportamento social, referente ao papel do pai que deva ser desempenhado dentro da família, demonstra a necessidade da presença masculina com os cuidados do filho neonatal. A Constituição Federal de 1988 atribuiu a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres dentro do seio familiar. Contudo, ainda persiste demonstrada nas legislações infraconstitucionais o desequilíbrio de responsabilidade na qualidade de pai e de mãe aos direitos e deveres em relação à criança, no tocante às licenças materna e paterna. A pesquisa demonstrou que o legislador ordinário presumiu a incapacidade paterna de oferecer cuidado essencial e proteção ao filho recém-nascido. Diante disso, reflete ofensa constitucional à proteção integral dos pequenos, bem como o princípio constitucional do melhor interesse da criança. Assim, com as mudanças no comportamento das relações familiares, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho e a necessidade de contribuir com a renda da família, o homem passou a auxiliar nas tarefas domésticas e a cuidar dos filhos.

Palavras-chave: Licença-paternidade. Direito. Família.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E A RESERVA DO POSSÍVEL

Ana Paula Leite, Amaral Roque Bueno

O direito à saúde ao longo dos anos veio ganhando repercussão, sobretudo na esfera administrativa. Tendo em vista que o direito à saúde é um direito fundamental de todos e uma obrigação do Estado, a pesquisa teve como enfoque analisar, através de uma revisão bibliográfica e de análise de dados, se existe um excesso de judicialização da saúde e se é legítima a invocação do princípio da reserva do possível feito pelo Poder Público como forma de se desobrigar do cumprimento do seu dever constitucional e, ainda, se a judicialização da saúde afeta os direitos da coletividade. Nesse sentido, depois de abordadas questões relevantes ao processo de judicialização, como resultado conclui-se pela confirmação parcial dos questionamentos, visto que o excesso de judicialização aumenta o gasto com a saúde e conseqüentemente prejudica os interesses da coletividade, trazendo prejuízos e dificuldades tanto aos usuários, que não conseguem os procedimentos necessários para promoção ou recuperação da sua saúde, quanto aos gestores públicos, que acabam comprometendo o seu orçamento para cumprir as decisões judiciais. Ademais, conclui ser legítima a invocação da reserva do possível, desde que comprovada sua real necessidade e que não seja apenas uma tentativa vazia do gestor em se desincumbir do seu dever constitucional.

Palavras-chave: Saúde. Judicialização. Reserva do possível.

MÃES NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEI N° 13.769/18 SOB A ÓTICA PRISIONAL CONTEMPORÂNEA

Thais Ludimila Nepomuceno, Fabiano Thales de Paula Lima, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Francisco Henrique Otoni de Barros.

O sistema carcerário brasileiro passou por inúmeras transformações ao longo dos tempos. Entretanto, a evolução apresentada não foi capaz de atingir o *quantum* necessário para o alcance de suas finalidades. Verifica-se que, não obstante a previsão legal expressa, a adoção de estabelecimentos carcerários apropriados para as condições dos acautelados ainda é uma realidade distante no País, haja vista que a maioria das prisões brasileiras não dispõem de ambientes adequados e salubres, o que coloca em risco a integralidade física e moral do indivíduo encarcerado. Essa situação se agrava quando analisado o grande número de mulheres que se tornam mães durante a privação de liberdade. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar de forma crítica a Lei de n° 13.769/18, especialmente no que concerne a obrigatoriedade da substituição da prisão preventiva pela domiciliar de mulheres gestantes ou responsáveis por filhos menores de doze anos ou pessoas com deficiência, a fim de traçar um paralelo entre o estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana. Para tanto, será realizada a análise da base histórica, desde os primeiros estabelecimentos carcerários, perpassando pelas prisões mistas, até o sistema carcerário feminino atual e o diploma normativo novel em apreço.

Palavras-chave: Sistema Carcerário Brasileiro. Mães. Lei de n° 13.769/18.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL E A NÃO APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Joyce Inara Sérgio da Silva, Micheline Glayse Silva, Tenório Moreira Silva, Alessandro Moreira Lima

A violência obstétrica é considerada violência de gênero, pois representa uma série de condutas e de procedimentos que violam direitos humanos, no momento em que são desferidos à mulher gestante nas fases pré-natal, parto e pós-parto, por parte dos profissionais da área de saúde pública ou privada, ações que, muitas vezes, deixam sequelas físicas e/ou psicológicas. Não há no ordenamento jurídico brasileiro uma legislação específica e unificada para todo o território nacional sobre o assunto. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já fez recomendações a serem observadas institucionalmente no sentido de que se adotem ações que visem garantir o direito à saúde e à dignidade da mulher gestante. A Constituição Federal de 1988 dispõe acerca da proteção à mulher gestante como meio de garantia social, relacionada à saúde, ao trabalho, à previdência e à assistência social, mas, como não trata de maneira pormenorizada da etapa gestacional em si, a gestante vem sendo desrespeitada no que tange aos princípios constitucionais basilares, dentre eles: o direito à vida, à dignidade, à igualdade, à saúde e à maternidade. A falta de divulgação adequada de informação sobre o assunto, de legislação específica nacional e de capacitação dos profissionais da área da saúde para uma prestação de serviços humanizada tem ocasionado denúncias e a judicialização do tema.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Falta de Legislação Nacional. Supressão de Direitos.

ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DOS FERIADOS RELIGIOSOS EM FACE DA LAICIDADE ESTATAL.

Gilmara Patrícia Alves Rios Vieira, Hugo Lázaro Marques Martins, Marcos Bernardes Rosa, Caio Nunes.

O presente artigo tem como objetivo analisar a prática da laicidade do Estado Democrático de Direito no Brasil, nos termos da Constituição da República Federativa de 1988, em relação à imposição dos feriados religiosos (Nacional e Municipal), sem perder de vista os direitos dos não-católicos e até mesmo dos costumes do país. Tendo em vista que o Brasil é formalmente um Estado Laico, qual seja, busca a imparcialidade, sem discriminar nenhuma religião, como se pode explicar a imposição legal dos feriados religiosos, nesse mesmo Estado laico, sem ferir as crenças dos não-católicos? Uma vez que a laicidade representa uma das formas de tolerância à crença e respeito aos direitos humanos, é necessário a manutenção da separação entre Estado e religião, conforme o ideário da Constituição Federal de 1988, a qual reconhece, protege e ampara a laicidade, embora reconheça que a religião seja indispensável para a formação integral da pessoa humana, assegurando em seu inciso VI, do artigo 5º, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

Palavras-chave: Feriados religiosos. Estado Laico. Pluralidade Religiosas

**NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO: UMA ANÁLISE SOBRE
PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO NO
TOCANTE ÀS QUESTÕES RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA
DO TRABALHADOR**

Ritchelly Mariny Gonçalves de Souza, Ítalo Moreira Reis,
Amaral Roque Bueno, Regiane Quintão.

O exibido artigo visa à análise, pela ótica da Constituição da República de 1988, os impactos da Lei 13.467/2017- Reforma Trabalhista, portanto, um dos pontos de estudo será a permissão da nova Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que diz respeito ao potencial dado ao negociado, ou seja, permitir que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho tenham prevalência sobre o que se foi legislado, principalmente no tocante à saúde e segurança do trabalhador. Portanto, o artigo justifica-se por entender que, o Direito do Trabalho é um instrumento de tutela aos direitos fundamentais, além de demonstrar o perigo do retrocesso gerado pela lei 13.467/17.

Palavras-chave: Lei 13.467/2017. Negociado. Legislado.

ANÁLISE JURÍDICA DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA SOBRE A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS NO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADÉ/MG

Luana Canazart Souza Silva, Margarete Alves Zunzarren,
Alberto Gomes Vieira, Anna Carolina Barros

O presente artigo analisa a eficácia das medidas socioeducativas no Brasil, com enfoque na liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, sendo estas aplicadas pelo CREAS, órgão responsável pela execução das medidas no município de João Monlevade/MG, e previstas no Estatuto da Crianças e do Adolescente, lei nº: 8.069/90. Almeja-se com a presente pesquisa compreender os fatores que levam os adolescentes a praticar atos infracionais, bem como as formas de reinserção destes na sociedade, além da atuação do Estado frente à eficácia das normas e as possíveis falhas que ocorrem durante a execução das medidas. Para tanto, através de pesquisas e entrevistas desenvolvidas no CREAS foi possível analisar o caráter socioeducativo das medidas e as formas de reinserção social do jovem em conflito com a lei.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativas. Ato Infracional. Ressocialização

RACISMO ESTRUTURAL: a (in)efetividade das leis de proteção contra racismo previstas no Código Penal, na Constituição de 88 e na Lei nº 7.716/89.

Thaís Andrade Lucas, Ícaro Trindade Carvalho, Renata Martins de Souza e Emerson Araújo Barbosa

O presente artigo científico tem por objetivo geral analisar a (in)efetividade das leis de proteção contra racismo no Brasil, distinguindo o crime de injúria racial, previsto no artigo 140, § 3º, do Código Penal Brasileiro, do crime de racismo, previsto na Lei nº 7.716/1989 e do que prevê o art. 5º, XLII da Constituição Federal que prevê a prática do racismo como inafiançável e imprescritível, bem como o que rege nos termos dos Direitos Humanos. Diante da presença do racismo estar enraizada na sociedade, tornando-se um ato constante e a sua naturalização e negação ser um ato velado, restando para as vítimas, somente um fiasco de que tal situação desapareça, sem nunca se quer ter sido de fato enfrentado, tendo em vista as dificuldades que as vítimas da prática de racismo enfrentam para serem levadas em consideração, mesmo com a existência de tantas medidas protetivas. O estudo inicia trazendo um breve contexto histórico do negro no Brasil, em seguida, traz outros conceitos correlatos que apresentam a estrutura do racismo. Após, é realizada uma abordagem jurídica a respeito do crime de racismo, bem como uma análise da inefetividade das existentes antirracistas. Nesse sentido, conclui-se que, é inegável a existência de leis para proteção contra crime de racismo, no entanto, tais leis não passam de mero texto legal, confirmando a ideia inicial deste artigo científico.

Palavras-chave: (In)efetividade. Racismo. Direitos Humanos.

O FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL: A Inconstitucionalidade dos incisos II e VI da Recomendação nº 12/2018 frente os princípios da Informalidade, Simplicidade e Celeridade

Wesley Lourenço Claudino, Hugo Lázaro Marques Martins, Micheline Glayse e Caio Nunes

O presente artigo tem como escopo demonstrar a inconstitucionalidade dos incisos II e VI da Recomendação nº 12/2018, onde a aplicação de elencado instituto tem ferido princípios basilares do microsistema dos juizados especiais e suplantado normas processuais para concessão da tutela de urgência elencada no art. 300 do CPC/15. Para tanto, será feito um contra ponto entre o direito a saúde e o princípio da reserva do possível, o que nos remete ao fenômeno da judicialização da saúde, tendo em vista, que, o mesmo se origina da colisão do direto social e do princípio retromencionado. Neste linear, o artigo tratará da judicialização da saúde no âmbito do juizado especial da fazenda pública, onde será apontado o rito adotado por esse microsistema e a flexibilização procedimental. Destarte, será destacado o âmbito processual da judicialização da saúde na esfera do Juizado Especial. Perfazendo, demonstrado, assim, os impactos positivos e negativos da recomendação nº 12/2018 no procedimento do Juizado especial da fazenda pública.

Palavras-chave: Princípios. Tutela de Urgência. Inconstitucionalidade.

OS DESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO PERANTE O FENÔMENHO DA JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA: Uma análise a interferência do judiciário nas verbas destinadas ao ato discricionário do gestor público

Júlio César Porto Castro, Margarete Alves Zunzarren, Alberto Gomes Vieira, Mateus Bretas de Padua.

O presente trabalho tem por objetivo a análise da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu vincular parte de verbas destinadas a atos discricionários do governo, para garantir a população os direitos fundamentais básicos que sofrem pela carência na destinação de verbas e precariedade na prestação de alguns serviços, visa também analisar a interferência do Poder Judiciário no Poder Executivo, para garantir direitos fundamentais básicos, analisar se essa é legítima ou se interfere na autonomia dos poderes uma vez que a Constituição da República (CRFB/88) em seu artigo 2º dispõe que os três poderes são “independentes e harmônicos entre si”. A pesquisa, de natureza teórico bibliográfica, tem base na obra de doutrinadores como Gilmar Ferreira Mendes (2014) e Alexandre de Moraes (2014).

Palavras chaves: Poder Executivo. Ato discricionário. Constituição.

DIVERSIDADE DE GÊNERO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

Laryssa Gabriella Fonseca, Ícaro Trindade Carvalho, Renata Martins de Souza e Walter Veloso Dutra.

O Direito atual, mais do que expor em livros, talvez esteja na hora de se tentar pensar em um Direito que abrace o pluralismo. Esse é certamente um desafio, um dos maiores para o Direito do século XXI. Neste sentido, será preciso analisar a seguinte situação: qual é o motivo de tamanha dificuldade em que a Sociedade tem de lidar com a diversidade de gênero? A princípio, destaca-se o método de criação dos seres humanos, a crença religiosa, o machismo e o aspecto cultural. Entretanto, a delimitação do tema é exatamente sobre a taxatividade, ou seja, aos padrões em que a coletividade nos impõe.

Palavras-chave: Gênero. Diversidade. Sociedade. Evolução.

A (IN)APLICABILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA POR PRESUNÇÃO DE FUGA DO ACUSADO QUE SE ENCONTRA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO

Camila Rafaya Guimarães Ferreira Gomes, Maria Luíza Machado de Barros, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Neuza Ribeiro Cotta

A escolha da temática tem por objetivo o estudo da possibilidade, ou não, da Prisão Preventiva para “Garantia de Aplicação da Lei Penal” aos casos em que se presume a fuga daquele que se encontra em lugar incerto e não sabido. Este artigo busca analisar o instituto da prisão preventiva, passando-se pela sua natureza jurídica, requisitos e princípios norteadores. Ainda, verificar-se-á o que se entende por fuga do acusado e se é possível a sua presunção em determinados casos, como na situação em que há citação por edital, discutindo-se, assim, acerca da existência de suporte jurídico para fundamentar a decretação de prisão cautelar.

Palavras-chave: Prisão Preventiva. Aplicação da lei penal. Presunção de fuga.

(IN)APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ÀS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Rogimar Silva de Paula, Filipy Salvador Pereira Bicalho, Daniel Ortiz Matos, Joice Gomes da Silva.

O presente artigo buscou analisar a (in)aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às Cooperativas de Crédito, considerando as relevantes controvérsias existentes acerca da temática. O cooperativismo surgiu como uma alternativa ao modelo de produção então vigente, possibilitando a produção de bens e serviços pela via da associação de um grupo de pessoas com objetivos comuns. Por sua vez, o Código de Defesa do Consumidor trata-se de lei criada com o intuito de proteger a parte hipossuficiente numa relação de consumo. Consideradas as características e conceitos principais referentes às duas matérias, analisou-se ao longo do artigo se seria legítimo e coerente a aplicação das normas consumeristas em relações que envolvam as cooperativas e seus associados. Partindo-se de uma análise bibliográfica, buscou-se desenvolver uma pesquisa exploratória, com o maior número possível de análises sobre o tema investigado. Ao final, chegou-se à conclusão de que é equivocado equiparar o cooperado a consumidor e a cooperativa a fornecedora, tratando-se de relação especial que não permite a aplicação do CDC.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito. Código de Defesa do Consumidor. Aplicabilidade.

TESTAMENTO VITAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Samuel Felipe Gonçalves Andrade; Walter Veloso Dutra;
Marcos Bernardes Rosa; Rainer Bonfim

O presente artigo aborda a Constitucionalidade do testamento vital à luz de direitos fundamentais, em especial ao direito a vida e o direito da dignidade da pessoa humana. Trazendo a lume, a real efetividade que tal instrumento proporciona e pode proporcionar, ainda mais, dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Abordou-se, ainda, o papel deste documento como forma de garantir ao ser humano, a autonomia privada em situações em que o ser humano encontra-se incapacitado de exprimir qualquer sentimento ou vontade. Trouxe respostas aos questionamentos postos acerca de sua constitucionalidade frente ao direito fundamental à vida, diferenciando, assim, o testamento vital de métodos que buscam encerrar e atenuar o curso da vida. Por fim, destacou-se a morte como um paradigma inevitável a qualquer ser humano, enfatizando-a como a única certeza que a humanidade tem em vida. Visando, levar a dignidade da pessoa humana no nascer, no viver e no morrer de todo ser humano, sobre a premissa de que estar vivo não significa sentir-se vivo.

Palavras-chave: morte; testamento vital; dignidade.

A PRESUNÇÃO DE PERICULOSIDADE DO INIMPUTÁVEL POR DOENÇA MENTAL: UMA EXPRESSÃO DO DIREITO PENAL DO AUTOR

Gabriel Henrique Guimarães da Silva; Maria Luíza Martins de Barros; Ícaro Trindade de Carvalho, Marcos Bernardes Rosa.

A medida de segurança é a forma de sanção penal aplicada aos inimputáveis, por doença mental. Ela será cumprida pelo prazo mínimo de 01 (um) a 03 (três) anos, conforme dispõe o Código Penal, não havendo previsão de tempo máximo. Ainda que os tribunais superiores tenham tentado suprir a patente inconstitucionalidade da ausência de prazo máximo das aludidas sanções penais, denota-se que, não raras vezes, persiste-se a desproporcionalidade da resposta estatal a esses sujeitos. Este artigo tem como objetivo demonstrar que a medida de segurança, além de não cumprir a sua finalidade supostamente curativa, apresenta-se enquanto verdadeira expressão do repudiado Direito Penal do Autor. Pretende-se a partir de então, como alternativa a esse problema, explanar sobre a experiência do PAI-PJ, que se pauta não em uma presunção de periculosidade a esses sujeitos, mas sim de sociabilidade.

Palavras-chave: Direito Penal do Autor. Medida de Segurança. Inimputabilidade.

A PROGRESSIVIDADE DAS ALÍQUOTAS DO ITR E O PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO

Aloysio Gabriel de Oliveira, Hugo Lázaro Marques Martins,
Filipy Bicalho Salvador, Caio Nunes

O Presente trabalho tem por finalidade analisar a progressividade das alíquotas do Imposto Territorial Rural. Este estudo observará se a utilização da citada progressividade com finalidade extrafiscal, visando desestimular a prática de propriedades improdutivas, fere o princípio da “vedação ao confisco”, ou princípio do “não confisco”. Para tanto, caberá a verificação se as alíquotas exorbitantes tem realmente um fim confiscatório. A partir de então, serão evidenciadas as garantias destinadas ao instituto da propriedade constantes no ordenamento jurídico brasileiro, buscando estudar o que a doutrina e o posicionamento da Suprema Corte vem apontando na situação em fulcro. Caberá ainda, demonstração de uma outra forma para causar tal desestímulo. O processo de conclusão será apresentado após toda a discussão.

Palavras-chave: Imposto Territorial Rural. Princípio do não confisco. Extrafiscalidade.

ADVOCACIA 4.0 - EMPREGO DA INTELIGENCIA ARTIFICIAL NOS PROCESSOS JUDICIAIS E APLICABILIDADE DO MODELO LEAN NA ADVOCACIA

Juliano Leite Paixão, Micheline Glayse Silva, Tenório Moreira, Alessandro Lima

A proposta deste trabalho acadêmico leva em consideração a crise do poder judiciário que dificulta o acompanhamento dos processos, necessitando a advocacia moderna de uma assessoria mais eficiente e ágil em Inteligência Artificial - IA. Assim, tanto no perfil organizacional quanto no estrutural dos processos, a I.A. pode ser uma ferramenta de otimização do sistema jurídico. Nesta pesquisa, optou-se pela metodologia do método dedutivo, a partir de análise de pesquisa bibliográfica e documental. O principal objetivo é revelar o potencial da IA como ferramenta para a celeridade e a redução de custos da administração de organizações advocatícias, como para o cumprimento de necessidades essenciais da sociedade, como é o caso do Poder Judiciário. Procurou-se também descrever as práticas que estabelecem o desempenho mais eficiente na condução jurídica e no desenvolvimento das organizações. No desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber haver significativos ganhos ao sistema judiciário em diversos aspectos com a implementação e a utilização das ferramentas tecnológicas associadas à Inteligência Artificial, visto que notadamente trará ao sistema uma otimização de ações que ora se encontram em perfil letárgico.

Palavras-chave: Advocacia. Inteligência Artificial. Processo Judicial Eletrônico.

A (IN) SUFICIÊNCIA DAS LEIS 11.340/06 e 13.104/15 NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Magda Julia Pereira Siqueira, Maria Luiza Machado de Barros, Ítalo Moreira dos Reis, Marcos Bernardes Rosa.

A sociedade brasileira ainda carrega o que é chamado de patriarcado, sistema social que trouxe consequências desastrosas para a sociedade. Com uma trajetória árdua e com auxílio do movimento feminista, algumas conquistas foram alcançadas pelas mulheres, mas o patriarcado ainda se encontra enraizado na sociedade, o homem ainda é considerado como ser superior sobre o outro gênero. Sendo assim, o modelo social machista é uma das principais causas dos inúmeros casos de violência de gênero no país. O presente artigo vem demonstrar que as leis Maria da Penha e do Femicídio são de suma importância para combater a violência, mas não são suficientes, é necessária uma mudança no atual modelo social brasileiro.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Violência doméstica. Patriarcado.

O MONITORAMENTO ELETRÔNICO COMO MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DO ENCARCERAMENTO.

Alisson Pablo Cunha Ferreira, Ícaro Trindade Carvalho, Renata Martins de Souza e Marcos Bernardes Rosa.

O Presente trabalho visa dar enfoque nas medidas cautelares diversas da prisão, estipuladas pelo artigo 319 do CPP e seus incisos. Assim sendo, preliminarmente, no presente artigo, inicia-se pela construção e evolução no modelo de Estado através de suas dimensões demonstrando, ao final, que o Estado Social tem uma ampla atuação na vida dos indivíduos que vivem sob sua égide. Para tanto, buscar-se-á no presente artigo tecer considerações ao monitoramento eletrônico como alternativa à prisão, com o intuito de efetivar a ressocialização do apenado, sob o princípio basilar e estrutural do ordenamento jurídico pátrio, qual seja, a dignidade da pessoa humana. Nessa esteira, tendo em vista a superlotação carcerária, os níveis de criminalidade elevados no país, bem como os custos do preso do estabelecimento estatal prisional, geram efeitos prejudiciais à pena privativa de liberdade, e, somado ao que fora mencionado, encontra-se em estado corrosivo ao aparelho estatal, e, portanto, far-se-á forçosa a elaboração de possíveis inovações no tocante ao cumprimento de pena. Considera-se que unicamente a adesão de medidas repressivas tem mostra-se inócua para lidar com o fenômeno da criminalidade arraigada.

Palavras-chave: Dignidade da Pessoa Humana. Monitoramento Eletrônico. Superlotação Carcerária.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO DIREITO PENAL: o direito ao esquecimento em confronto à informação.

Ednei Viúdes Araújo; Amaral Roque Bueno, Ariete Pontes de Oliveira, Hugo Lázaro Martins, e Marcos Bernardes Rosa

Foi abordado nesse artigo como o direito ao esquecimento é usado como ferramenta para diminuir ou prevenir os danos causados pela mídia no que é pautado no direito a personalidade como intimidade e imagem daqueles que buscam ter suas vidas prosseguidas sem haver a lembrança de fatos que as remetem a momentos ruins em que viveram, seja como culpado por algum erro pretérito ou por apenas ter o nome ligado a fatos que geraram comoção social, apresentando a ponderação como forma de resolução dos empasses entre a mídia e o direito de ser esquecido e deixado em paz, abordando também o fato de conhecimento público que serviu de exemplo para que outros casos parecidos tivessem sentenças favoráveis a quem deseja o esquecimento.

Palavras-chave: Direito ao Esquecimento. Ponderação. Colisão de Princípios.

OS CRIMES VIRTUAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Klícia Santos Salgado, Esp. Alberto Gomes Vieira, MSc.
Margarete Alves Zunzarren, MSc. Walter Veloso Dutra.

Este estudo tem como principal objetivo obter informações que nos permitam conhecer a atual realidade dos crimes virtuais no Brasil e de que forma estes são ancorados pelo ordenamento jurídico. Nesse contexto, analisou-se a brevemente a história da internet desde os tempos primórdios até os dias atuais, ressaltando sua importância na sociedade da era informática. Foi dada uma maior atenção ao surgimento da criminalidade virtual, enfatizando os tipos de crimes mais comuns, como os crimes contra a honra, bem como todos seus aspectos e assuntos relevantes relacionados ao tema. Por fim, abordou-se a regulamentação existente para estas condutas ilícitas e sua eficácia no ordenamento jurídico brasileiro. Este trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica, consultando além das leis reguladoras, artigos e documentos relevantes para o entendimento do assunto, bem como pesquisas a diversos sites informativos.

Palavras-chave: Ambiente virtual. Crimes cibernéticos. Rede Social.

DESIGUALDADE DE GÊNERO E PATRIARCALISMO: a mulher como vítima do sistema

Carolina Basílio Santos, Hugo Lázaro Martins Marques, Micheline Glayse, Caio Nunes.

O presente artigo propõe uma análise acerca da influência da sociedade patriarcal nos crimes de feminicídio, considerando que a violência contra a mulher se tornou objeto de debate no meio jurídico e social em razão de intensa mobilização de grupos feministas nos últimos tempos. Para compreender a dinâmica da relação entre violência e a mulher, bem como a razão pela qual ela é o alvo central desse tipo de violência, busca-se sua origem morfológica, sendo analisada, ainda, a mulher como sujeito na história. Discute-se a alarmante estatística que compõe o quadro de homicídios qualificados pelo feminicídio no Brasil, assim como pondera-se acerca da qualificadora do feminicídio como instrumento normativo “inovador” para o judiciário brasileiro e como um passo importante na luta pela igualdade de gênero no país, com a devida observância das problemáticas decorrentes do *modus operandi* do Estado no que diz respeito a políticas públicas preventivas e protetivas.

Palavras-chave: Feminicídio. Patriarcado. Gênero.

**A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO TERMO
CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA REALIZADO PELA
POLÍCIA MILITAR**

Hugo Farias Lô, Esp. Alberto Gomes Vieira, Esp. Emerson Barbosa, Esp. Elivânia Felícia Braz

Pretendeu-se, com este artigo, demonstrar a existência, ou não, de embasamento legal que ampare a confecção do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) por policiais militares dos Estados, considerando o previsto na lei nº. 9.099/95 e suas atualizações posteriores. Esta lei surgiu com objetivo de conferir maior celeridade ao processo de persecução criminal brasileiro, e desafogar o Poder Judiciário com as "pequenas causas" e com os crimes de menor potencial ofensivo, aqueles cuja pena máxima em abstrato não ultrapasse dois anos de restrição de liberdade ou multa. O TCO é o registro de um fato tipificado como infração de menor potencial ofensivo, ou seja, aquela cuja a pena máxima cominada não ultrapasse 02 (dois) anos de cerceamento de liberdade com ou sem multa, e as contravenções penais. Nesse sentido, o problema desta pesquisa se limitou a analisar que, embora a PM já esteja atualmente confeccionando o TCO, se tal ato vai de encontro ao que prevê a Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88). Diante disso, a hipótese era no sentido de que a elaboração do TCO pela PM fere a Constituição Federal, na medida em que o termo "autoridade policial" na lei 9099/95 não inclui os militares. Concluiu-se pela confirmação da hipótese, pois restou demonstrado que a elaboração do TCO pela PM fere a Constituição.

Palavras-chave: Termo circunstanciado de ocorrência. Inconstitucionalidade. Autoridade policial.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CO-CULPABILIDADE NO DIREITO PENAL: a responsabilidade do Estado frente às desigualdades socioeconômicas

Miriã Leônidas Sabino, Alberto Gomes Vieira, Elivânia Felícia Braz, Emesson Júnio Araújo Barbosa

O presente artigo apresenta uma análise sobre a aplicação do Princípio da Co-culpabilidade no Direito Penal Brasileiro, princípio que visa reconhecer as mazelas do Estado quanto ao oferecimento de direitos fundamentais, atribuindo parcela de responsabilidade por delitos praticados pela classe hipossuficiente. O estudo apresenta uma análise doutrinária e jurisprudencial sob dois aspectos primordiais: o primeiro é o de conceituar a co-culpabilidade e a sua base histórica, bem como a ótica constitucional, apresentando direitos basilares elencados na Constituição e posteriormente verificar possibilidade de aplicação da co-culpabilidade no Direito Penal Brasileiro.

Palavras-chave: Co-culpabilidade. Estado. vulnerabilidade.

RESUMOS DA UNIDADE JUIZ DE FORA – CENTRO

O SILÊNCIO DE YEBÁ BĒLÓ: FETICHIZAÇÃO, VIOLAÇÃO SEXUAL E AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO PROTETIVA ESPECÍFICA DAS MULHERES INDÍGENAS

Livia Trentini, Deo Campos Dutra, Letícia Fonseca Paiva
Delgado, Bruno Farage da Costa Felipe

O presente trabalho apresenta como hipótese principal, a falta de reconhecimento e atuação de um sistema jurídico característico da violência contra a mulher indígena, que respeite a especificidade de sua identidade cultural. Por sua vez, a tratativa nos leva a uma rediscussão da lógica estatal, que efetiva direitos inerentes tão somente ao paradigma de mulheres brancas, ignorando a possibilidade do exercício plurijurisdicional. Assim, o objetivo desta pesquisa se ancora em discussões relacionadas ao reconhecimento, atuação e aos conflitos ligados a não efetivação desses direitos, através de um estudo analítico/prescritivo, que somados a uma herança colonial, discriminatória ainda nos dias de hoje, leva essas mulheres a um estado de limbo social. O texto se inicia analisando o viés jurídico atualmente existente e seus aspectos dentro de todo um acionamento excludente aos povos autóctones, já que o sistema jurídico brasileiro se pauta em necessidades específicas das mulheres brancas: a Lei Maria da Penha, que usaremos aqui para dialogar com a não recepção das normas ao sujeito indígena. Por conseguinte, analisaremos as características que diferenciam a mulher indígena, já que detentoras de uma visão de mundo própria, não reconhecem as medidas protetivas aparelhadas pelo Estado.

Palavras-chave: Violência. Mulher indígena. Fetichização. Lei Maria da Penha.

DEPOIMENTO SEM DANO”: UM INSTRUMENTO PARA SALVAGUARDAR O DIREITO DO FILHO MENOR NAS AÇÕES DE GUARDA

Fábio José Patriota Lima, Laira Carone Rachid, Gabriel Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins

Trata-se de uma pesquisa que busca demonstrar a conveniência da utilização do instituto “Depoimento Sem Dano” – notadamente utilizado no âmbito Criminal, em situações de violência contra crianças – na esfera cível, especialmente em ações relativas a guarda de menores que tramitam em Varas de Família. Tendo como foco o melhor interesse do menor e sua proteção integral, acredita-se que o mesmo precisa ser colocado em posição de protagonismo, ressaltando-se que atualmente já existem diversas previsões legais que asseguram àquele o direito de ter suas opiniões ouvidas em audiências como, por exemplo, nos casos de adoção.

Palavras-chave: Depoimento Sem Dano. Proteção integral do menor. Ações de guarda.

OS LIMITES DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR E OS DIREITOS REPRODUTIVOS DO DEFICIENTE INTELECTUAL

Lorena Vieira Ramos Ferraz, Cláudio Roberto Santos, Ássima Farhat Jorge Casella, Brener Duque Belози.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com deficiência, a pessoa com deficiência passa a ser tratada como legalmente capaz para exercer os atos da vida civil, conferindo-lhe mais autonomia para decidir sobre direitos sexuais e reprodutivos. Considerando que o Estatuto conferiu a pessoa com deficiência poderes para decidir sobre o livre planejamento familiar, este estudo debruça-se sobre as obrigações que norteiam o livre planejamento familiar, paternidade/ maternidade responsável e o dever de proporcionar aos filhos assistência material, afetiva e intelectual quando seus genitores não forem capazes de fazê-lo em razão da deficiência, apoiado nos limites da solidariedade familiar. Assim, o problema de pesquisa a ser enfrentado consiste na reflexão sobre, embora o Estatuto conceda a pessoa com deficiência o direito a livre reprodução, esses podem ser considerados absolutos ou possuem o seu limite no direito da prole.

Palavras-chave: Deficientes intelectuais. Poder familiar. Solidariedade familiar.

A ARBITRAGEM NO BRASIL É UMA FORMA DE JURISDIÇÃO OU EQUIVALENTE JURISDICIONAL?

Alline Rodrigues Pinto, Bethania Senra e Pádua, Guilherme
Madeira Martins, Luiz Eduardo Barra Ailton

O presente trabalho demonstra uma análise do instituto da Arbitragem ser ou não enquadrada no conceito de função jurisdicional, como uma forma de acesso à justiça que abdica da jurisdição estatal.

Palavras-chave: Arbitragem. Jurisdição. Função Jurisdicional.

O INSTITUTO DO *JUS POSTULANDI* NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ANTE O PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA

Ana Clara Elias Marques de Oliveira, Bethania Senra e Pádua,
Luiz Eduardo Barra Ailton, Aloísio da Silva Lopes Junior.

O Presente trabalho traz uma análise do instituto do *jus postulandi* nos Juizados Especiais Cíveis sob a perspectiva do Princípio do Acesso à Justiça enquanto acesso a uma ordem jurídica justa. Há que se ressaltar a importância do advogado na administração da justiça e que o *jus postulandi* garante o acesso à justiça e não apenas ao judiciário.

Palavras-chave: Jus Postulandi. Juizados Especiais Cíveis. Inconstitucionalidade.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

Andreza Garcia Mendes Campos, Letícia Fonseca Paiva Delgado, Gabriel Senra e Pádua, Renata Menezes de Jesus.

A pesquisa volta-se à análise do Regime Disciplinar Diferenciado, um recrudescimento no cumprimento do regime de pena, pautados em faltas graves e supostos envolvimento com o crime organizado e sua relação com o Direito penal do inimigo. O trabalho debruçar-se-á sobre a análise do Regime Disciplinar Diferenciado bem como do Direito Penal do inimigo, e em seguida, fará uma breve análise de algumas jurisprudências no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, buscando relacionar com o tema estudado. Ao final, serão apresentados posicionamentos doutrinários acerca do tema para que seja feita uma ponderação nas alegações apresentadas.

Palavras-chave: Regime Disciplinar Diferenciado. Direito Penal do inimigo. Jurisprudências.

O NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO E A SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE

Isabela Ferreira Bezerra de Azevedo, Flávio Filgueiras Nunes,
Bruno Valente Ribeiro, Rafael Sales Pimenta.

Em conformidade com a Constituição Federal, os acordos e as convenções de trabalho devem visar à melhoria da condição social da classe trabalhadora, indo de encontro ao não retrocesso, previsto no *caput* do artigo 7º da CRFB/88, contudo com a reforma trabalhista podemos notar que o inverso se observa. A nova reforma traz elencado no art. 611 as matérias onde os acordos e convenções poderão se sobrepor a lei, contrariando o princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, redigido no art. 1º da Constituição Federal de 1988, onde as relações entre sujeitos de direito são reguladas por textos normativos que seguem uma hierarquia legislativa prevista, consolidada doutrinariamente e jurisprudencialmente. É notório que a CLT traz mudanças radicais em suas novas normas, as quais violam os princípios da dignidade humana e da proteção social do trabalho, sendo a mais relevante a autorização do empregador negociar diretamente com o empregado, tendo como principal óbice o aludido na redação do art. 611-A, concebendo seriamente os direitos sociais e trabalhistas adquiridos e o mínimo de proteção ao trabalhador. Concomitantemente a reforma trabalhista viola os princípios da dignidade humana e da proteção social, lesando, sobretudo, os princípios constitucionais que visam buscar uma conscientização do trabalhador, valorização do trabalho, desenvolvimento econômico e inclusão social.

Palavras-chave: Reforma trabalhista. Legislativo sobre o Negociado. Violação dos princípios constitucionais e trabalhistas.

ADPF 347: ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO UMA DAS MEDIDAS DECRETADAS PELO STF

Jefferson Gomes de Faria, Letícia Fonseca Paiva Delgado, Deo Campos Dutra, Renata Menezes de Jesus.

O presente artigo tem como objetivo principal realizar uma análise sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347 e sua real eficácia para o Sistema Carcerário Brasileiro e que somente a Audiência de Custódia está sendo utilizada para solucionar as mazelas do cárcere brasileiro, sob a ótica da banalização da prisão cautelar, medida excepcional do direito penal brasileiro. O reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional criado pela ADPF 347 não solucionou as mazelas do Sistema Carcerário, pois só tornou eficaz a audiência de custódia não solucionando o estado degradante dos presídios brasileiros. Neste contexto, a audiência de custódia constitui uma alternativa para a morosidade do Sistema Judiciário Brasileiro que conta com a insuficiência de servidores frente a grande demanda de processos em tramitação numa secretaria. Assim, o resultado desfavorável dessa equação resulta, por vezes, em uma exaustiva espera, principalmente para quem aguarda por uma resposta que afetará sua vida. Ainda, em consequência dessa lentidão, contamos com a superlotação dos presídios contribuindo para isso a alta porcentagem de presos provisórios que não tiveram julgamento em nenhuma instância.

Palavras-chave: ADPF 347. Audiência de Custódia. Sistema Carcerário.

CONDÔMINO ANTISSOCIAL: MITIGAÇÃO DO DIREITO A PROPRIEDADE FACE AO DESCUMPRIMENTO DE SUA FUNÇÃO SOCIAL

Luciana da Silva, Ássima Farhat Jorge Casella, Flávio Filgueiras Nunes, Rafael Sales Pimenta.

O presente estudo tem como objetivo analisar se o condômino tem seu direito à propriedade mitigada face ao descumprimento de sua função social, em vista da convenção do condomínio e o seu regimento interno não poderem interferir na propriedade, devendo reger apenas as relações sociais nas partes comuns do prédio. Neste contexto, importante se faz analisar o direito de propriedade e da função social, que conjuga áreas de propriedade exclusiva com áreas de propriedade comum, que impõe ao titular o cumprimento de deveres de observância obrigatória, em favor de toda coletividade. Ressalta-se que o Código Civil Brasileiro prevê unicamente cominação de multa, bem como possibilidade de pedido de indenização. A Constituição da República Federativa do Brasil, por sua vez, condiciona o exercício do direito de propriedade a sua função social. Diante disso, busca-se demonstrar as questões que envolvem o comportamento do condômino antissocial, assim como as causas que podem culminar na possibilidade de sua expulsão. Ressalta-se que, condômino que prejudica a saúde, o sossego e a segurança dos vizinhos deve ser de alguma forma punido, uma vez que as multas cominadas pelo Código Civil, na maioria dos casos, são ineficazes.

Palavras-chave: Propriedade. Condômino Antissocial. Possibilidade e Expulsão.

JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO RESOLUÇÃO DE CONFLITO

Laís Rodrigues Quintão, Guilherme Madeira Martins, Gabriel Senra e Pádua, Bethania Senra e Pádua.

O presente estudo surgiu a partir de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, visando demonstrar como é possível a aplicabilidade da mediação dentro dos conflitos de violência doméstica. Demonstro inicialmente a diferença de como eram resolvidos os conflitos antes da Lei Maria da Penha e finalizo trazendo o círculo restaurativo como solução para os conflitos uma vez que o judiciário vem cada vez mais usando a mediação como solução de conflitos.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Justiça Restaurativa, Mediação.

DE INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Wellington Antônio Benedito, Gabriel Senra e Pádua, Laira Carone Rachid, Bethania Senra e Pádua.

Se por um lado o MP possui legitimidade para a propositura de ação penal pública, então a ele é facultado investigar no intuito de decidir se promoverá a denúncia ou não, sendo este um tema de grande relevância para o meio jurídico. Este estudo tem por objetivo analisar o poder de investigação do Ministério Público, observando-se as teorias dos poderes implícitos e das garantias institucionais. Para o desenvolvimento do mesmo foi utilizada a pesquisa bibliográfica onde ao final concluiu-se que o Ministério Público tem o poder para investigar não só matéria penal rotineira, mas quando esta for excepcional, principalmente quando se tratar de casos em que a polícia não tenha interesse ou não possa apurar os fatos envolvendo policiais e autoridades que a controlam.

Palavras-chave: Ministério Público. Competência. Investigação.

DIREITO AO ADICIONAL NOTURNO PARA POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Felipe Vianelli Ribeiro de Oliveira, Flávio Filgueiras Nunes, Bruno Valente Ribeiro, Rafael Sales Pimenta.

O objetivo principal do trabalho é analisar se o policial militar do estado de Minas Gerais possui direito a receber adicional noturno tendo em vista que recebe gratificação de tempo integral de serviço. A análise pretendida é demonstrar a diferença entre adicional e gratificação informando que as condições são diferentes para o recebimento de cada um e que não podem ser tratadas como a mesma coisa como o faz o Estado de Minas Gerais. A pesquisa quer demonstrar que adicional noturno está previsto na Constituição Federal para todos os trabalhadores e este direito encontra amparo nos princípios do direito do trabalho.

Palavras-chave: Adicional noturno. Gratificação de tempo integral de serviço. Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

A ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO Nº 175/13 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Alessa Aparecida de Almeida Jorge, Guilherme Madeira Martins, Deo Campos Dutra, Letícia Fonseca Paiva Delgado.

O trabalho tem o objetivo de analisar a constitucionalidade da Resolução nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a proibição de recusa da habilitação, celebração de casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo. O trabalho foi desenvolvido através da pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Será realizada a análise do julgamento conjunto da ADIs 132/RJ e 4277/DF do STF e do RESP nº 1.183.378/RS do STJ, além de analisar a competência do CNJ, verificando se o órgão extrapolou ou não sua competência regulamentar na edição da resolução.

Palavras-chave: União estável e casamento homoafetivos. Competência do Conselho Nacional de Justiça. Constituição Federal de 1988.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA CONTESTAR POR NEGATIVA GERAL NOS CASOS EM QUE ELA NÃO ATUA COMO CURADORA ESPECIAL

Matheus Martins Bastos, Bethania Senra e Pádua, Aloísio da Silva Lopes Júnior, Luiz Eduardo Barra Ailton.

O presente artigo tem como finalidade principal de realizar a análise da constitucionalidade do art. 341 do CPC, e seu respectivo parágrafo, a luz do princípio da isonomia, tendo em vista que o referido parágrafo desonera o advogado dativo, a defensoria pública e o curador especial de contestar os pedidos contidos na inicial especificadamente, dando, conseqüentemente, esses entes, a prerrogativa de contestar por negativa geral. Para isso, o texto percorre algumas etapas. A primeira delas consiste em analisar e conceituar a peça processual de defesa. Em um segundo momento dedica-se a analisar o princípio que obriga o réu trazer toda sua defesa na peça de contestação e o ônus de impugnar especificadamente os pedidos contidos na inicial. Por fim, e com o intuito de demonstrar a inconstitucionalidade do artigo 341 do CPC, será feita uma análise dos entes que podem contestar por negativa geral e um exame da constitucionalidade do referido artigo.

Palavras-chave: Inconstitucionalidade. Defensoria Pública. Contestação por negativa geral.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Dircilaine Cristina Chinelato, Raquel Pinto Coelho Perrota,
Letícia Fonseca Paiva Delgado, Guilherme Madeira Martins.

A violência obstétrica se perfaz em todos os atos abusivos direcionados às gestantes, parturientes e puérperas, que são praticados por profissionais da área da saúde, seja em ambientes hospitalares públicos ou privados. Trata-se de abordagens atuais perante uma violência a qual as mulheres são submetidas desde a antiguidade. No Brasil muito se tem discutido sobre a violência contra as mulheres, e, apesar de existir crescente movimento que defende a humanização do parto, a violência obstétrica ainda é um assunto pouco abordado nas políticas públicas. Ao contrário do que acontece no Brasil, outros países já possuem leis específicas acerca da violência obstétrica. A falta de uma tipificação federal tem feito com que o ordenamento jurídico brasileiro busque na legislação geral sanções para as práticas abusivas direcionadas às mulheres no atendimento obstétrico. Analisa-se como a falta de lei específica e a falta de conhecimento das parturientes em relação aos seus direitos têm favorecido a prática de violência obstétrica nos ambientes hospitalares. Utilizou-se como metodologia, a pesquisa bibliográfica e exploratória. É necessário que o tema seja amplamente discutido, para que, assim, o ordenamento vigente possa elaborar uma legislação efetiva e que faça valer o direito à humanização do parto, além do reconhecimento da violência obstétrica como prática de violência contra a mulher.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Violência de Gênero. Atendimento Humanizado.

A FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DO MOTORISTA PROFISSIONAL EMPREGADO: MECANISMO PARA O AUMENTO DE ACIDENTES E DOENÇAS LABORAIS

Larissa Rezende Faria, Flávio Filgueiras Nunes, Gabriel Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins.

O presente artigo tem como principal objetivo demonstrar os riscos que a flexibilização da jornada de trabalho do motorista profissional empregado implica para a saúde pessoal e aumento de acidentes de trânsito. Em primeiro momento, abordando conceitos e levantando as peculiaridades do controle da jornada de trabalho se tratando dos motoristas profissionais empregados. Em seguida, um estudo de algumas leis em relação ao tema abordado. Por fim, uma análise crítica da saúde laboral do trabalhador diante da atual regulamentação, Lei 13.103/2015, sendo comparada a Lei 12.619/2012. O trabalho apresenta os benefícios oriundos da limitação da jornada de trabalho. A metodologia de pesquisa desenvolvida foi qualitativa, bibliográfica, documental.

Palavras-chave: Motorista. Doença laboral. Acidente de trânsito.

DA INVESTIGAÇÃO DA LEGITIMIDADE DA FAMÍLIA POLIAFETIVA.

Elaine Caetano de Paula, Cláudio Roberto Santos, Ássima Farhat Jorge Casella, Brenner Duque Belozí.

A família monogâmica deixou de ser tradicional, com o surgimento de novos núcleos familiares e das famílias poliafetiva, que estão cada vez, mais em evidencia e se tornando uma realidade social. As uniões poliafetivas independentemente do registro em cartório, elas existem, e estão em busca de sua legitimidade e reconhecimento. As famílias homoafetivas já alcançaram um grande êxito no passado, e a legitimidade dessas uniões, foi um reconhecimento histórico para o Brasil. A Constituição Federal por não ser taxativa, ela abre margem para um futuro reconhecimento dessas famílias poliafetivas em nossa sociedade.

Palavras-chave: Monogamia. Família Poliafetiva. CNJ.

A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 12.990/14 SOB A ÓTICA DA IGUALDADE MATERIAL

Izaura da Consolação Macário, Bruno Farage Felipe, Renata Menezes de Jesus, Gabriel Senra e Pádua.

O presente artigo tem como objetivo apresentar o acórdão do julgamento ADC nº. 41/DF do STF, que ratifica a compatibilidade da Lei. nº 12.990/2014 com consonância a rubrica da CF/88, adequando a norma e sobre um novo “olhar” do princípio da isonomia, promovendo ações afirmativas num contexto social de exclusão da raça negra no Brasil, objetivando o acesso através de cotas para os serviços públicos federais para a correção histórica desde a chegada dos escravos no Brasil.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Negros. Cotas para serviços públicos federais.

DIREITO SISTÊMICO – as três Leis Básicas de Bert Hellinger aplicadas como recurso nas soluções adequadas para resolução de conflitos no Sistema Judicial Brasileiro

Vânia Soraia Custódio Neto, Bethania Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins, Letícia Fonseca Paiva Delgado.

O presente artigo tem como objetivo demonstrar as soluções adequadas na resolução de conflitos que tem contribuído para a pacificação social. Além das práticas restaurativas, vem se desenvolvendo nos tribunais brasileiro o Direito sistêmico, isto é, uma abordagem fenomenológica sistêmica como recurso pré-processual ou endoprocessual. Tal método, amplia o olhar e a escuta do jurisdicionado permitindo que as partes conflitantes do processo tenham a oportunidade de reconhecer as origens dos emaranhamentos relacionais e o melhor caminho para a conciliação de forma efetiva, através das dinâmicas familiares, organizacionais e institucionais por meio de práticas vivenciais, favorecendo o entendimento de ambas as partes para a efetiva pacificação. Os resultados alcançados são visíveis devido à baixa reincidência processual de litígios, baixo impacto no orçamento forense, prestação terapêutica voluntária para constelar e espaços humanizados nos fóruns. Conclui-se que está ocorrendo uma mudança positiva nos tribunais que abriram para o novo, promovendo um aumento significativo de acordos, com advogados (as) mais conscientes solicitando as constelações como práticas pré- processuais e um desafogar do sistema judicial de forma gradual e eficaz.

Palavras-chave: Direito Sistêmico. Fenomenologia sistêmica pré-processual. Desjudicialização.

ANÁLISE DA LICENÇA MATERNIDADE NO CONTEXTO DA MATERNIDADE POR SUBSTITUIÇÃO

Luana Paula Batista Sodré, Laira Carone Rachid, Gabriel Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins.

Com a modernização e atualização da medicina, as técnicas de reprodução assistida estão sendo utilizadas cada vez mais. Neste cenário a maternidade de substituição, vulgarmente conhecida como “Barriga de Aluguel”, oportuniza filhos a mulheres que não conseguem levar uma gestação a termo e a concretização do projeto parental de casais homoafetivos masculinos. Este procedimento coloca em xeque a concessão da licença maternidade como tradicionalmente fora utilizada, pois as figuras da gestante e da mãe não recaem sobre uma mesma mulher. A legislação pátria já prevê a concessão da licença maternidade para mães adotivas. Neste caso, a mãe biológica também teve o direito resguardado antes de aperfeiçoada a adoção. Assim, pode-se afirmar que a licença maternidade não será concedida, necessariamente, à geratriz. É neste contexto que se pretende argumentar a favor da garantia do referido instituto à mulher que, embora não tenha gerado o filho, foi a autora do projeto parental.

Palavras-chaves: Gestação por substituição. Barriga de Aluguel. Licença maternidade.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA

Márcio Henrique dos Reis de Oliveira, Gabriel Senra e Pádua,
Laira Carone Rachid, Guilherme Madeira Martins.

Diante da ineficácia dos métodos tradicionais de investigação frente às uma tendência internacional no combate ao fenômeno do crime organizado. O ordenamento jurídico buscou instituir e disciplinar novos meios para obtenção de provas, dentre eles a colaboração premiada. O presente trabalho busca fazer uma breve análise sobre a colaboração premiada no ordenamento jurídico pátrio, demonstrando a progressão das leis antecessoras à Lei 12.850/13; a utilização da colaboração premiada pelo Ministério Público e a sua compatibilidade com a Constituição Federal.

Palavras-chave: Colaboração Premiada. Constitucionalidade. Legislação Pátria.

DA REVISITAÇÃO DA GARANTIA DE FALTA AO TRABALHO EM VIRTUDE DE ÓBITO OU DOENÇA DE FILHO SOB A PERSPECTIVA DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE

Patrick do Carmo Fazola, Laira Carone Rachid, Gabriel Senra e Pádua, Bethania Senra e Pádua.

A Consolidação das Leis do Trabalho elenca hipóteses em que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário. São situações que interrompem o contrato de trabalho. Este tipo de garantia encontra amparo no princípio da continuidade do contrato de trabalho, o qual prevê que em virtude da natureza alimentar das verbas trabalhistas, há casos em que mesmo que não haja labor por parte do empregado haverá manutenção da relação de emprego. Dentre eles estão englobadas a permissão de ausência por um dia ao ano para acompanhar filho de até seis anos em consulta médica (art. 473, XI, CLT) e a de até dois dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica (art. 473, I, CLT). Se a legislação trabalhista prevê a possibilidade de falta ao trabalho para levar filho ao médico ou em virtude de óbito do mesmo, tais direitos garantidos ao empregado poderiam vir a ser aplicados, analogicamente, no seio das famílias multiespécie em se tratando de filhos não-humanos?

Palavras-chave: Família multiespécie. Licença nojo. Maus tratos.

**APLICABILIDADE DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA
NOS CASOS DE LESÃO CORPORAL LEVE E CULPOSA NO
ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA**

Marcos Vinicius da Fonseca Gauderetto, Letícia Fonseca Paiva Delgado, Bethania Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins.

Este trabalho científico é dedicado ao enfrentamento da questão da aplicação de qual tipo penal deverá ser adotado nos casos de crime de lesão corporal de natureza leve e culposa no âmbito da Lei Maria da Penha. Até o ano de 2006, no país não havia nenhuma legislação específica com o intuito a combater a violência doméstica e familiar. Contudo, naquele ano, o ordenamento jurídico foi inovado com a inserção da Lei n. 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Desde então, o Supremo Tribunal Federal – STF passou a receber inúmeras demandas questionando a constitucionalidade de alguns dispositivos da referida lei ordinária, mormente, no que toca à questão do tipo de ação penal cabível. Toda essa polêmica será alvo deste estudo, que ainda demonstrará aos leitores uma construção histórica sobre as motivações para a criação de uma legislação protetiva de intenso rigor, os princípios constitucionais incidentes e a jurisprudência moderna emanada do STF.

Palavras-chave: Ação Pública Condicionada. Lei Maria da Penha. Supremo Tribunal Federal.

A EFICÁCIA DA ATUAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO A VIDA DA MULHER PARA O COMBATE AOS CASOS DE FEMINICÍDIO

Dyessica Mara Felizardo, Letícia Fonseca Paiva Delgado, Raquel Pinto Coelho Perrota, Guilherme Madeira Martins.

A violência é uma realidade no Brasil, sendo ela resultado de criação e estruturação familiar. Apesar de ser um problema social e afetar, de alguma forma, todas as camadas da sociedade ainda existe muita desigualdade nesse meio, bem como em todos os outros. Isso porque alguns grupos sociais, como mulheres, negros, homossexuais, transexuais, dentre outros, tendem a sofrer muito mais com a violência direta do que os demais grupos, sendo insultados, excluídos, agredidos e até mesmo mortos. O presente trabalho tem como objetivo geral demonstrar como se constrói a violência contra a mulher, sempre relacionando essa consequência com as suas causas, como a criação machista, a construção de um indivíduo violento e como mudar esse quadro através da reeducação ou reabilitação do agressor, bem como o papel estrutural da mulher na sociedade em um contexto mais ocidental. A metodologia escolhida é bibliográfica e compreende em uma pesquisa descritiva que viabilizou a conclusão de que a violência contra mulher é uma questão de saúde pública, educação e também de estrutura por parte do estado que não investe em meios de acolhimento, proteção e educação suficientes. Uma problemática social que deriva de uma estrutura misógina e violenta, podendo apenas ser combatida por leis mais duras e mudanças na criação e na formação das crianças e jovens e também homens.

Palavras-chave: Femicídio. Lei Maria da Penha. Homem agressor.

A APOSENTADORIA DOS TRANSEXUAIS EM RELAÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA

Rita de Cássia Nogueira Duarte, Bruno Valente Ribeiro, Flávio Filgueiras Nunes, Rafael Sales Pimenta.

A aposentadoria é um direito de todos os segurados da previdência social que venham a preencher determinados requisitos expressos em lei. O trabalho teve como objetivo conceituar a transexualidade, conceituar e explicar o que é a previdência social e buscar uma solução para reger a aposentadoria dos transexuais mediante a omissão da legislação. No decorrer do trabalho será exteriorizado o conceito de transexualidade, assim como a diferença de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Falaremos também das conquistas dos homossexuais e explicaremos o conceito de previdência social assim como as aposentadorias por idade, tempo de serviço e a especial. Mais adiante será feita uma análise das principais diferenças que justificam as regras distintas para a aposentadoria dos homens e das mulheres. E no último capítulo analisaremos algumas posições de autores quanto aos critérios para a aplicação da aposentadoria do transexual, chegando assim a uma breve conclusão do tema. Este trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavra-chave: Aposentadoria. Transexuais. Previdência Social.

MITIGAÇÃO DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL NO PROCESSO DO TRABALHO PARA OS PROFISSIONAIS DO ESPORTE

Milaine Christina de Souza Campos, Lucas Silva Oliveira, Flávio Filgueiras Nunes.

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, cujo objetivo foi apresentar um breve relato nos conceitos de competência no direito processual do trabalho, apresentar aspectos peculiares do contrato de trabalho do atleta profissional, bem como as dificuldades encontradas por eles para pleitear seus direitos trabalhistas, mostrando que os seus direitos como o acesso à justiça, a proteção ao trabalhador, e a igualdade processual não podem ser lesados. Abordamos também a teoria de Ronald Dworkin que enfatiza que o princípio pode sobrepor a norma em decisões judiciais se opondo a teoria do positivismo de Helbert Hart, para que assim as decisões sejam justas e efetivas adequando essas de acordo com a realidade fática do atleta profissional. Finalizamos o presente estudo discorrendo sobre a mitigação da competência territorial imposta no art. 651 da CLT, para que assim os profissionais do esporte possam propor a ação trabalhista no local de seu domicílio, garantindo o seu direito de acesso à justiça, a proteção ao trabalhador e a igualdade processual.

Palavras-chave: Competência territorial. Exceção de incompetência territorial. Profissionais do esporte.

A USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS: DA SUA IMPOSSIBILIDADE

Roney da Rocha Gonçalves, Ássima Farhat Jorge Casella, Flávio Filgueiras Nunes, Rafael Sales Pimenta.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a usucapião, classificada como uma forma originária de aquisição de propriedade e, em especial bens públicos dominicais, frente as determinações constitucionais e civilistas e, também, fazer uma análise crítica da apelação número (processo nº 194.10.011238-3) exarada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), que reconheceu tal aquisição prescritiva de um bem público, fundamentando-se na função social da propriedade pública.

Palavras-chave: Bem. Função. Propriedade. Público. Usucapião.

UTILIZAÇÃO DE JURIMETRIA NA PROVA DA PROBABILIDADE DO DIREITO

Renan Winter Spatin, Guilherme Madeira Martins, Gabriel Senra e Pádua, Bethania Senra e Pádua.

A pesquisa objetiva discutir a eficiência da forma como é feita na atualidade a prova da probabilidade do direito, elucidando como uma possível melhoria neste tipo de prova, a utilização de jurimetria.

Palavras-chave: Jurimetria. Probabilidade do Direito. Evolução do Direito

A RESPONSABILIDADE NO TRANSPORTE POR APLICATIVOS NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO

Tiago Franco Assad Rodrigues, Flávio Filgueiras Nunes, Gabriel Senra e Pádua, Guilherme Madeira Martins.

Este artigo tem como principal expoente estudar a responsabilidade no transporte por aplicativos no âmbito do direito do trabalho, tendo em vista que com os avanços tecnológicos existem vários meios para facilitar o transporte de passageiros, porém muitos esquecem que por trás deste transporte devem-se analisar alguns pressupostos que são os direitos e deveres destes motoristas e das plataformas digitais os quais fazem parte. As plataformas de aplicativos de transporte de passageiros afirmam não possuir nenhuma relação de empregador e empregado com seus motoristas cadastrados e consequentemente informam não possuir nenhuma relação trabalhista com os mesmos.

Palavras-chave: Responsabilidade trabalhista. UBER. Transportes por aplicativos.

RESUMOS DA UNIDADE MANHUAÇU

A ANÁLISE DO ARTIGO 385 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Adamar Neves de Moura Júnior, José Flávio Barroso Madaleno,
Diogo Abineder Nolasco Pereira, Wendel Salum Dourado

O tema proposto para a pesquisa monográfica tem como base a aplicação do artigo 385 do Código de Processo Penal, de 1941 o qual preconiza que o juiz poderá proferir sentença condenatória nos crimes de ação pública mesmo que o Ministério Público tenha deferido a absolvição e poderá também reconhecer agravantes. O debate em questão se dá a partir da promulgação da Constituição Federal, que por entendimento de parte da doutrina, não recepcionou tal artigo, pois adotou o sistema processual acusatório, exercendo dupla função de garantia, de modo que o cidadão tenha o direito garantido de ser acusado por um promotor natural e um juiz imparcial. O argumento favorável a este dispositivo, é que o juiz não pode ficar preso ao pedido do Ministério Público, assim como o Ministério Público não fica preso ao Inquérito Policial. Este entendimento está embasado no princípio do livre convencimento motivado do juiz. Apesar do questionamento nos dias atuais ser altamente discutido partindo-se do princípio de que a Constituição não admite a prisão antes do trânsito em julgado. A metodologia adotada para a confecção do projeto monográfico em comento é a teórico-dogmática, através da pesquisa bibliográfica doutrinária e legislativa. A pesquisa será baseada em pesquisas jurisprudências e bibliográficas, através de livros, artigos, notícias e outros meios relacionados com o tema. Foi possível concluir que a discussão sadia entre profissionais da área e os diversos pareceres autorais contribuem muito para que um consenso acerca do tema seja alcançado.

Palavras-chave: Sistemas processuais penais. Sistema acusatório. Sistema inquisitório.

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 156 DO CPP E SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

Aline das Graças e Silva, Keiciane Valério Emerick, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

O presente trabalho tem o objetivo de averiguar, por meio da Constituição Federal de 1988 e de uma análise doutrinária, a redação dada pela Lei nº 11.690/08 ao artigo 156, Inciso I, do Código Processual Penal, permitindo ao juiz, de ofício e antes de iniciada a ação penal, ordenar a produção antecipada de provas. A pesquisa vem questionar o caráter constitucional do referido artigo, uma vez que o artigo 129, Inciso I, da CF/88, aduz que compete ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública. Ademais, tal redação remete ao sistema processual inquisitivo, aquele em que o juiz reúne as funções de acusador e julgador, considerando ainda que este sistema contrapõe aos princípios constitucionais da ampla defesa e defesa plena e do contraditório.

Palavras-chave: Princípio do contraditório. Princípio da imparcialidade. Sistema inquisitório.

ANÁLISE DA MULTIPARENTALIDADE E SEUS EFEITOS SUCESSÓRIOS

Aline Souza Baía, Alessandre Tavares da Silveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

A monografia tem por objetivo tratar de uma problemática existente no cenário do direito sucessório, sobre questões voltadas ao reconhecimento da multiparentalidade. Para alcançar tal objetivo necessário abordar, inicialmente as evoluções ocorridas no conceito de família, após o advento da Constituição Federal de 1988. O novo conceito de família passa então a ter sua base na dignidade humana, no princípio da afetividade, na felicidade dos seus entes. Nessa vertente, são analisados os novos arranjos familiares, a igualdade garantida aos filhos pela Constituição Federal de 1988. Ainda, busca a possibilidade da multiparentalidade, seu reconhecimento e os efeitos que são gerados após o registro, como o direito à alimentação, o direito de guarda, o direito de usar o nome e os direitos sucessórios. Na pesquisa foi possível verificar a crescente incorporação do afeto como fator determinante na formação das relações familiares. A pesquisa busca analisar os possíveis efeitos que são gerados pelos novos modelos familiares, que se unem pelos laços de afeto e não exclusivamente por relações consanguíneas e, deste modo garantindo os mesmos direitos aos filhos que tenham a multiparentalidade reconhecida. Expondo a complexidade pela não regulamentação do instituto da multiparentalidade. O tipo de pesquisa foi bibliográfica, com estudo em doutrinas, leis e jurisprudência.

Palavras-chaves: Multiparentalidade. Filiação. Sucessão.

**DA (IM) POSSIBILIDADE DA COBRANÇA DE TAXA DO ECAD
EM EVENTOS PARTICULARES REALIZADOS EM LOCAIS
PÚBLICOS**

Arrail Borel Neto, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, Diogo
Abineder Nolasco Pereira, José Flávio Barroso Madaleno

A presente monografia tem como intuito averiguar através da análise da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Direitos Autorais, e legislações correlatas no que se refere à imperatividade da cobrança de taxas do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (ECAD) em eventos particulares realizados em locais públicos. Para tanto serão analisados legislações correlatas do ordenamento jurídico brasileiro que relaciona os Direitos Autorais, bem como através de estudo doutrinário. A temática a ser abordada tomará como base a pesquisa jurisprudencial, artigos científicos com notoriedade no campo jurídico, e estudo doutrinário com a interdisciplinaridade dos ramos do Direito Constitucional e Direito Civil. Sabendo ser uma temática relativamente nova com relevante importância do estudo no meio acadêmico será objeto de enfrentamento os desdobramentos da Lei de Direitos Autorais, com um viés à luz do texto constitucional, uma vez que a temática em si é carente de entendimentos doutrinários majoritários consolidados acerca da cobrança em específico pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD); todavia, o que se encontra de concreto para averiguar a questão problematizada é através de estudo de artigos científicos, do texto legal e das jurisprudências.

Palavras-chave: Direitos autorais. ECAD. Eventos particulares.

O TRABALHADOR AUTÔNOMO EXCLUSIVO NA REFORMA TRABALHISTA

Bárbara de Paula Banni, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Alexandre Tavares da Silveira, Carlos Roberto Carraro Júnior

A presente monografia tem o objetivo de abordar a figura do trabalhador autônomo exclusivo criado pela reforma trabalhista, questionando-se se tal figura fere ou não o mega-princípio trabalhista da proteção de modo a contrariar todo o sistema do Direito do Trabalho. A abordagem doutrinária, legislativa e jurisprudencial tomada em conjunto, haja vista se tratar de um instituto recente e com importantes mudanças dentro do ordenamento jurídico trabalhista, permitiu uma análise robusta e conclusiva no sentido de que o Trabalhador Autônomo Exclusivo, na forma da lei, não se contrapõe a qualquer norma ou princípio trabalhista, uma vez que a natureza da relação jurídica existente entre ele e o tomador de serviços é cível, podendo também, a depender do caso concreto, ser uma relação de trabalho.

Palavras-chave: trabalhador autônomo exclusivo. Reforma trabalhista. Princípio da Proteção.

A (IN)COMPETÊNCIA DO STF PARA INSTAURAR INQUÉRITO DE AVERIGUAÇÃO DE “FAKE NEWS” EM OFENSAS AO MAGISTRADO

Caroline Cysneiros Barbosa, Soraya César Sanglard Costa, Alexandre Tavares da Silveira, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

O presente trabalho de conclusão de curso visará estudar a legalidade do inquérito aberto pelo SFT, que fere o sistema acusatório que determina a separação de funções na persecução criminal, não havendo respeito pelo devido processo legal. O tema estudado busca a base legal para este processo onde fica claro o retrocesso jurídico, violando princípios do Código de Processo Penal, tramitando sem a intervenção do Ministério Público, indo contra as regras de competência do Promotor natural, violando ainda o regimento interno do Supremo Tribunal Federal. É fato que todas as infrações penais contra os membros da Corte Suprema merecem apuração, mas isso deve ser feito mediante o devido processo legal na instância adequada, e por meio de procedimento próprio presidido pela autoridade correta, em regra polícia federal com base no Código de Processo Penal, ou Ministério Público Federal, mediante um procedimento investigatório criminal com base na resolução CNMP181/2017.

Palavras-chave: Sistema Acusatório. Princípios. Devido Processo Legal.

A NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO

Daniella Eloi de Souza, Marcorélio Rodrigues dos Reis, José Flávio Barroso Madaleno, Rafael Santana Faria

O presente estudo cuidou de traçar uma discussão bibliográfica acerca da responsabilidade ambiental administrativa. O objetivo foi investigar qual a natureza jurídica que melhor se amolda a esta modalidade de responsabilização por dano ambiental, se subjetiva ou objetiva, partindo-se do pressuposto de que não há um posicionamento jurídico consolidado sobre a questão. Para tanto, a pesquisa se baseou em uma metodologia qualitativa, por meio da qual foi realizada uma revisão doutrinária, legislativa e jurisprudencial sobre a temática. O meio ambiente compõe-se do emaranhado de elementos naturais e culturais resultantes da relação entre o homem e a natureza e todos os danos, potenciais ou reais sofridos por este sistema afeta individual e coletivamente a biodiversidade e os recursos naturais desta e das futuras gerações. A responsabilização do agente causador do dano é tríplice, pois tem repercussão nas três esferas, penal, civil e administrativa. A identificação da natureza jurídica a ser aplicada pelo órgão competente da administração pública é essencial à efetividade da prevenção e repressão à infração, sendo aquela que melhor se subsume, a partir das reflexões ora postas, a objetiva, notadamente pela irreversibilidade e imensurabilidade, no tempo e espaço, mas especialmente pelo caráter difuso das consequências advindas das infrações contra o meio ambiente, do qual se extrai a indisponibilidade de sua tutela pelo poder público.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Infração Administrativa. Responsabilidade Ambiental.

TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM À LUZ DOS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES

Ester Mariza Dutra, Frederico Fernandes Dutra, Kleider Robert Rocha Cruz, Pedro Henrique Xavier Tiola

Este trabalho estuda a terceirização da atividade-fim e as consequências que a mesma traz para a relação de emprego, com a finalidade de determinar a correlação do tema, com os direitos sociais do trabalhador previsto nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal, tendo apoio nos Princípios Constitucionais, sendo eles: Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, Princípio da Proteção e o Princípio da Igualdade. Tem como base principal a Lei 13.429/2017 que modificou a Lei 6.019/74 e se ampara também em artigos jurídicos que tratam sobre o assunto. O tema foi compreendido por meio de pesquisa bibliográfica doutrinária, jurisprudencial e legislativa, com respaldo no Direito do Trabalho e no Direito Constitucional. O seu objetivo é apontar as transgressões que a terceirização traz aos direitos sociais do trabalhador, tendo como finalidade esclarecer dúvidas, demonstrar os efeitos que a terceirização trás para a sociedade, garantir um amplo entendimento sobre o tema, somar conhecimento e passar adiante o aprendido.

Palavras-chave: Relação de emprego. Terceirização da Atividade-fim. Princípios Constitucionais.

**OS DIREITOS HEREDITÁRIOS DOS EMBRIÕES POR
FECUNDAÇÃO HOMÓLOGA *POST MORTEM*: AS LIMITAÇÕES
JURÍDICAS DO DIREITO NA HERANÇA DO *DE CUJUS***

Franciele Cristina Gomes Barbosa, Alessandre Tavares da
Silveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele
Vieira Neto

A presente monografia tem como escopo analisar os direitos hereditários dos embriões fecundados *post mortem* com relação as limitações jurídicas do direito na herança do *de cuius*. Lamentavelmente no Brasil não há uma legislação específica para regular o caso em sua integralidade, o filho concebido por inseminação artificial homóloga *post mortem* tem sua concepção amparada pelo Código Civil, mais não tem seus direitos sucessórios regulamentados de forma mais ampla. Deste modo temos uma incompatibilidade com os princípios constitucionais e direitos fundamentais da Constituição Federal. O objetivo dessa monografia é igualar os direitos sucessórios dos herdeiros concebidos e não concebidos *post mortem* para que não haja violação dos princípios e dos direitos fundamentais desses.

Palavras-chave: Princípio da dignidade da pessoa humana.
Fecundação homóloga *post mortem*. Direito sucessório.

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR INFIDELIDADE CONJUGAL

Gabriela Martins Coelho, Pedro Henrique Xavier Tiola, Carlos Roberto Carraro Júnior, Soraya César Sanglard Costa

Numa relação conjugal estão apostos deveres de ambas as partes, defendidos pelo Direito de Família, entretanto, não é qualquer ação que cabe uma sanção, gerando assim dever de indenizar. Nos dias atuais a infração dos deveres conjugais é uma das causas mais relevantes para o rompimento de relações, deste modo, qualquer sanção imposta neste campo está ligada a Responsabilidade Civil, onde comprovado o dano, sendo este moral, ou caracterizado por lesão ao direito da personalidade, o agente deverá sofrer responsabilidade civil, tendo obrigação de repará-lo. A presente pesquisa visa abordar sobre os pressupostos básicos da responsabilidade civil: ilicitude, conduta, dano e nexos causal, visando o valor da família nas relações sociais, a ideia da sociedade conjugal, da instituição da responsabilidade civil, e finalizando com as presunções de ressarcimento em caso do descumprimento de deveres conjugais. Abordando posições de doutrinadores acerca da questão acima citada, salientando se a quebra de um dever conjugal cabe responsabilidade civil em casos diversos.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Dano e Culpa. Fidelidade Recíproca.

A VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NO CRIME DE ESTUPRO

Isaac Newton de Oliveira Júnior, Alexandre Tavares da Silveira, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

O objetivo da presente pesquisa monográfica recai sobre a valoração da palavra da vítima no crime de estupro para discutir se somente esta palavra é suficiente para a condenação penal. No decorrer do estudo, tem-se como escopo estabelecer a ligação do tema com a violação sexual e a proporcionalidade da aplicação legal na obtenção dos meios de prova, devido ao fato de existir diversas denúncias falsas que acarretam em condenações sem suficiência probatória. A condenação baseada somente na palavra da vítima fere o princípio do *in dubio pro reo*, ou seja, na dúvida interpreta-se em favor do acusado. Nesse estudo fica evidenciado que sustentar uma condenação, tendo como prova apenas o depoimento de uma criança ou adolescente, vítima do delito em questão, poderá acarretar condenação de inocentes. O tema foi estudado através da análise doutrinária, jurisprudencial, com respaldo do Direito Penal, no Processo Penal, além dos princípios que resguardam a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Estupro. Valoração. Palavra da vítima.

DIREITO AO ESQUECIMENTO X LIBERDADE DE IMPRENSA

José Ronaldo Alves da Silva, Carlos Roberto Carraro Júnior,
José Flávio Barroso Madaleno, Patrick Luiz Martins Freitas
Silva

A presente pesquisa monográfica visou estudar o direito ao esquecimento, refletindo a sua influência da informação na vida social. No decorrer do estudo, têm-se como escopo enumerar os casos em que o direito ao esquecimento foi aprovado, verificar quais são os mecanismos de segurança utilizados em redes sociais, com base no Direito Constitucional. O tema será estudado por meio da análise doutrinária e jurisprudencial, com respaldo no Direito Penal, no Processo Penal e no Direito Constitucional, além dos princípios que são inerentes ao tema proposto pela pesquisa.

Palavras-chave: Direito ao Esquecimento.
Superinformacionismo. Direito de Expressão.

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SEUS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Juliélcio Feliciano Calegar da Silva, José Flávio Barroso Madaleno, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Wendel Salum Dourado

Com o crescimento populacional as relações consumeristas aumentaram. A necessidade de uma norma reguladora que resguardasse e tutelasse os direitos dos consumidores era iminente. O CDC veio regular as relações consumeristas além de tutelar a proteção dos interesses destes. Reconheceu a posição de direito e formulou normas de caráter inovador, amplo e que acompanham a evolução desses direitos. É considerada uma evolução da preocupação pelos direitos destes representando uma grande conquista da sociedade brasileira abarcando a natureza coletiva, regularizando as atividades econômicas garantindo a ordem e a harmonia nas relações de consumo. Inovador em seu campo de atuação atribuiu direitos fundamentais aos consumidores, até então não tutelados, na busca incessante do equilíbrio das relações de consumo, uma vez que esta posição de subordinação, em que se encontravam os consumidores, fazia deles presas fáceis para que os fornecedores de serviços ou produtos obtivessem vantagens econômicas as suas custas. Os fundamentos do CDC vêm harmonizar este processo tutelando a parte mais frágil da relação com o objetivo de promover um nivelamento entre as partes. O exercício do direito limita o excesso a fim de que não existam danos para qualquer uma das partes interessadas. Nas relações negociais de consumo deve estar presente o justo equilíbrio, em todos os momentos relacionados com a prestação e fornecimento. Esse equilíbrio representa a igualdade absoluta ou pelo menos aproximada entre as partes.

Palavras chaves: Direito do Consumidor. Fornecedor. Relações de Consumo.

**ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA LEI Nº 12.654/12:
IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL POR MEIO DE COLETA
OBRIGATÓRIA DE MATERIAL GENÉTICO**

Júlio Márcio Avelino Souza, Alexandre Tavares da Silveira,
Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Tânia Daniele Vieira Neto

O presente trabalho tem o propósito de analisar a legalidade da Lei 12654/2012 que prevê que condenados por crimes dolosos, praticados com violência grave à pessoa, e os crimes hediondos, serão obrigatoriamente submetidos à identificação de seu perfil genético e o seu armazenamento em um banco de dados nacional, o que hipoteticamente viola garantias constitucionais como o direito da dignidade da pessoa humana e o princípio de não produzir provas contra si mesmo. Apesar da garantia constitucional da não autoincriminação, prevista especialmente no artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal, a legislação brasileira admite a coleta de material genético como forma de identificação criminal. O procedimento é permitido tanto na fase de investigação quanto após condenações por crimes dolosos com grave violência ou hediondos. É de suma importância frisar o entendimento do presente projeto na tentativa de redução do erro judiciário na identificação e prisão de certo indivíduo, uma vez que a coleta do material genético será feita antes do crime, para que não se tenha necessidade de fazê-lo após a prisão, assim não ferindo o princípio da autoincriminação.

Palavras-chave: Constitucionalidade. Identificação Criminal. Coleta de Material Biológico.

**AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE À LUZ DOS
DIREITOS HUMANOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS QUE
REGEM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Larissa Natália Rocha, Keiciane Valério Emerick, Bruno
Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

O presente trabalho monográfico visou fazer uma análise à luz dos direitos humanos e princípios fundamentais que regem o ordenamento jurídico brasileiro frente a audiência de custódia, um recente instituto adotado no Brasil no ano de 2015, regulamentado por meio da Resolução 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça. No decorrer da pesquisa, tem-se como escopo a análise das audiências de custódia, bem como, se tal instituto está sendo devidamente respeitado ou se há um verdadeiro descaso perante os tribunais frente a norma firmada pelos tratados internacionais. O tema será estudado por meio de análise doutrinária, jurisprudencial e artigos, a fim de verificar os efeitos da aplicabilidade das audiências de custódia, seus aspectos positivos, especialmente no que tange a proteção da pessoa humana, com respaldo no Direito Processual Penal, Pacto dos Direitos Cíveis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Audiência de Custódia. Direito Processual Penal. Convenção Americana de Direitos Humanos.

DA (IN) APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Luana Kelen Alves da Silva, Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Marcorélio Rodrigues dos Reis, Rafael Santana Faria

A presente monografia tem como finalidade analisar a aplicação do princípio da insignificância nos crimes cometidos em face a Administração Pública. Para tanto, será levado em consideração as discussões e os questionamentos ainda enfrentados para a sua aplicação em relação aos crimes contra a Administração Pública, observando primordialmente os crimes de peculato e descaminho, revelando o grau de ponderação que deve ser levado a efeito frente a cada caso concreto, analisando especialmente os parâmetros adotados pelo Superior Tribunal de Justiça, a partir da edição da Súmula 599, e o Supremo Tribunal Federal demonstrando a divergência entre as decisões tomadas no âmbito das Supremas Cortes, analisando as decisões nos casos concretos e as justificativas apresentadas em cada caso concreto. Analisando, ainda, a divergência doutrinária, sob o aspecto do princípio da moralidade administrativa e da possibilidade ou não dá aplicabilidade do princípio da insignificância nos crimes contra a administração pública e o princípio da proporcionalidade.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância. Princípio da Proporcionalidade. Crimes contra Administração Pública.

A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Luana Pereira Clemente, Wendel Salum Dourado, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

O presente trabalho tem como escopo analisar as principais características do princípio da insignificância discorrendo acerca da possibilidade de sua aplicação nos crimes contra a administração pública. Para tanto, será feito primeiramente uma conceituação de termos chaves para o tema, como o que vem a ser o crime, as peculiaridades do princípio da insignificância e sua abrangência e aplicação, breve análise de todos os crimes contra as finanças públicas que está inserido no Capítulo dos crimes contra a administração pública e por fim um estudo sobre como a jurisprudência o trata, notadamente a do Supremo Tribunal Federal. Tendo em vista que o princípio em questão não está regulamentado por algum diploma normativo, sendo consequência de uma produção jurisprudencial. E em razão disso, não há na legislação a conceituação de maneira expressa deste princípio, sendo papel da doutrina e da jurisprudência o estabelecimento de parâmetros pelos quais os “fatos insignificantes” serão reconhecidos. Contudo, para que haja a efetiva utilização do Direito Penal e conseqüentemente uma sanção para o infrator, necessário se faz que o bem jurídico sob proteção tenha sido realmente afetado de maneira suficiente para que se possa usar de sanções penais. O tipo de pesquisa foi bibliográfica, com estudo em doutrinas, leis e jurisprudências.

Palavras-chave: Insignificância. Finanças públicas. Supremo Tribunal Federal.

O DIREITO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Márcio Leandro Duarte, Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Alessandre Tavares da Silveira, Christiane Miranda Butthers de Almeida, Keiciane Valério Emerick

O presente trabalho tem por objetivo abordar a aplicabilidade dos princípios do contraditório e ampla defesa na esfera do inquérito policial, visando a garantia e os direitos fundamentais do cidadão no percurso do processo, objetivando a obrigatoriedade do cumprimento desses princípios fundamentais do nosso ordenamento jurídico. O inquérito policial vem sendo dirigido como uma simples forma de elucidar uma ação criminal, embora ele seja fundamental, pois tem por função apurar uma infração e autoria através de investigações e denúncias para fornecer aos órgãos competentes que propõem a ação penal. Como referencia vamos citar o contraditório e a ampla. O contraditório é um instrumento importante de defesa das liberdades públicas, é necessário lembrar que através do juiz atua entre as partes para que o direito seja aplicado corretamente. Ocorre que na ampla defesa vai além, pois garante ao indiciado a mais completa defesa, possibilitando ainda a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que não possuem condições com quaisquer que sejam as despesas em sua defesa. Sabe-se que a inclusão de tais garantias constitucionais é de grande importância, para garantir ao advogado de defesa do acusado o direito de vista dos autos e dos documentos das investigações, o que garante maior legitimidade às conclusões sem prejudicá-la.

Palavras-chave: Inquérito Policial. Contraditório. Ampla Defesa.

ADOÇÃO *INTUITU PERSONAE*: A RELATIVIZAÇÃO DO CADASTRO DE ADOÇÃO SOB A ÓTICA DA AFETIVIDADE

Maria Paula Oliveira Gonçalves, Carlos Roberto Carraro Júnior, José Flávio Madaleno, Marcorélio Rodrigues dos Reis

A presente monografia tem por objetivo analisar juridicamente os casos de adoção *intuitu personae*, onde os genitores, mais comumente, a mãe biológica, entregam o filho a terceiros, para que estes exerçam a guarda de fato do menor. A partir do imperativo da proteção integral e dos princípios constitucionais oriundos da Constituição Federal de 1.988, as crianças e adolescentes receberam lugar de destaque, passando o adotado ser o foco principal no processo de adoção. Com o intuito de agilizar o processo de adoção foi criada a Lei nº 12.010/2009 que regulamentou o Cadastro Nacional de Adoção, tornando-se imprescindível a prévia inscrição neste cadastro para o deferimento da adoção. Portanto, busca-se na doutrina e na jurisprudência os critérios para o deferimento da adoção *intuitu personae*, nos casos em que as partes não estão inscritas no cadastro de adoção. Assim, o presente trabalho analisa a possibilidade de relativizar a ordem cadastral face adoção *intuitu personae*, em situações excepcionais, onde existe formação de vínculo afetivo entre o menor e seu guardião de fato, a fim de garantir o melhor interesse do menor e evitar que este sofra os malefícios da separação e da não convivência com o seu guardião.

Palavras Chave: Adoção *Intuitu Personae*. Princípio da Afetividade. Princípio do Melhor Interesse da criança e do adolescente.

A QUANTIFICAÇÃO TRABALHISTA DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

Maurício Eliseu Lopes Mol, Wendel Salum Dourado, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

A Lei 13.467/2017 incluiu o artigo 223-G na CLT, o qual expressa os valores a serem pagos ao empregado, a título de reparação trabalhista, no campo extrapatrimonial, que a fixa no último salário do ofendido. Entretanto, no Estado Democrático de Direito, o Estado é obrigado a cumprir a Norma, e ao cidadão cabe fazer o que a lei não proíbe, então é obrigado a qualquer que exercendo sua função em nome do Estado, tenha como base os direitos e as garantias constitucionais, obrigando aquele que legislar, o faça sob um viés Constitucional. Quanto aos dispositivos da lei acima citada far-se-á, uma análise sob a luz do princípio da isonomia, que explicitado pela CF/88, pelo Artigo 5º, todos são iguais perante a Lei sem distinção de nenhuma natureza, este que deriva da própria dignidade humana, contudo a lei limita o juiz, no momento da indenização. Analisar-se-á o tema através de fontes admitidas em Direito.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Isonomia e reparação. Danos extrapatrimoniais.

**A PSICOPATIA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO:
A FIGURA DO PSICOPATA DENTRO DO SISTEMA JURÍDICO
BRASILEIRO**

Maycow Luiz de Andrade, Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Alessandre Tavares da Silveira, Christiane Miranda Butthers de Almeida, Keiciane Valério Emerick

O presente trabalho tem o intuito de trazer informações sobre o que é a psicopatia e como é tratado o psicopata pela justiça brasileira, onde, atualmente, existe uma polêmica tanto na doutrina, quanto na jurisprudência acerca de como o psicopata deva ser tratado frente ao Código Penal Brasileiro, visto que o psicopata é reconhecido criminalmente como um indivíduo que não possui a possibilidade de se recolocar no meio da sociedade, sendo um desafio para a justiça. O trabalho analisa a criminologia acerca do tema, destacando a teoria do crime, a culpabilidade, a imputabilidade, bem como a inimputabilidade e a semi-imputabilidade, a definição de psicopatia e suas principais características, assim como a sua evolução histórica, ressaltando sobre a grande problemática deste trabalho, se um criminoso comprovadamente psicopata pode ser reinserido na sociedade após o cumprimento da pena.

Palavras-Chave: Psicopatia. Criminologia. Imputabilidade.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ROMPIMENTO DE NOIVADO

Naara Mendonça Sales, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, José Flávio Barroso Madaleno

O presente estudo visa debater a responsabilidade civil dos noivos quando ocorre a ruptura abrupta do noivado, fazendo-se necessário o estudo de alguns institutos para explorar e averiguar as possibilidades de caracterização do dano moral decorrente de tal rompimento, utilizando-se jurisprudências recentes para corroborar o estudo presente. Nota-se que há divergência jurisprudencial quanto ao acolhimento de indenização em tais casos. Alguns magistrados consideram o exercício do término como uma prática regular do noivo que rompeu o relacionamento, relacionando-o a um mero desprazer do “prometido” renegado, optando pelo não acolhimento de tal pedido indenizatório. Porém, discernindo as situações que configuram o ato ilícito, em especial o abuso de direito e a ausência de boa-fé, resta notório que, a depender das circunstâncias, é possível a procedência dos pleitos de indenização por danos morais. Por este motivo, para ampliação do debate, faz-se necessário a explanação de alguns conceitos importantes e o aprofundamento do estudo.

Palavras-chave: Noivado. Responsabilidade Civil. Ato Ilícito e Danos Morais.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA COLETA OBRIGATÓRIA DE MATERIAL BIOLÓGICO DE CONDENADOS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Natália Labanca Felipe Teixeira, Keiciane Valério Emerick, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

A Lei nº 12.654/12 promoveu relevantes alterações no ordenamento jurídico, em especial no bojo da Lei de Execução Penal. A presente monografia visa estudar a constitucionalidade do artigo 9º-A da Lei nº 7.210/84, que determinou a compulsoriedade da extração de DNA dos condenados por crimes dolosos praticados com violência de natureza grave contra a pessoa e por crimes hediondos. No transcorrer do estudo, será estabelecida a ligação da abordagem temática e a análise da constitucionalidade do referido artigo frente aos princípios da não autoincriminação, também chamado de *nemo tenetur se detegere*, presunção de inocência, legalidade, dignidade da pessoa humana e inviolabilidade à intimidade e à vida privada. O conhecimento será construído por meio de análise doutrinária, com auxílio no Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional e Direitos Humanos.

Palavras-chave: Identificação Criminal. Banco Nacional de Perfis Genéticos. Princípio da não autoincriminação.

O PAPEL DO JUIZ NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 156, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Otávio Márcio Fernandes dos Santos, Rafael Santana Faria, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Marcorélio Rodrigues dos Reis

O presente trabalho trata a respeito do papel do Juiz na investigação criminal, uma vez que no Brasil o sistema processual penal adotado é o sistema acusatório, que por sua vez divide o processo em fases, doutrinadores explicam o desencadear do processo, a função que é desempenhada por cada parte envolvida, dentro delas está o Juiz, que tem como função principal ser garantidor das garantias e direitos do acusado, para que haja um julgamento justo e imparcial. Com base na nova redação do Art. 156, I do Código de Processo Penal, alguns doutrinadores trazem pensamentos contrários, visando que pode ser comprometida a imparcialidade do juiz, podendo assim contaminar o processo, deixando com que ele perdesse o censo da justiça, fazendo com que o juiz se inclinasse para um lado apenas, lado esse que poderia ser o do acusado ou da acusação, vindo a não garantir os direitos e garantias do acusado ou vindo a não lhe imputar uma pena justa pelo ato ilícito que houvera cometido, sob a nova redação e outros pensamentos favoráveis, que defendem que o juiz deve atuar na fase de investigação para em conjunto com a polícia judiciária e o Ministério Público possa ser produzidas provas que tragam com melhor clareza o que por ele será julgado.

Palavras-chave: Processo Penal. Imparcialidade. Constitucionalidade.

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E A PARTICIPAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO ORÇAMENTO

Paula de Oliveira Brinate, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo,
Alessandre Tavares da Silveira, Carlos Roberto Carraro Júnior

A presente pesquisa monográfica visa demonstrar a efetivação do direito à saúde através da judicialização das políticas públicas. No decorrer da pesquisa, tem-se como escopo estabelecer a ligação do tema com as garantias constitucionais do direito à saúde, que é fundamental. O tema será estudado através de uma análise doutrinária, com respaldo no direito Constitucional, analisando o questionamento levantado sobre o princípio da reserva do possível e o princípio do mínimo existencial. Assim, cabe analisar a intervenção do Judiciário em tais políticas públicas e examinar a conduta do legislador frente a execução das políticas públicas já existentes.

Palavras-chave: Direito à saúde. Princípio do mínimo existencial. Judicialização.

POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA APURAÇÃO DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Ronaldo dos Santos, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Alexandre Tavares da Silveira, Carlos Roberto Carraro Júnior

O presente trabalho de pesquisa monográfica tem como objetivo verificar a constitucionalidade da atuação da Polícia Militar nas investigações de crimes perpetrados por organizações criminosas, prática esta que é rotineira em alguns Estados da Federação. A falta de segurança pública no Brasil é um dos principais problemas que atormentam nossa sociedade. Nesse cenário catastrófico, a Polícia Militar em seu dever constitucional de manter a ordem pública e propiciar a sociedade uma segurança pública de qualidade, vem exercendo procedimentos investigatórios que resultam no desbaratamento de organizações criminosas que afligem a vida social dos cidadãos. Contudo, tais ações trazem consigo algumas celeumas no que tange à extensão da atuação da Polícia Militar, haja vista que entendimentos doutrinários entendem que a Polícia Militar estaria, dessa forma, usurpando a função da Polícia Judiciária, em âmbito estadual, uma vez que a competência legal prevista na Constituição Federal para praticar atos de investigação de crimes comuns, em âmbito estadual, é exclusiva da Polícia Civil. A metodologia adotada comportou em uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de buscar referenciais teóricos e jurisprudências para o progresso do tema proposto.

Palavras-chave: Polícia Militar. Constitucionalidade. Organizações Criminosas.

APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE *CANNABIS SATIVA LINNEU*

Wanessa Vilete Carvalho, Soraya César Sanglard Costa, Keiciane Valério Emerick, Diogo Abineder Nolasco Pereira

O presente trabalho tem o intuito de estudar a aplicabilidade do princípio da insignificância na importação de sementes de *cannabis sativa lineu*, conhecida como “maconha”, tendo como objetivo estabelecer a aplicação entre o princípio basilar normativo, o princípio da insignificância, nos casos concretos. A principal função dos princípios é de orientar a interpretação normativa, tendo como encargo proteger os direitos fundamentais e aprimorar a aplicação da legislação. A pesquisa tem como finalidade interpretar a relação do princípio da insignificância especificamente na Lei de drogas. A Lei 11. 343 de 2006, trouxe inovações sobre a tipificação, sendo uma delas a discriminação do porte de pequena quantidade de drogas, reconhecendo a insignificância da conduta do agente. Ademais, a pesquisa demonstra o posicionamento divergente da doutrina a respeito do tema, em que doutrinadores consideram a sementes de *cannabis sativa linneu* como drogas, entretanto temos o posicionamento contrário. O tema será estudado através de jurisprudências dos principais tribunais brasileiros e nos entendimentos doutrinários, com respaldos no direito penal, no processo penal e no direito constitucional.

Palavras-chave: Princípio da insignificância. Lei de drogas. Inaplicabilidade *in dubio pro societate*.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DA CORRETORA DE TÍTULO E VALORES MOBILIÁRIOS NOS CONTRATOS DE COMISSÃO E INTERMEDIÇÃO BURSÁTIL

Yuri Filipe Valentim de Almeida, Carlos Roberto Carraro Júnior, José Flávio Barroso Madaleno, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

O presente trabalho aborda as formas de Reponsabilidade Civil das Corretoras de Valores nos Contratos de Comissão e Intermediação Bursátil. Atualmente, as Corretoras são necessárias para conectar os investidores no sistema da Bolsa de Valores, seja de forma física ou virtual. Ocorre que a natureza jurídica dessa prestação de serviço bem como sua espécie de responsabilidade civil, não é diretamente regulamentada. Esses fatos servem de base para a existência de numerosas diversidades jurisprudenciais e doutrinárias, trazendo insegurança jurídica nessas relações já consideradas de alto risco, haja a vista a natureza fática das operações de compra e venda de Valores Mobiliários. Fica demonstrado que, com base nas interpretações dos tribunais é possível a aplicações dos conceitos legais do Código de Defesa do Consumidor nas relações Bursáteis. Mas, tal aplicações deve apenas ser de forma supletiva e ser aplicada apenas as normas jurídicas que forem compatíveis com as normas aplicadas no âmbito das corretoras. Vale ressaltar que essa forma de responsabilidade deve ser aplicada apenas nas relações de intermediações onde o investidor for parte hipossuficiente.

Palavras-chave: Reponsabilidade Civil. Corretora de Valores. Intermediação Bursátil.

**RELAÇÃO ENTRE A EXTRAFISCALIDADE DOS TRIBUTOS E O
PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA:
PROGRESSIVIDADE E SELETIVIDADE**

Mariana Brum Bahia, Kleider Robert Rocha Cruz, José Flávio Barroso Madaleno, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

O objetivo do presente trabalho monográfico será tratar da função extrafiscal dos tributos, analisando sua aplicação como instrumento de intervenção no domínio econômico e no meio social através do poder-dever do Estado, utilizando o tributo como um fator de incentivo ou desincentivo de atividades. Ainda, será estudada a relação existente com o princípio da capacidade contributiva, determinando que esse princípio busca a justiça fiscal e, portanto, um meio relevante de garantir que não haverá exageros por parte do Estado quando utilizar da função extrafiscal. E, enfim, serão analisados os eminentes instrumentos de intervenção na economia pelo estado: a progressividade e a seletividade, instrumentos estes utilizados para o controle das alíquotas de determinados impostos.

Palavras chave: Extrafiscalidade. Capacidade contributiva. Progressividade e seletividade.

**A INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ ANTES DE INICIADA A
AÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DA (IN) CONSTITUCIONALIDADE
DO ART. 156, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

Adriano da Silva Faria, Marcorélio Rodrigues dos Reis, José Flávio Barroso Madaleno, Rafael Santana Faria

O presente trabalho aborda questões voltadas ao questionamento acerca de uma análise da (in) constitucionalidade do inciso I do artigo 156 do Código de Processo Penal, instituído pela lei 11.690/08. De acordo com o respectivo artigo, o juiz determina a produção de provas antes mesmo do início da ação penal, ficando assim, completamente envolvido com o procedimento administrativo, tendo sua imparcialidade prejudicada. O objetivo desse trabalho tem por prioridade trazer os argumentos jurídicos que expõe a questão, com posicionamentos constitucionais e doutrinários a fim de demonstrar a inconstitucionalidade do mencionado artigo, juntamente com seu inciso I. Para solucionar os fatos abordados na pesquisa, foi realizada uma análise acerca dos sistemas processuais penais existentes, quais sejam: acusatório, inquisitório e misto, bem como o atualmente adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, busca-se com a presente pesquisa monográfica demonstrar os princípios que regem a atividade probatória realizada pelo magistrado na fase de investigação preliminar.

Palavras chave: Sistema acusatório. Sistema inquisitório. Imparcialidade.

A (A)TIPICIDADE DA RECEPÇÃO NÃO AUTORIZADA DO SINAL DE TV A CABO

Agda de Fátima Mayrinck, Marcorélio Rodrigues dos Reis,
José Flávio Barroso Madaleno, Rafael Santana Faria

O presente trabalho tem como tema a análise da (a) tipicidade da conduta de recepção não autorizada do sinal de TV a Cabo, tema este que tem sido objeto de grande divergência doutrinária e jurisprudencial. Busca-se com essa pesquisa verificar a possibilidade de tipificação da conduta disposta no artigo 35 da Lei nº 8.977/95, pois trata-se de matéria controversa para os Tribunais Superiores. De um lado, o STF defende a atipicidade da conduta pautando-se, para tanto, no princípio da legalidade e na vedação da analogia *in malam partem*. De outro lado o STJ firmou entendimento no sentido de ser possível a equiparação da conduta ao furto de energia elétrica, artigo 155, § 3º do Código Penal, sob o fundamento de ser cabível a interpretação analógica para preenchimento de lacuna deixada pela Lei nº 8.977/95. Ressalta-se ainda a divergência doutrinária quanto ao tema, na qual parte da doutrina filia-se ao entendimento do STF entendendo ser fato atípico enquanto a outra parte filia-se ao entendimento do STJ, entendendo pela tipicidade da prática. Os argumentos jurídicos, objeto de fundamentação para ambos os entendimentos serão abordados no decorrer do trabalho, através de pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais.

Palavras-chave: Coisa móvel. Furto. Legalidade e tipicidade.

(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CONSENTIMENTO DO CÔNJUGE PARA REALIZAÇÃO DE LAQUEADURA

Ana Alice de Oliveira Horsth, Patrick Luiz Martins Freitas Silva,
Keiciane Valério Emerick, Rafael Santana Faria

A Lei nº 9.263/96 foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro para regular o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, ou seja, trouxe as diretrizes de planejamento familiar. Todavia, o art. 10 § 5º do referido diploma normativo como forma de evitar esterilização precoce estabeleceu que na vigência de sociedade conjugal a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges. É sabido que o homem e a mulher encontram-se em disparidade de poderes na relação conjugal, e por conta de questões culturais e até mesmo financeiras as mulheres deixam de exercer a sua autonomia e livre exercício do direito ao planejamento reprodutivo por se sentirem submissas à vontade de seus esposos. Pelo exposto, é questionado se a exigência de autorização expressa do cônjuge para realização de laqueadura é constitucional. A presente monografia utilizou pesquisa qualitativa com base no método teórico-dogmático a fim de demonstrar a discussão acerca da constitucionalidade do referido artigo da Lei de Planejamento Familiar e como esse dispositivo contribui para a perpetuação de relações assimétricas.

Palavras-chave: Autonomia reprodutiva. Laqueadura. Planejamento Familiar.

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E A LEI DE DROGAS

André Fonseca Lima, José Flávio Barroso Madaleno, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Wendel Salum Dourado

O presente trabalho irá perquirir o Princípio da Insignificância, que descaracteriza a conduta como crime através da atipicidade material, e a sua aplicação dentro da Lei 11.343/2006, a Lei de Drogas. Dessa forma, visa-se interligar este instituto do Direito Penal com os princípios da lesividade, da liberdade, da proporcionalidade e com algumas garantias previstas dentro do Direito Constitucional, como a saúde e a segurança pública. É preciso entender até que ponto pode-se considerar uma conduta como irrelevante, de modo a equilibrar a relação existente entre o fato e a reprimenda penal imposta ao agente. Tendo em vista a divergência jurisprudencial existente acerca da temática, foi trazida a possibilidade de aplicação do princípio a partir de uma minuciosa análise do caso concreto, objetivando uma aplicação mais justa do dispositivo. O trabalho será abordado a partir de conceituações doutrinárias e de decisões dos principais Tribunais, demonstrando também as implicações jurídico-sociais de sua execução.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância. Lei de Drogas. Políticas Públicas.

O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL POLIAFETIVA FRENTE ÀS CONTROVÉRSIAS JURÍDICO-HISTÓRICAS QUE ABARCAM O TEMA

Arthur Estanislau Coelho Silva, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick, Soraya César Sanglard Costa

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a possibilidade de reconhecer a união estável poliafetiva frente às controvérsias jurídico-históricas que abarcam o tema. O objetivo é fazer uma análise acerca da relativização do conceito de família, à medida que as alterações culturais resultaram em um ordenamento jurídico isonômico, permitindo-se, assim, que os arranjos familiares obtivessem a especial proteção do Estado. O tema aprofundou-se no estudo doutrinário e jurisprudencial, abordando diversos posicionamentos, além de analisar os princípios e atuais leis que regem o Direito de Família. A pesquisa conta com três capítulos, sendo eles: “Análise principiológica”, “A união estável poliafetiva” e o “Posicionamento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema”. A pesquisa monográfica é composta, primeiramente, pelos princípios essenciais ao Direito de família, quais sejam: dignidade da pessoa humana, liberdade, pluralismo das entidades familiares, igualdade e respeito à diferença e a afetividade. Ademais, o estudo demonstra como ocorreu a evolução histórica que culminou na criação de diversas entidades familiares, enfatizando-se no poliamor. Por fim, é feita uma análise doutrinária e jurisprudencial sobre o tema, concluindo-se pela constitucionalidade do reconhecimento da união estável poliafetiva sob a ótica do ordenamento jurídico prático.

Palavras-chaves: Poliamor. Constitucionalidade. Família.

**DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE FACE A JUDICIALIZAÇÃO:
EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE FORMA UNIVERSAL E
IGUALITÁRIA**

Áurea Helena Medina Chaves, Rodrigo Mendes Cardoso,
Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

O presente trabalho demonstra-se relevante juridicamente, e justifica-se pela necessidade de se fazer uma análise crítica sobre o impacto da judicialização com gastos não previstos no orçamento da saúde, ocasionando um desequilíbrio ao atender demandas individualizadas, acarretando o não atendimento das necessidades de saúde de uma coletividade, além de tratar-se de um tema relativamente novo que adentra na seara pessoal do indivíduo já fragilizado no contexto, e por fazer parte de determinado contexto social, não tem seus direitos devidamente respeitados. Para que haja uma melhora diante as decisões em relações as políticas públicas, seria viável a edição de súmula vinculante que versa sobre o assunto, para que haja um padrão nas decisões, o que evitará que o mesmo direito seja interpretado de diversas formas, de acordo com o juiz, e a região, o que poderia vir a ser uma injustiça para os demais casos semelhantes. E que esses direitos venham por meio do Estado, garantidos através dos tributos. O qual tem a função de arrecadar recursos para o Estado exercer as atividades necessárias e a garantia dos mesmos, além do modo que atinge a coletividade, vez que de certa forma fere garantias constitucionais e princípios basilares no que refere-se a saúde. Desta maneira é inviável que o Estado se esquive de sua responsabilidade e que o judiciário fixe um limite que não afronte ou maximize a real finalidade, que é o bem coletivo.

Palavra-chave: Judicialização da saúde. Coletividade. Acesso à saúde pública.

AS ALTERAÇÕES NA TEORIA DAS CAPACIDADES COM O ADVENTO DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS REFLEXOS NOS INSTITUTOS DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

Bruna Alves de Oliveira, Patrick Luiz Martins Freitas Silva,
Keiciane Valério Emerick, Rafael Santana Faria

A intenção principal do trabalho exposto é abordar de maneira significativa os reflexos advindos da Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, tal Lei que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta intervenção aos deficientes acarretou uma relevante mudança na teoria das capacidades em nosso ordenamento jurídico, fazendo com que assim, vários artigos do Código Civil também fossem alterados. Essa mudança é considerada uma verdadeira conquista social, de suma importância para a inclusão da pessoa com deficiência, seguindo o princípio da dignidade da pessoa humana, tendo em vista que seu principal objetivo é realmente incluir a pessoa com deficiência. Todavia, acabou por desconsiderar outras situações em que a legislação garantia uma proteção para as pessoas com deficiência, como, nas causas impeditivas de prescrição e decadência que, será o tema de estudo no presente trabalho. Concluímos então, que basicamente gira em torno da fase de analisar e de ponderar as mudanças, e os reflexos como ditos no teor do tema, para que possam ser observados, minuciosamente, os possíveis prejuízos para o deficiente em si, e para o deficiente que não consegue exprimir sua vontade, levando como base a análise de casos concretos do mesmo âmbito, para que, com o estudo e aprofundamento, possam ser solucionados casos relativos as Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Palavras-chave: Capacidade Civil. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Prescrição Decadência.

LEGITIMIDADE SUCESSÓRIA NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA HOMÓLOGA *POST MORTEM*

Bruno Oliveira Teixeira, Patrick Luiz Martins Freitas Silva,
Keiciane Valério Emerick, Rafael Santana Faria

A presente monografia tem como finalidade analisar os efeitos jurídicos nas técnicas de reprodução humana assistida, especificamente, em relação aos direitos sucessórios daqueles concebidos através da reprodução assistida homóloga *post mortem*, pois o Código Civil brasileiro não prevê legitimação a estes, deixando-os de fora da sucessão legítima e restando-lhes somente a sucessão testamentária. É nítido o avanço científico e tecnológico e também o não acompanhar das leis. Além de não existir lei que regulamente sobre os direitos sucessórios dos filhos concebidos *post mortem*, também não há lei que proíba tal técnica, sendo portanto, utilizados como forma de garantir direitos dos filhos, os princípios constitucionais existentes. Este tema foi escolhido a partir do grande interesse de tentar decifrar os motivos pelo o qual a lei ainda não trata especificamente sobre este, ainda mais por se tratar de um tema que comporta discussão tanto doutrinária, como também dentro de uma sociedade, tudo em decorrência da crescente evolução científica e tecnológica.

Palavras-Chave: Reprodução artificial homóloga *Post mortem*.
Direitos sucessórios. Princípio da igualdade entre filhos.

A POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O MOTORISTA DO APLICATIVO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL E A EMPRESA UBER

Cristhiam Kelly Macedo Bezerra, Kleider Robert Rocha Cruz, José Flávio Barroso Madaleno, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

Diante dos mais recentes e intensos debates no que diz respeito à modernização e flexibilização das relações empregatícias, surge o caso Uber e sua relação com os motoristas cadastrados em sua plataforma. O objetivo do presente trabalho é analisar tal relação e buscar na doutrina e jurisprudência indícios da existência ou inexistência da possibilidade de se caracterizar o motorista como empregado da empresa Uber. Para tanto, traz um estudo que aborda as relações de trabalho e as relações de emprego, bem como os requisitos que devem ser preenchidos para sua caracterização. Traz ainda um estudo a respeito de como acontece o funcionamento do aplicativo Uber e demonstra decisões favoráveis e contrárias ao reconhecimento do vínculo de emprego. Por fim, busca fazer uma análise à respeito do Princípio da Dignidade Humana e sua relação com as atuais flexibilizações dos direitos trabalhistas, analisando ainda a Lei que surgiu do embate entre taxistas e motoristas Uber, com a intenção de regular o transporte individual privado de passageiros.

Palavras-chave: Uber. Relação de Trabalho. Relação de Emprego.

**REFORMA TRABALHISTA: A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO
SOBRE O LEGISLADO COMO VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS
BASILARES DO DIREITO PÁTRIO**

Daiane Stéfani de Paula, Frederico Fernandes Dutra, Diogo
Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick

O presente projeto de monografia tem por objetivo identificar a violação de princípios basilares do direito brasileiro no que diz respeito a redação dada à Consolidação das Leis Trabalhistas, mais precisamente no que concerne aos novos limites da prevalência do negociado sobre o legislado. O assunto discorre acerca da probabilidade, conferida pela Constituição da República, de que os acordos firmados em negociações coletivas tenham mais força que normas expressas. Tal temática e as possibilidades para sua aplicação sempre foram motivo de debate na jurisprudência e doutrina especializada. Com a chegada da Reforma Trabalhista - Lei 13.467/17 – foi introduzido na CLT o artigo 611-A, que gerou grande polêmica, pois trata sobre o tema de forma a amplificar a região de atuação da autonomia privada coletiva, tornando possível que normas contratuais que prejudiquem o trabalhador predominem sobre normas protetivas expressas sem nenhuma contraprestação do empregador, de forma a prejudicar os empregados na relação de emprego.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Negociado sobre o
Legislado. Violações normativas.

POSSIBILIDADE DO DIREITO DE HERANÇA NA SUCESSÃO HOMÓLOGA *POST MORTEM*

Edmila Inês Alves, Pedro Henrique Xavier Tiola, Carlos Roberto Carraro Júnior, Soraya César Sanglard Costa

O presente projeto tem como objetivo analisar os aspectos contemporâneos relativos à reprodução humana assistida e ao direito sucessório. A controvérsia gira em torno da possibilidade ou impossibilidade do filho, que foi concebido após a morte de seu genitor, ter direitos sucessórios. Frisa-se que o ordenamento jurídico brasileiro, não tem legislação específica sobre o assunto. Atualmente, é perfeitamente possível o início da vida humana de pais que já faleceram. Resta a lacuna legislativa que não regulamentou, até o presente momento, a situação de crianças que nasceram após o falecimento dos pais, cujo processo sucessório já foi encerrado em momento anterior, com a partilha para os herdeiros presentes à época, mas deixaram àquelas, excluídas. Faz-se necessária adequação formal e material da legislação. Isso posto, o trabalho irá apontar diversos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais envolvendo o tema, apontando os pontos factíveis e possíveis de se adotar, proporcionando parâmetro para posterior debate legislativo.

Palavras-Chave: Reprodução Humana Assistida. Inseminação Artificial homóloga *post mortem*. Omissão legislativa.

O ABANDONO FAMILIAR DO IDOSO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Eduarda Costa de Sá Naisser, Rafael Santana Faria, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Marcorélio Rodrigues dos Reis

Essa pesquisa tem por escopo fazer uma análise constitucional, juntamente ao Estatuto do idoso e o instituto da responsabilidade civil, de forma a discorrer sobre o afeto nas relações familiares como um valor jurídico, baseando-se em analogias, fundamentos e análises no ramo da Psicologia, bem como uma análise doutrinária e jurisprudencial. Discute-se a respeito da conduta do abandono ferir tantos preceitos do nosso ordenamento jurídico, e da ausência de lei específica para tal conduta promover as sanções devidas aos que praticam tais atos. Nessa esteira, abrindo possibilidades de reparação e indenização pecuniária, quando há a negligência e abandono afetivo na entidade familiar para com seus familiares na velhice, mormente aos princípios constitucionais que regem as relações de família. Portanto, o objetivo da presente pesquisa visa, de uma forma humana, dar valor ao afeto e aprofundar-se no tema, contribuindo positivamente para que situações como essa ganhem ainda mais visibilidade e reconhecimento jurídico.

Palavras-chave: Danos morais. Estatuto do idoso. Dignidade da pessoa humana.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA NO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI

Flávio Amorim de Souza, Rodrigo Mendes Cardoso, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

O presente trabalho visa a analisar criticamente a inconstitucionalidade da aplicabilidade do princípio *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia no procedimento do Tribunal do Júri. No decorrer do estudo, tem-se como escopo estabelecer que aplicabilidade do princípio do *in dubio pro societate* fere o Estado democrático de Direito, bem como os princípios constitucionais *in dubio pro reo* e o da presunção de inocência, tendo em vista que a dignidade da pessoa humana é frontalmente ferida com a possibilidade de alguém ser condenada com base em provas frágeis ou duvidosas. Assim, demonstrar-se-á que o *in dubio pro societate*, ao contrário do que defende a jurisprudência majoritária, fere de morte direitos constitucionais, que são caros a qualquer país que se diz Democrático de Direito, e que, por isso, sua aplicação é extremamente errônea e prejudicial. O tema será estudado através da análise doutrinária e jurisprudencial, com respaldo no Direito Penal, no Processo Penal e no Direito Constitucional, além dos princípios ínsitos em tela.

Palavras-chave: Decisão de Pronúncia. Presunção de Inocência. princípio *in dubio pro reo* e princípio *in dubio pro societate*.

A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Gustavo Gabrig de Souza, Soraya César Sanglard Costa, Alexandre Tavares da Silveira, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

A presente monografia objetiva a realização de uma análise constitucional sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal ao votar pela criminalização da homofobia. Ocorre que por meio de interpretação extensiva foi julgado e aprovado o projeto de lei que autoriza a criminalização de preconceitos gerados pela orientação sexual e pela identidade de gênero, com fundamento na lei de nº 7716/1989 (Lei do Racismo). O propósito central do trabalho foi demonstrar a inconstitucionalidade da decisão, diante a ofensa ao preceito constitucional da Separação dos Poderes, demonstrando que por meio de tal atuação, ao legislar o judiciário contribuiu com o chamado ativismo judicial, e afrontou princípios basilares da nossa Constituição Federal, tais como: princípio da Legalidade; Proporcionalidade e Fragmentariedade. Além disso, abordarei a intervenção mínima e a proibição de interpretação extensiva em nosso ordenamento jurídico quando se trata de matéria penal. O estudo será pautado através de análise doutrinária e jurisprudencial, com ênfase no Direito Penal e no Direito Constitucional, e também de princípios e votos de relatores.

Palavras-chave: Interpretação extensiva. Proporcionalidade e Fragmentariedade. Separação dos Poderes.

POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Hemmily Michaela Viana Ferreira, Rodrigo Mendes Cardoso,
Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

O presente trabalho almeja analisar os direitos dos trabalhadores no meio ambiente de trabalho, que exercem funções insalubres ou perigosas. Pesquisa-se à respeito da possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade, com a finalidade de demonstrar que o exercício de determinadas atividades, o trabalhador fica exposto às condições em que sua saúde e segurança estão em risco. Para tanto, é necessário fazer uma análise acerca da vedação da Consolidação das Leis do Trabalho, apontar a possível justificativa do recebimento cumulativo dos adicionais em favor do trabalhador. O propósito fundamental da pesquisa é analisar os argumentos favoráveis e os não favoráveis. Atualmente, a corrente majoritária tem sido aplicada, devendo o empregado optar por um dos adicionais. Realiza-se, então, uma pesquisa em bibliografias, artigos, jurisprudências, dentre outros, o que impõe a confirmação de que, os direitos sociais consagrados constitucionalmente estão sendo violado, e que possibilidade de cumulação dos adicionais é uma obrigação social e econômica.

Palavras-chave: Possibilidade e Cumulação. Adicional de insalubridade. Adicional de periculosidade.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: A DIGNIDADE E À INTEGRIDADE DA MULHER

Janaína Araújo de Faria, Rafael Santana Faria, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Marcorélio Rodrigues dos Reis

O presente tem a finalidade realizar uma revisão baseada em estudos e pesquisas sobre a violência obstétrica, sendo compiladas algumas das principais atividades dentro desse contexto que evidenciam situações que apresentam um cenário de maus tratos e uma triste realidade que configura a falta de garantia no quesito sobre o acesso por parte das parturientes no que diz respeito aos seus direitos no sistema de saúde brasileiro. Referem-se à violência, em diversas as suas formas de existência, sendo ela um impasse social, que deve ser abertamente apresentado, refletido e combatido através de políticas públicas, principalmente no que se refere à violência contra a mulher. O direito Penal e Civil traz um extenso rol de direitos e garantias do Estado para todos os cidadãos como proteção à vida a saúde, acesso à segurança, à maternidade e à infância. Frente a isso, a violência obstétrica viola princípios e direitos basilares do Estado Democrático ferindo as políticas de humanização, de direito a integridade física e a dignidade da pessoa humana. Para a realização do presente estudo utilizou-se de pesquisas bibliográficas e exploratórias, utilizando de artigos, documentários, alguns arquivos disponíveis na internet e jurisprudências.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Dignidade e Integridade. Políticas Públicas.

**REFORMA TRABALHISTA: HIPOSSUFICIÊNCIA X AUTONOMIA
PRIVADA, UMA ANÁLISE DA PRIMAZIA DO NEGOCIADO
SOBRE O LEGISLADO, SOB A ÓTICA DE NORMAS E
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS**

João Henrique Vasconcelos Pereira, Frederico Fernandes Dutra,
Diogo Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick

A primazia do negociado sobre o legislado não é uma inovação trazida pela reforma, mas sempre foi motivo de debates doutrinários e jurisprudenciais no que tange aos limites de sua utilização. Trata-se da possibilidade prevista na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de que pontos acordados nas negociações coletivas se sobressaíam sobre o previsto em lei quando visarem a melhoria das condições de trabalho, no entanto, com o advento da lei 13.467/17, a Reforma Trabalhista, especialmente em seus artigos 611-A e 611-B, seus limites foram alterados, relativizando princípios do direito do trabalho e, em contraponto ao empregado hipossuficiente, criando a figura do empregado hipersuficiente, previsto no artigo 444, parágrafo único da CLT. Assim, tais alterações foram alvo inúmeras críticas por parte de associações, doutrinadores e entidades trabalhistas, e a indagação dos reais impactos que as modificações terão nos direitos trabalhistas, nos princípios do Direito do Trabalho e em princípios preconizados na Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, objetiva-se com a presente monografia uma análise da alteração dos limites legais para utilização desse dispositivo e imposição de regras individuais sobre normas imperativas, bem como sua consonância com os ditames constitucionais e princípios basilares do direito do trabalho.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Negociado sobre o Legislado. Violações Principiológicas e Normativas.

**IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO:
ANÁLISE SOBRE A HARMONIZAÇÃO DO SISTEMA
TRIBUTÁRIO NACIONAL**

Joyce Cezar de Melo Borel, José Flávio Barroso Madaleno,
Diogo Abineder Nolasco Pereira, Wendel Salum Dourado

A presente monografia visa abordar a viabilidade jurídica de implantação do Imposto sobre Valor Agregado – IVA-, no sistema tributário nacional, por meio da reforma tributária, via Emenda Constitucional. Serão analisados de forma coesa os impostos de consumo brasileiros, quais sejam IPI, ICMS e ISS, visto que compõem a base estrutural do IVA; o sistema de implantação do citado imposto adotado pela União Europeia; o desenvolvimento de algumas propostas de reforma tributária nacionais, bem como a questão primordial do federalismo fiscal, que representa o grande entrave encontrado pelo Legislativo à implantação do IVA no Brasil. Assim, com o presente estudo, observou-se que, apesar dos obstáculos impostos pelos Estados-Membros, existem modelos eficazes de implantação do Imposto sobre Valor Agregado pelo mundo, tendo em vista sua capacidade de promover a mitigação da tributação de consumo em etapas cumuladas, facilitar a fiscalização nos casos de sonegação fiscal, bem como suscitar a simplificação da tributação de consumo, razão pela qual apresenta-se como medida viável à harmonização tributária no Brasil.

Palavras-Chave: Impostos sobre Consumo. Imposto sobre Valor Agregado. Harmonização Tributária.

UM ESTUDO SOBRE A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA USUCAPIÃO AOS BENS PÚBLICOS

Juliano Martins Faria, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Keiciane Valério Emerick, Rafael Santana Faria

Esta monografia tem como propósito analisar o entendimento de doutrinadores especializados e também da jurisprudência sobre a possibilidade de aplicar o instituto da usucapião aos bens imóveis públicos. Serão abordados de forma detalhada em seus capítulos o regime jurídico de bens públicos, conceito de bens públicos, classificação dos bens públicos, supremacia do interesse público sua relação com bens públicos, regime jurídico da usucapião na ordem brasileira, conceito e requisitos da usucapião, a função social da propriedade, usucapião dos bens públicos análise jurídica, bem como sobre guias bens públicos a análise acerca da possibilidade da aplicação do instituto da usucapião aos bens e jurisprudência á usucapião de bem público dominial . Apesar de ser um tema bastante controverso, pôde- se sustentar ao final da monografia a com a exposição de jurisprudência, que, diante a inércia do Estado em relação a alguns bens, aliado ao fato da realização dos direitos fundamentais tão defendido pelo neoconstitucionalismo, é possível usucapir bens públicos, devendo para tanto, analisar caso a caso. Serão utilizadas diversas formas de pesquisa, através de livros, revistas, teses e artigos publicados na internet, bem como decisões jurisprudenciais de tribunais das diversas instâncias. O trabalho tentará elucidar o questionamento sobre a possibilidade de aplicação da usucapião em bens imóveis públicos em determinadas situações específicas, sempre fazendo uso dos princípios constitucionais, tentando viabilizar a criação de uma sociedade mais cordial e justa para todos os cidadãos que dela fazem parte.

Palavras-chave: Usucapião. Princípio da Função Social da Propriedade. Princípios Constitucionais.

O ATIVISMO JUDICIAL NA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA FORMA DE USURPAÇÃO DA FUNÇÃO TÍPICA DO PODER LEGISLATIVO?

Karla Vieira Alves Gama, Pedro Henrique Xavier Tiola, Carlos Roberto Carraro Júnior, Soraya César Sanglard Costa

O presente trabalho tem por objetivo analisar de forma profundada o fenômeno do ativismo judicial no âmbito da atuação do Supremo Tribunal Federal. Será abordado se este fenômeno jurídico fere o Princípio da Separação dos Poderes, fazendo com que o Poder Judiciário invade a seara do Poder Legislativo, desempenhando uma função típica deste, qual seja, legislar. Para isso será conceituado o que venha a ser o ativismo judicial, bem como inseri-lo num contexto histórico. Estudará ainda como se dá a atuação do Supremo Tribunal Federal, demonstrando os limites e possibilidades do ativismo judicial. Serão analisados casos concretos onde a Suprema Corte atuou e restou configurado, ou não, o fenômeno do ativismo judicial. Por fim, foram expostas posições doutrinárias divergentes à respeito do ativismo judicial, demonstrando que os juristas ainda se contrapõem e utilizam de argumentos convincentes para justificar seus posicionamentos, o que nos permite concluir que a aplicação deste fenômeno pode trazer benefícios para a sociedade, porém, deve ser aplicado de forma cautelosa, observando cada caso prático, para não correr o risco de usurpar a função típica do Poder Legislativo, invadindo seu campo de atuação.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Poder Judiciário. Poder Legislativo.

**MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS PARA GARANTIR O
CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO: UMA LEITURA
CONSTITUCIONAL SOBRE O PROCESSO DE EXECUÇÃO COMO
BUSCA DE SOLUÇÃO INTEGRAL DO CRÉDITO**

Karol Lídia Fulanette Mendes, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick, Soraya César Sanglard Costa

A presente pesquisa monográfica visou estudar a aplicabilidade do artigo 139, inciso IV, do novo Código de Processo Civil de 2015, no que tange as medidas executivas atípicas frente às controvérsias que abarcam o tema. O presente trabalho tem como escopo a análise do referido artigo à luz dos princípios dos fundamentais, notadamente da Proporcionalidade e Razoabilidade, e ainda do direito constitucional à tutela executiva do exequente, de modo que as medidas coercitivas atípicas não se tornem punitivas ou sancionatórias e que sejam aplicadas sob a ótica dos direitos fundamentais, visto que, um dos problemas tem sido a forma que vem sendo aplicadas as Medidas Executivas Atípicas em razão da inobservância dos princípios constitucionais supracitados e ausência de parâmetros legais. No decorrer da pesquisa foi feita uma análise quanto à evolução história das medidas Executivas e foram abordados posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema. Por fim, verificou-se a necessidade da busca dos limites /parâmetros para aplicação do artigo 139, IV do CPC e sua constitucionalidade.

Palavras-chave: Medidas Coercitivas Atípicas. Proporcionalidade e Razoabilidade. Medidas Punitivas ou Sancionatórias.

DIREITO AO ESQUECIMENTO: CONFLITO ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA INTIMIDADE, LIBERDADE E ACESSO À INFORMAÇÃO

Kellen Kristina Andrade Lourenço, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Tânia Daniele Vieira Neto

A presente pesquisa monográfica visará o estudo do instituto do Direito ao Esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro. No decorrer do presente estudo, nota-se a necessidade de uma maior compreensão dos Direitos Fundamentais no nosso ordenamento jurídico, como forma de observá-los a luz da Constituição Federal. Ainda, tem-se o intuito de verificar como são feitas as ponderações no que tange aos conflitos existentes entre os direitos fundamentais da intimidade, da liberdade e o acesso à informação. O tema do Direito ao Esquecimento será estudado através de uma profunda análise doutrinária e jurisprudencial, mediante a sua história no ordenamento jurídico mundial, bem como no Brasil. Há que se falar do estudo da aplicação do Direito ao Esquecimento perante os casos concretos, com a possibilidade de aplicação de uma responsabilidade civil por parte daquele que desrespeita a intimidade do cidadão envolvido no fato. A presente monografia possui respaldo no Direito Constitucional e no Direito Civil.

Palavras-chave: Direito ao Esquecimento. Direitos Fundamentais. Intimidade e Liberdade. Acesso à informação.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI 11.343/06 (PORTE DE DROGAS PARA USO PESSOAL)

Lady Livia Marques dos Reis, Alessandre Tavares da Silveira,
Christiane Miranda Butthers de Almeida, Keiciane Valério
Emerick

As drogas por si só já é um tema delicado e polêmico, ainda, mais frente uma política pública ineficaz. O presente trabalho dedicou-se a uma análise principiológica, bem como, os aspectos jurídicos da Lei atual, tendo como foco o artigo 28 da Lei 11.343/06 (Lei de Drogas). Buscou-se, ainda, analisar o recurso extraordinário 635.659 que tramita no Supremo Tribunal Federal a fim de pacificar o tema nos tribunais. Assim sendo, o estudo emerge do método hipotético-dedutivo, através da análise crítica da doutrina, da legislação e das jurisprudências. O principal objetivo do trabalho é demonstrar os pontos controvertidos existentes na Lei, e ainda demonstrar como a declaração da inconstitucionalidade do artigo 28 contribuirá para uma posterior regulamentação do tema, de forma a atender os anseios da sociedade. Dessa forma, tem por finalidade, identificar qual a posição deve ser a colhida a respeito da descriminalização das drogas para consumo pessoal, pois tal norma ofende diversos princípios entre eles: dignidade da pessoa humana, intimidade, vida privada, lesividade, alteridade.

Palavras-chaves: Inconstitucionalidade. Artigo 28. Usuários de Drogas.

ANÁLISE DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA “LEI DO ABATE” (LEI DE TIRO DE DESTRUIÇÃO DE AERONAVES) EM FACE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Lucas Dutra dos Santos, Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo,
Alessandre Tavares da Silveira, Carlos Roberto Carraro Júnior

A presente monografia tem como fundamento uma análise constitucional no que tange à Lei 9.565/86 que fora alterada pela Lei 9.614/98 e mais à frente regulamentada pelo decreto Nº 5.144/04, conhecida como “Lei do Abate”. Objetivando uma análise do artigo 303, parágrafo 2º do Código Brasileiro da Aeronáutica, modificado pela referida lei, à luz dos princípios resguardados pela Constituição Federal Brasileira. Com essa alteração se tornou possível o abate de aeronave classificada como hostil ao território brasileiro. Tal permissão acaba por possibilitar a aplicação pena de morte no Brasil como sanção penal em tempos de paz, indo em confronto com a Constituição Federal e o Tratado Internacional dos Direitos Humanos, onde há resguardados a proteção à vida, as restrições a pena de morte no Brasil, dentre outros, violando assim a garantia da dignidade da pessoa humana, inviolabilidade de direito à vida, o princípio do devido processo legal e o princípio da presunção de inocência, e mesmo que para alguns nenhum direito é absoluto, há de se observar com cautela qualquer ato que vá contra a Constituição Federal e também atente contra os direitos de cada cidadão. Deste modo, a presente pesquisa se dá por meio de uma abordagem teórico-dogmática, seguida de análise bibliográfica de renomados nomes do Direito Constitucional, Penal, Aeronáutico e também artigos de internet que versam a respeito do assunto e com isso a busca da ideia de inconstitucionalidade da presente lei.

Palavras-chave: Lei do Abate. Soberania. Inconstitucionalidade.

**DECISÃO DE PRONÚNCIA NO RITO DO TRIBUNAL DO JÚRI:
(IN)APLICABILIDADE DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE***

Lucas Henrique Medeiros de Oliveira, Rafael Santana Faria,
Christiane Miranda Buthers de Almeida, Marcorélio Rodrigues
dos Reis

O presente trabalho tem como finalidade debater a inaplicabilidade do princípio *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia. O tribunal do júri tem duas fases, sendo que, a opinião majoritária entende que na primeira fase vige o princípio *in dubio pro societate*. Dessa forma, em caso de dúvida relativa à materialidade ou autoria, deve o juiz da primeira etapa pronunciar o réu submetendo-o ao julgamento em plenário. Contudo, este princípio não encontra base no ordenamento pátrio porque inflige o Estado democrático de Direito visto que não respeita princípios e garantias fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e a presunção da inocência. A tese em questão será discutida através da doutrina de jurisprudência para demonstrar que o Tribunal de Júri deve ser regido pelo princípio *in dubio pro reo* como forma de garantir os direitos constitucionais, tornando impossível a aplicação do *conhecido in dubio pro societate*.

Palavras-chaves: Princípio *in dubio pro reo*. Princípio *in dubio pro societate*. Decisão de Pronúncia.

**A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E SUA
(IN)COMPATIBILIDADE COM O ORDENAMENTO JURÍDICO-
PENAL BRASILEIRO**

Luís Guilherme Gomes, Marcorélio Rodrigues dos Reis, José Flávio Barroso Madaleno, Rafael Santana Faria

A presente monografia aborda a aplicação e o desenvolvimento da *Willful Blindness Doctrine*, desde suas origens na Inglaterra, berço histórico do instituto, passando por sua adoção pelo ordenamento jurídico Norte-Americano, local que foi mais bem trabalhada, ganhando distintos contornos e efetiva aplicação prática, até sua chegada ao Brasil, ocasião em que foi traduzida para o português como *teoria da cegueira deliberada* e que foi aventada sua compatibilidade com o ordenamento jurídico-penal pátrio. Propõe-se o presente trabalho a averiguar a maneira pela qual se concebe institutos básicos referentes ao dolo e seus desdobramentos dentro do ordenamento jurídico brasileiro a fim de que seja possível a aferição da plausibilidade de importação da *cegueira deliberada* como instituto autônomo ou, ainda, se seria compatível com o conceito de dolo eventual adotado no Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica, com a análise jurisprudencial e doutrinária, e apreciada sob uma ótica principiológica constitucional, pôde-se aferir a inconformidade das premissas fundantes da *teoria da cegueira deliberada* com a sistemática criminal brasileira, tornando-se inviável, portanto, sua utilização como fundamento jurídico de condenações penais.

Palavras-chave: *Willful Blindness Doctrine*. Cegueira deliberada. Dolo eventual.

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL *PLEA BARGAINING*: UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Maria Luiza Mariano Cezar, Soraya César Sanglard Costa,
Alessandre Tavares da Silveira, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

Visando a celeridade do tramite processual a doutrina vem discutindo sobre a possibilidade do acordo de não persecução penal (*plea bargaining*). A controvérsia acerca da implementação do *plea bargaining* situa-se quanto à aplicação no princípio do devido processo legal. Esse acordo é firmado entre o Ministério Público e o réu em troca de uma diminuição da pena, em que o réu confessa de forma voluntária a prática de uma infração penal. A discussão do tema tem grande importância para o ramo jurídico, uma vez que o tema ainda não é pacificado. O tema será difundido através da doutrina e jurisprudência, com respaldo no Direito Penal, Processual Penal e também no âmbito do Direito Constitucional. No entanto, este instituto confronta o princípio do devido processo legal, gerando muitos debates jurídicos e doutrinários. A discussão em questão analisa se “*plea bargaining*” e sua aplicação são constitucionais, na qual deverá primar o que for de maior relevância para o mundo jurídico.

Palavras-chave: *Plea Bargaining*. Transação Penal. Justiça Negocial.

A VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE PELO ARTIGO 273 DO CÓDIGO PENAL

Mateus Ferreira Mendes, Carlos Roberto Carraro Júnior, José Flávio Barroso Madaleno, Marcorélio Rodrigues dos Reis

O presente estudo tem como intuito analisar as alterações feitas no artigo 273 do código penal, que foram introduzidas em no nosso ordenamento jurídico pela lei 9.677/98. Que consiste em falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos, medicinais e saneantes, tendo como base os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Nesse contexto, resultou em uma elevação abrupta e desmedida do quantum da pena do artigo 273 do Código Penal, que antes tinha uma sanção de um a três para dez a quinze anos e multa, para um crime que por muitos é considerado de perigo abstrato, inserindo ainda alguns atos típicos que facilmente poderiam ser resolvidos no âmbito administrativo, como é o caso de adquirir substância de estabelecimento sem licença sanitária, houve também a inclusão do artigo 273 do CP, no rol de crimes hediondo pela lei 9.677/98 que trouxe um peso maior para os crimes descritos no já mencionado artigo.

Palavras-chave: Princípios. Penas. Proporcionalidade e Razoabilidade.

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS FRENTE ÀS CONSEQUÊNCIAS DO *BULLYING*

Matheus Oliveira Breder, Keiciane Valério Emerick, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Soraya César Sanglard Costa

O presente trabalho busca analisar a existência e as formas de aplicação da responsabilidade civil das instituições de ensino frente às vítimas da violência escolar denominada *bullying*, estudaremos o que é *bullying* sua historicidade, conceito, meios e formas de manifestação. Da mesma forma, será estudado o instituto da responsabilidade civil, seu conceito, seus pressupostos (ação e omissão, o dano, o nexo de causalidade, e, por fim, a culpa e o dolo), as diferentes espécies de reparação do dano, constatando-se que esta pode ser Subjetiva e Objetiva, bem como as excludentes de responsabilidade civil divididas entre excludentes de responsabilidade, caso fortuito e a força maior, a culpa exclusiva da vítima, o fato de terceiro e as excludentes de ilicitude legítima defesa, o estado de necessidade e o exercício regular de direito, compreendendo assim a função da responsabilidade civil para minimizar as práticas do *bullying*. Ademais entenderemos as consequências de tal violência no meio escolar, vez que esta afeta profundamente a vida das vítimas. Elaborando a pesquisa através de materiais já publicados, novidades legislativas, intenção do legislador, e uma pesquisa jurisprudencial e doutrinária sobre o tema. Por fim, compreendendo as modalidades de responsabilidade civil e qual deve ser utilizada no presente caso, conseqüentemente a responsabilização e existência do direito de indenização para as vítimas do *bullying*.

Palavras-chave: *Bullying* e consequências. Responsabilidade Civil. Instituições de Ensino.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA DECISÃO DE IMPRONÚNCIA DIANTE DA NOVA IMPUTAÇÃO PELO MESMO FATO

Nádia Aguiar, Soraya César Sanglard Costa, Alexandre Tavares da Silveira, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

A presente pesquisa monográfica versará sobre a inconstitucionalidade da decisão de impronúncia diante da imputação pelo mesmo fato analisada diante da luz da Constituição Federal de 1988. Tal decisão ocorrerá no final da primeira fase do procedimento bifásico ou escalonado no procedimento do Tribunal do Júri, denominando a formação de culpa, onde o Juiz não convencido da materialidade do fato ou existência de indício da autoria ou participação, impronunciará o acusado, colocando-se imputação pelo mesmo fato. A impronúncia não analisa o mérito, colocando o acusado as ordens da justiça, pelo fato de não estar nem absolvido nem condenado, permanecendo em uma incerteza jurídica por tempo indeterminado. Levando em conta tais argumentos, serão analisados mais profundamente, descortinando-se as intempéries proporcionado por ela, toda a forma de aplicação da decisão, sua evolução histórica diante do Tribunal do Júri e aos princípios constitucionais e processuais penais, buscando-se concluir sobre sua inconstitucionalidade.

Palavras-chave: Impronúncia. Princípios.
Inconstitucionalidade.

**ATIPICIDADE DOS MEIOS EXECUTIVOS: UMA ANÁLISE SOBRE
A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS À LUZ
DO ARTIGO 139, IV, DO CPC, NA EXECUÇÃO POR QUANTIA
CERTA**

Nara Cristina Bove Prata, Diogo Abineder Nolasco Pereira, José Flávio Barroso Madaleno, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

O presente trabalho monográfico visa estudar o instituto das medidas coercitivas atípicas no âmbito da execução por quantia certa, à luz do artigo 139, IV, do CPC. O aludido dispositivo proporcionou uma revolução na execução por quantia certa, posto que permite o emprego de medidas atípicas para o cumprimento de obrigação pecuniária, algo que antes era vedado pelo código antecedente. Sendo assim, por intermédio do Código de Processo Civil de 2015, voltado para a efetividade da tutela jurisdicional, foi possível conceder a obrigação de pagar quantia certa o mesmo tratamento atribuído as demais obrigações. No desenrolar do estudo tem-se como objetivo verificar se as medidas coercitivas atípicas podem limitar direitos fundamentais do executado, tratando-se de um assunto de posicionamentos divergentes. Todavia, nos parece mais acertado o posicionamento que defende a possibilidade de restrições de direitos fundamentais do executado diante do caso concreto. Verificou-se com a pesquisa que o executado pode ter direitos fundamentais restringidos, todavia essa análise dependerá do caso concreto, mas essa restrição não poderá ser de forma absoluta, pois violaria o princípio da dignidade da pessoa humana que é o vetor do ordenamento jurídico pátrio. Dessa forma, deve-se restringir o necessário para se alcançar a efetividade da tutela executiva, de modo a trazer o menor prejuízo ao executado.

Palavras-chave: Execução por quantia certa. Medidas atípicas. Medidas coercitivas.

**A LEI 13.467/2017 E A AUTONOMIA DA VONTADE DO
EMPREGADO À LUZ DA INCONSTITUCIONALIDADE DO
TRABALHO INTERMITENTE**

Neoreme de Araújo Queiroz Andrade, Kleider Robert Rocha Cruz, José Flávio Barroso Madaleno, Patrick Luiz Martins Freitas Silva

A presente pesquisa monográfica tem como objetivo precípua analisar a autonomia da vontade do empregado à luz do Princípio da Proteção no que tange a nova modalidade contratual imposta pela Lei 13.467/2017, denominada de contrato de trabalho intermitente, que consiste na prestação de trabalho com alternâncias de período e de inatividade. Essa modalidade permitiu a inserção do trabalhador em espaços de trabalho que não asseguram proteção a sua classe, bem como afasta da teia de proteção de direitos fundamentais compreendida pela Constituição Federal. Assim o contrato intermitente afasta os parâmetros constitucionais de jornada de trabalho e de garantia de salário mínimo, exaurindo a efetividade dos direitos fundamentais dos trabalhadores ao ignorar o sentido histórico da relação de trabalho. Dessa forma a pesquisa analisa como o contrato de trabalho intermitente relativiza o Princípio da Proteção. No entanto, tem-se como escopo averiguar os principais posicionamentos acerca do tema e a sua receptividade nas relações de trabalho, tal como a sua inconstitucionalidade.

Palavras-chave: Autonomia da vontade. Princípio da Proteção. Trabalho Intermitente.

A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA DETRAÇÃO EM CASOS DE CUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO PREVISTA NO ARTIGO 319, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Otávio Barbosa de Souza, Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Marcorélio Rodrigues dos Reis, Rafael Santana Faria

A presente monografia procura abordar a possibilidade da aplicação da detração nos casos de cumprimento, pelo réu, durante a instrução processual, de medida cautelar diversa da prisão, consistente em recolhimento domiciliar noturno e em dias de folga. Serão tratados assuntos relativos ao cerceamento da liberdade de locomoção, bem como o uso de institutos como a analogia, para que se possa ilustrar a possibilidade de aplicação do referido instituto ao caso em tela. Não há, em nosso ordenamento jurídico, norma que determine tal aplicação, porém, existem doutrinadores que corroboram com o entendimento trazido pelo presente estudo. Na mesma toada, tem-se entendimentos do STJ que consideram o lapso temporal em que o réu está sujeito ao cumprimento da medida prevista no artigo 319, V, do CPP como período a ser detraído. Tais entendimentos serão mostrados e analisados, de acordo com o contexto trazido pelos princípios que regem o direito penal e processual penal. Desta forma, pretende-se chegar à conclusão de que é possível que o período de cumprimento da medida cautelar diversa da prisão, consistente em recolhimento domiciliar noturno e em dias de folga, seja detraído.

Palavras-chave: Detração. Medidas cautelares. Prisão.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO DO TRABALHO

Raphael Soares Ramos, Kleider Robert Rocha Cruz, Frederico Fernandes Dutra, Pedro Henrique Xavier Tiola

O Trabalho de Conclusão de Curso pretende estudar a regulamentação dada ao instituto da prescrição intercorrente ocorrida pela Lei nº 13.467 de 2017 que veio com a finalidade de “adequar a legislação às novas relações de trabalho”. O desafio é apresentar as incompatibilidades surgidas a partir do acréscimo do artigo 11-A, na nova reforma trabalhista, principalmente no que tange a princípios da isonomia e de acesso à justiça pelo trabalhador, bem como do princípio da proteção e a do não retrocesso. Para isso, foi realizado um estudo conceitual e histórico, no que diz respeito ao tema. A doutrina e a jurisprudência serão à base de estudo, visando compreender como a questão vem sendo abordada, amparados pelo Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e do Direito Constitucional, além de princípios e normas correlatas. Vale salientar que a presente pesquisa procura discutir a temática sem pretensão de exauri-la, a fim de contribuir com o meio acadêmico.

Palavras-chave: Prescrição Intercorrente.
Inconstitucionalidade. Coisa Julgada.

OS HONORÁRIOS PERICIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO E A CAPACIDADE ECONÔMICA DAS PARTES

Rebeca Louzada da Silva, Frederico Fernandes Dutra, Diogo Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick

A presente monografia se propõe a estudar os impactos da reforma trabalhista, implementada pela Lei 13.467/2017, na esfera Processual Trabalhista, especificamente, no que se referem ao pagamento dos honorários periciais pelos beneficiários da justiça gratuita, previsto no artigo 790-B, caput, e §4º da CLT. A vigente modificação provocou grandes discussões no campo doutrinário, posto que passa a prever que o beneficiário da justiça gratuita arcasse com as despesas periciais, mesmo fazendo jus ao benefício. Para tanto, tem-se como objetivo verificar se essa alteração feita pela reforma trabalhista pode ser considerada inconstitucional. Contudo, nos parece apropriado o entendimento que defende a inconstitucionalidade do pagamento dos honorários periciais pelo beneficiário da justiça gratuita. No tocante, o presente estudo, segue o método de pesquisa teórico-dogmático, com utilização de material doutrinário, jurisprudencial, artigos científicos, bem como consulta a legislação. Por fim, verifica-se com a pesquisa, que os beneficiários da justiça gratuita, poderão ser responsabilizados pelos honorários periciais com a aplicação do artigo 95, §3º do CPC no qual diz que, quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário, ela poderá ser: custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado; ou ser paga com recursos alocados no orçamento da União, no caso de ser realizada por particular. Dessa forma, não se restringiria o acesso ao Judiciário das pessoas hipossuficientes, muito menos violaria os direitos e princípios fundamentais previsto na Constituição.

Palavras-chave: Gratuidade. Justiça. Honorários Periciais.

A TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA NOS CASOS DE SUBTRAÇÃO DE OBJETOS ENTERRADOS COM O CADÁVER

Ricardo Rodrigues Rocha dos Reis, Marcorélio Rodrigues dos Reis, Carlos Roberto Carraro Júnior, José Flávio Barroso Madaleno

O presente trabalho visa analisar a conduta do agente que subtrai objetos que são enterrados junto ao cadáver, tendo em vista que não há consenso sobre a tipificação da conduta, se constitui furto ou violação de sepultura apenas. Para tanto, a pesquisa doutrinária perpassa pela teoria do crime, abordando os elementos que o caracterizam: o fato típico, a ilicitude e a culpabilidade. Faz-se um estudo acerca do crime de furto e suas qualificadoras, bem como sobre as elementares do delito, dando-se atenção especial ao furto qualificado mediante rompimento de obstáculo, que constitui uma das tipificações defendidas por parte dos estudiosos. Analisa-se também o crime de violação de sepultura, onde é abordado sobre sua adequação típica e seus aspectos especiais. Através destes dois tipos, procurar-se definir a correta tipificação da conduta. Portanto, através da pesquisa bibliográfica teórico-dogmática pretende-se estudar minuciosamente os tipos penais em cotejo com os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais existentes em torno do assunto, para ao final, apontar os aspectos positivos e negativos de cada posicionamento divergente, bem como propor uma solução ao impasse pautada nos princípios que regem o direito penal.

Palavras chaves: Furto. Violação de Sepultura. Adequação típica.

**UM ESTUDO SOBRE O GENOCÍDIO NEGRO NO BRASIL:
ANÁLISE DA AMPLIAÇÃO DA LEGÍTIMA DEFESA NO PROJETO DE
LEI 882/ 2019**

Robert Júnior da Mata dos Santos, Patrick Luiz Martins Freitas
Silva, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, Tânia Daniele Vieira Neto

A presente pesquisa bibliográfica para a monografia apresentada ao curso de Direito visa estudar as consequências da ampliação da legítima defesa com a proposta que altera o artigo 25 diante da cruel realidade enfrentada por muitos jovens negros que sofrem, por causa do racismo, desde a discriminação racial até a conduta policial, muitas vezes truculenta, em atividade nas comunidades. No tema em questão está proposto que seja dado enfoque limitado à legítima defesa subjetiva. Esta delimitação decorreu das análises que identificaram as consequências para a sociedade civil negra periférica na ampliação da legítima defesa em investidas cada vez mais acentuadas de ações policiais em combate à atuação das facções e do crime organizado dentro das comunidades carentes. A mídia afirma que este grupo está no topo dos índices de vítimas em todo Brasil. Neste estudo sobre o genocídio negro no Brasil, sob a ótica da ampliação da legítima defesa no projeto de lei 882/ 2019, proposto para o trabalho de conclusão de curso, foi necessário o aprofundamento acerca de aspectos subjetivos que afetam direta e indiretamente a interpretação dada aos julgamentos envolvendo casos que representam o grupo especificado nesta abordagem negros em comunidades de baixa renda e/ou em evidente risco social.

Palavras-chave: Genocídio negro. Lei anticrime. Legítima defesa.

PROTAGONISMO JUDICIAL E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES

Sady Marcone Cardoso de Andrade, Carlos Roberto Carraro Júnior, José Flávio Barroso Madaleno, Marcorélio Rodrigues dos Reis

A presente pesquisa monográfica trata do estudo do papel protagonista do judiciário brasileiro frente ao Princípio da Separação dos Poderes e o Estado Democrático de Direito. O tema é abordado com uma análise sistemática jurisprudencial a fim de verificar a harmonia entre os Poderes do Estado e se uma possível função protagonista exercida pelo Judiciário está ferindo o seu limite de atuação e adentrando na esfera dos Poderes Legislativo e Executivo. Neste íterim, analisa-se os diversos parâmetros estabelecidos pela doutrina para a fixação dos conceitos das expressões Protagonismo Judicial, Ativismo Judicial e Judicialização. No decorrer do estudo, estabelece-se a ligação do tema com o Protagonismo e Exibicionismo do Judiciário e a inércia do Poder Legislativo Brasileiro. Também é esclarecido na pesquisa as posições favoráveis e contrárias ao Protagonismo do Sistema Judiciário Brasileiro, com embasamento teórico e jurisprudencial, além de uma abertura para questões referentes a hermenêutica jurídica. A fim de evidenciar uma possível insegurança no ordenamento jurídico ocasionada pelo Protagonismo do Poder Judiciário.

Palavras-Chave: Protagonismo Judicial. Ativismo Judicial. Inércia Legislativa.

A POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DA LEGÍTIMA NA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA COM BASE NO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA

Suelen Nunes Silveira Tomaz, Pedro Henrique Xavier Tiola,
Frederico Fernandes Dutra, Kleider Robert Rocha Cruz

O presente trabalho aborda o Direito Civil, no âmbito do Direito das Sucessões, especificamente no que diz respeito a reserva de metade da herança para o instituto conhecido como Sucessão Legítima, conforme dispõe o Código Civil Brasileiro, em confronto com o princípio da autonomia privada do testador, adotado pelo Código Civil, e seu direito a propriedade, uma garantia Constitucional. Dessa forma, o objetivo primordial é demonstrar que o instituto da Sucessão Legítima, no modelo em que se encontra atualmente no ordenamento jurídico, fere os direitos do testador, bem como, analisar a possibilidade de mudança no mesmo, fazendo com que os herdeiros necessários passem por uma análise de necessidade específica, caso a caso, para que possam atuar como herdeiros necessários e possam assim usufruir dos bens reservados pelo instituto, para isso será utilizada uma análise doutrinária e legislativa, com respaldo no Direito Civil e Direito Constitucional, além de princípios relacionados ao tema proposto.

Palavras-chave: Sucessão Legítima. Liberdade de testar. Autonomia Privada.

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 461 DA CLT: UMA ANÁLISE ACERCA DO INSTITUTO DA EQUIPARAÇÃO SALARIAL NO QUE REFERE AO REQUISITO MESMO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

Tainara Aparecida de Cristo, Frederico Fernandes Dutra,
Diogo Abineder Nolasco Pereira, Keiciane Valério Emerick

A presente monografia tem por objetivo apresentar a inconstitucionalidade da redação dada a Consolidação das Leis Trabalhistas, mais precisamente no que pese ao *caput* do artigo 461, o qual houve alteração nos requisitos para a obtenção do direito a equiparação salarial, requisito este de suma importância na esfera trabalhista. A relevância da presente pesquisa se dá pelo fato da chamada reforma trabalhista dificultar o direito de equiparação, restringindo o requisito “mesma localidade” para “mesmo estabelecimento empresarial”, restringindo dessa forma as chances de equiparação entre empregados de uma mesma empresa. Cabe salientar que o presente estudo fez o comparativo entre o antigo e atual texto do artigo 461 da legislação trabalhista a fim de demonstrar o espaço geográfico adequado para fins equiparatórios. Questiona-se ainda se esta alteração infringe o princípio da igualdade, previsto não somente na Constituição Federal, como também em Tratados Universais de proteção aos direitos do homem. Logo, analisando referências doutrinárias e realizando o estudo da legislação pátria, poderá chegar à conclusão que a lei infraconstitucional deve ser considerada inconstitucional.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Princípio da Igualdade. Equiparação Salarial.

A FLEXIBILIZAÇÃO DO ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS DE TRABALHO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Thais de Oliveira Resende, Rodrigo Mendes Cardoso, Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Quésia Ribeiro Alves Rabelo

O presente trabalho monográfico aborda a flexibilização do acordo de compensação de horas de trabalho à luz da Constituição Federal de 1988. A pesquisa é desenvolvida no âmbito do Direito do Trabalho e do Direito Constitucional, ambos protetores dos direitos trabalhistas. Analisa-se a constitucionalidade do parágrafo 6º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, que foi recentemente introduzido no texto celetista pela Reforma Trabalhista. O que se discute é se o parágrafo ora citado confronta norma prevista na Lei Maior (artigo 7º, inciso XIII), por se tratar de pactuação através do acordo tácito. Sabe-se que na Constituição Federal está estatuída a participação dos Sindicatos nesse tipo de acordo. Desse modo, a flexibilização deste dispositivo contraria não só a Magna Carta como também o Princípio da Proteção. Por se tratar da parte mais frágil e hipossuficiente da relação de trabalho, a flexibilização das normas trabalhistas deve ter o intuito de melhorar a relação laboral entre empregado e empregador, para que ambas as partes possam desfrutar das vantagens que esta flexibilização possa a vir propor. Para tanto, a pesquisa conta com a metodologia teórico-dogmática, que se baseia em pesquisas bibliográfica doutrinária, bem como entendimentos jurisprudenciais sobre o tema. Diante do estudo feito verificou-se que o parágrafo 6º introduzido no artigo 59 da CLT é inconstitucional por violar disposto expresso no referido diploma legal.

Palavras-chave: Acordo tácito e jornada de trabalho. Compensação e banco de horas. Inconstitucionalidade.

CAPACIDADE CIVIL DO PSICOPATA

Vítor Emanuel Souza Carvalho, Quésia Ribeiro Alves Rabelo,
Patrick Luiz Martins Freitas Silva, Tânia Daniele Vieira Neto

O presente trabalho monográfico visa estudar a mudança da capacidade civil do psicopata (transtorno de personalidade antissocial), advinda com a vigência da Lei Nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). No decorrer do estudo passaremos pela evolução do instituto das capacidades começando pelo Código Civil de 1916 até o atual código civil, finalizando com as alterações feitas pela respectiva Lei nº13.146/2015. Num segundo momento, faremos uma análise transdisciplinar com a psicologia, para se ter uma visão técnica do que seja psicopatia, psicopata, suas características e como são avaliados por peritos. E no terceiro e último momento, compreendido os tópicos anteriores, convergiremos para o estudo estipulado pelo tema desta monografia, onde analisaremos a atual situação do agente como transtorno de personalidade antissocial, e dos riscos que isso pode acarretar para a sociedade. Sendo o tema salientado pela doutrina e jurisprudência, bem como a utilização do Código Civil e de conceitos psicológicos.

Palavras-chave: Capacidade Civil. Psicopata. Psicopatia.

A INCONSTITUCIONALIDADE DO PAGAMENTO PERICIAL PARA PESSOAS BENEFICIÁRIAS DA JUSTIÇA GRATUITA

Vitória de Sousa Silveira de Abreu, Wendel Salum Dourado,
Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo, Patrick Luiz Martins
Freitas Silva

O tema proposto para o trabalho monográfico é a análise constitucional da reforma trabalhista, mais precisamente, o disposto no artigo 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Quando se tratar de pedidos que busquem comprovar a insalubridade e periculosidade do trabalho ofertado é de extrema importância que haja um perito para averiguar e fundamentar a decisão judicial, entretanto, após a modificação do artigo 790-B, a parte sucumbente, ainda que beneficiária da justiça gratuita ficará responsável pelo pagamento da mesma. No decorrer do trabalho vamos observar que essa mudança atinge diretamente o trabalhador que não tem meios financeiros de arcar com o processo, sem que sua vida pessoal seja atingida, assim, o privando do livre acesso ao Judiciário. O tema foi estudado com respaldo no Direito Constitucional, no Direito do Trabalho e no Direito Processual Civil, contando com estudo de jurisprudência e análise doutrinária.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Acesso à Justiça. Pagamento Pericial.

APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO PENAL RETROATIVA ANTECIPADA PELA AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR

Walker Henrique Sélos Gomes, Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Christiane Miranda Butchers de Almeida, Alessandre Tavares da Silveira, Keiciane Valério Emerick

A presente pesquisa monográfica tem o intuito de estudar o instituto da prescrição penal retroativa antecipada como base para reconhecimento da extinção do processo sem resolução de mérito pela falta de interesse de agir do Estado. No decurso da pesquisa, a ideia principal é demonstrar a viabilidade de aplicação da prescrição também chamada de virtual e os efeitos desta aplicação no ordenamento jurídico, na efetivação de princípios constitucionais e processuais, bem como, seus reflexos na realidade prática da Justiça no Brasil. Pretende demonstrar ainda que a prescrição virtual pela falta de interesse de agir é uma alternativa que não fere o entendimento das cortes superiores, as quais se posicionam de forma contrária à aplicação da prescrição virtual, em razão da falta de previsão legal, vez que não seria a prescrição em si a razão da extinção do processo, mas sim, a falta de uma das condições da ação, o interesse de agir. O tema foi estudado através de análise principalmente doutrinária, com embasamentos no Direito Penal, Processo Penal e Direito Constitucional.

Palavras-chave: Prescrição virtual. Interesse de agir. Dignidade da pessoa humana.

**DO FLAGRANTE PREPARADO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SUA
OCORRÊNCIA NOS CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS DA LEI
11.343 DE 2006**

Wesley dos Santos Bezerra, Rafael Santana Faria, Christiane Miranda Buthers de Almeida, Marcorélio Rodrigues dos Reis

O presente estudo cuidou da abordagem acerca das peculiaridades do instituto conhecido como flagrante preparado e sua aplicação nos delitos de tráfico de drogas constantes no artigo 33 da lei 11.343 de 2006, observando o que prescreve a súmula 145 do Supremo Tribunal Federal, bem como os tribunais e os doutrinadores tratam deste tema nos crimes permanentes, relativizando de forma sutil o uso do referido instituto em suas demandas jurisdicionais. Foi adotada uma forma de metodologia teórico dogmática buscando-se uma análise literária dos principais doutrinadores que tratam da referente aplicação do flagrante preparado nos crimes permanentes e ainda uma breve análise jurisprudencial das decisões dos tribunais que desentendam com o entendimento da súmula cerne deste trabalho acadêmico. O intenso grau de dificuldade com que o tema é tratado nas esferas judiciais e sua fácil, porém errônea similitude com o instituto do flagrante preparado são alguns bons argumentos que justificam este estudo.

Palavras-chave: Prisão em flagrante; Flagrante preparado e flagrante provocado. Crime permanente.

RESUMOS DA UNIDADE SERRA

A (IN) APLICABILIDADE DA GUARDA COMPARTILHADA OBRIGATÓRIA NOS CASOS EM QUE OS PAIS VIVEM EM CONFLITOS

Wesley Cosine Teixeira, Antônio Augusto Bona Alves,
Bernardo Dantas Barcelos e Gustavo Gobbi Martinelli

O presente trabalho tem como objetivo a análise da guarda compartilhada e do princípio do melhor interesse do menor, chegando a conclusão se de fato tal modalidade de guarda é a que atende de forma mais ampla o princípio do melhor interesse do menor nos casos em que os genitores se encontram em constantes conflitos. Com a criação da Lei 13.058/2014, a guarda compartilhada passou a ter um caráter de obrigatoriedade, acalorando ainda mais os debates entre os doutrinadores, até mesmo acarretando divergências entre os julgados. Para realizar a pesquisa em questão foi utilizado o método dialético, no qual buscou-se elucidar questões a respeito do poder familiar, das modalidades de guarda e do princípio do melhor interesse do menor.

Palavras-Chave: Poder familiar, Guarda compartilhada, Melhor interesse do menor.

**A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CUMPRIMENTO DA PENA
APÓS CONDENAÇÃO EM 2ª INSTÂNCIA FACE A
INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE
INOCÊNCIA**

Vinicius Pimentel da Silva, Rogério Gandini da Silva, Adriano
Athaíde Coutinho e Gabriel Monteiro Cupertino de Castro

O presente trabalho trará a lume um pouco da história do Princípio da Presunção de Inocência, demonstrando a evolução desse princípio em nosso sistema jurídico bem como o seu dispositivo legal positivado em nossa Constituição. Ressalta-se que tal princípio está no rol das garantias e direitos fundamentais concedidas a todos os cidadãos brasileiros pelo constituinte de 1988, de modo que com a mudança de entendimento por parte do STF, ao qual passou a permitir o início do cumprimento da pena após condenação em segunda instância, é possível afirmar que fere tal princípio ao qual não encontra acolhimento em nosso ordenamento jurídico, uma vez que se buscará pela análise dos HC 84.078/MG e HC 126.292/SP demonstrar que a mudança de posicionamento do STF é inconstitucional.

Palavras-Chave: Princípio da Presunção de Inocência, Inconstitucional, STF, HC 84.078/MG, HC 126.292/SP.

**A ALTERAÇÃO NA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA,
PROMOVIDA PELA LEI 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017, SOB
A ÓTICA DO DIREITO FUNDAMENTAL DO ACESSO À JUSTIÇA**

Pâmela Cristina Costa Honofre, Aubério da Silva Brito,
Gustavo Gobbi Martineli e Thiago Andrade

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as mudanças trazidas pela Lei nº 13.467, de 13 de junho de 2017, também conhecida como Reforma Trabalhista, sob o aspecto da hermenêutica constitucional e do direito fundamental de acesso à justiça, tendo em vista que a referida lei criou e modificou dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas relacionados a justiça gratuita, dificultado, dessa forma, o acesso à justiça pelos trabalhadores hipossuficientes.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Reforma. Acesso à Justiça.

A APLICAÇÃO DO FEMINICÍDIO SOB A LUZ POLÊMICA DOS TRANSEXUAIS. UM DIREITO OU VIOLAÇÃO?

Samila Pimenta dos Santos, David Marlon Oliveira Passos,
Edyvar Guimarães e Walter Moura Andrade

O presente artigo pretende analisar a aplicabilidade da Lei 13.104/2015, que houve a alteração no Código Penal Brasileiro acrescentando o artigo 121, VI, §2º - A, que tipifica o Femicídio como homicídio qualificado em desfavor da mulher. Inicialmente faremos um breve relato histórico, diante a alteração da Constituição Federal no ano de 1988, com a ratificação de tratados internacionais, que impuseram medidas para coibir a violência contra a mulher no Brasil. Muito se discute a aplicabilidade da qualificadora do Femicídio para os transexuais, tendo em vista o reconhecimento na esfera civil, com alteração do registro civil, e paralelamente na esfera penal o transexual, sendo abarcado pela Lei Maria da Penha, respeitando o princípio da dignidade da pessoa humana previsto no art. 5º da Constituição Federal.

Palavras-chave: Constituição Federal; Direito Humanos; Lei Maria da Penha; Femicídio; Transexual.

A CONTRAMÃO DA PRISÃO PREVENTIVA SOB OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Hyann Assef de Almeida, Rogério Gandini da Silva, Adriano Athaide Coutinho e Gabriel Monteiro Cupertino de Castro

O trabalho analisa a prisão preventiva com o advento da Lei 12.403/11 e a sua constitucionalidade em vista dos princípios constitucionais, presunção de inocência, princípio da dignidade humana e especialmente a razoável duração do processo, verificando as negligências dos Estados sobre sua aplicação, se há ou não garantias sobre este princípio, como deve ser aplicado e qual será a pena do Estado caso não cumpra com o direito legal. A pesquisa também procura verificar se a alteração da nova lei implicou com um dos objetivos da prisão preventiva que é garantir a ordem pública, porém, defendendo o direito dos acusados ou indiciados do processo, procurando a eficiência de aplicação da lei junto aos princípios constitucionais.

Palavras-chave: Prisão Preventiva, Lei 12.403/2011. Razoável duração do processo. Garantir a ordem pública.

A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E O PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL

Francynelli Binow Lourenço, David Marlon Oliveira Passos,
Edyvar Guimarães E Walter Moura Andrade

Nossa atual lei, em se tratando de crimes de homofobia, não garante uma punição específica para aqueles que não respeitam seu semelhante, daqueles que não reconhecem que as diferenças existem e que merecem respeito. Para tanto, este artigo tem como pretensão verificar sobre a criminalização do crime de homofobia, de modo que este crime tenha um tipo penal específico sem ferir com o princípio da reserva legal, ou seja, respeitando todos os trâmites para criação de uma lei, tendo como ênfase o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal que adotou uma interpretação extensiva para aplicar as sanções do crime de racismo para casos de crimes de homofobia, no sentido de amenizar a morosidade do Poder Legislativo em legislar sobre os projetos de lei que são deixados de lado e não são levados adiante. Mister afirmar que neste trabalho não se faz uma apologia a opção de vida homossexual, apenas mostra a importância da tutela jurídica para garantir a estes uma vida digna e segura.

Palavras-chave: Criminalização. Homofobia. Princípio da Reserva Legal.

A INEFICIÊNCIA DA FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA DE PRISÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Ráira Santos De Melo, David Marlon Oliveira Passos, Edyvar Guimarães e Walter Moura Andrade

O Sistema penitenciário atual vivencia uma realidade excepcionalmente complexa, a pesquisa aponta os desafios dos projetos de reinserção social da população do cárcere e suas expectativas ao cumprir a pena, apontando as principais características das penas e suas finalidades, frisando métodos mais eficazes para aplicação das penas, visto que no nosso ordenamento jurídico, as modalidades executadas são as penas privativas de liberdade que estão longe de ressocializar o apenado, pois em sua essência a diversas contradições, que poderiam ser substituídas pelas penas alternativas como outros meios de punição. Assim como as deficiências das penitenciárias em proporcionar condições dignas que sejam possíveis incentivar os apenados por intermédio do trabalho como meio de recuperar sua dignidade humana, expondo principalmente os direitos e privilegio como saídas e possibilidade de visita aos familiares dado como remição por bom comportamento.

Palavras-chave: Sistema carcerário. Ressocialização. Reinserção social. Penas.

**A NÃO CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR ÀS MULHERES
PRESAS POR CRIMES COMETIDOS COM VIOLÊNCIA OU
GRAVE AMEAÇA, ANTE O PRINCÍPIO DA IGUALDADE**

Poliane Abreu da Cruz, Fabiane Aride Cunha, Ligia Cruz Vianna
e José Roney Tosi

O presente artigo procurou verificar a possibilidade de estender a medida de conversão de prisão preventiva em prisão domiciliar às mães e gestantes, como estabelece o artigo 318-A, inc. I do Código de Processo Penal, presas por crimes cometidos com violência ou grave ameaça, tendo como base a decisão do Ministro do STF, Ricardo Lewandowski, no *Habeas Corpus* nº 143.641/SP. Com o advento do artigo 318-A, inc. I do Código de Processo Penal, em 2018, ficou obstada a possibilidade de prisão domiciliar para as mães e mulheres que cometerem crimes com violência ou grave ameaça, portanto, faremos uma análise quanto ao seu cumprimento.

Palavras-chave: Prisão Preventiva. Prisão Domiciliar. Código de Processo Penal.

**A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS E A (IM)
POSSIBILIDADE DE SUA INTEGRAÇÃO NA BASE DE CÁLCULO
DA PENSÃO ALIMENTÍCIA**

Janayna de Sá Oliveira, Antônio Augusto Bona Alves,
Bernardo Dantas Barcelos e Gustavo Gobbi Martinelli

O presente artigo tem como objetivo o estudo da participação nos lucros ou resultados, verificando a possibilidade de sua integração na base de cálculo da pensão alimentícia, visto que para a fixação dos alimentos, o artigo 1.964 do Código Civil, é vago, o que possibilita ao juiz um leque de alternativas a serem utilizadas nos mais diversos casos individuais, atentando-se sempre aos princípios fundamentais da solidariedade familiar e da dignidade da pessoa humana, bem como respeitando as diretrizes do trinômio alimentar, necessidade - possibilidade - proporcionalidade, para que o valor da pensão alimentícia seja determinado. Para a realização da pesquisa foi utilizado o método dialético, que busca esclarecer questões a respeito da natureza jurídica das verbas da participação nos lucros ou resultados em relação a pensão alimentícia, com fundamento nos princípios que norteiam a obrigação alimentar.

Palavras-Chave: Participação nos lucros ou resultados, Pensão alimentícia, Princípios Fundamentais, Trinômio alimentar.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPRESARIO FRENTE A LEI ANTICORRUPÇÃO INIBINDO AS AÇÕES DOS ATOS ILICITOS

Wagner Tuão Gomes, Rogerio Gandini da Silva, Adriano Athaide Coutinho e Gabriel Monteiro Cupertino de Castro

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar por meio de análise de casos concretos a possibilidade de aplicação e responsabilização do empresário, pessoa física, civilmente face atos de corrupção perpetrados por pessoas jurídicas em celebração de contratos com erário público. Com a promulgação da Lei Anticorrupção, a Lei 12.846/2013 estabeleceu no direito brasileiro importantes medidas no combate a atos ilícitos, sejam eles administrativos, penais ou civis o que será o objeto de análise do presente estudo. Com isso, os administradores empresariais passaram a ter papel de destaque com ainda mais responsabilidades no que diz respeito à lisura dos processos geridos na empresa. Buscaremos ainda fazer um comparativo do preceito legal previsto na lei de anticorrupção com a responsabilidade civil e penal do administrador e a extensão dessa responsabilidade no âmbito da pessoa física. Por fim analisaremos a evolução histórica no Brasil referente ao tema do presente trabalho, e nos casos concreto com tem influenciado a promulgações de leis com o objetivo de ser coibir a corrupção das sociedades empresariais que contratam com a administração pública.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil, Anticorrupção, Sociedade Empresaria, Corrupção, Empresário, Responsabilidade Objetiva.

ADMISSIBILIDADE DO HABEAS CORPUS NAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES MILITARES

Anderson Patrick Soares Pereira, Luciano Costa Felix, Gabriel Monteiro Cupertino de Castro e Thiago Andrade

O presente trabalho buscou demonstrar de forma sucinta o poder normativo da Constituição Federal/88, bem como, respeitosamente discordando do entendimento da mais alta corte do ordenamento jurídico pátrio, a possibilidade, através da interpretação jurídica, da inconstitucionalidade do art. 142, §2º da Carta Magna, uma vez que a mesma corte, como será apresentado, já deu uma interpretação relativa ao dispositivo normativo que versa sobre a vedação à aplicação do Habeas Corpus nas transgressões disciplinares militares, aceitando parcialmente o remédio constitucional e rejeitando-o no tocante ao exame do mérito do ato administrativo.

Palavras-chave: Constituição. Direito Fundamental. Habeas corpus. Inconstitucionalidade.

ALIAÇÃO PARENTAL: MEDIAÇÃO COMO VIA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Jocimar Rodrigues Guimarães, Luciano Braga Lemos, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Lígia Cruz Vianna

Trata da Alienação Parental, que é um tema atual do Direito de Família. Analisa a Lei nº 12.318/2010, que dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estuda as diferenças entre a alienação parental e a síndrome da alienação parental. Cuida da guarda compartilhada como uma das medidas preventivas da alienação parental e o tratamento e prevenção de sua evolução. Identifica a possibilidade de aplicação da mediação familiar, como alternativa de auxílio ao Judiciário, para uma solução pacífica em conflitos familiares, em especial na alienação parental.

Palavras chaves: Alienação Parental. Síndrome da Alienação Parental. Guarda Compartilhada. Mediação. Mediação Familiar. Solução de Conflitos Familiares.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELA AUTORIDADE POLICIAL NA PRISÃO EM FLAGRANTE

Mateus de Oliveira Braga, Luciano Costa Félix, Gabriel Monteiro Cupertino de Castro e Thiago Andrade

O presente estudo tem como escopo discorrer sobre a aplicação do princípio da insignificância pela Autoridade Policial na ocasião da prisão em flagrante, nos casos de delitos causadores de lesões ínfimas, usualmente denominados crimes de bagatela. Para uma melhor contextualização desse postulado, será feita uma explanação a respeito de sua origem histórica, conceito, os vetores para a sua correta aplicação ao caso concreto e quais os efeitos produzidos. Ademais, terá uma abordagem sobre as espécies de prisão previstas no ordenamento jurídico pátrio, com atenção especial para a prisão em flagrante e sua efetivação através do Auto de Prisão em Flagrante, lavrado pela Autoridade Policial. Em seguida, é abordado o papel da Polícia Judiciária e o poder discricionário conferido ao Delegado de Polícia. Por derradeiro será proposto um procedimento que viabilize a aplicação deste princípio pelo Delegado, sem, todavia, privar o Ministério Público, titular da ação penal, de poder intentá-la caso entenda necessário. Conclui-se pela possibilidade de aplicação do princípio da insignificância pela a Autoridade Policial diante de uma prisão em flagrante, quando o fato apresentado for inequivocamente um crime de bagatela, desta forma não será lavrado o auto de prisão em desfavor do conduzido. Sugerimos que neste caso, a Autoridade Policial confeccione um Termo Circunstanciado (TC) seguindo a mesma regra usada para a infração penal de menor potencial ofensivo (art. 69 da Lei 9.099/1995), depois remetendo-o ao Ministério Público para que possa pedir o seu arquivamento, ou se discordar, oferecer a denúncia.

Palavras-chave: Princípio da insignificância, Autoridade Policial, crime de bagatela.

**AS INDENIZAÇÕES EM DECORRÊNCIA DE LEIS DECLARADAS
INCONSTITUCIONAIS POR DECISÃO TRANSITADA EM
JULGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Reinaldo Severino da Silva, Walter Moura Andrade, Bernardo Dantas Barcelos e Edyvar Guimarães

O presente trabalho possui o objetivo de promover um estudo sobre a responsabilidade civil do estado em decorrência da aplicação das leis inconstitucionais declaradas pelo Supremo Tribunal Federal, abordando os aspectos relacionados ao controle de constitucionalidade, os efeitos da decisão de inconstitucionalidade, as possibilidades e os requisitos para pagamentos de indenizações decorrentes dos danos originados pela aplicação da Lei Inconstitucional.

CABIMENTO DE DANOS MORAIS NOS CASOS DE DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO NO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA

Fernanda de Araujo Ribeiro, Gustavo Gobbi Martinelli,
Aubério da Silva Brito e Thiago Andrade

O presente trabalho tem como objetivo abordar os danos causados ao menor pelo fato do segundo abandono e o dever de indenização nos casos em que há devolução da criança ou adolescente adotado. É crescente os casos de desistência de adoção no Brasil, o mesmo só deveria acontecer para atender o interesse da criança e do adolescente, mas o motivo não é esse e sim a incapacidade dos pais de amar um filho que não seja biológico. Sob esta situação, vê-se a necessidade de que haja a responsabilização civil destes adotantes, em razão do ato ilícito de abandono, dos danos morais em razão dos abalos psicológicos causado a esse menor que ainda não entende a situação que está sendo sujeitado. Cada caso deve ser tratado de forma única, mas o legislativo deve criar medidas que possam coibir os adotantes de agirem de forma imprudente tratando dos respectivos pais de forma mais intensa para ter o mínimo de devolução possível.

Palavra-chave: Adoção. Responsabilidade Civil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estágio de Convivência. Dano Moral.

**DANO EXTRAPATRIMONIAL NA TRAGÉDIA DA
BARRAGEM DA COMPANHIA VALE S.A NO
MUNICÍPIO DE BRUMADINHO NO ESTADO DE
MINAS GERAIS E AS APLICAÇÕES DOS ART. 223
B E 223 G DA CLT**

Evandro Souza Dallorto, Alisson Agib Souza Cabral, Bernardo Dantas Barcelos e Lara Brasil de Menezes

O presente trabalho possui o intuito de analisar a (in)constitucionalidade dos artigos 223-B e 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho com as alterações introduzidas pela reforma trabalhista trazidas pela lei 13.467/2017. Sendo analisados em seis capítulos, tendo importantes análises de institutos jurídicos e princípio do Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, assim como uma rápida análise da tramitação da Lei 11.347/2017 e das suas consequências no âmbito da tragédia do rompimento da Barragem da empresa VALE S.A no municio de Brumadinho. O método utilizado será o dialético e argumentativo para o tratamento da temática. Passando pela análise plena da doutrina em virtude do curto lapso de tempo entre a aprovação da Lei 11.347/2017 e a tragédia de Brumadinho. O artigo 223-B da CLT, busca limitar a legitimidade para postular danos extrapatrimoniais, restringindo-o apenas aos empregados ou empregador vítimas do dano, e deixa de lado as vítimas atingidas indiretamente através do dano em ricochete e não aborda a questão do dano moral coletivo. Na mesma esteira, o artigo 223-G da CLT determina uma tarifação dos valores para a reparação dos danos extrapatrimoniais sofridos pela vítima. Assim, fundamental análise da constitucionalidade dos artigos, a fim de se verificar quem poderá postular pelo dano.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Relação de empregado. Dano extrapatrimoniais.

DANOS MORAIS PELO DESCUMPRIMENTO DO DEVER CONJUGAL DE FIDELIDADE RECÍPROCA: UMA REVISÃO DOS PRECEDENTES DO STJ

Isabela Ferreira Rocha, Antonio Augusto Bona Alves,
Bernardo Dantas Barcelos e Gustavo Gobbi Martinelli

O presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade da aplicação da responsabilização do dano moral no casamento decorrente do descumprimento do dever conjugal de fidelidade recíproca elencado no artigo 1566 do Código Civil brasileiro de 2002. Inicialmente, apresenta uma análise sobre o instituto da família e do casamento. Estabeleceu uma análise dos princípios constitucionais no direito de família ganhando destaque o princípio da dignidade humana e o princípio da igualdade entre homens e mulheres. Faz-se, também uma observação a respeito dos deveres impostos aos cônjuges e segue ao estudo do dano moral, apresentando um panorama sobre a sua admissibilidade nas relações familiares. Após, posiciona uma análise da jurisprudência acerca da aplicação do dano moral nas relações conjugais, buscando identificar hipóteses de infração grave do dever conjugal de fidelidade recíproca em que seria cabível a indenização. Por fim, a pesquisa concluiu pela possibilidade de tal aplicabilidade, desde que verificada a existência de agressão moral e a violação da boa-fé, no caso concreto.

Palavras-Chave: Casamento. Dano moral. Deveres conjugais. Indenização. Direito de família.

DELAÇÃO PREMIADA E SUA RELAÇÃO COM A PRISÃO PREVENTIVA DO COLABORADOR

Renan Cordeiro, Fabiane Aride Cunha, Ligia Cruz Vianna e José Roney Tosi

O presente trabalho visa pesquisar a legitimidade dos acordos de delação premiada, depois de deferida as prisões cautelares, à luz da Lei nº 12.850/2013, que versa sobre as Organizações Criminosas. Com isso, partimos da premissa que para que se possa realizar a colaboração premiada deverá preencher os requisitos elencados no art. 4º, *caput*, da Lei nº 12.850/13, que tem como voluntariedade um requisito essencial. O acordo de delação torna-se nulo quando forem constatadas irregularidades como a coação, constrangimento, ameaça, a fim de que o agente proceda ao mencionado acordo, pois estará ferindo os ditames constitucionais. Ademais, fora feito um estudo das normas com conceitos doutrinários e jurisprudências, a fim de examinar se a prisão cautelar, como forma de repressão de sua liberdade física e psíquica, impossibilita qualquer tomada de decisões.

Palavras-chave: Colaboração Premiada. Prisão Preventiva. Código de Processo Penal.

DIREITO A IDENTIDADE GENÉTICA VERSUS SIGILO DO DOADOR: INSEMINAÇÃO HETERÓLOGA

Fábio Gonçalves Pedreira, Andréa Athayde Coutinho, Luciano Braga Lemos e Thiago Andrade

O artigo buscará esclarecer que a pessoa advinda por via da reprodução humana assistida heteróloga tem direito a sua personalidade de saber sua origem genética em face de um direito retirado pela Resolução n.º 1.358/92 do Conselho Federal de Medicina que vela pelo anonimato do doador do material genético. O direito de saber a origem genética é indispensável para complementar a identidade pessoal e proteger a dignidade da pessoa humana. Explano que essa é uma questão de direito, como caminha da busca da personalidade, inerente a pessoa humana em todas as gerações da sua existência.

Palavras-chave: Reprodução Heterologa. Origem genética. Dignidade humana. Resolução 2.168/20

DIREITO PENAL DO INIMIGO EM RELAÇÃO A VIOLAÇÃO DE PRERROGATIVAS DO ADVOGADO ZANONE MANUEL DE OLIVEIRA JUNIOR NO CASO ADÉLIO BISPO

Lidia Gomes De Souza Monteiro Santos, Luciano Costa Félix,
Gabriel Monteiro Cupertino de Castro e Thiago Andrade

O presente trabalho de pesquisa visa-se estudar o direito penal de forma mais ampla, em como seus preceitos fundamentais podem intervir no cotidiano da vida civil, e assim confrontar, por meio de análise de caso concreto e estudo bibliográfico, os fundamentos penais, como os direitos e prerrogativas do advogado, analisando o caso concreto mais recente do advogado Zanoni, que teve sua vida privada e profissional invadida com o fim penal, qual seja, se buscar um possível mandante do atentado contra do candidato presidencial Jair Messias Bolsonaro, fato esse que gera grande prejuízo para o Estado democrático de direito, pois o advogado, único defensor constitucional do estado democrático de direito. O direito penal com premissa de ser a última ratio, vem sendo invertido essa posição e por meio do direito penal do inimigo, passando a tratar o direito penal como prima ratio nas relações humanas, o que não se pode admitir. O Direito Penal, sempre deve ser confrontado com os princípios gerais do direito, os princípios constitucionais, e demais normas assecuratórias do Estado democrático de direito. Levando-se em conta essa premissa, temos as prerrogativas advocatícias, que não são privilégios do advogado e sim seguranças legais para que o advogado possa exercer com paridade de armas em face do Estado violador e defender intransigente os interesses de seus clientes.

Palavras-chave: Democracia. Direitos e Prerrogativas. Princípios Constitucionais. Direito Penal do Inimigo. Violações.

ESTUPRO MARITAL

Renivaldo Ferreira dos Santos, Aubério da Silva Brito, Gustavo Gobbi Martineli e Thiago Andrade

O presente trabalho vem examinar a possibilidade do marido figurar no pólo ativo no crime de estupro quando a ofendida é a própria esposa. Pois a doutrina e a jurisprudência são divergentes ao abordarem o tema. Sendo o estupro um crime ao qual não se encontra uma justificativa aceitável para sua existência, muito menos no campo da relação conjugal. Pois atualmente a violência tem aumentado tanto na vida pública como na vida privada, sendo o estupro marital difícil de ser identificado, por ser uma violência sexual relativizada e aceita por nossa cultura, no entanto a violência doméstica no conceito de família em sua formação, seja pelo casamento, ou pela união estável, parceiros, ou namorado é uma das manifestações mais preocupante na sociedade Brasileira, e este trabalho tem como objetivo o enfoque em alguns pontos como a Lei 11.340/06 que é a Lei Maria da Penha, juntamente com a Lei 12.015/09 que é a Lei de Crimes Contra a Liberdade Sexual, estas leis são necessárias para resolver os problemas relacionados na violência contra a mulher. Que são alvo de diversos tipos de violência desde assédio verbal, até a morte.

Palavras-Chave: Estupro. Lei Maria da Penha. Estupro Marital.

FEMINICÍDIO E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUÇÃO DO CRIME

Renan Ribeiro Fonseca, David Marlon Oliveira Passos, Edyvar Guimarães e Walter Moura Andrade

O presente artigo tem como objeto de estudo a implantação de políticas públicas para redução do crime contra a violência de gênero. Após a qualificadora do Femicídio, sancionada nove anos após a Lei Maria da Penha, que visa combater a violência contra o gênero feminino, não obstante, pode não ser o meio mais eficaz para se chegar ao resultado almejado, visto que o arcaico Código Penal Brasileiro visa somente punir, e, é isso que o presente trabalho vem questionar. Com o uso dos métodos dialético, comparativo e exploratório.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Femicídio. Violência Contra Mulher.

GUARDA COMPARTILHADA ENTRE PAIS E AVÓS

Natalya Cordeiro Ferreira, Andréa Athayde Coutinho, Luciano Braga Lemos e Thiago Andrade

A pesquisa tem como finalidade a reflexão acerca da exploração do trabalho infantil e sua proibição no ordenamento jurídico brasileiro, verificando a vedação do trabalho infantil. A análise deste tema é referente a preocupação da sociedade em vedar o trabalho infantil, tendo em vista ser prejudicial a saúde do menor, e seu desenvolvimento físico e intelectual. Para isso faz-se necessário uma abordagem sobre o trabalho infantil e sua exploração, sua evolução histórica, toda a questão procedimental, requisitos gerais, bem como, a questão da proteção do direito do menor. Por fim será tratado dos mecanismos e medidas de redução da exploração do trabalho infantil, bem como do papel da escola junto a criança.

Palavras-Chave: Guarda Compartilhada, família, pais e avós.

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS OU INVASÃO POR PARTE DO PODER JUDICIÁRIO NA SEARA DO PODER LEGISLATIVO?

Larissa Miranda Santana, Walter Moura Andrade, Bernardo Dantas Barcelos e Edyvar Guimarães

O presente estudo tem como objetivo analisar, através da exposição do que é a Teoria da Tripartição de Poderes, idealizada pelos filósofos Aristóteles, Locke e Montesquieu, e que posteriormente foi adotada pelas Constituições modernas, se a judicialização da política é um meio de concretização dos direitos constitucionais fundamentais ou se é uma intromissão do Poder Judiciário na seara do Legislativo. Tal teoria foi associada à ideia de Estado Democrático de Direito, no entanto, em razão das diferentes realidades históricas e sociais foi possível contemporizar uma mescla entre os Poderes, o que justifica sua relativização. Posteriormente aborda-se a distinção entre a judicialização da política e o ativismo judicial, de modo a confrontar com a disfuncionalidade do Poder Legislativo naquilo que se refere à realização de suas funções típicas atribuídas pela própria Constituição Federal.

Palavras-chave: Separação dos Poderes. Judicialização da Política. Ativismo Judicial. Omissão Legislativa.

JUSTIÇA RESTAURATIVA JUVENIL: O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM LEI

Bruno Albuquerque Leandro, Luciano Costa Félix, Gabriel Monteiro Cupertino de Castro e Thiago Andrade

A Justiça Restaurativa é um método a qual busca a solução de conflitos sociais, que tem o afã de realizar o papel de justiça na reparação dos danos ou violações, não somente a sociedade, mas ao prejuízo material e psicológico causado diretamente à vítima, visando a corresponsabilidade aos envolvidos no litígio. Diante da possível viabilidade de inserção da Justiça Restaurativa no sistema contra os atos infracionais juvenis, bem como a possibilidade de aperfeiçoamento do sistema resolução desses conflitos, as doutrinas de prevenção assentam-se na atuação sobre a pessoa do delinquente com o fim de evitar que o mesmo venha a cometer novos crimes. Na ideia que o modelo aplicado no Brasil é puramente punitivo, não há qualquer estigação ao sentimento de mudança na vida do infrator, tendo assim por consequência o aumento da violência e reincidência desses. Através dessa análise da Justiça Restaurativa sobre a vida dos Infratores Juvenis, busca-se demonstrar uma nova forma de resolução de conflitos.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Atos Infracionais; Reparação.

O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS PRECEDENTES JUDICIAIS: UMA VISÃO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA

Lucas Sipioni Furtado De Medeiros, Walter Moura Andrade,
Bernardo Dantas Barcelos e Edyvar Guimarães

A promulgação de uma nova lei é sempre acompanhada de novos desafios para os intérpretes do direito, e com o Código de Processo Civil 2015 não poderia ser diferente. Porém, dentre os diversos de seus controversos institutos, um assume particular relevância e impacta todo o ordenamento jurídico brasileiro: a previsão, ou não, de um sistema de precedentes judiciais nos seus arts. 926 e 927. Neste contexto, duas correntes se destacam: a “precedentalista”, que defende que os provimentos judiciais previstos no art. 927, bem como quaisquer outras decisões judiciais proferidas pelos Tribunais Superiores, são precedentes de cumprimento obrigatório pelos juízes e tribunais pátrios; e a “não precedentalista”, que advoga a tese de que o citado dispositivo prevê apenas provimentos judiciais legalmente vinculantes a serem usados para a solução isonômica das nossas lides repetitivas, de forma que não se pode estabelecer *prima facie* um dever de aplicação obrigatória pelos demais juízes e tribunais. Diante deste intenso embate teórico, no presente trabalho serão demonstrados os motivos pelos quais a segunda corrente é a que está em consonância não só com os preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, mas também com a Teoria do Direito como um todo.

Palavras-chave: *Common law*; Precedentes judiciais; *Ratio decidendi*; Código de Processo Civil.

O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE E SEUS IMPACTOS EM FACE DO PRINCÍPIO DE PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

Elizeu da Costa de Melo, Lara Brasil de Menezes, Alisson Agib
Souza Cabral e Bernardo Dantas Barcelos

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o modelo de contrato intermitente, que foi introduzido pela Reforma trabalhista Lei nº 13.467/2017, no qual criou uma nova forma e contratação na modalidade de intermitência. Desta forma, este novo instituto jurídico tornou-se objeto de acaloradas discussões doutrinárias acerca de sua constitucionalidade. Esta nova modalidade contratual, tem se mostrado fragilizada, uma vez que não possui uma definição técnica jurídica capaz de delimitar um conceito objetivo que abarque as suas características peculiares, capaz de delinear esta espécie contratual que se integre as garantias trabalhista já consolidadas. Portanto como não há no ordenamento jurídico trabalhista, modelo contratual que se assemelhe ao contrato intermitente, o mesmo se apresenta como precursor neste ramo do direito do trabalho, sendo caracterizado pela doutrina como contrato *seu gene ris*. Diante desta normativa trazido pelo contrato intermitente, será demonstrado nesta pesquisa falta de requisitos necessários para sua efetiva aplicação ao caso concreto, uma vez que houve um esvaziamento das garantias fundamentais, quando analisado de forma vertical frente as garantias constitucionais. A metodologia utilizada nesta pesquisa, foi método dialético, em conjunto bibliografia trabalhistas, em especial, na legislação referente ao contrato de trabalho intermitente (Lei nº 13.467/2017 em conjunto com a Consolidação das Leis Trabalhista e Constituição Federal).

Palavras chaves: Reforma trabalhista, contrato de trabalho, contrato intermitente, direitos fundamentais do trabalhador.

O DESASTRE DE BRUMADINHO E A RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Rafael Sampaio Dutra, Fabiane Aride Cunha, José Roney Tosi e Ligia Cruz Vianna

Diante da necessidade de proteger o meio ambiente, nosso ordenamento foi se modificando ao longo dos anos, pois o capitalismo trouxe consigo diversas práticas danosas ao meio ambiente, e com o passar dos anos, a Pessoa Jurídica se tornou parte integrante nos crimes ambientais existentes no Brasil, seja ela de Direito Privado ou de Direito Público. O processo de exploração do solo, da água e do ar levou o ser humano a degradar os recursos naturais existentes no Brasil, sendo a mineração um grande processo capitalista existente em terras brasileiras, e que provocou dois enormes desastres ambientais no Estado de Minas Gerais, tendo tais desastres ocorrido por culpa da empresa responsável pelo processo de mineração e também por culpa da União, pela falta de fiscalização sobre a referida empresa. Sendo assim, o presente artigo buscou verificar a possibilidade de responsabilização penal ambiental da União, no tocante ao rompimento da barragem situada no município de Brumadinho-MG. Para tanto, foi feita uma análise no ordenamento jurídico brasileiro, mais especificamente na Lei 6.938/81, na Constituição Federal de 1988, na Lei 9.605/98, na Doutrina e jurisprudências de nossos Tribunais Pátrios, e assim, concluiu-se que a referida possibilidade é real, e que a União deve ser responsabilizada também pelo rompimento da barragem situada no município de Brumadinho-MG.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Pessoa Jurídica. Desastre Ambiental. Direito Penal. Direito Ambiental.

O DIREITO DOS SENCIENTES: GUARDA COMPARTILHADA

Larissa Lima da Fonseca Nascimento, Ligia Cruz Vianna, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Luciano Braga Lemos

Este trabalho apresenta como tema central a possibilidade de guarda dos animais sencientes na dissolução do casamento além de trazer algumas decisões dadas pelos Tribunais Brasileiros. Quanto a metodologia, trata-se da dedutiva, onde o objetivo será compreender a importância de uma lei específica que normatize as situações envolvendo os animais sencientes na dissolução conjugal. O tema é atrativo, e merece um posicionamento digno a fim de dar melhor solução para os casos, dando sempre atenção ao bem estar animal.

**O POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DO SUDESTE
BRASILEIRO FRENTE À DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL NO BOJO DO HABEAS CORPUS Nº
143.641/SP**

Greicielly Souza dos Santos, Rogerio Gandini da Silva, Adriano
Athaíde Coutinho e Gabriel Monteiro Cupertino de Castro

A presente pesquisa, tem o condão de trazer um pouco da história do Habeas Corpus sendo este um remédio constitucional bem como o seu cabimento. Assim, será debatido o cabimento do habeas corpus coletivo, que embora não tenha previsão legal explícita em nosso ordenamento jurídico, será possível identificar a sua legalidade através do estudo das jurisprudências e doutrinas analisadas. A principal discussão do tema, se dá entorno do julgamento do HC 143.641/SP pela 2ª turma do Supremo Tribunal Federal, que concedeu a substituição da prisão preventiva pela domiciliar a mulheres que se encontram em situação de gestantes, puérperas e mães de menores de 12 anos ou que tenha sob sua custódia pessoas com deficiência, contudo, foi possível identificar uma inobservância por parte dos Tribunais Regionais da Região Sudeste em não aplicar tal entendimento. Visto esta inobservância o legislativo alterou o Código de Processo Penal com a Lei 13.769/2018, ao qual se adequou a nova ordem do Supremo, incluindo o art. 318-A, colocando um rol taxativo os casos em que o pedido de substituição poderia ser negado pelo magistrado, para que seja efetivado o direito garantido as mulheres nas condições citadas.

Palavras- Chave: Habeas Corpus coletivo. HC 143.641/SP. Inobservância. Tribunais Regionais da Região Sudeste. Lei 13.769/2018.

O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL E PRINCÍPIO DO MÍNIMO EXISTENCIAL: APLICABILIDADE E EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SERRA/ESPIRITO SANTO.

Lucas Aguiar Ximenes, Gabriel Monteiro Cupertino de Castro, Adriano Athaíde Coutinho e Rogerio Gandini da Silva

O presente artigo tem por objetivo estudar o discurso do princípio da reserva do possível para os direitos fundamentais contidos na Constituição Federal, bem como estudar o princípio do mínimo existencial, tendo como fim realizar um estudo de caso para ser realizada uma ponderação entre os dois princípios. No artigo, será estudado as diferenças e peculiaridades de princípio e regras, a fim de demonstrar a importância de cada instituto, bem como, de acordo com o estudo de caso, onde será examinado um Recurso Especial que trata sobre o número de Defensorias Públicas Estaduais, diante do número de residentes no Município.

Palavras-chave: Princípios. Constituição. Direito Constitucional. Mínimo Existencial. Reserva do Possível. Defensoria Pública.

**ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: UMA ANÁLISE DAS
RELEVANTES MUDANÇAS COM O ADVENTO DA LEI
12.850/2013**

Renata Coelho de Moraes, Fabiane Aride Cunha, José Roney Tosi e Ligia Cruz Vianna

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise da nova lei de organizações criminosas – Lei nº 12.850/13 e as suas principais alterações ao ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, num primeiro momento será apresentado um panorama histórico do surgimento das organizações criminosas e as suas tentativas de conceituá-las e a demonstração de uma definição estabelecida pela Convenção de Palermo. Subsequente, serão abordadas as principais normas elaboradas pelo legislador no Brasil sobre as organizações criminosas que se perfaz pela Lei nº 9.034/95 evidenciando seus principais pontos e a grande omissão do legislador em relação ao conceito de organizações criminosas. Em seguida haverá um estudo da Lei nº 12.850/13 que tem como marco principal o tão esperado conceito de organizações criminosas.

Palavras-chave: Organizações criminosas. Lei 12.850/2013. Convenção de Palermo.

OS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO NO DIREITO BRASILEIRO: DIREITO PREVENTIVO OU MEDIDA INCONSTITUCIONAL?

Yann Kássio Obermüller Novelli, Fabiane Aride Cunha, José Roney Tosi e Ligia Cruz Vianna

O presente artigo pretende demonstrar o conflito existente a respeito do tema “crimes de perigo abstrato”, onde doutrinadores (Estefam, Capez, etc) e jurisprudências (STF) defendem a ideia da constitucionalidade destes crimes caracterizando-o como uma medida preventiva, e de outro lado, doutrinadores como Bottini, Luiz Flavio Gomes e diversas jurisprudências (STF) tendem à ideia da inconstitucionalidade dos crimes de perigo abstrato, visto que estes vão de encontro a diversos princípios penais constitucionais.

Palavras-chave: Conflito. Crimes de Perigo Abstrato. Constitucionalidade. Inconstitucionalidade. Princípios.

REFORMA TRABALHISTA: PERCEPÇÕES ACERCA DO BALIZAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Elissônia de Rezende Potin, Alisson Agib Souza Cabral, Bernardo Dantas Barcelos e Lara Brasil de Menezes

Explora-se, nesse trabalho, a embaraçosa novidade trazida pela Lei da Reforma Trabalhista à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) acerca da precificação das indenizações por danos extrapatrimoniais em detrimento dos direitos fundamentais, com o objetivo de compreender se a diretriz concebida pela Lei 13.467 de 2017, em seu artigo 223-G, § 1º, combinado aos limites impostos pelos artigos 223-A e 223-C, está ou não em consonância com os fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente quanto aos artigos 1º, inciso III, 3º, inciso IV e 5º, *caput* e incisos V e X. É um estudo do tipo descritivo com abordagem qualitativa, baseado no levantamento de dados coletados, sobretudo, mediante revisão de produções científicas, doutrinárias e jurisprudenciais, empregando-se o método dialético. O Dano Extrapatrimonial consiste em mácula aos direitos da personalidade, os quais são protegidos de forma especial pela Constituição Federal do Brasil, que tem como um de seus fundamentos o princípio da dignidade da pessoa humana, assegurando, em caso de violação, o direito à indenização. Atribuir um valor pecuniário à mencionada reparação tem se apresentado como um dos mais árduos encargos da magistratura. Não obstante a necessidade de se arbitrar um *quantum* indenizatório, restou certo que não se pode tabelar a referida compensação, cada caso deve ser analisado individualmente, sob suas próprias peculiaridades, a fim de se evitar excesso ou insuficiência a ambas as partes.

Palavras-chaves: Dano Extrapatrimonial. Dano Moral. Indenização. Dignidade Humana. Reforma Trabalhista.

REPRODUÇÃO ASSISTIDA: LIMITES AO ANONIMATO E SIGILO DO DOADOR, FRENTE AO DIREITO À VIDA E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Cristiano Dias Santa Clara, Andréa Athaide Coutinho, Luciano Braga Lemos e Thiago Andrade

Em síntese o presente artigo tem como objetivo colacionar preceitos constitucionais, trazer uma discussão no que diz respeito ao direito de privacidade e anonimato frente a dignidade da pessoa humana e o direito a vida. Um debate sobre a necessidade da quebra do sigilo de doador de esperma no procedimento de reprodução assistida, o rompimento desta barreira normativa no intuito de assegurar o direito a vida e a dignidade da pessoa humana a pessoas frutos. É sabido que o Estado é um dos responsáveis pela saúde e a vida do cidadão e cabe a ele em casos onde colidam com os preceitos constitucionais, decidir o melhor em prol a vida e a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Reprodução, Sigilo e Vida.

SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL: CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS LEGAIS DO PROCESSO

Danila Gonçalves Martins, Luciano Braga Lemos, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Ligia Cruz Vianna

A síndrome de alienação parental (SAP) definida durante a década de 1980, por Richard Gardner, psiquiatra norte americano, é um distúrbio infantil apresentado em crianças e adolescentes em situação de conflito familiar. A referida síndrome se desenvolve a partir de transtornos psicológicos por parte de um dos genitores – nomeado como alienador – causando assim rejeição pelo outro genitor. A Lei nº 12.318/10 prevê sanções para o caso em que for identificada a síndrome de alienação parental. Caso o juiz observe que deva intervir com as medidas necessárias para a proteção da criança, requisitará, entre outras de suma importância, laudos psicológicos referentes às crianças ou adolescentes vítimas da alienação parental, com a devida intervenção do Ministério Público. A família é a base que fundamenta a personalidade de alguém, por isso, mesmo com o rompimento da vida conjugal, deve ser preservado o direito de convivência entre pais e filhos.

Palavras-chave: Alienação parental, Síndrome da Alienação Parental (SAP). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei 12.318/10.

TRATAMENTO DISPENSADO AO COMPANHEIRO NO DIREITO DAS SUCESSÕES

Joanderson Santos Moreira, Luciano Braga Lemos, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Ligia Cruz Vianna

Atualmente, em nosso contexto brasileiro, muitos casais têm optado por uma constituição familiar, sem todo o formalismo que demanda a celebração de um casamento, o presente trabalho tem como escopo explanar sobre a discriminação do companheiro em relação ao cônjuge, especialmente no que tange ao direito sucessório, demonstrando que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a união estável que era conhecida como concubinato, passou a ser reconhecida como entidade familiar. Em primeiríssimo plano será tratado o momento histórico no mundo e como surgiu a união estável. Em segundo plano será tratada a evolução da união estável no Brasil e como era tratada pelo antigo código civil de 1916, vigente à época e como é tratada pelo Código atual de 2002. Será tratado também o conceito de união estável, os elementos caracterizadores da união estável e os seus princípios

Palavras-chave: União Estável. Direito dos Companheiros. Direito das Sucessões.

UMA ANÁLISE CRITICADO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Alexsandro Nascimento Santana, Antônio Augusto Bona
Alves, Bernardo Dantas Barcelos e Gustavo Gobbi Martinelli

O presente trabalho possui o objetivo de promover um estudo sobre qual é o melhor interesse da criança e adolescente em caso de separação dos pais, visando prevenir casos como alienação parental entre outros., abordando os aspectos relacionados ao estatuto da criança e adolescente, os efeitos da decisão do magistrado, e os requisitos para guarda compartilhada nos casos específicos.

ANÁLISE DA LEGALIDADE DE BLOQUEIO DO APLICATIVO WHATSAPP PELA JUSTIÇA BRASILEIRA E A OBRIGAÇÃO DO FACEBOOK DE FORNECER INFORMAÇÕES À JUSTIÇA

Aline Alves Mendes, Gustavo Gobbi Martinelli, Aubério da Silva Brito e Thiago Andrade

O presente artigo tem por finalidade de analisar a Constitucionalidade do bloqueio ao aplicativo *Whatsapp* pela Justiça brasileira e a obrigação do aplicativo de fornecer informações à Justiça nos termos do art. 12, inciso III do Marco Civil da Internet e nos termos do artigo 5º, incisos X e XII da CF, sob a luz do princípio da proporcionalidade em razão do não cumprimento de ordem judicial para interceptação de mensagens do aplicativo para investigação criminal. Além disso, será analisada a obrigatoriedade da empresa *Facebook* em fornecer informações de mensagens trocadas pelo seu aplicativo, considerando os direitos dos usuários do aplicativo *Whatsapp*, visto que a Carta Magna protege a intimidade e a vida privada, no art. 5º, inciso X da CF/88. A conclusão alcançada, é que todo esse risco que o mundo virtual pode provocar na vida dos usuários não deve ser encarado como desprotegido pelo ordenamento jurídico brasileiro, pois é assegurada a proteção à privacidade dos usuários no ambiente digital conforme Lei n. 12.965/2014 do Marco Civil da Internet. Apesar do Marco Civil proteger a comunicação pela internet, que é o serviço oferecido pelo aplicativo *Whatsapp*, é legal a quebra do sigilo dessas comunicações por ordem judicial. O Estado, em caso de intervenção, deve se valer das balizas indicadas pelos princípios da proporcionalidade, além de observar os direitos fundamentais da comunicação entre os seus cidadãos, visando o bem de todos.

Palavras-chave: Criptografia. *WhatsApp*. Bloqueio. Constitucionalidade.

A CONTINGÊNCIA DO DANO MORAL FRUTO DO RELACIONAMENTO EXTRACONJUGAL

Aline Procópio Peres, Luciano Braga Lemos, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Ligia Cruz Vianna

O presente artigo tem como objetivo analisar as consequências patrimoniais decorrente do descumprimento dos encargos conjugais, mais especificamente, da obrigação de fidelidade mútua, previsto no Código Civil Brasileiro. Relaciona-se a importância da família nos meios sociais, da constituição da aliança conjugal, do estabelecimento da responsabilidade civil, dos tipos de danos e, por fim, das hipóteses de indenização e não indenização em caso de violação dos encargos conjugais. Relacionando jurisprudências de tribunais pátrios brasileiros distintos sobre o tema.

Palavras-Chave: Direito de Família, relações extraconjugais, danos morais, reparação civil e encargos conjugais.

A INCONSTITUCIONALIDADE ADVINDA DA LEI 13.467/17 E A LIMITAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

Thais Mara Correia Lima Soares, Lara Brasil de Menezes,
Alisson Agib Souza Cabral e Bernardo Dantas Barcelos

O presente artigo tem como objetivo analisar a inconstitucionalidade das alterações introduzidas no ordenamento jurídico advinda da Lei 13.467/17, popularmente conhecida como Reforma Trabalhista, quanto o acesso à justiça. Utilizando como recursos a pesquisa doutrinária e legal, contextualiza-se o cenário que tornou possível a aprovação das restrições de acesso à justiça, inseridas pela nova lei. É abordado a proteção constitucional ao trabalhador e o acesso à justiça como pilar do Estado Democrático de Direito, no que se insere o benefício da justiça gratuita enquanto direito fundamental, e o princípio da proteção e primado da relação de emprego. A nova lei é apresentada em linhas gerais, salientando o posicionamento doutrinário sobre o tema, que se demonstrou bastante polarizado. Examinados os pontos sobre os quais a nova lei impôs restrições ao acesso à justiça contrariando a Constituição Federal de 1988, pelo que se defende a inconstitucionalidade das alterações que ocorreram no artigo 844 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Reforma trabalhista. Direito fundamental.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA DENÚNCIA DA CONVENÇÃO 158 DA OIT FRENTE A PERSPECTIVA DESTE TRATADO PARA O ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO

Lucas Jacobsen Sodré Pimentel, Aubério da Silva Brito,
Gustavo Gobbi Martineli e Thiago Andrade

Será analisado neste trabalho a possível utilidade do princípio de subsidiariedade (pouco explorado no Brasil) no Brasil e a maneira como é internalizado em nossas leis os tratados internacionais. Como objeto principal de estudo encontra-se a convenção 158 e a perspectiva que ela possa trazer para o ordenamento jurídico brasileiro mais precisamente no Direito do Trabalho. Atualmente a lei que internalizou a convenção 158 da OIT no Brasil encontra-se suspensa por conta de uma Denúncia feita ilegalmente através de ato unilateral do Poder Executivo no século passado, nesse sentido, busca-se provar a veracidade da ilegalidade desta determinada denúncia. Esse ato é considerado inconstitucional por conta que para denunciar Tratados Internacionais é necessário a aprovação do Congresso Nacional. Dito isto, a Adin nº1625-3, está atualmente aguardando julgamento para conceder a ilegalidade ou não dessa denúncia no STF. Levando em conta o artigo 49,I, CF de 1988 e também o que está disposto na Convenção nº 144 é verídico a ilegalidade o que pode ocasionar diversas influências no sistema jurídico Brasileiro, tal como uma possível volta da convenção 158 no sistema jurídico do Brasil, obtendo valor de emenda constitucional por se tratar de um direito humano e consequentemente trará variadas consequências se de fato acontecer.

Palavras-chave: OIT, Convenção, direito humano, princípio da subsidiariedade, Direito do Trabalho. Princípio da prevalência dos direitos humanos, Denúncia inconstitucional, Adin 1625-3.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, PARA DEPENDENTES QUÍMICOS, SEM A AUTORIZAÇÃO DA FAMÍLIA

Grasiele Pereira Castro, Ligia Cruz Vianna, Jeane Santos
Bernardino Fernandes e Luciano Braga Lemos

O presente trabalho busca apresentar sobre a internação compulsória do dependente químico como parte de uma política de higienização nos moldes do ocorrido nos séculos XIX e XX, em que a preocupação não se fundava no interesse da pessoa doente, mas no do restante da sociedade, o artigo tem por objetivo, apresentar a inconstitucionalidade da Lei 13.840 de 2019 verifica se, em sendo uma política de saúde pública, se são respeitados os direitos do doente bem como se a forma adotada para a internação compulsória infringe as previsões constitucionais e legais. Sendo que tal medida somente deveria ser tomada a pedido de um familiar junto à justiça. O trabalho trará a apreciação da constituição federal em seus artigos que legalmente trata da violação feita pelo abuso de poder em seu exercício da então medida contra a vida e a liberdade do cidadão. Que por sua vez roga por direitos e garantias em lei federal e humana como traz a Declaração Internacional De Direitos Humanos.

Palavras-chave: Crack, Higienização. Inconstitucionalidade. Internação Compulsória. Legalidade. Família. Política Pública.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NÃO PODE SER CONFUNDIDA COM O TERRORISMO

Rodolpho Scarpatti Zottele, Fabiane Aride Cunha, José Roney Tosi e Ligia Cruz Vianna

O intuito do presente artigo é demonstrar a aplicação da lei do Antiterrorismo nº 13.260 de 16 de março de 2016, que vem sendo discutida no meio jurídico, no ramo de execução penal, por haver vários entendimentos jurisprudenciais e doutrinários principalmente em relação à limitação aos direitos fundamentais de cada indivíduo; como, por exemplo: o direito de liberdade de expressão e o direito de reunião elencados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A referida lei foi publicada no Brasil recentemente com intuito de especificar quais são os atos considerados crimes. Antes não existiam menções que definiam o ato de terrorismo, e sim a punição para tal ato.

Palavras-chave: Lei Antiterrorismo. Direitos Fundamentais. Direito de Liberdade de Expressão.

**A(IN)CONSTITUCIONALIDADE DOS INCISOS III E IV DO ART.
6º DA LEI Nº 10.826/2003, FACE AO CRITÉRIO NUMÉRICO
POPULACIONAL ELEGIDOPELO CONSTITUINTE,NO QUE
TANGE O PORTE DE ARMA DE FOGO DAS GUARDAS
MUNICIPAIS**

Adriano Cintra Correia, Ligia Cruz Vianna, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Luciano Braga Lemos

O presente artigo destina-se a analisar a controvérsia jurídica sob o prisma constitucional acerca dos principais preceitos trazidos pela jurisprudência e pela lei 10.826/03, especialmente quanto às atribuições alusivas à segurança pública, atualmente incumbidas também às guardas municipais. O inciso IV do artigo 6º do Estatuto do Desarmamento prevê a permissão do porte de arma de fogo funcional por integrantes dessa classe apenas quando em serviço nos municípios com população entre 50 mil e 500 mil habitantes. Por sua vez, nas cidades com menos de 50 mil habitantes, o porte foi proibido. As concessões de porte de arma de fogo decorrentes de leis estaduais, decretos legislativos ou resoluções expedidas por Tribunais de Justiça não foram recepcionadas pelo Estatuto do Desarmamento. Criou-se, com isso, uma desigualdade arbitrária entre os integrantes das guardas municipais de todo o país, ante a fixação de um escalão numérico e pouco isonômico para se estimar quem pode portar arma de fogo dentro e fora do período de serviço. Não se pode olvidar, todavia, da necessidade em estruturar estas organizações para que as mesmas possam continuar auxiliando no combate à criminalidade, ao lado dos demais órgãos de segurança pública.

Palavras-Chave: Guardas Municipais. Estatuto do Desarmamento. Porte de Arma de Fogo. Segurança Pública. Princípio da Isonomia.

ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS ILÍCITAS À FAVOR DO RÉU E O PRINCÍPIO DA VERDADE REAL

Ingrid da Ressurreição Santos, Luciano Costa Felix, Gabriel Monteiro Cupertino de Castro e Thiago Andrade

O presente artigo tem como objetivo confrontar a admissibilidade das provas ilícitas com os direitos fundamentais tutelados na Constituição Federal de 1988, abordando o princípio da proporcionalidade e o princípio da verdade real dos fatos, e assim demonstrar as possibilidades das provas serem excluídas, eliminando sua ilicitude. Inicialmente, será abordado o conceito de prova e sua relevância ao processo penal, por conseguinte, serão levantadas as possibilidades da admissibilidade de provas ilícitas no processo penal, passando brevemente pelas exceções presentes na Lei e os princípios de admissibilidade. O artigo tem o intuito de levantar as possibilidades da admissibilidade das provas ilícitas em favor do réu, através do princípio da proporcionalidade e da verdade real dos fatos. Pontuadas estas razões, será discutida a confrontação da admissibilidade em favor do réu com a vedação constitucional e legal das provas ilícitas. Será utilizada a metodologia doutrinária (teórica, dogmática) no presente trabalho, concentrando-se, precipuamente, no estudo de literaturas pertinentes à questão-problema, teses, posicionamentos doutrinários, jurisprudências, previsão legal e adequação constitucional.

Palavras-chave: Admissibilidade. Proporcionalidade. Provas. Princípios. Provas Ilícitas.

ADOÇÃO À BRASILEIRA: FACULDADE DE ESCOLHA DA FAMÍLIA ADOTIVA E PERDÃO JUDICIAL DOS TRIBUNAIS

Dilcéia de Oliveira Rocha, Luciano Braga Lemos, Jeane Santos Bernardino Fernandes e Ligia Cruz Vianna

Versa sobre a denominada “adoção à brasileira”, a faculdade de escolha da família adotiva e a segurança jurídica da família adotante. A “adoção à brasileira” vem acontecendo na sociedade há anos, e os tribunais vem concedendo o perdão judicial em alguns casos. Por mais que a Adoção seja pacificada e ter seus procedimentos regulados pela Lei Nacional de Adoção, tem a mesma um processo muito moroso, onde famílias que estão na esperança de ter um filho adotivo acabam dando o denominado “jeitinho brasileiro”, que é a “adoção à brasileira”, ato ilegal tipificado no artigo 242 do Código Penal (CP). Porém os tribunais brasileiros vêm concedendo o perdão judicial em algumas situações, mesmo sabendo que a “adoção à brasileira” não é permitida pela Lei e tampouco pacífica na doutrina e jurisprudência pátrias.

Palavras-Chave: Direito de Família; Adoção à brasileira; Faculdade de Escolha da Família Adotiva; Segurança Jurídica da Família Adotante; Perdão Judicial.

AMBIENTE MIDIÁTICO DO SÉCULO XXI, FRENTE AO DIREITO A PRIVACIDADE: UMA ABORDAGEM SOBRE A INTIMIDADE A HONRA E A IMAGEM.

Grécia Pereira Santos, Gustavo Gobbi Martinelli, Aubério da Silva Brito e Thiago Andrade

O presente artigo desenvolve um estudo sobre o tema “Ambiente midiático do século XXI, frente ao direito à privacidade: uma abordagem sobre a intimidade a honra e a imagem”, que procurou analisar a garantia de proteção do acusado estabelecida da constituição de 88 ao qual o direito a intimidade a honra e a imagem são invioláveis, versus o direito de liberdade de imprensa ,e a influência dos meios de comunicação em casos de grande comoção na sociedade e as consequências na vida das vítimas, sobre a formação de opinião da sociedade com relação aos casos penais de grande repercussão nacional e seu papel fundamental para o resultado da sentença. A partir das questões apresentadas, discute-se, a seguir, os principais conceitos de mídia e o direito de imagem, de modo a construir uma base teórica para a discussão do tema ao longo deste estudo.

Palavras-chave: Liberdade de Imprensa. Mídia. Privacidade. Honra.

ANÁLISE CRÍTICA DA IMPUTABILIDADE DO PSICOPATA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

Andreia Santos Ribeiro, David Marlon Oliveira Passos, Edyvar Guimarães e Walter Moura Andrade

O presente estudo busca analisar de forma crítica a imputabilidade penal do agente psicopata, apresentando como premissas a incidência da responsabilidade penal dos mesmos em consonância com o ordenamento jurídico pátrio, em figurando como autor de condutas tipificadas. A fim de fornecer o embasamento teórico necessário, o estudo em epígrafe dissertará, inicialmente, sobre as especificidades concernentes ao transtorno da psicopatia para, após, adentrar à problemática propriamente dita, destacando os aspectos que ensejam à sua (in)imputabilidade, haja vista a existência de discussões acerca da capacidade de discernimento dos referidos agentes sobre a ilicitude de suas condutas, analisando, por fim, o cabimento da aplicação do artigo 26, § único do Código Penal Brasileiro.

Palavras-chave: Psicopatia. Imputabilidade. Semi-imputabilidade. Teoria do Crime.

**ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE SE IMPEDIR O DIREITO À
CONVIVÊNCIA FAMILIAR DOS AVÓS COM O NETO,
MEDIANTE A QUEBRA DE CONFIANÇA ENTRE OS GENITORES
DO MENOR E OS AVÓS**

Dalila Aguiar de Miranda, Andréa Athayde Coutinho, Luciano
Braga Lemos e Thiago Andrade

Este artigo analisa a possibilidade de se impedir o direito a convivência familiar dos avós com os netos, em razão da quebra de confiança entre genitores e avós do menor. A quebra de confiança, causada por alguma situação marcante no ambiente familiar, pode gerar uma séria ruptura de vínculo. O conflito havido entre os pais e os avós do menor, é o motivo que leva a propositura de diversas demandas judiciais. Verificou-se, mediante análise jurisprudencial, que as decisões são majoritariamente favoráveis a permanência da convivência entre avós e neto, tendo como base princípios de aplicação fundamental no Direito de Família. Desse modo, evidenciou-se que o direito a convivência familiar dos avós com os netos deve prevalecer, via de regra, afastando-se somente se houver evidenciado prejuízo ao infante. Os mencionados conflitos familiares podem ser resolvidos por meio de mediação, seja judicial ou extrajudicial, ou através de métodos terapêuticos e de Constelação familiar, ferramentas que tem se tornado imprescindíveis para uma resolução mais completa da lide, com reflexos no reestabelecimento do bom convívio e comunicação no seio familiar. Por fim, o presente estudo utiliza-se do método dedutivo e em segundo plano o método dialético, com levantamento bibliográfico, estudo de caso, consulta a Leis, doutrinas sobre direito de família, artigos científicos e jurisprudências dos Tribunais.

Palavras-chaves: Convivência Familiar. Princípios. Mediação.

ANÁLISE DO DIREITO DE RETRATAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO NOS CRIMES ENVOLVENDO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Lucele da Costa Marques, David Marlon Oliveira Passos,
Edyvar Guimarães e Walter Moura Andrade

O presente trabalho pretende analisar a possibilidade de retratação da representação da vítima nos casos de violência doméstica, em especial praticados mediante violência física, haja vista o seu cabimento na Lei nº. 11.340/2006, que trata dos crimes de violência doméstica, em seu artigo 16, contraposto pelo entendimento dos tribunais superiores, o qual veda a retratação da representação da vítima nos casos em tela. Diante disso, o presente artigo utilizará como fonte a pesquisa bibliográfica como base à obtenção de referencial teórico, analisando legislação, doutrina e, caso necessário, a jurisprudência relacionada ao tema, visando esclarecer a possibilidade de realização da retratação no caso em tela.

Palavras-chave: Violência doméstica. Ação penal. Representação. Retratação. Divergência legal e doutrinária.

RESUMO DA UNIDADE TEÓFILO OTONI

A REPARAÇÃO CIVIL EM FACE DO DANO MORAL CAUSADO PELO ABANDONO AFETIVO

Graziele Mesmer Guimarães, Robson Conceição Farias, Maria Flávia Vieira Batista e Camila de Almeida Miranda

Objetiva-se por meio desse estudo, analisar os danos causados pela omissão dos pais na aplicação dos seus deveres com a sua prole, acarretando em abandono afetivo, bem como a possibilidade de aplicação da reparação civil, diante do dever de indenizar na esfera do Direito de Família. O estudo em tela apresentará uma breve análise do papel do afeto no seio familiar, e em relação ao desenvolvimento do menor em sociedade, haja vista que não é somente auxílio material que supre as carências de uma criança, e sim, o amparo psíquico, físico e afetivo. Nas seções seguintes, serão apresentadas doutrinas e jurisprudências, e seus respectivos posicionamentos a respeito da indenização por dano moral decorrente do abandono afetivo. O principal objetivo traduz-se em responder à seguinte indagação: É possível a reparação civil como consequência do dano moral sofrido em virtude do abandono afetivo? Intentando a resolução, conforme as bases de estudo, a pesquisa baseou-se no modo dedutivo, dispondo da análise de doutrinas, livros, jurisprudências e artigos científicos. A conclusão obtida por meio do estudo culminará com o entendimento de que não há possibilidade do judiciário em obrigar o amor de um pai ao filho, mas, com o fato da existência da relação pai/filho, nasce também deveres ligados à responsabilidade sobre novo ser humano, considerando que, o que vem a ser valorado é o afeto que deve ser prestado aos filhos.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Menor. Dano. Reparação civil. Indenização.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC: CONTROVÉRSIAS SOBRE O REQUISITO DE MISERABILIDADE

Alane Gomes Sucipira, Robson Conceição Farias, Maria Flávia Vieira Batista, Camila de Almeida Miranda

Objetiva-se por meio desse estudo, debater acerca do Benefício de Prestação Continuada da Lei 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS) para idosos e pessoas com deficiência. Analisa o critério da miserabilidade para sua concessão, no que tange o requisito da renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo, com ênfase no conjunto de decisões do Supremo Tribunal Federal – STF, especificamente, nesta análise de inconstitucionalidade do referido critério. O estudo em tela apresentará uma análise dos critérios analisados administrativamente e judicialmente para a concessão ou negativa do benefício. Importante debate, posto que a aplicação inflexível do critério objetivo pelo Estado, por meio do INSS, coloca em cheque o conceito de miserabilidade, gerando, cada vez mais, demandas ao judiciário, com fins de que a justiça seja definitivamente estabelecida, diante da aplicação do critério subjetivo. As decisões do STF contestam a adequação do recorte de renda estabelecido pela LOAS como critério de elegibilidade ao benefício, com o propósito de obter decisões mais justas. A conclusão obtida por meio do estudo, é que surge, diante deste celeuma, uma oportunidade de diálogo entre os poderes Judiciário e Legislativo para chegarem a um denominador comum sobre o reordenamento desta política pública para o seu aperfeiçoamento, havendo a oportunidade de a sociedade participar nesta discussão conjunta, que é tão importante para o interesse público.

Palavras-Chave: Benefício de Prestação Continuada. Assistência Social. Miserabilidade. Critérios.

ASPECTOS CONTROVERSOS DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Renato Figueira Silvam, Robson Conceição Farias, Maria Flávia Vieira Batista, Camila de Almeida Miranda

O objetivo do trabalho é investigar os aspectos e posicionamentos relacionados à judicialização pelo direito à saúde. A relevância se justifica pelo fato de a saúde ser parte de um contexto social de desenvolvimento da população e a dificuldade de acesso aos serviços gerar uma frustração quanto a premissa constitucional, fazendo com que esta temática tenha uma abrangência jurídica e um interesse coletivo social. A saúde é um direito social que possui natureza de plano normativo, que deve ser cumprido com a estipulação de programas e objetivos concretizados de maneira efetiva pelo Estado. Quando o direito à saúde não é efetivado o Poder Judiciário tem sido provocado para interferir junto à Administração Pública, para que a mesma possa cumprir o que já está determinado como política pública em saúde. Em relação a este tipo de judicialização, existem questionamentos controversos, pois, se um lado, existe a atuação do Poder judiciário em favor do exercício da cidadania e do cumprimento fiel do direito à saúde, do outro, o Poder Público reclama dos impactos financeiros causados pelas ações que prejudicam o já tão minguado orçamento, além de críticas à judicialização quanto à interferência do Judiciário na política pública e favorecimento do individual em detrimento do coletivo. Conclui-se, diante do estudo que, diante da complexidade do tema e das variáveis, para a efetivação do direito à saúde, o papel dos poderes constituídos, sobretudo o Judiciário, é o de acompanhar a evolução social e, com um desenvolvimento interpretativo, aplicá-lo à realidade, na busca de uma solução justa.

Palavras-Chave: Direito à saúde. Políticas de Saúde. Judicialização. Direitos Sociais.

**TESTAMENTO VITAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO
BRASILEIRO: A NECESSIDADE DA SUA INSTAURAÇÃO COMO
FORMA DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO DA PESSOA HUMANA E
DE RESPEITO A AUTONOMIA PRIVADA.**

Thaiz Barbosa Dias, Maicon Roque da Hora, Marco Antônio
Poubel Ministério Fillho, Tércia Rodrigues Timo

O presente artigo analisa a necessidade da instauração do testamento vital como forma de efetivação do direito da pessoa humana e do respeito à autonomia privada, diante das dificuldades enfrentadas em tratamentos sem chance de recuperação ou cura, onde pacientes com doenças terminais em seus últimos dias de vida ficam ligados a aparelhos, sofrendo, perdendo assim o seu direito de morte digna. No Brasil é um tema bastante polêmico, pois muitos confundem com a prática da Eutanásia, onde sua atribuição é colocar fim à vida, crime sujeito a pena em nosso ordenamento, sendo essencial um documento em que o indivíduo em plena faculdade mental elabora para ter as suas vontades resguardadas, diante de tratamento que deseja ou não se submeter.

Palavras-chave: Testamento. Legislação. Autonomia.

A ADOÇÃO À BRASILEIRA SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

Thais Ramos Rodrigues, Maicon Roque da Hora, Marco Antônio Poubel Ministério Filho, Tércia Rodrigues Timo

O presente artigo científico tem como objetivo discorrer acerca do instituto da adoção, principalmente no que diz respeito a uma modalidade irregular que tem ganhado força no decorrer dos anos, conhecida como “adoção à brasileira”, que consiste no fato de uma pessoa registrar crianças ou adolescentes não biológicos, como se fossem seus filhos, sem a observância das disposições legais. Evidencia-se que essa forma de “adoção” é mais recorrente do que se possa imaginar, sustentada por costumes inadequados enraizados na sociedade brasileira, que acaba optando por essa modalidade em função da praticidade. No entanto, embora seja um ato ilícito, alguns operadores do Direito têm compreendido que a adoção à brasileira, na verdade, encontra-se em conformidade com o princípio do melhor interesse da criança. Sendo assim, busca-se verificar se tal modalidade de adoção representa um crime ou uma causa nobre.

Palavras-chave: Adoção. Costumes. Crime.

ASPECTOS CONTROVERSOS DO IPVA

João Vitor Rihs Nascimento, Thiago Barbosa Neumann, João Gabriel Fassbender Barreto Prates.

O presente artigo tem como objetivo central a análise dos aspectos controversos do imposto sobre a propriedade de veículo automotor (IPVA), inicialmente abordando o conceito de tributo, o domicílio tributário das pessoas físicas, o IPVA em si e as questões mais complexas do tema. Dentre estas encontra-se aparente omissão legislativa da criação de lei complementar regulamentadora, bem como omissão do senado federal para estipulação da alíquota mínima estabelecida na constituição federal para assim evitar a guerra fiscal entres os estados-membros. Ademais, explora-se a controvérsia sobre o real local de recolhimento do imposto, sendo este o problema enfrentado com artigo. Este foi construído por uma pesquisa exploratória e com revisão bibliográfica, majoritariamente baseado em conceitos doutrinários e jurisprudências sobre o tema, sobrelevando duas correntes doutrinarias e ainda discursão da jurisprudência ainda não pacífica. A metodologia de pesquisa que melhor harmonizou para a elaboração do seguinte artigo foi o método dedutivo, assim teve como base as normas jurídicas e entendimentos jurisprudências com ênfase nos tribunais de justiça. A conclusão alcançada perpassa pela constatação de que na situação em que o contribuinte tiver duas ou mais residências em diferentes estados da federação, o local a ser registrado e recolhido o imposto conforme maioria dos entendimentos de tribunais de justiça na atualidade defende que cabe ao contribuinte a eleição de seu domicílio tributário, sendo assim cabe ao particular a escolha do local de recolhimento e registro do veículo automotor na hipótese de possuir duas ou mais residências em estados distintos da federação.

Palavras-chave: IPVA. Domicílio Tributário. Aspectos controversos. Local de Recolhimento.

A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO ESTADO COMO POLUIDOR INDIRETO NOS CASOS DE DESASTRES AMBIENTAIS

Miguel Teixeira da Silva, Thiago Barbosa Neumann, Hazel Ena do Socorro Santos, Marco Antônio Poubel Ministério Filho

O presente trabalho toca a seara do direito ambiental tem por objetivo debater sobre a responsabilidade ambiental no Estado, na figura do poluidor indireto, em casos de desastres ambientais haja vista a hipótese de omissão fiscalizatória, que, de certo modo, contribuiu para o evento danoso. A metodologia utilizada no presente artigo será a revisão bibliográfica, análise documental e jurisprudencial. Ao longo do contexto, será analisado o conceito de poluição, poluidor direto e indireto; também o nexos de causalidade do dano com o poluidor indireto. Justifica-se pela necessidade do estudo e delimitação da natureza da responsabilidade civil do Estado nas hipóteses de degradação ambiental, haja vista sem um bem interesse e uso coletivo. É certo que acerca do assunto há decisões conflitantes do STJ, imputando tanto a responsabilidade de natureza solidária, quando a de natureza subsidiária. Todavia é cediço que a incolumidade meio ambiente é de interesse coletivo e é imprescindível para manutenção de todas as espécies de vida, seja animal, vegetal ou humana. Deste modo, a responsabilidade solidária, por autorizar a possibilidade ser cobrada do ente público o cumprimento de obrigações de cunho reparatório, possui o condão de garantir maior rapidez e eficácia na reparação de danos ao meio ambiente, garantindo-se assim o princípio do equilíbrio, da reparação e do direito fundamental ao meio ambiente.

Palavras-chave: Responsabilidade. Meio Ambiente. Estado. Poluidor indireto. Responsabilidade Solidária e Subsidiária.

MEDIAÇÃO COMO ALTERNATIVA À JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Mayana Sander Souto, Thiago Barbosa Neumann, Hazel Ena do Socorro Santos, Jefferson Gomes da Silva.

Trata-se de pesquisa exploratória, pautada em revisão bibliográfica e na análise documental e jurisprudencial, que tem por finalidade discorrer acerca do fenômeno da judicialização da saúde. O presente artigo científico discutiu tal fenômeno lançado como caminho à necessidade concretização do direito à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, a qual dispõe que a saúde é um direito fundamental inerente a todos os indivíduos, sendo dever do Estado prestá-la. No entanto, tem-se observado uma grande quantidade de demandas judiciais que obrigam o Poder Público a fornecer tratamentos, medicamentos, entre outros serviços que não têm sido providenciados de maneira efetiva pelo Sistema Único de Saúde, acarretando uma despesa considerável para os cofres públicos com relação a tais demandas. Ademais, a judiciliação não tem sido sinônimo de concretização rápida e eficaz do direito à saúde. Portanto, é viável a busca de um mecanismo que possa contribuir para a resolução desses conflitos sem a necessária provocação do Poder Judiciário, evitando-se gastos desnecessários e buscando efetividade nas prestações de saúde por parte do Estado. Em virtude disso, abordou-se o instituto da mediação como método consensual de solução desses conflitos, que pode ser prestada por intermédio das Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação e concluiu-se através que a mediação é sim um caminho viável e alternativo à judicialização.

Palavras-chave: Judicialização da Saúde. Direito à saúde. Soluções alternativas. Mediação.

O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DO ALUGUEL IMOBILIÁRIO: UM ESTUDO A LUZ DO ARTIGO 116 E DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PERTINENTES

Christian Henderson da Silva Murça, Thiago Barbosa Neumann,
João Gabriel Fassbender Barreto Prates.

O presente artigo busca o entendimento a respeito do planejamento tributário nas receitas de aluguel imobiliário e a sua devida aplicação, frente o artigo 116 do Código Tributário Nacional, que é usado como fundamento jurídico pela Administração Pública para a proibição da diminuição dos encargos tributários, exemplificado sinteticamente para maior compreensão do motivo, apresentando os reflexos que os impostos em especial o Imposto de Renda, causam nos rendimentos. Para que tais objetivos sejam alcançados, será feita uma análise do conceito do planejamento tributário juntamente com o da elisão e evasão fiscal, depois partindo para uma análise histórica voltada a Teoria do Propósito Negocial e sua recepção no artigo 116 do Código Tributário Nacional, abordando sua inconstitucionalidade baseada em princípios e indevida aplicação. A partir de uma qualitativa abordagem, pretendeu-se demonstrar a importância do planejamento tributário frente a árdua carga tributária. Trata-se de pesquisa exploratória, pautada em revisão bibliográfica e na análise documental e jurisprudencial, que concluiu que o planejamento tributário ganhou forças, como pela supracitada Teoria do Propósito Negocial, é fundamental para que o contribuinte, agindo estritos requisitos da lei, defenda a inconstitucionalidade do artigo 116 do Código Tributário Nacional para invalidar atos da Administração Pública, quando estes atos visam a desconsideração do planejamento lícito.

Palavras-chave: Planejamento Tributário, Elisão Fiscal, Aluguel imobiliário, Redução tributária.

A GUARDA COMPARTILHADA COMO PREVENÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL

Bianca Dias Monteiro, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

A alienação parental vem ocupando cada vez mais espaço no seio familiar, estando presente não apenas após o rompimento da relação conjugal, mas presente também enquanto os pais estão juntos, porém, com a relação abalada, fazendo com que a ausência e a distância se tornem ingredientes que afetam ainda mais a criança após a separação dos pais. Nesse sentido, a Síndrome da Alienação Parental é a consequência psíquica da prática da alienação parental sofrida pela a criança/adolescente. Em razão disso, a lei nº 12.318/2010 (Lei da Alienação Parental) surge exclusivamente para evitar que as crianças/adolescentes não sofram a prática alienação parental, de tal modo que vem para prevenir e “punir” aqueles que a praticam. Surge, portanto, o questionamento em relação à guarda compartilhada e se esta seria a solução mais viável, tanto para dar um melhor convívio familiar para criança, tendo o contado contínuo com os genitores, quanto para prevenir uma alienação parental, haja vista que com a guarda compartilhada os pais teriam um consenso entre eles, com isso não haveria brigas, o que não colocaria a criança/adolescência em situação de alienação parental.

Palavras-chaves: Alienação parental. Síndrome. Lei. Guarda compartilhada.

RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Daiane de Almeida Teodoro, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

A responsabilidade civil no Direito de Família vai além das relações de união estável ou de casamento, sendo possível, também, a sua incidência na filiação, isto é, nas relações entre pais e filhos. Uma das circunstâncias em que tal situação ocorre diz respeito à responsabilidade civil por abandono afetivo, que também é conhecido como teoria do desamor, ou ainda, abandono paterno-filial. A filiação seria, então, uma relação jurídica que vincula os pais aos filhos, sendo a base de toda a estrutura familiar, em função da tamanha proximidade e importância, vez que ela é imprescindível para a formação moral, social e intelectual das pessoas. Atualmente, existe uma grande quantidade de casos de abandono afetivo do filho por parte dos pais. No entanto, há diversas situações que contribuem para que os pais deixem de estabelecer qualquer tipo de relação com os filhos, conseqüentemente, colocando-os em uma situação de desamparo afetivo. Em razão disso, tem sido bastante discutida a aplicação da responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo dos filhos, o que acarreta acalorados debates em função da complexidade da matéria, sendo objeto polêmico tanto para a jurisprudência quanto para a sociedade. Diante disso, buscamos analisar possíveis conseqüências trazidas em razão do abandono, sejam elas jurídicas ou na esfera psicossocial da criança e adolescente, a partir da discussão dos princípios fundamentais elencadas na Constituição Federal de 1988, bem como aspectos no Direito das Famílias e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Palavras-chave: Direito de Família. Abandono afetivo. Responsabilidade Civil.

DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Dalton Venâncio Gonçalves Duarte, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

Os direitos humanos estabelecem direitos e garantias mínimas para o desenvolvimento da vida e da personalidade humana. De outra perspectiva, a segurança pública busca tanto a paz social quanto a proteção individual da pessoa e seu patrimônio, interessados na manutenção da ordem política e social. Entretanto, nos últimos anos, tem-se percebido um crescente debate acerca da coexistência entre direitos humanos e da segurança pública, levantando a hipótese de que para a aplicabilidade de um deverá ocorrer a extinção do outro. Com vistas à presente situação, discute-se a simultaneidade dos institutos no ordenamento jurídico brasileiro, considerando-os como indissociáveis. Para tanto, partimos de uma perspectiva qualitativa e descritiva, a partir revisões bibliográficas e doutrinárias, além de artigos indexados na internet e diplomas legais. Assim, buscou-se refletir sobre a importância da atuação do Estado na efetivação dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que discutiu-se a necessidade de ponderações acerca dos órgãos e entidades pertencentes à segurança pública, em especial pela ausência de planejamento a longo prazo, capacitação em formas de repressão à criminalidade, além das melhorias econômicas, físicas e psicossociais para diminuir o despreparo dessas instituições, o que impacta na maneira de atuação e, conseqüentemente, na discussão e efetivação dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Segurança Pública. Dignidade da Pessoa Humana.

RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO

Diene Oliveira Figueiredo, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

Em razão do aumento dos casos separação, bem como das modificações sofridas pela instituição familiar, por conseguinte, as relações entre pais e filhos passaram a ser afetadas, muitas vezes, deixando os filhos de receber atenção, amor, carinho, cuidado e afeto. Em função disso, tem-se como objetivo verificar a possibilidade de aplicação do instituto da responsabilidade civil nos casos envolvendo o abandono afetivo dos pais com relação aos filhos, estudando os deveres legais incumbidos a eles pelo ordenamento jurídico brasileiro, bem como as consequências causadas pelo abandono afetivo, analisando a evolução jurisprudencial acerca da referida questão objeto de estudo e, por fim, discutindo soluções alternativas do conflito como forma de dirimir conflitos que envolvam o abandono afetivo, com a finalidade de estabelecer possíveis parâmetros no que tange à responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo.

Palavras-chave: Instituição Familiar. Abandono Afetivo. Responsabilidade Civil.

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO PARADIGMA DE
JURIDICIDADE PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA CULTURA
JURÍDICA**

Karen Alves dos Santos, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

O presente trabalho tem como objetivo analisar os movimentos sociais enquanto fonte alternativa de produção jurídica na perspectiva de uma nova cultura no mundo jurídico, qual seja, o pluralismo jurídico e a legitimidade dos novos modelos propostos por esse novo viés, contextualizando o conceito de movimentos sociais classificando-os como clássicos e contemporâneos a partir do contexto histórico que dá roupagem a esses movimentos. Buscou-se discutir sobre o atual modelo de regulamentação estatal, ao conduzir a sociedade sob seu monopólio, mediante uma atuação jurídica formalista, não atende devidamente aos anseios de seus cidadãos, nem promove a pacificação dos conflitos sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Pluralismo Jurídico.
Cultura Jurídica.

AS IMPLICAÇÕES DO INSTITUTO DA MULTIPARENTALIDADE NO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO

Linda Ohara Gomes Santos, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

No decorrer dos anos o conceito de família passou e tem passado por várias modificações. A evolução social e legislativa possibilitou o surgimento de diversos arranjos familiares, como as famílias multiparentais. As famílias multiparentais são caracterizadas pela presença de mais de um pai e/ou mãe, com intuito de preservar o bem-estar da criança. O reconhecimento da multiparentabilidade no Brasil foi realizado por meio da tese de Repercussão Geral 622 no ano de 2016, produzindo efeitos jurídicos patrimoniais e extrapatrimoniais. Em vista disso, o trabalho terá como finalidade abordar as implicações do reconhecimento do instituto da multiparentalidade no Direito Sucessório brasileiro, buscando evidenciar e discutir a lacuna existente no ordenamento jurídico pátrio sobre o assunto e as implicações jurídicas e sociais ocasionadas pela não regulamentação do instituto.

Palavras-Chave: Multiparentalidade. Socioafetiva. Famílias.

**DIREITO DO NASCITURO: A LEGITIMIDADE DOS GENITORES
OU ASCENDENTES EM RAZÃO DA INDENIZAÇÃO POR MORTE
ORIUNDA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO – DPVAT**

Marcela Cristine Pinto Araújo, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

Em diversas ocasiões o direito do nascituro apresenta-se de maneira confusa, seja quanto ao instituto da personalidade, bem como os efeitos gerados a partir dela e, ainda, acerca do comportamento e possibilidade dos genitores, em caso de morte do nascituro, pleitearem indenização em razão de acidente de trânsito. Com vistas a essas discussões e questionamentos, analisamos, sob a ótica do direito civil, a possibilidade de pleito por seus ascendentes à ação indenizatória por morte ao seguro obrigatório - DPVAT. Nesse sentido, pesquisamos as definições sobre o início da personalidade natural, bem como discutimos os direitos e deveres do nascituro a partir de revisão bibliográfica, além de verificarmos a possibilidade da legitimidade do ascendente em pleito indenizatório em nome do nascituro que vem a óbito em razão de acidente de trânsito, investigando, para tanto, o posicionamento dos tribunais superiores.

Palavras-chave: Nascituro. Personalidade. Seguro DPVAT.

A INCONSTITUCIONALIDADE PROGRESSIVA OU LEI “AINDA CONSTITUCIONAL” APLICADA A SITUAÇÕES JURÍDICAS IMPERFEITAS

Thaila Vieira, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves Noberto Soares,
Camila de Almeida Miranda

A inconstitucionalidade progressiva ou “lei ainda constitucional” aparece no ordenamento jurídico como tema de grande relevância, especialmente no estudo do controle de constitucionalidade, haja vista estar diretamente ligado à segurança jurídica e eficácia das normas. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal vem utilizando referido recurso, fazendo com que seja necessário evidenciarmos algumas razões para utilização da técnica, além de discutir o posicionamento da Suprema Corte brasileira quando da sua aplicação. Assim, buscamos discutir a maneira como a inconstitucionalidade progressiva impacta na efetividade das normas, em especial, buscando estudar os efeitos provocados pelo instituto da inconstitucionalidade progressiva, buscando conceituar os parâmetros necessários para a compreensão do tema e os impactos nas relações jurídicas.

Palavras-chave: Controle de constitucionalidade. Eficácia das normas. Progressividade.

A LIMITAÇÃO DA DOAÇÃO DE SANGUE POR HOMENS QUE MANTÊM RELAÇÃO SEXUAL COM OUTROS HOMENS

Walker Lopes Monteiro, Rodrigo Barbosa Luz, Igor Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

O Ministério da Saúde, através da portaria nº. 158, redefiniu o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos, estabelecendo princípios e diretrizes para a Política Nacional de Doação de Sangue, dando especial atenção à proteção do doador e do receptor. No mesmo sentido, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), através da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) – Resolução nº. 34/2014, estabelece os requisitos de boa prática nos serviços de hemoterapia e, em que pese também indicar que as atividades devam ser realizadas sem causar constrangimento a qualquer que seja, prevê em seu artigo 25, inciso XXX, alínea d, indica a inaptidão de igual período, ou seja, por 12 (doze) meses após a prática sexual de risco, especificando como uma das práticas sexuais de risco a relação sexual por parte de indivíduos do sexo masculino que mantiveram relações com outros homens e/ou parceiras destes. Em razão das medidas adotadas, questionou-se uma eventual declaração de inconstitucionalidade das normas indicadas, discutindo, a partir de uma pesquisa descritiva e explicativa, princípios constitucionais que norteiam o ordenamento jurídico pátrio, com ênfase no princípio da dignidade da pessoa humana, bem como da não discriminação, igualdade e proporcionalidade. Para tanto, foi realizado estudo sobre a história da HIV/AIDS no Brasil, bem como uma análise sobre essa proibição, a partir do “Boletim Epidemiológico HIV/AIDS”, abordando, ainda, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 5543 que analisa a presente questão, a qual encontra-se suspensa no momento.

Palavras-chave: Restrição de doação de Sangue. Inconstitucionalidade. Grupo LGBT+.

O TRABALHO INTERMITENTE COMO FORMA DE PRECARIZAÇÃO DO LABOR

Kamilla Diniz Souza e Silva, Kathia Neiva Rodrigues da Costa,
Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros

Este artigo versa sobre a precarização do trabalho na forma intermitente e como isso pode restringir os direitos dos trabalhadores em geral. A Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/17, introduziu o artigo 443 § 3º, fazendo com que o Trabalho Intermitente fosse implantado como nova forma de labor. O artigo inicia-se abordando os principais direitos trabalhistas, estes que devem ser observados e cumpridos no contrato de trabalho e trata de princípios trabalhistas inerentes ao Direito do Trabalho. Mostra como será o trabalho prestado na forma intermitente abordando os pontos negativos dessa nova modalidade de contratação e de qual maneira isso poderá afetar os trabalhadores em geral por falta de uma legislação mais específica sobre o tema, expondo o quanto precário se tornou o trabalho prestado dessa forma e como esse tipo de prestação laboral pode prejudicar as conquistas trabalhistas até então alcançadas. Conclui-se com comparações jurisprudenciais a respeito do Trabalho Intermitente e como os Tribunais atualmente se posicionam sobre o tema. O método de abordagem utilizado foi o empírico dialético e realizada pesquisa bibliográfica e legislativa.

Palavras-chave: Precarização. Trabalho Intermitente. Reforma Trabalhista.

**DO TERRITÓRIO ATÉ A TITULAÇÃO: ANÁLISE DO PROCESSO
DE TITULAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS DO VALE
MUCURI-MG**

Rosinere de Souza Franco, Kathia Neiva Rodrigues da Costa,
João Gabriel Fassbender Prates, Wallace Almeida

O presente artigo busca analisar o andamento dos processos de titulação das terras quilombolas no Vale do Mucuri, Estado de Minas Gerais. O direito ao reconhecimento e posse do território às comunidades quilombolas encontra respaldo na Constituição Federal em seu artigo 215, parágrafo 1º e artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e ainda, no Decreto 4.887/03. A Fundação Cultural Palmares juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é o responsável para realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação. O direito quilombola também é interesse social para fins de reforma agrária. O artigo aborda os aspectos históricos dos povos quilombolas no Ordenamento Jurídico e o surgimento do quilombo no Vale do Mucuri – MG. Expõe a importância do território e da titulação para essas comunidades e as principais dificuldades enfrentadas por elas. Por fim, faz análise crítica sobre a burocracia do processo, a aplicação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, da Celeridade Processual e o prazo razoável para a outorga da titulação às comunidades quilombolas. Foi utilizado o método empírico dialético, e pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e legislativa para a redação deste artigo.

Palavras Chave: Direito quilombola. Fundação Palmares. INCRA

DIREITO AO ESQUECIMENTO: O DESAFIO DA PROTEÇÃO DO DIREITO À INTIMIDADE DIANTE DO MUNDO VIRTUAL

Bruna Soares Pereira, Kathia Neiva Rodrigues da Costa, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros

Este artigo visa abordar o conflito existente entre a liberdade de expressão prevista nos artigos 5º, inciso IV e 220 da Constituição Federal e a liberdade de informação também com previsão no artigo 5º, inciso XIV da Constituição Federal, em oposição aos direitos da personalidade, capitulados no artigo 5º, inciso X da Constituição Federal, analisando o sistema digital de informação atual, sob a perspectiva da proteção dos direitos personalíssimos e a aplicabilidade do direito ao esquecimento no campo virtual, respeitando a liberdade de expressão e de informação. Para tanto, o método de abordagem adotado foi o empírico dialético, utilizando de pesquisa bibliográfica e legislativa.

Palavras-Chave: esquecimento. Direitos fundamentais. Internet.

A PENHORA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) PARA PAGAMENTO DE DÍVIDA ALIMENTÍCIA

Laís Rocha Caires, Kathia Neiva Rodrigues da Costa, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros

O presente artigo tem como ideia central, discutir a possibilidade da Penhora do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço com o intuito de quitar dívida alimentícia do responsável legal para com o alimentado. É de obrigação fundamental e primária do responsável, prestar alimentos e preservar a dignidade do alimentado, não deixando que lhe falte nada, incluindo lazer, educação, dentre outros, contudo, estão sujeitos a situações em que ocorrerem dificuldades financeiras, independente da classe em que a família se enquadra, e com isso, muitas vezes, ocorre o atraso ou inadimplemento nas prestações alimentícias. Porém, mesmo diante de tal situação, as necessidades básicas não podem ser deixadas de lado, devido à sua extrema importância para o desenvolvimento do alimentado. Portanto, o presente artigo vem propor uma alternativa jurídica para tal problema, que é movimentar o FGTS que já é um direito que o trabalhador possui, mas não pode acessar por qualquer motivo, sendo perfeitamente possível sua utilização para quitação dos alimentos como maneira mais rápida e eficaz, resguardando a garantia dos princípios constitucionais do alimentado, principalmente o da Dignidade da Pessoa Humana. Para a redação deste artigo, foi utilizado o método empírico dialético, e pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e legislativa.

Palavra Chave: Alimentos. FGTS. Penhora.

O TRABALHO INTERMITENTE COMO FORMA DE PRECARIZAÇÃO DO LABOR

Kamilla Diniz Souza e Silva, Kathia Neiva Rodrigues da Costa,
Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros

Este artigo versa sobre a precarização do trabalho na forma intermitente e como isso pode restringir os direitos dos trabalhadores em geral. A Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/17, introduziu o artigo 443 § 3º, fazendo com que o Trabalho Intermitente fosse implantado como nova forma de labor. O artigo inicia-se abordando os principais direitos trabalhistas, estes que devem ser observados e cumpridos no contrato de trabalho e trata de princípios trabalhistas inerentes ao Direito do Trabalho. Mostra como será o trabalho prestado na forma intermitente abordando os pontos negativos dessa nova modalidade de contratação e de qual maneira isso poderá afetar os trabalhadores em geral por falta de uma legislação mais específica sobre o tema, expondo o quanto precário se tornou o trabalho prestado dessa forma e como esse tipo de prestação laboral pode prejudicar as conquistas trabalhistas até então alcançadas. Conclui-se com comparações jurisprudenciais a respeito do Trabalho Intermitente e como os Tribunais atualmente se posicionam sobre o tema. O método de abordagem utilizado foi o empírico dialético e realizada pesquisa bibliográfica e legislativa.

Palavras-chave: Precarização. Trabalho Intermitente. Reforma Trabalhista.

**DIREITO AO ESQUECIMENTO VERSUS LIBERDADE DE
EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO: A TUTELA DE UM DIREITO
CONSTITUCIONAL EM FACE DA SOCIEDADE DE
INFORMAÇÃO**

Anna Luiza de Andrade Lemos, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves N. Soares, Hazel Ena Santos.

Diante da evolução tecnologia e o acesso fácil e rápido de informações, além da veiculação cada vez maior de notícias de conteúdo privado e pessoal, deu ensejo ao tema do presente artigo, qual seja: o direito ao esquecimento. Este direito provém dos direitos da personalidade cujo rol encontra-se elencado na Constituição Federal de 1988. O direito ao esquecimento, por sua vez, é o direito que a pessoa possui de não ter o seu nome/imagem veiculada a fatos pretéritos, ainda que verídicos, se estes lhe acarretam em prejuízos e constrangimentos. Este direito, surgiu na Europa mas teve grande enfoque no Brasil com julgados de casos de grande repercussão. Tal direito entra em conflito com o direito à informação, visto que este também é abarcado na Carta Magna como Direito Fundamental e de suma importância para a construção do Estado Democrático de Direito. A desindexação da notícia nos meios de comunicação para a efetivação do direito ao esquecimento, não se assemelha a censura, visto que, o direito à informação não é absoluto e as notícias devem possuir caráter de interesse público e histórico. Ambos possuem a mesma hierarquia não tendo entre eles grau de preferência, o que acarreta grandes debates e discussões acerca do tema, fato é que para resolução desse embate deve-se utilizar do princípio da ponderação, o qual será acometido de uma solução justa e equânime pelo magistrado que buscará a tutela do princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Direito ao esquecimento. Direitos Fundamentais. Ponderação.

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM CONTRAPARTIDA COM OS DIREITOS HUMANOS

Jorge Renan do Carmo Teixeira, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves N. Soares, Hazel Ena dos Santos.

Artigo voltado a pesquisa sobre os direitos e garantias fundamentais através de uma perspectiva dos direitos humanos, bem como trabalhando esse último conforme as inúmeras mudanças do que viria a ser entendido como “ser humano”. Foi analisado como o conceito de pessoa influenciou as políticas de seu tempo. A pesquisa se desenvolveu através de levantamento bibliográfico a pesquisa se orientou no método descritivo com o objetivo de identificar quais fatores deram origem aos avanços das garantias fundamentais, bem como qual a importância dos direitos humanos nessa senda. O artigo foi dividido em três capítulos, o primeiro tratando dos direitos humanos em esfera mundial, o segundo sobre a diferença existente entre os direitos humanos e os direitos fundamentais, o terceiro sobre a realidade atual dos direitos fundamentais e por fim concluindo em como se reflete o interesse e necessidade do povo com os direitos e garantias fundamentais.

Palavras-Chave: Direitos e garantias fundamentais. Direitos Humanos. Evolução histórica.

CRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS COMO VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA LEI 11.343/06

Julie Mendes Araújo, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves N. Soares, Hazel Ena dos Santos

O presente trabalho tem por tema a criminalização do uso de drogas como violação de Direitos Humanos, tecendo para tanto verdadeira análise do disposto na Lei 11.343/06 sobre o assunto. O objetivo precípua deste é o estudo pormenorizado do tratamento jurídico atribuído ao usuário de drogas através dos ditames legais. O indivíduo, de modo geral, é o destinatário da lei, sendo que a criação desta deve sempre preservar as qualidades e direitos daquele. Qualquer lei que desrespeite um direito inerente do indivíduo deve ser coibida. Assim, trata-se de pesquisa básica, com abordagem qualitativa pelo procedimento bibliográfico em que se conclui que o uso de drogas é prática que tange tão somente a esfera individual do usuário, motivo pelo qual não pode ser considerada como atitude ilegal unicamente pela imposição da vontade estatal, já que isto importa em grave ofensa aos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Drogas. Criminalização. Direitos Humanos.

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC): APLICABILIDADE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.

Letícia Alves Fernandes Almeida, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves Noberto Soares, Hazel Ena dos Santos.

O presente trabalho busca explorar as novas regras de licitação pública trazidas pela Lei 12.462/2011, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Esta Lei trouxe consigo novos procedimentos e regras diferentes daquelas dispostas pela Lei Geral de Licitações nº 8.666/93. Trata-se de um novo regime licitatório que foi criado visando à consecução das obras para a Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo FIFA de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, tendo como principal objetivo tornar as licitações do Poder Público mais eficientes e céleres. Para melhor entendimento do tema este artigo foi dividido em quatro capítulos. Inicialmente, no primeiro capítulo, será abordado sucintamente acerca da Administração Pública e Processo Licitatório, ressaltando o conceito de licitação e a sua base legal, bem como seus princípios norteadores. Posteriormente, no segundo capítulo, serão abordadas as modalidades licitatórias e sua base legal. No terceiro capítulo, será analisado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, apresentando seu surgimento e previsão legal. O quarto capítulo, por sua vez, dará ênfase na aplicabilidade do Regime Diferenciado de Contratações nos municípios brasileiros.

Palavras-chave: Licitação. Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Direito Administrativo.

CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PARA OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NOS CASOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Luana Metzker de Albuquerque, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves Noberto Soares, Hazel Ena dos Santos

A gestação, o parto e o pós-parto representam momentos muito importantes para uma mãe, instantes que serão lembrados por toda a vida. No entanto, para um número considerável de mães tais momentos representam algo que elas não gostariam de relembrar, e isso se justifica em função de traumas causados pelos próprios profissionais da saúde. Tem sido muito comum pacientes sofrerem abusos ao procurarem serviços de saúde antes, durante e após o parto. Esses abusos podem ocorrer por intermédio de violência física e psicológica, sendo denominados de violência obstétrica. No Brasil, estima-se que tal tipo de violência atinge 25% das gestantes. Diante disso, o presente trabalho acadêmico possui como finalidade discorrer acerca das consequências jurídicas para os profissionais da saúde nos casos de violência obstétrica, em especial sob a luz do instituto da responsabilidade civil.

Palavras-chave: Gestação. Parto. Violência Obstétrica.

A RESERVA DO POSSÍVEL EM DETRIMENTO DO MÍNIMO EXISTENCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A ÓTICA DO DIREITO A SAÚDE

Marina Rodrigues Lopes Guimarães, Camila de Almeida Miranda, Igor Alves Noberto Soares, Hazel Ena dos Santos

Este trabalho apresenta uma análise a respeito do impacto que o princípio da reserva do possível pode gerar ao estado democrático de direito quando utilizado pelo ente garantidor dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, o ente estatal, buscando conceitos e métodos, através de uma pesquisa onde é possível identificar as várias concepções e acepções do objetivo da pesquisa em geral, que é compreender a importância de respeitar um conteúdo mínimo necessário a subsistência do homem. Para alcançar o proposto, foi realizado um comparado de revisão bibliográfica entre importantes autores da área de conhecimento em evidência através das suas aclamadas e relevantes obras bibliográficas, colocando em questão o impacto da reserva do possível sobre um importante direito social tal qual o direito a saúde, buscando dessa forma compreender de que maneira isso pode atingir a prestação positiva do Estado em relação aos serviços de saúde enquanto dever originário do próprio e direito de todo cidadão, sabendo da relevância que o mesmo tem a sociedade uma vez que está ligado diretamente ao direito a vida, e ao princípio cujo fundamento está presente na Carta Magna de 1988, ou seja, a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Mínimo Existencial. Reserva do Possível. Direito à Saúde.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA REGIÃO DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI/MG

Bruna Fernandes Vieira, Maria Flávia Vieira Batista, Igor Alves Norberto Soares, Camila de Almeida Miranda

O trabalho buscou contribuir com os estudos sobre a violência contra as mulheres na região dos Vales do Jequitinhonha - Mucuri – MG; tomou como base a lei nº 11.340 de 2006; de forma específica buscou -compreender as questões de gênero; caracterizou uma das regiões brasileira mais vulneráveis devido aos baixos índices sociais e altos índices de violência contra a mulher. Nesse sentido, identificou-se a escassez de segurança pública nas cidades mais desprovidas, razão pela qual foram encontradas diversas dificuldades técnico-jurídicas no que tange à aplicabilidade e eficácia da Lei Maria da Penha, com fins de coibir a violência doméstica e familiar, nas cidades desprovidas de poder judicial, ponderou -se os principais avanços práticos com a entrada em vigor da Lei nº 13.827 de 2019, alterou a lei supracitada que autorizou a execução de medidas protetivas de urgência pela autoridade judicial ou policial, à mulher frente a realidade apresentada. Utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica e a análise documental. Constatou -se, com a vigência da Lei 13.827 atual serão preenchidas lacunas protetivas da legislação anterior, tutelando –as de novas agressões, mesmo com previsões legislativas há casos de violência em que as mulheres ofendidas, não efetivaram o devido registro, e quando o fizeram não deram prosseguimento, sustentada através de dados identificados: omissão, escassez de profissionais da segurança pública, medo, altos índices de analfabetismo, desemprego, baixa inserção no mercado de trabalho, violência praticada por homens: (marido, companheiro, namorado e/ou cunhado).

Palavras-chave: Violência. Gênero. Mulher.

EXCESSO DE PRAZO NA PRISÃO PREVENTIVA: CONSIDERAÇÕES JURÍDICO-PROCESSUAIS SOBRE A DECISÃO

Higor Campos dos Santos, Igor Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda, Maria Flávia Vieira Batista

A presente pesquisa abordou o excesso de prazo da prisão preventiva, pois, conforme percebido na leitura da legislação brasileira, inexistente prazo de sua duração. Ou seja, a questão-problema baseou-se na (des)necessidade de fixação de prazo para a duração da prisão preventiva, considerando marcos temporais previamente estabelecidos. A partir de pesquisa exploratória, com destaque para a revisão de bibliografia e análise documental, foram discutidos os possíveis conceitos da Tutela Cautelar no Processo Penal, bem como a eficácia da decisão judicial manifestada no caso concreto. Posteriormente, debruçou-se sobre a excepcionalidade da prisão preventiva, que teoricamente só deve ser utilizada como *ultima ratio*, e, ainda, desde que, estejam previstos os requisitos inseridos no Código de Processo Penal. Nessa toada, foram perquiridos os fundamentos e requisitos da prisão preventiva, inclusive questionada a conceituação vaga de alguns institutos, o que pressuporia a possibilidade de ativismo judicial. Como conclusão, tem-se que a prisão preventiva somente se fundamenta se definido prazo prévio de sua duração, afastando juízos de exceção ou julgamentos seletivos, sob pena de constituir-se antecipação da sanção penal, o que é vedado na ordem constitucional vigente a partir de 1988.

Palavra-Chave: Prisão Preventiva. Prazo. Fixação.

**DECISÃO E ATIVISMO JUDICIAL: CONSIDERAÇÕES
PRELIMINARES SOBRE O DEVIDO PROCESSO NO ÂMBITO DA
OPERAÇÃO LAVA JATO**

Felipe de Oliveira Almeida, Igor Alves Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda, Maria Flávia Vieira Batista

A presente pesquisa apresentou uma reflexão acerca do ativismo judicial, que, a partir do movimento hermenêutico, vislumbrou-se novo arranjo de atuação dos agentes estatais no âmbito do Estado-Judiciário. Com o advento da chamada Operação Lava jato, o ativismo judicial tomou o cerne da discussão acadêmica sobre os limites da atuação jurisdicional, seja pela judicialização da política ou pela percepção de ações (ou omissão) destoantes da processualidade democrática. A partir de revisão bibliográfica e profícua análise de algumas decisões proferidas no âmbito da Lava Jato, conclui-se que tal operação, mais a demais, é fruto de ativismo judicial, já que o teor de seus pronunciamentos acaba por mitigar direitos e garantias fundamentais em razão da especulação e de fatores alheios ao processo.

Palavras-Chave: Separação dos Poderes. Ativismo Judicial. Operação Lava Jato. Propensões Cognitivas.

O DIÁLOGO ENTRE O DIREITO E A RELIGIÃO: ANÁLISE DA OBRIGATORIEDADE DE PROFECIA DA FÉ NO METODO APAC

Lareska Karla Hirle Das Graças, Igor Alves Noberto Soares,
Camila de Almeida Miranda, Maria Flávia Vieira Batista.

A presente pesquisa, partindo de uma análise sistemática e teleológica do ordenamento jurídico afeta ao tema, teve por objetivo entender se o Método da Associação de Proteção e Assistência à Pessoa Condenada – APAC, ao definir a chamada Jornada com Cristo, contraria ou não a previsibilidade constitucional do Estado Laico. A APAC, criada como alternativa à Execução Penal, traz, em suas propostas, intensa relação entre o aspecto religioso e a pessoa recuperanda, e, por essa perspectiva, tentou-se enfrentar, ainda, se a pluralidade de credo é ou não admitida em tal método. Por meio de pesquisa exploratória, baseada na revisão bibliográfica e análise documento, destinada ao questionamento da obrigatoriedade de profecia de fé como requisito de inclusão da pessoa presa no método APAC, concluiu-se que o Método APAC, enquanto proposta, é constitucional, mas deve primar pela diversidade de credo entre aqueles que optam por tal metodologia, o que garantirá sua legitimidade e adequação ao paradigma jurídico-constitucional de Estado Democrático de Direito.

Palavras-Chave: Direito. Religião. Estado Laico. Método APAC.

MOBBING: UM NOVO CONCEITO DE ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES LABORAIS

Josy Ramos Pinto , Maria Flávia Vieira Batista, Igor Alves
Noberto Soares, Camila de Almeida Miranda

Este estudo consiste em analisar o conceito de mobbing, entendida como uma modalidade de assédio moral, frequente no ambiente de trabalho, resultante do ato de violência psicológica, que o trabalhador é submetido, sujeitando-o a constrangimentos, tratamentos abusivos e humilhantes, podendo ocasionar doenças a vítima. É sabido que, a prática do mobbing, infringe os direitos fundamentais e a dignidade humana do trabalhador. Diante disso, o objetivo proposto por esse artigo, é dispor sobre as características do mobbing, assim como suas fases, peculiaridades e o modo de como se exterioriza nas relações trabalhistas. De forma específica busca-se ampliar a discussão dessa temática para que se possa contribuir com a produção do conhecimento sobre as relações trabalhistas. O método utilizado foi a revisão bibliográfica e a análise documental. Considerações: embora o assédio moral sempre existiu nas relações trabalhistas, atualmente vem ganhando destaques no âmbito legislativo. Tanto a doutrina, quanto a jurisprudência vem propondo possibilidades para solucionar os conflitos que envolve essa espécie de assédio moral. Identificou-se através da literatura que é possível vivenciar nas relações trabalhistas que, a falta de coragem e/ou conhecimento levam as vítimas a situações humilhantes, constrangedoras e vexatórias, que os obriga a suportar a violência devido ao receio de perder o emprego, sem se darem conta de que são vítimas da prática de assédio moral.

Palavras-chave: Assédio. Dignidade. Trabalho.

A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS SOB A ÓTICA DO STF

Wiliane Gama Mendes, Karina Gusmão de Moura,
Kannahndha Nunes Costa, Thiago Barbosa Neumann

Os direitos fundamentais são a síntese da liberdade nas Constituições, sendo direitos ligados à liberdade e à igualdade, positivados em nosso ordenamento jurídico pelo qual outorgam aos titulares a possibilidade de impor os seus interesses em face dos órgãos obrigados, sendo concebidos como garantias individuais formam a base do ordenamento jurídico de um Estado de Direito democrático. Posto isto, a teoria dos direitos fundamentais institui que não há o que se falar em hierarquia entre os mesmo, encontrando-se todos no mesmo patamar constitucional. No entanto, considerando que os mesmo não são absolutos, são inevitáveis o surgimento de colisões entre direitos fundamentais, neste sentido, o presente texto tem como objetivo analisar a aplicação do princípio da proporcionalidade, sob a ótica do STF, visto a extrema importância da efetivação destes direitos. Esse trabalho foi desenvolvido pelo método de pesquisa bibliográfica exploratória e jurisprudencial.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Colisão. Princípio Da Proporcionalidade. Supremo Tribunal Federal.

O CONFLITO ENTRE O DIREITO À IDENTIDADE GENÉTICA E O DIREITO AO ANONIMATO DO DOADOR NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA

Louise Oliveira de Abreu, Karina Gusmão de Moura, Kannahndha Nunes Costa, Thiago Barbosa Neumann.

A procura e a utilização de técnicas laboratoriais que contribuem para a reprodução humana vem aumentando, tendo em vista as dificuldades de se produzir, tanto pela infertilidade feminina como masculina. Levando em consideração tal circunstância, é possível notar uma divisão entre as definições filiação e origem genética, as quais deixaram de ser sinônimos, conseqüentemente, ampliando o leque de relações inerentes ao indivíduo, que não necessariamente é filho biológico daquele a quem considera como pai. O objetivo geral deste estudo foi realizar um panorama geral acerca dos aspectos da reprodução assistida sob a ótica do direito à identidade genética e do direito ao anonimato do doador. E de forma específica objetivou-se realizar uma análise acerca dos aspectos gerais com fundamentalidade na Constituição, ressaltando o direito à vida, planejamento familiar, a igualdade, a liberdade, ao direito de personalidade, o princípio da dignidade da pessoa humana, além de diferenciar a origem genética e o estado de filiação que cuidadosamente o Código Civil trata no seu artigo 1.597. A metodologia adotada foi o exploratória e bibliográfica, utilizando artigos científicos, passando pela seara constitucional, cível, entre outros dispositivos normativos, para elucidar o tema proposto. Concluiu-se que ao ser criada uma lei, deve haver limitações, sendo justo que o interessado possa entrar com processo de reconhecimento genético, mas, que ao doador não decaia, por exemplo, obrigações socioafetivas.

Palavras-chave: Origem Genética. Reprodução Assistida. Direito.

O STALKING NO BRASIL E O ASSÉDIO VEXATORIO INDENIZÁVEL

Sabrina Vieira Costa, Karina Gusmão de Moura, Liliane Almeida de Menezes, Maria Flávia Vieira Batista.

A palavra Stalking é de origem inglesa que quer dizer caçada, espreita ou perseguição, basicamente significa uma perseguição obsessiva. O crime do qual referimos nada mais é que do que uma perseguição insidiosa onde o sujeito ativo pratica atos de perseguição contra o sujeito passivo, seja fisicamente ou virtualmente. Esse trabalho tem como objetivo analisar as características do citado crime e qual o perfil das vítimas para melhor compreender se é possível criar similaridade entre eles, fazendo um apanhado a respeito da reparação diante da ausência de normas específica, desenvolver o entendimento a respeito da legislação responsável pela reparação e indenização do dano sofrido. Ao analisar esta prática, resta evidente que não se trata de uma conduta atual, ao contrário, o stalking está presente em toda a evolução humana. Esse trabalho foi desenvolvido pelo método de pesquisa bibliográfica exploratória e jurisprudencial. Recorreu-se ainda a fontes de variadas informações sobre o tema, bem como doutrinas, sites e monografias.

Palavras-Chave: Stalking. Perseguição. Dano Moral. Indenização.

**PLURALISMO JUDICIAL E A DOCTRINA DA PUNIBILIDADE
EXARCEBADA
(A INFUSÃO ATIVA DO PODER JUDICIÁRIO)**

Jordan Tameirão Ferreira, Karina Gusmão de Moura, Liliane Almeida de Menezes, Maria Flávia Vieira Batista.

O presente artigo visa abordar alguns aspectos da política criminal estatal. Insere-se na seara do direito constitucional e na teoria do estado, inicialmente faz uma rápida passagem sobre a historicidade capitalista burguesa e o pluralismo jurídico. Posteriormente faz uma abordagem particularizada sobre a doutrina da punibilidade exacerbada, dentro do campo da criminologia, destinada a entender a posição de política criminal adotada pelo estado, e, finalmente adentramos ao tema do ativismo judicial com análise dos conceitos positivistas e seus anseios sociais, mencionando ainda algumas decisões judiciais sobre o tema. Para tanto, o método de abordagem adotado foi o empírico dialético, utilizando de pesquisa bibliográfica e legislativa.

Palavras-Chave: Pluralismo jurídico, política criminal. Ativismo.

HERANÇA DIGITAL: O TRATAMENTO JURÍDICO *POST MORTEM* DOS BENS DIGITAIS

Amanda Moscardini Soares, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves,
Paula Barreiros e Vanusa Soares Chaves

O presente artigo aborda o tema Herança Digital, o qual está englobado no Direito das Sucessões. Faz-se necessário tratar da possibilidade de transferir bens armazenados em ambiente virtual, sabendo que estes podem ser de valor patrimonial ou personalíssimos. Discute-se como tem se dado esse enfrentamento jurídico diante da lacuna legislativa referente ao tema e as possíveis formas de sucessão na era digital, bem como o testamento e as políticas de privacidade das redes sociais que neste cenário da modernidade tem sido instrumento de trabalhos e fontes geradoras de rendas. Aborda-se o direito digital e os bens digitais. Por fim, conclui-se ser importante a regulamentação legislativa sobre o tema, fazendo com que se tenha um entendimento mais pacificado nos Tribunais.

Palavras-Chave: Direito digital. Bens Digitais. Herança Digital.

ADAPTAÇÃO DA NORMA JURÍDICA AO TEMPO E ESPAÇO: BREVE ANÁLISE DO LAPSO TEMPORAL ENTRE A VALORAÇÃO E A NORMA

Juliano de Andrade Metzker, Karla Christine Ribeiro Silva, Liliane Almeida de Menezes, Robson Conceição Farias.

O presente artigo tem por finalidade discutir e analisar a socialidade do Direito, sua evolução e adaptação ao tempo e espaço que se propõe regular. Com a natural relação entre os seres sociais, manifesta-se, ante aos inevitáveis conflitos resultantes do processo, a necessidade do elemento regulador, a norma de conduta que possibilite a convivência social sem que se abra mão da ordem social. Uma vez valorado o problema ou fato social, e efetivada a sua normatização, a norma produto estará sujeita a diversos processos de adaptação, permitindo ao estudioso apenas a sua fragmentação por força de foco científico. Com cunho descritivo, através da revisão bibliográfica ante a vasta gama de conhecimento doutrinário sobre o tema, pretende conhecer e discutir fatores sociais que ocasionam o retardo da adaptação normativa no ordenamento jurídico brasileiro. Busca provocar a valoração do lapso temporal de adaptação da norma jurídica enquanto fato social. A análise do ordenamento jurídico brasileiro proporciona um maior esclarecimento da pauta, por ser possível identificar características da sociedade que podem ser analisadas e registradas sob a perspectiva científica, para, por fim, tornar possível a propositura, ante ao enriquecimento do conhecimento, de melhorias ao processo de valoração, para se chegar ao ajuste adequado da norma ao tempo, ainda que não perfeito, mas ao menos aceitável.

Palavras-Chave: Direito. Lapso temporal. Adaptação. Norma jurídica.

A FIGURA DO COMPANHEIRO COMO HERDEIRO NECESSÁRIO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Vitor Hiago Colares Silva, Paula Barreiros, Maria Beatriz Cunha C Ricci Neves, Vanusa Soares Chaves.

Os institutos do casamento e da união estável são reconhecidos pela Constituição Federal Brasileira como sendo entidades familiares, destacando-se que a união estável pode ser informal (sem qualquer documento burocrático) ou formalizada por meio de escritura pública, bem como, contrato particular de convivência, com a opção de escolha do regime de bens. No tocante ao planejamento sucessório e respectiva transmissão da herança, a matéria relativa ao regime de bens na união estável corriqueiramente causa dúvidas e incertezas no que diz respeito aos direitos do companheiro supérstite, especialmente, considerando o disposto nos arts. 1.790 e 1.845 do Código Civil. Alguns doutrinadores consideram que a Constituição Federal de 1988 protegeu a união estável, porém não a equiparou ao casamento, de forma que a lei pode omitir o companheiro da lista dos herdeiros necessários sem desrespeitar o Texto Constitucional. Há ainda o entendimento de que o companheiro deveria ser qualificado como herdeiro facultativo e, portanto, não sendo amparado pela legítima. Outros acreditam que há uma equiparação tácita, portanto, possuindo os mesmos direitos como se tivesse casado. Através de uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico-documental, aprofundado através de doutrinas, jurisprudências, notícias, revistas, artigos, utilizando-se ainda, o método dedutivo, concluiu-se que, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 878.694 pelo Supremo Tribunal Federal, o convivente foi reconhecido como herdeiro necessário.

Palavras-chave: Entidades Familiares. União Estável. Herdeiro Necessário.

A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

Ivan Alves Pacheco, Paula Barreiros, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Káthia Neiva Rodrigues Costa.

O presente artigo tem como objetivo demonstrar como se efetiva a proteção do consumidor no comércio eletrônico no Brasil. O tema revela-se de grande relevância, tendo em vista o grande crescimento desta nova modalidade de contrato de consumo. O comércio eletrônico traz comodidades aos consumidores, mas devido à contratação ser realizada na plataforma digital, de forma não presencial, a vulnerabilidade do consumidor é agravada. Alguns doutrinadores entendem que, o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), em conjunto com o Decreto 7962/13 e a Lei 12.956/14, tratam-se de instrumentos eficazes para a proteção do consumidor não sendo necessários maiores embates. Outros pugnam pela atualização do Código com a inserção expressa de dispositivos específicos sobre o comércio eletrônico, os quais seriam hábeis para enfrentar a nova realidade brasileira, destacando-se o PLS 281/2012. Através de uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico-documental, aprofundado através de doutrinas, leis e projetos de leis, notícias, revistas, artigos, utilizando-se ainda, o método dedutivo, concluiu-se que, a falta de legislação específica causa insegurança jurídica e grande desconforto quanto a efetiva proteção do consumidor. Com isso, referido Projeto de Lei, se convertido em Lei, não irá sanar por completo todas as necessidades do comércio virtual, tendo em vista a constante mutação da plataforma digital, mas será um grande avanço normativo no que se refere ao comércio eletrônico.

Palavras-chave: Direitos do consumidor. Comércio eletrônico. Proteção.

ALIENAÇÃO PARENTAL: MEIOS POSSÍVEIS DE PREVENÇÃO E PUNIÇÃO

Ingrid Rodrigues Cajazeira, Paula Barreiros, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Vanusa Soares Chaves.

O presente artigo busca analisar a alienação parental nas famílias contemporâneas e as formas possíveis de prevenção e punição, detalhando a Lei 12.318/10. Com o rompimento do vínculo afetivo, muitas vezes, o cônjuge/companheiro que é detentor da guarda pratica a Alienação Parental com os filhos como forma de castigo para o não detentor. Compreender de que forma se dá o processo de alienação parental e suas consequências para a criança e o genitor alienado se mostra de suma importância visando evitar e punir civilmente o alienador. No entanto, existem vários questionamentos relacionados ao assunto, especialmente, se o aumento das punições ao alienante ou ainda, a imposição de guarda compartilhada seriam soluções eficazes para resolver o problema. Há ainda quem defenda a necessidade de submissão dos envolvidos a uma mediação, através da qual, uma terceira pessoa neutra, ou seja, o mediador ajudaria a resolver conflitos, pretendendo atenuar a discordância entre as partes com o intuito de facilitar um acordo amigável. Utilizando-se uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico-documental, aprofundado através de doutrinas, notícias, revistas, artigos, tendo também como base o método dedutivo, concluiu-se que, tanto a guarda compartilhada quanto a mediação são importantes meios para se evitar a proliferação da alienação parental.

Palavras-chave: Alienação Parental. Responsabilidade Civil. Prevenção.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA E HOSPITALAR

Vitória Pereira Marinho, Paula Barreiros, Maria Beatriz Cunha Ciccini Neves, Vanusa Soares Chaves.

Este artigo tem como objetivo fazer uma releitura dos estudos acerca da violência obstétrica e os direitos e garantias fundamentais violados de um grupo vulnerável da sociedade, as mulheres, que ainda sofrem discriminação e preconceitos em vários setores da coletividade. Percebe-se que a violência contra a mulher, em geral, decorre de um longo histórico social com inobservância dos princípios fundamentais de um Estado Democrático de Direito. Durante o processo do estudo foi observado que as práticas de violência obstétrica são reais, contudo, no Brasil ainda não há legislação específica que as tipifiquem expressamente como crime. Nota-se que é de suma importância respeitar o direito à informação, a dignidade da pessoa humana e sua autonomia, pois observando esses direitos/princípios basilares é possível amenizar a ocorrência da violência obstétrica. Também depreende-se que a responsabilização civil médica e hospitalar configura importante meio de reparação e sanção do dano sofrido pelas gestantes ou parturientes. Utilizando-se uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico-documental, aprofundado através de doutrinas, jurisprudências, notícias, revistas, artigos, tendo também como base o método dedutivo, concluiu-se que há a necessidade de norma especial para criminalizar a violência obstétrica, visando reduzir a submissão do gênero feminino a tantos procedimentos desumanos, cruéis e danosos, principalmente quando ela se encontra em período de grande importância e sensibilidade em sua vida, advindo da gravidez.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Responsabilidade Civil. Direitos Humanos.

**A INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 5º, 6º, 12 E 14
DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO FACE AO DIREITO DE
LEGÍTIMA DEFESA**

Pedro Romeu Almeida Rocha, César Cândido Neves Júnior,
Gylliard Matos Fantecelle, Juvenal Sousa Martins Júnior.

Este artigo estuda os artigos 5º, 6º, 12 e 14 da Lei nº 10.826 de 22 de Dezembro de 2003 que dispõe sobre a posse e o porte de armas de fogo no Brasil. Alude sobre um assunto recorrente atualmente, devido à fenda político-social instaurada no país, pós-eleições de 2018. Objetiva demonstrar que estes dispositivos supramencionados possuem incongruências e factíveis ilegalidades para com princípios e direitos e garantias fundamentais que regem o Ordenamento Jurídico Pátrio, em especial o princípio da Proporcionalidade da Lei e o direito à Legítima Defesa, bem como analisar em que medida esta é eficiente para alcançar os objetivos da sua proposta primordial e como esta interfere no cotidiano dos cidadãos. Para tanto, o método científico utilizado na construção deste artigo, fora o Dialético, criado por Zenão de Eleia (aprox. 490-430 a.C.) e o bibliográfico.

Palavras-chave: Inconstitucionalidade. Lei nº 10826/03. Ordenamento Jurídico Pátrio. Legítima Defesa.

O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E A RELATIVIDADE DO CRITÉRIO DE MISERABILIDADE SOB $\frac{1}{4}$ DE SALÁRIO MÍNIMO.

Clayton Kalebe Chaves Vaz, Vanusa Soares Chaves, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros

A seguridade social faz parte dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal, que buscam reduzir as desigualdades sociais. A seguridade compõe-se pelo direito à saúde, pela assistência social e pela previdência social. O principal benefício da assistência social é o Benefício de Prestação Continuada, este sendo prestado no valor de um salário mínimo a idosos acima de 65 anos de idade e pessoas com deficiência que possuem impedimentos de longo prazo, que não possuem meios de prover a si mesmos. O presente trabalho busca analisar os parâmetros adotados pelo critério de miserabilidade para concessão do Benefício de Prestação Continuada e, a partir de julgados dos nossos tribunais pátrios, investigar possível necessidade de mudança ou flexibilização do mesmo, estipulado em $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de renda *per capita* do núcleo familiar, haja vista que as decisões na esfera administrativa impõem restrições e óbices para quem busca o direito ao benefício, por aferir-se a renda bruta das famílias.

Palavras-Chaves: Seguridade Social. Assistência Social. Critério de Miserabilidade

POSSIBILIDADE JURÍDICA DE RATEIO DA PENSÃO POR MORTE ENTRE O CÔNJUGE / COMPANHEIRO SOBREVIVENTE E O (A) CONCUBINO (A), NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Cristielen Costa Fernandes, Vanusa Soares Chaves, Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros.

A pesquisa aborda a possibilidade jurídica de rateio da pensão por morte entre cônjuge ou companheiro sobrevivente e o (a) concubino(a), no RGPS. A relação paralela é a manutenção de uniões concomitantes entre um homem e duas ou mais mulheres, ou vice-versa, formando mais de um núcleo familiar. Tal conduta está ligada ao progresso familiar e seus costumes, porém, ainda não resguardada por lei, mas, sob a perspectiva jurídica, precisa se entender que o direito tem que acompanhar os desdobramentos sociais. O Supremo Tribunal Federal está em vias de julgar o RE 669.465/ES, processo paradigma em que o STF reconheceu a repercussão geral do tema pesquisado. A relevância do trabalho está em observar se há argumentos jurídicos para a concessão do benefício à(o) concubina(o), com fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana, decisão que impactará nas relações familiares. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica do tipo exploratória, fazendo uso da legislação, artigos científicos e análise jurisprudencial.

Palavras-chaves: Pensão por morte, Dependentes, Concubinato.

IMPACTOS DA ALTA PROGRAMADA NO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA

Quézia Jordânia Arruda de Freitas, Vanusa Soares Chaves,
Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, Paula Barreiros

A seguridade é uma rede protetiva, de iniciativa do Poder Público e da sociedade, destinada a garantir os direitos relativos à saúde, assistência social e previdência social. Cada um desses direitos possui disciplina legal e infraconstitucional específica. O presente estudo tem foco somente na espécie previdência social, mais precisamente no benefício de auxílio-doença, que é um instrumento de proteção social prestado pelo Estado ao segurado que esteja incapaz de forma total e temporária para o exercício de sua atividade laborativa. Por outro lado, observa-se as consequências decorrentes de sua cessação pelo instituto da Alta Programada, sem averiguar, através de uma nova perícia, o real estado de saúde do segurado no momento da cessação. Por fim, será exposto que o instituto da Alta Programada, como medida de gestão pública e redução de custos, resulta em prejuízos para os segurados e seus dependentes, violando direitos fundamentais como dignidade da pessoa humana, contraditório e ampla defesa. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica do tipo exploratória, fazendo uso da legislação, artigos científicos e análise jurisprudencial acerca do tema.

Palavras-Chave: Alta programada. Auxílio-doença. Dignidade da pessoa humana.

A POSSIBILIDADE DE PERCEÇÃO CUMULATIVA DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE

Cassiano Alberto de Castro, Hazel Ena do Socorro Santos, Tiago Barbosa Neumann, Jefferson Gomes da Silva

Este trabalho apresenta como objetivo realizar uma análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial pormenorizada sobre a possibilidade de percepção cumulativa dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Em que pese a legislação juslaboral proibir a cumulatividade dos adicionais de periculosidade e insalubridade, por outro lado, a Constituição da República de 1988 tem como alguns de seus princípios basilares o direito à vida digna, a saúde e integridade física do cidadão trabalhador. Diante disso, à luz da CF/1988, assim como da OIT, seria possível a percepção cumulativa dos adicionais de insalubridade e de periculosidade? Vale ainda lembrar que a CF/1988, em seu artigo 7º, inciso XXIII, não faz qualquer menção expressa à vedação imposta pela legislação trabalhista, deixando a entender que a Carta Magna não recepcionou o referido dispositivo trabalhista que foi incluído em 1977. Além disso, a Convenção nº 155 da OIT, ratificada pelo Brasil, portanto, possuindo prestígio de supralegalidade, determina que devem ser levados em consideração os riscos para a saúde decorrentes da exposição simultânea a diversas substâncias ou agentes. Deste modo, o estudo será explicativo, visto que buscará tornar os dados coletados de fácil entendimento, justificando e evidenciando os fundamentos primordiais, em relação ao posicionamento dos tribunais pátrios e as doutrinas pertinentes ao tema. Conclui-se que o ambiente de trabalho expõe o trabalhador a riscos diminuindo, gradativamente, sua saúde.

Palavras-chave: Adicionais. Insalubridade. Periculosidade. Acumulação. Meio ambiente do trabalho.

ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS: SUAS INCIDÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

Rosalvo de Souza Borges, Hazel Ena Socorro Santos, Tiago Barbosa Neumann, Jefferson Gomes da Silva

O fenômeno do assédio moral, também denominada por uma parte da doutrina de terror psicológico, é uma das causas que causam lesão psicológica em desfavor da pessoa vitimada. O assediado poderá peticionar o judiciário na busca da reparação de seus direitos ora lesionados. Desta forma, buscará o trabalhador indenização de ressarcimento por danos morais e/ou material. Sendo assim, o empregador deverá cuidar-se, o máximo possível, para evitar que ocorra o assédio moral nas relações trabalhistas praticadas por ele ou por quaisquer que seja dos funcionários pertencentes ao grupo de determinado setor, de modo a evitar que seja caracterizada essa prática perniciosa que causa tanto danos físicos quanto psicológicos ao obreiro, levando o responsável, por tal conduta, a se responsabilizar com as respectivas consequências jurídicas. Partindo dessa premissa jurídica, a problemática que se impõe é se a ausência de tipificação específica na legislaboral impossibilita a punição do assédio moral. Diante do que foi estudado no decorrer do trabalho, percebe-se que a ausência de tipificação não inviabiliza a punição da conduta indevida porque pode-se buscar a punição através do fenômeno da autointegração normativa, como por exemplo, a aplicação do artigo 483, CLT, “ b”.

Palavras-Chave: Mulher; Violência; Gênero; Assédio; Dano moral; Relação de emprego.

EFICÁCIA DO MÉTODO APAC EM COMPARAÇÃO AO ATUAL SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Lorrany Santiago Silva, Gylliard Matos Fantecelle, César Cândido Neves, Juvenal Martins de Souza Júnior.

Objetiva-se por meio deste estudo analisar o cenário do atual sistema carcerário brasileiro e o método APAC, analisando o cumprimento efetivo da LEP e o nível de reincidência criminal nos dois métodos. É sabido que o sistema prisional brasileiro vem passando por uma forte crise, devido aos problemas de superlotação, infraestrutura inadequada, falta de acesso à higiene, alimentação e atendimento médico. A ressocialização no Brasil não tem ocorrido como planejado pela Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), havendo a necessidade de se analisar novos métodos de cumprimento de pena. Nessa vertente, o presente estudo descreve como medida alternativa à execução de pena a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), com intuito de valorizar o apenado e possibilitar sua reinserção na sociedade. Foi possível verificar através do estudo que objetivo da APAC é ressocialização do condenado por meio da “humanização” no cumprimento de sua sentença, através de postulados de “amor, perdão, respeito e solidariedade”, sem que para isso haja a extinção do propósito punitivo. O estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo. A conclusão obtida por meio do estudo culminou com o entendimento de que em comparação com o atual modelo prisional brasileiro, o método APAC surge como solução para melhorar as condições dos apenados.

Palavras-chave: Sistema prisional. Ressocialização. APAC. Reincidência. Lei de Execuções Penais.

O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE DIANTE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRABALHISTAS

Juliane Pereira Souza, Hazel Ena Socorro Santos, Thiago Barbosa Neumann, Jefferson Gomes da Silva

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial pormenorizada sobre a o contrato de trabalho intermitente no ordenamento jurídico trabalhista nacional, bem como visa analisar a verdadeira função do trabalho intermitente e se a sua aplicação está de acordo com os princípios que regem as relações trabalhistas, uma vez que nesta nova modalidade, o trabalhador presta um serviço, com subordinação, mas que não é contínuo, com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, de forma que ele fica à disposição do empregador aguardando um chamado para o serviço, e convocado conforme a demanda do empregador e remunerado com base nas horas que efetivamente prestar serviço. Deste modo, o estudo será explicativo, visto que buscará tornar os dados coletados de fácil entendimento, justificando e evidenciando os fundamentos primordiais, em relação ao posicionamento dos tribunais pátrios e as doutrinas pertinentes ao tema. A história de lutas do Direito do Trabalho se concretiza em direitos humanos sociais que alcançam status de princípios constitucionais, demonstrando toda sua importância histórica no contexto das nações civilizadas.

Palavras-chaves: Trabalho intermitente. Lei n. 13.467/2017. Reforma Trabalhista. Flexibilização.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA IMPOSIÇÃO DO REGIME DE BENS AOS SEPTUAGENÁRIOS

ANDRÉIA ALVES BARBOSA, LILIANE ALMEIDA DE MENEZES,
KARLA CRISTINE RIBEIRO SILVA, ROBSON CONCEIÇÃO FARIAS.

Este trabalho tem como finalidade analisar a inconstitucionalidade da imposição do regime de bens aos septuagenários. Aborda brevemente a evolução histórica do casamento, suas mudanças na esfera jurídica, bem como os princípios constitucionais norteadores do Direito de Família, princípios estes, indiscutivelmente violados pelo regime obrigatório de bens imposto aos nubentes com idade superior a setenta anos. Serão apresentadas considerações doutrinárias, sobre os diferentes regimes de bens aplicáveis ao matrimônio, assim como as suas características e aspectos. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e jurisprudencial.

Palavras-chave: Imposição. Septuagenários. Regime de Separação Obrigatória de Bens. Inconstitucionalidade.